

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

JHON EDILSON QUINAYA BUITRAGO

IMPLANTAÇÃO DE HIDROELÉTRICAS EM TOLIMA (COLÔMBIA): Impactos socioculturais e econômicos nas áreas das comunidades indígenas do município de Prado - Tolima.

São Luís – Maranhão

2017

JHON EDILSON QUINAYA BUITRAGO

IMPLANTAÇÃO DE HIDROELÉTRICAS EM TOLIMA (COLÔMBIA): Impactos socioculturais e econômicos nas áreas das comunidades indígenas do município de Prado - Tolima.

Dissertação apresentada à Banca examinadora do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Benjamin Alvino
de Mesquita

São Luís – Maranhão

2017

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo (a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Quinaya Buitrago, Jhon Edilson.
IMPLANTAÇÃO DE HIDROELÉTRICAS EM TOLIMA (COLÔMBIA): Impactos socioculturais e econômicos nas áreas das comunidades indígenas do município de Prado - Tolima. / Jhon Edilson Quinaya Buitrago. - 2017.
222 p.

Orientador(a): Benjamin Alvino de Mesquita.
Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas/ccso, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, Maranhão, 2017.

1. Colômbia. 2. Desenvolvimento Rural. 3. Grandes Projetos de Investimento. 4. Hidroelétricas. I. Mesquita, Benjamin Alvino de. II. Título.

JHON EDILSON QUINAYA BUITRAGO

IMPLANTAÇÃO DE HIDROELÉTRICAS EM TOLIMA (COLÔMBIA): Impactos socioculturais e econômicos nas áreas das comunidades indígenas do município de Prado - Tolima.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas.

Aprovado em: _____ / _____ / _____

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Benjamin Alvino De Mesquita (Orientador)
Universidade Federal Do Maranhão

Prof. Dr. Joaquim Shiraishi Neto
Universidade Federal Do Maranhão

Prof. Dr. Itaan de Jesus Pastor Santos
Universidade Estadual Do Maranhão

Todo este esfuerzo y grande dedicación es en memoria de mi padre José Quinaya, a mi madre, Norma Buitrago, y a mis hermanos Jessica Viviana Quinaya e Juan Felipe Preciado, por todo el amor, la fe, la fuerza y el gran apoyo brindado. La familia es la base estructural de cualquier proyecto.

AGRADECIMENTOS

Durante o processo da minha formação no programa e a experiência em outro país como foi a experiência no Brasil, permitiu atravessar por inúmeras situações as quais fizeram gerar habilidades que nunca imaginei que pudesse ter e aperfeiçoar e outras que fui desenvolvendo ao longo da minha vida. Ao mesmo tempo, foram aparecendo múltiplas pessoas que sempre por ruim ou bom, deixaram grandes aprendizagens na minha vida pessoal e obvio, no meu caminho acadêmico na elaboração da minha dissertação para obter meu título de mestre, sendo o objetivo principal para ter querido viver essa experiência em outro país. No programa, foi uma experiência incrível, o poder compartilhar de forma interdisciplinar com pessoas que num começo eram desconhecidos para mim e ao final se tornaram grandes colegas e amigos como a Monica e a Natalia, das quais consegui conhecer os grandes trabalhos e pensamentos através das disciplinas que aportaram também na estrutura do meu trabalho, a meu amigo Rafael que sem a sua ajuda na revisão final, não teria conseguido a conclusão estrutural do meu trabalho, e como deixar do lado os diferentes olhares, percepções, conteúdos e grandes perfis dos meus professores que a cada contato, a cada disciplina permitiram acrescentar meu conhecimento, minhas capacidades, me tornando sempre alguém melhor.

Quero começar agradecendo a Deus, que é aquele que me guiou, me acompanhou e gerou todas as ferramentas para concluir da melhor forma e adquirindo os maiores aprendizados para minha vida, só o fato de me permitir estar hoje aqui escrevendo esses agradecimentos, faz refletir que sou um ser afortunado e iluminado por Ele. Obrigado Senhor.

À memória do meu pai, homem de exemplo a seguir que me tornou a pessoa que sou hoje em dia, e mesmo sem estar mais entre nós o seu legado de grandes valores e princípios ficaram para sempre.

Mãe, sem você, sem sua força todos os dias, que mesmo sendo via WhatsApp ou Facebook desde a Colômbia, senti a senhora sempre do meu lado. Obrigado por acreditar e antes de tudo, por confiar em mim e no meu potencial a ser demonstrado nesta nova experiência.

Jessica, obrigado por ser aquela acompanhante de madrugadas via FaceTime, por as inumeráveis ligações que você fazia para mim, pelo simples fato de me motivar e não deixar eu desistir no momentos de crises. Sei que não sou o melhor irmão, mas cada passo que eu dou você e Felipe junto com a minha mãe são o meu motor e a razão de afrontar o mundo inteiro.

A Senhora Domicilia C. Aquino e José C. Machado Neto, pessoas que aqui no Brasil se tornaram além de amigos, viraram integrantes da minha família, aliás, me fizeram integrante da sua família. Obrigado, pois vocês se converteram numa base estrutural. Obrigado pelo imenso apoio, as motivações diárias, as orações para Deus, a torcida infinita, as palavras de "menino, vai dormir, precisa descansar", "menino, tem que comer", a preocupação toda que permitiram concluir meu grande objetivo acadêmico, fico infinitamente agradecido e espero algum dia poder contribuir com todo o que vocês fizeram por mim.

A Meu grande amor na Colômbia, Natalia Diaz Zuluaga, essa guerreira da vida que se tornou meu exemplo a seguir, as suas motivações diárias com o famoso "Rapazzzzz, lo vas a lograr", às ligações de 3 horas pelo FaceTime que fazia me lembrar que estava aqui para cumprir os meus objetivos, tudo isso foi primordial, muito obrigado, meu amor.

Professor Benjamin Alvino, obrigado pela sua orientação, por ter acreditado nesta pesquisa, obrigado pelas inumeráveis puxadas de orelhas para me encaminhar no seu pensamento e no objetivo da equipe que a gente criou desde o momento que o senhor decidiu ser meu orientador de pesquisa.

Por fim, agradeço a Capes pelo apoio financeiro durante os meus estudos e às pessoas que fazem parte do programa de Políticas Públicas, que ainda faltando muitas coisas por melhorar, se preocupam pelo andamento dos estudantes. À senhora Izabel, pela preocupação, acompanhamento e ajuda constante a nós os alunos, sendo uma peça indispensável no programa.

¡Infinitas gracias a todos!

Cordialmente,
Jhon Quinaya Buitrago.

“As nuvens mudam sempre de posição, mas são sempre nuvens no céu. Assim devemos ser todo dia, mutantes, porém leais com o que pensamos e sonhamos; lembre-se, tudo se desmancha no ar, menos os pensamentos”. (Paulo Beleki)

RESUMO:

A Colômbia se junta cada dia mais ao processo da globalização neoliberal. Processo o qual se materializa de maneira diferenciada nos múltiplos territórios locais, dando passo a uma redefinição e na produção de uma nova especialidade de acordo com as necessidades. Este processo tem gerado a implementação de grandes projetos que tem como estratégia e dinâmica a transformação de territórios mediante o aproveitamento de terras e recursos naturais. Da sua implantação emergem processos sociais, econômicos e ambientais nem sempre favoráveis aos locais de instalação, os quais são os resultados da implementação destes projetos. A presente análise dá ênfase nestes resultados, especialmente naqueles referentes aos aspectos sociais das comunidades residentes nestas áreas de influencia desses projetos. Neste cenário, encontra-se a instalação da hidroelétrica de Prado no estado de Tolima. A presença desta hidroelétrica trouxe inúmeras consequências às comunidades ali instaladas, particularmente aos indígenas, que foram forçados a abandonar suas áreas em decorrências do deslocamento forçado, ocasionado pela presença deste grande investimento. As consequências para as vítimas deste processo que também inclui camponeses são mudanças na sua história de vida e conseqüentemente na sua sobrevivência. Obrigando-os assim, a modificar as atividades sociais, culturais e econômicas que envolve toda a área de influencia direta do projeto da hidroelétrica.

PALAVRAS CHAVES: Grandes projetos, deslocamento forçado, mudanças socioeconômicas, hidroelétricas.

SUMMARY:

Colombia joins every day more to the process of neoliberal globalization. This process materializes in a differentiated way in the multiple local territories, giving rise to a redefinition and the production of a new specialty according to the needs. This process has generated the implementation of large projects that have as strategy and dynamics the transformation of territories through the use of land and natural resources. From its implantation emerge social, economic and environmental processes not always favorable to the places of installation, which are the results of the implementation of these projects. The present analysis gives emphasis in these results, especially social aspects referring to the communities residing in these areas of influence of these projects. In this scenario is the installation of the meadow hydroelectric plant in the state of Tolima. The presence of this hydroelectric plant brought countless consequences to the communities installed there, particularly to the indigenous people who were forced to leave their areas due to the forced displacement caused by the presence of this great investment. The consequence for the victims of this process which also includes peasants are changes in their life history and consequently their survival. Forcing them to modify the social, cultural and economic activities that surround the whole area of direct influence of the hydroelectric project.

KEY WORDS: Great projects, development, impacts, displacement, socioeconomic, agriculture, hydroelectric.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1. Relação Dos campos de investimento e produção de grandes projetos.....	33
FIGURA 2. Mapa político do município de Prado com a localização específica do projeto hidroelétrico hidro Prado	68
FIGURA 3. Estrutura institucional do setor elétrico	73
FIGURA 4. Evolução do número de agentes nas atividades da energia elétrica em Colômbia entre 1995 e 2012	74
FIGURA 5. Produção de eletricidade na Colômbia por fontes de energia entre 1975 e 2012	78
FIGURA 6. Sistemas De Geração De Energia Na Colômbia (1 Parte Do Mapa Nacional)	80
FIGURA 7. Sistemas De Geração De Energia Na Colômbia (2 Parte Do Mapa Nacional).....	81
FIGURA 8. Projeção da demanda para a geração de energia elétrica por as diferentes fontes 2008 – 2030	85
FIGURA 9. Mapa de projetos hidroelétricos do estado de Tolima	87
FIGURA 10. Tolima consumo de energia elétrica, baseados nos setores – anos 2009 a 2010	89
FIGURA 11. Mapa Político E Divisão Dos Estados Na Colômbia	96
FIGURA 12. Mapa Político Do Estado De Tolima Na Colômbia.....	98
FIGURA 13. Mapa Hídrico Do Estado de Tolima Na Colômbia.....	99
FIGURA 14. Produto Interno Bruto (PIB) A Preços Constantes Desde 1975 Até 2010.....	102
FIGURA 15. Distribuição do PIB por ramos de atividades econômicas- anos de 1975 até 2010 – Colômbia	104

FIGURA 16. Produto Interno Bruto Per Capita, 2011	109
FIGURA 17. Participação e Crescimento anual do Produto Interno Bruto- Variação entre Colômbia e o estado de Tolima.	110
FIGURA 18. Participação Porcentual por Ramos de Atividade do estado de Tolima. Nos anos 2011 e 2012.	111
FIGURA 19. Principais cultivos no estado de Tolima, áreas de cultivos e produção.	113
FIGURA 20. Mapa político do município de Prado com a localização específica do projeto hidroelétrico hidro Prado.	115
FIGURA 21. Deslocamentos populacionais e a sua classificação.....	126
FIGURA 22. Participação municipal no total de deslocados entre 1997 e 2008.....	138
FIGURA 23. Mapa População indígena e sua participação no total municipal.....	142
FIGURA 24. Mapa da representação ao nível nacional das comunidades indígenas.....	152
FIGURA 25. Mapa de representação das capitais receptoras dos deslocados pela hidroelétrica - Bogotá e Ibagué.....	180

LISTA DE TABELAS

TABELA 1. Tipos de infraestrutura: segundo a função e a cobertura geográfica.....	37
TABELA 2. Classificação de projetos hidroelétricos – potencial em produção.....	40
TABELA 3. Potencial e capacidade instalada em produção de energia elétrica através de projetos hidroelétricos em Latino América, 2010.....	46
TABELA 4. Classificação em potencial de produtividade dos principais projetos hidroelétricos na Colômbia.....	59
TABELA 5. Classificação comparativa de projetos hidroelétricos pelo seu potencial de produtividade entre Colômbia e Brasil	61
TABELA 6. Sistema de Transmissão Nacional – STN	82
TABELA 7. Geração e consumo de energia elétrica no estado de Tolima, baseado na classificação dos setores – anos 2009 a 2010.....	89
TABELA 8: Índice Do Desenvolvimento Humano – Desde O Ano 1980 Até 2013.....	119
TABELA 9. Instituições Educativas e quantidade de alunos em área de Prado junto com o setor de influencia da central Hidroelétrica Hidro – Prado.....	122
TABELA 10. Extensão de reservas intitulados e coloniais, e áreas solicitadas para uma ampliação de pequenas comunidades não reconhecidas.....	158
TABELA 11. Reservas Indígenas coloniais, constituídos e em processo de constituição – estado de Tolima e situação da comunidade Aco Viejo Patio Bonito.....	160

TABELA 12. Comunidades indígenas sem áreas definidas (2007).....	165
TABELA 13. Povoados e áreas de influência.....	167
TABELA 14. Deslocamento forçado do município de Prado área influenciada pelo projeto hidroelétrico Hidro – Prado	168
TABELA 15. Relação de povoados da área de influencia da usina hidroelétrica de Hidro Prado – município de Prado	170
TABELA 16. Evolução do número de pessoas por idade, deslocadas entre 1970 até 1986 no município de Prado.....	172

LISTA DE ABREVIACOES

- BID** – Banco Interamericano de Desenvolvimento.
- BM** – Banco Mundial.
- CEPAL** – Comissão Econmica Para América Latina e o Caribe.
- CMR** – Comissão Mundial de Represas.
- ELN** – Exercito de Liberao Nacional.
- EPSA** – Empresa de Energia del Pacífico S.A.
- FARC** – Forças Armadas Revolucionarias de Colômbia.
- FBC** – Formao Bruta de Capital.
- GPI** – Grandes Projetos de Investimento.
- IDH** – ndice de Desenvolvimento Humano.
- PIB** – Produto do Interno Bruto.
- PDNA** – Plano de Desenvolvimento Nacional Economico.
- PMI** – Project Management Institute.
- ODM** – Objetivo do desenvolvimento do milnio.
- ONU** – Organizao das Naes Unidas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
1. Grandes Projetos de investimento e desenvolvimento	25
1.1 Algumas questões sobre grandes projetos de investimento e o desenvolvimento.....	25
1.2 Os grandes projetos hidroelétricos como instrumentos de desenvolvimento regional.....	38
1.3 Infraestrutura e Projetos hidroelétricos na Colômbia.....	54
1.3.1 Projetos ao nível regional – Tolima.....	62
2. Matriz energética Colombiana	72
2.1 Evolução das políticas públicas energéticas da Colômbia	72
2.2 Matriz energética nacional – Colômbia	77
2.2.1 Sistema Interconectado – SIN e Zonas não interconectadas – ZNI	81
2.2.2 Transmissão energética, distribuição, importações e exportações de energia elétrica.	85
2.3 Matriz energética do estado de Tolima	86
3. Desenvolvimento rural, deslocamento forçado e a influência da hidroelétrica na questão socioeconômica do estado de Tolima (Prado)	91
3.1 Desenvolvimento rural, aspectos gerais e alguns indicadores econômicos e sociais na área da hidroelétrica.....	95
3.1.1 Alguns aspectos da economia impactada pela hidroelétrica.....	100
3.1.2 Alguns aspectos sobre indicadores sociais (IDH).....	117
3.2 A questão de deslocamento forçado e os impactos das comunidades indígenas frente às estratégias de desenvolvimento.....	125

3.3	Situação das diferentes comunidades indígenas impactadas pelas estratégias de desenvolvimento na Colômbia.....	141
3.4	Comunidades indígenas afetadas em Tolima e Prado nas áreas de influencia da hidroelétrica.....	159
3.5	Mudanças socioeconômicas nas áreas de deslocamento decorrentes da implantação da hidroelétrica (Prado).....	169
CONSIDERAÇÕES FINAIS		187
REFERÊNCIAS		193

INTRODUÇÃO

No começo dos anos de 1990, o crescimento econômico na Colômbia foi sustentável, assim como a grande maioria dos países da América do Sul, abrindo portas a novos investimentos, permitindo assim, a bonança econômica e evolução do capitalismo no país. Grandes projetos de desenvolvimento começaram a ser executados: extrativos, de infraestrutura e até energéticos. Relacionando-se ao desenvolvimento como parte desse crescimento econômico, mas, ao mesmo tempo, de forma projetada, imaginava-se que a criação de novas estradas, meios de transporte e o acesso à energia elétrica, seriam indicadores de progresso, bem-estar e melhoria da qualidade de vida a todos os colombianos¹.

E nesse contexto, foram sendo implantadas estratégias que permitissem avançar e evoluir, vinculadas a múltiplas mudanças, como a modificação parcial do consumo de energia térmica para a implementação de várias usinas hidroelétricas que abastecessem o país com energia limpa, marcando, assim, o panorama energético nas áreas rurais nos últimos anos e, ao mesmo tempo, tornando-se a principal fonte de produção de energia.

Com a finalidade de promover esse tipo de projetos para a utilização de fontes de energias não convencionais, com a intenção de gerar avanço no setor rural na Colômbia (um dos focos de análise deste trabalho), o Congresso aprovou a política pública 1715/2014, que regula a integração das energias renováveis no sistema convencional de energia, classificando esse tipo de energia em fontes renováveis tais como **hidroelétrica, biomassa, mare motriz, eólica, solar e geotérmica**. Tal política estabeleceu também o quadro legal e instrumentos através de investimento econômico para que as diferentes regiões do país incentivassem pesquisa e desenvolvimento de tecnologias mais limpas para gerar energia elétrica.

¹Quando se fala da Colômbia, é impossível não fazer referência aos principais atrativos turísticos e os seus recursos naturais. Um país de regiões que, pela sua localização geoestratégica (com dois oceanos, bacias hidrográficas, com um sistema montanhoso característico, zona de selvas, parques naturais, com grande potencial em recursos energéticos, petróleo, carvão, ouro) fazem com que seja cada vez mais chamativo a nível mundial. Com as características geográficas, o país conta com uma história econômica baseada na agricultura, estabelecida como sua principal força motriz na economia, ainda que, na atualidade, tenha uma porcentagem menor, é considerada uma das principais atividades econômicas, com o 9,3% da participação dos grandes ramos dentro do produto interno bruto nacional, isso segundo o Departamento Administrativo Nacional de Estadística (DANE, 2015)

No pensamento de Mesquita (2009) muitos desses grandes projetos trazendo a implantação de infraestrutura produtiva, hidroelétricas, rodovias, ferrovias, hidrovias e portos, seguindo a dinâmica do capitalismo que como se sabe, o desenvolvimento capitalista é por natureza desigual e excludente, e, portanto, não se espera que as distorções sejam corrigidas nesse processo. A responsabilidade é da sociedade.

A questão, segundo o autor, é como substituir o padrão de desenvolvimento por outro, num cenário dominado pelo individualismo, pela conjuntura imposta pela política neoliberal. Envolvendo múltiplos problemas socioeconômicos e ambientais ocasionando severos impactos. Um exemplo dos países que tem gerado grandes impactos negativos na implantação de grandes projetos de forma específica em projetos hidroelétricos (explorando as grandes características de territórios com grande variedade de recursos naturais) é o Brasil, conhecido por ser um dos muitos países com uma ampla experiência em hidroelétricas, e nessa construção de usinas já foi gerado grandes números de deslocamentos e impactos econômicos e ambientais em populações próximas aos megaprojetos (BARRABÁS, et al. 1992: 10).

Não é somente no Brasil que existem impactos com megaprojetos hidroelétricos. Na atualidade, em muitas das regiões da América Central e em múltiplos países da América do Sul sobressaem grandes projetos de energia através da construção de hidroelétricas que, ao mesmo tempo, geram a perda de muitos dos recursos naturais desses países: as selvas, zonas de bosques, mangues, assim como a desapareição de populações localizadas em pontos de interesses para a criação dos projetos hidroelétricos.

A Colômbia não é alheia a essa situação de impactos desses grandes projetos, aclarando que a matriz energética da Colômbia tem mantido uma composição muito semelhante durante as últimas décadas, com quase o 80% a geração de energia e gerado por hidroelétricas e o 20% restante pela energia térmica, sendo as duas fontes principais de energia no país (UPME, 2012).

Assim, os grandes projetos hidroelétricos, a principal fonte de produção de energia no país, vêm gerando grandes impactos que, na atualidade, são pontos de grande preocupação por parte de ONGs, organizações comunitárias, grupos ambientais que analisam esses impactos, já que foram pouco analisados quando da sua implantação no país, pois, ao trazer bons resultados em produtividade, em

estabilidade econômica e exploração de “recursos” que, aparentemente, são intermináveis, deixam de lado o fator social (populações e características do país).

Nesse contexto, apesar de se tratar de um tema com grande importância pessoal, já que relacionado à minha formação nas ciências biológicas, ainda é de bastante relevância na atualidade, já que, mesmo sendo idealizadas para geração de “energia limpa”, infelizmente o planejamento desses tipos de projetos são focados no crescimento econômico, gerando automaticamente um desequilíbrio, desigualdades notórias no espaço territorial próximo ao local da implantação dos projetos hidroelétricos, desastrosos impactos socioambientais ligados às populações periféricas, que, sendo categorizados, podem ter diferentes olhares e conclusões sobre as significativas modificações deste tipo de território, que é a base da produção alimentar para o país e que, claro, contribui de modo significativo na sua economia e é o modo de ingresso econômico para todas as famílias que envolvem o campo rural.

Deste modo, tais questões por meio do método de materialismo histórico dialético e adaptando uma pesquisa exploratória de abordagem qualitativa pela falta de material e estudos na área, serão analisadas no Projeto Hidroelétrico HidroPrado, liderado pela empresa EPSA (empresa colombiana encarregada da transmissão e distribuição de energia elétrica através das múltiplas hidroelétricas no país e no estrangeiro) e localizado no município de Prado no estado de Tolima.

Desde sua concepção, no ano de 1973, a usina conta com 42 quilômetros quadrados, recebendo as águas dos rios Negro e Cunday, aproveitando assim os recursos hídricos do município para a geração de energia elétrica, mediante a construção da usina contando com 4 unidades localizadas numa central subterrânea. Segundo o último informe da empresa, o projeto tem uma participação no sistema elétrico nacional de 0,53% (EPSA, 2014).

A análise concentrar-se-á principalmente nos impactos sociais do projeto. Num plano secundário, verificou-se a modificação da situação econômica que tiveram o município e o estado através dos anos de seu funcionamento do projeto, vislumbrando o desenvolvimento rural desde a inundação do território onde atualmente funciona a usina.

Sendo os rios o principal recurso natural empregado para a produção de energia hidroelétrica, no caso do município de Prado no estado de Tolima, esses rios faziam parte do território de comunidades indígenas, como são os casos de Yaporongos

taira, Aco viejo patio bonito, duas comunidades que, desde o começo do projeto hidroelétrico foram atingidas diretamente, obrigando seu deslocamento, mudando suas atividades econômicas e acarretando-lhes características culturais, até a ameaça de extinção.

No caso da comunidade Yaporongos taira, foram deslocadas 200 pessoas que faziam parte da população. Na atualidade, só 40 pessoas continuam sendo parte da comunidade indígena, sendo que as demais foram deslocadas para cidades como Ibagué (capital do estado de Tolima), Bogotá e Cali, cidades próximas ao município do projeto hidroelétrico. Já quanto à comunidade Aco Viejo Patio Bonito, a maior comunidade indígena nos anos 60, foram deslocados 400 habitantes nas cidades e municípios próximos a Prado. Hoje, somente 80 habitantes continuam participando ativamente da comunidade indígena depois da implantação do projeto hidroelétrico no município de Prado. (PREFEITURA LOCAL DE PRADO, 2000).

Por outro lado, no município de Prado, a implantação deste projeto hidroelétrico gerou grandes conflitos sociais, políticos, econômicos, ambientais e culturais, aos quais se soma a exclusão que as políticas públicas na Colômbia estão dando a estes tipos de impactos. Ademais, o município de Prado também tem sofrido grandes deslocamentos de população em razão das mudanças drásticas nas atividades econômicas, anteriormente baseadas na agricultura, sendo que cerca de 2300 pessoas deixaram o município atrás de melhores oportunidades em grandes cidades (PREFEITURA LOCAL DE PRADO, 2000).

Tal constatação confirma a grave problemática social que atravessa o município, item que se analisará de um modo mais profundo no atual trabalho, baseado no critério teórico e a situação atual das comunidades envolvidas ao projeto hidroelétrico Hidro–Prado.

Para levar a cabo a pesquisa, utilizou-se, principalmente, de informações secundárias, autores, expertos e estudos publicados na área e no território específico, para analisar os impactos no desenvolvimento rural do estado de Tolima, decorrente do funcionamento do projeto hidroelétrico Hidro–Prado, particularmente nos aspectos sociais da população.

Um dos grandes problemas da pesquisa foi a exploração secundária sobre o projeto e o território, sendo muito básico pela informação insuficiente, aliás, a informação encontrada era principalmente dada pela empresa EPSA, empresa que está na frente do projeto sem ter a visão social por parte da implantação deste tipo

de projetos e sim uma visão positiva do projeto e os supostos benefícios que brinda na região e no país todo, o que foi um problema grande para o andamento e à análise trabalho.

Para contornar essa situação, viajou-se à região para conhecer a realidade de uma forma direta, através do contato com a própria população atingida com a implantação do projeto. Apesar do pouco tempo de visita, foi possível conhecer a região, a população e a situação dos impactados, entretanto uma maior exploração e a obtenção de mais informações restaram prejudicadas, o que repercutiu no desenvolvimento do trabalho, razão pela qual resolveu-se por adaptar a estratégia da pesquisa, pela análise socioeconômica tanto ao nível nacional como regional/local, com o fim de contextualizar e confirmar através de dados estadísticos do que foi percebido e vivido na visita.

Ressalte-se que, sem contar com formação na área de Economia (já que minha formação é em Ciências Biológicas), tentou-se gerar essa análise com informação secundária que, ao mesmo tempo, foi limitada, já que na Colômbia os estudos realizados pelas organizações estatísticas não retomam desde o tempo de produção do projeto hidroelétrico. Assim, os poucos dados foram utilizados com a finalidade de dar suporte ao trabalho e à pesquisa.

Convertendo-se a pesquisa num desafio, querendo juntar múltiplos autores com maestria na área e uma população que, como muitas, são esquecidas, sem se conhecer a realidade, as modificações nos aspectos socioculturais e econômicos que, como será exposto, não só envolve os impactos à população camponesa, também se tem a referência de comunidades indígenas, que fazem parte de uma história nacional que necessitam desse entorno rural para praticar e desenvolver as suas atividades culturais, as suas atividades de renda, mas que são impactados, deslocados, e modificam completamente até deixar em risco da extinção pelo simples fato da ausência de planejamento, de políticas por parte do Estado, já que, como será explorado através do trabalho, o Estado participa na implantação de grandes projetos que, em muitos dos casos, são de empresas estrangeiras, deixando do lado os valores, a economia e as características próprias do país.

Quanto à abordagem da análise, pode se categorizar a pesquisa como qualitativa, considerando que existe uma subjetividade no processo de tomada de decisão, investimentos que será explorada e interpretada, enquadrando ao mesmo tempo a presente pesquisa como explicativa. Embasando também a pesquisa em revisão

bibliográfica, mediante informação secundária relacionada ao assunto, principalmente em projetos de grande investimento e as características gerais em impactos por parte de projetos hidroelétricos a nível mundial.

Neste sentido, a pesquisa é feita para saber ou se propor a analisar quais os desdobramentos que geram os projetos, como o caso da hidroelétrica Hidro-Prado, tudo sobre o local de implantação na questão social que diz respeito à população, ou seja, o objetivo é analisar os impactos no desenvolvimento rural do estado de Tolima; decorrente do funcionamento do projeto hidroelétrico, particularmente nos aspectos socioeconômicos e ambientais da população fazendo uma ênfase principalmente nos impactos de modo geral nas comunidades indígenas no território nacional e adentrando de modo local no município de Prado no estado de Tolima para conhecer a situação das comunidades indígenas consideradas impactadas pela implantação da hidroelétrica.

Para se chegar a atingir no objetivo geral da pesquisa que é analisar os impactos no desenvolvimento rural do estado de Tolima; decorrente do funcionamento do projeto hidroelétrico Hidro-Prado, particularmente nos aspectos socioeconômicos e ambientais da população, foram planejados 4 objetivos específicos os quais foram desenvolvidos em varias dimensões e técnicas de pesquisa, essas dimensões e estratégias utilizadas junto com os objetivos específicos são:

- O primeiro objetivo específico é caracterizar a matriz energética da Colômbia, isso apresentando a evolução, perspectivas e problemas apresentados ao longo da história do país. Para o desenvolvimento deste objetivo específico se realizou a identificação do modelo elétrico colombiano por meio do contexto histórico e referencial político, caracterizando os avances que o fundamentam isso por meio de um levantamento documental e revisão bibliográfica;
- O segundo objetivo da pesquisa é caracterizar e analisar aspectos socioeconômicos depois da implantação do projeto hidroelétrico Hidro-Prado no estado de Tolima na Colômbia. Para o desenvolvimento deste objetivo se realizou a identificação do referencial conceitual, ético e político que fundamenta a implantação de grandes projetos de investimento como estratégias de desenvolvimento, isso por meio de levantamento documental e revisão bibliográfica;
- O terceiro objetivo da pesquisa é identificar a situação e problemas que atravessam as comunidades indígenas no território nacional, impactadas pela implantação de projetos hidroelétricos. Para o desenvolvimento deste objetivo se

realizou análise do planejamento e implantações das ações previstas pelas políticas e intervenções do Estado que acolhem estas populações aos objetivos planejados, e a coerência dos seus elementos constitutivos, isso por meio de levantamento documental e revisão bibliográfica;

- finalmente o quarto objetivo é analisar os problemas atuais das populações impactadas pela hidroelétrica, principalmente as comunidades indígenas. Para o desenvolvimento deste objetivo se realizou estudo dos determinantes de ordem econômica, política, social e cultural em que se deu a situação atual destas populações (contexto histórico), isso por meio de levantamento documental (que sendo pouco e difícil o acesso a material documentário) e por meio de estudo de caso feito no município de Prado.

Da mesma forma, o trabalho foi dividido em 3 capítulos. No primeiro mostra-se por meio de um debate teórico o assunto de grandes projetos a nível mundial e a influência que tem o desenvolvimento, já que são eixos centrais para o andamento da análise, e de um modo mais enfatizado irá se expor os grandes projetos na Colômbia e também ao nível regional, os principais projetos do estado de Tolima (estado o qual se foca o atual trabalho).

No 2º capítulo demonstra-se a situação atual da matriz energética da Colômbia, expondo as principais políticas públicas e a sua evolução, chegando finalmente ao estado de Tolima, onde se expõe a matriz energética do estado, tudo isso para gerar uma contextualização atual do país e, no transcurso do trabalho, chegar ao objetivo que é a análise dos impactos no desenvolvimento rural do estado de Tolima: decorrente do funcionamento do projeto Hidro-Prado, particularmente no aspecto social da sua população.

No capítulo 3 discute-se o desenvolvimento rural com o debate de autores sobre o assunto, dando união com o contexto da situação atual do estado de Tolima desde a visão macro (nacional – Colômbia), fazendo a ênfase nos aspectos sociais, demonstrando o IDH do estado em alguns momentos da história e dando importância também às comunidades indígenas impactadas pelo deslocamento forçado decorrente de uma violência proveniente tanto de grupos armados ilegais quanto das estratégias de desenvolvimento por parte do Estado, exemplificando e contextualizando a situação destas comunidades étnicas a nível nacional e regional (Tolima). Ao mesmo tempo, expõe-se a situação econômica atual do estado e de alguns outros momentos da história, mostrando as principais atividades econômicas,

os aportes que o estado faz no PIB local e nacional e as mudanças ao passar dos anos, desde a implantação do projeto, finalizando assim o capítulo e dando passo às considerações finais.

CAPÍTULO 1

Grandes Projetos de investimento e o desenvolvimento

1.1 Algumas questões sobre grandes projetos de investimento e o desenvolvimento.

Segundo o PMI (Project Management Institute) os grandes projetos podem ser definidos como “um esforço temporário, empreendido para criar um produto, serviço ou resultado inclusivo”. Sendo temporário, por ter um começo e ao mesmo tempo é planejado o fim ou conclusão do mesmo, gerando assim, entregas exclusivas como resultado e com características singulares.

E na linha do pensamento de Bortoleto (2001) e objetivando o desenvolvimento regional, tentando preencher a lacuna deixada pelas superintendências e com os estímulos advindos dos programas especiais em muitos países, houve a criação de um novo padrão de planejamento, os Grandes Projetos de Investimento (GPI), que surgiu ainda como gerador de novas regiões.

Essas “novas regiões” decorrentes da implantação de estratégias nesse novo padrão de planejamento segundo Bortoleto (2001), sendo espelhadas nos grandes projetos de investimento a nível mundial, geram segundo Vainer (2007) uma forma de organização territorial que a tudo se sobrepõe, fragmentando o território e instaurando circuncisões e distritos que, no limite, configuram verdadeiros enclaves. Por esta razão é possível afirmar que estes constituem, quase sempre, importante vetores do processo de fragmentação do território. Ademais, hoje seu potencial estruturador reafirma a privatização de nossos recursos territoriais e reforça tendências ao enclave e à fragmentação.

O anterior exposto pelos autores sustenta o que o mesmo Vainer e Araújo (1990) afirmam, sendo caracterizados esses grandes projetos segundo eles, pela mobilização em grande intensidade de elementos da esfera produtiva do capital, como investimentos, força de trabalho, recursos naturais, energia e território.

Já o autor Mesquita (2011) afirma que contemporaneamente no Brasil continua-se a oferecer como alternativa ou estratégia de desenvolvimento esse modelo econômico herdado dos anos 70 do século passado, que tem por base o grande capital, a economia enclave, o vínculo externo com a implantação de projetos por parte de empresas privadas com o auxílio e base das políticas e apoio por parte do

Estado, sendo segundo o autor o caminho mais fácil para sair do atraso, da pobreza e da exclusão social e, por tanto, a solução para as desigualdades sócias espaciais, locais – regionais, que só tem se acentuado nesta logica do mercado dominado por este tipo de empresas ligadas a atividades intensivas em exploração de recursos naturais (minerais e agrícolas) vinculadas a cadeias globais de commodities. Contudo, Mesquita (2010) afirma que a implantação e o investimento neste tipo de projetos geram crescimento à economia local, ficando acima da média nacional, porem isso não garante o equilíbrio social e o próprio desenvolvimento econômico da população, pois o uso dos territórios, a implantação e andamento destes projetos na maioria dos casos não incluem às populações próximas às infraestruturas, o que gera desequilíbrio e desigualdades socioeconômicas.

Entendendo assim que os grandes projetos são processos que integram múltiplas áreas com o objetivo de atingir metas específicas, através de recursos e tentando gerar avanços principalmente econômico-sociais, mas não em todos os casos, pois o primordial são os focos nos aspectos econômicos gerando crescimento e desenvolvimento nesta mesma área.

Possuindo uma devida classificação, os grandes projetos podem ser classificados em três categorias: prestação de serviços, indústria e infraestrutura. Nessa mesma linha, podem-se caracterizar os grandes projetos de prestação de serviços, aqueles que contemplam os estudos técnicos de viabilidade, como a engenharia conceitual e básica de um produto específica. Já nos grandes projetos de infraestrutura, são aqueles que contam com projetos de energia, edificações, comunicações e finalmente na linha de categorias dos grandes projetos têm os projetos de indústria que incluem a implantação ampliação de áreas produtivas e manutenção de máquinas no processo de produção.

A aparição dos grandes projetos são decorrentes do processo de industrialização, sendo assim a industrialização o ponto de partida do atual trabalho, já que os grandes projetos classificados nessas três categorias expostas anteriormente serão usados para expor a relação com o desenvolvimento, o investimento e o crescimento econômico-social e a sua trajetória e evolução durante os últimos tempos e assim chegar ao objetivo principal que é a análise dos principais impactos socioeconômicos na questão de grandes projetos hidroelétricos da região de Prado no estado de Tolima, município próximo ao projeto hidroelétrico HidroPrado.

A industrialização, desde seu começo virou o fator fundamental para o desenvolvimento e implantação de grandes projetos que desde o início eram focados para o desenvolvimento econômico. De forma que com uma visão histórica, os países que se juntaram nas estratégias de modernização passaram pelo processo de industrialização, inclusive desde o ponto de vista social gerando avanços através dos anos. A partir da Revolução Industrial, alguns países se tornaram mais ricos e outros relativamente mais pobres, ou, de outra forma, alguns países realizaram a revolução industrial e se tornaram ricos, enquanto que outros, que não a realizaram e permaneceram pobres (LANDES, 1999, p. 168-169).

A contemplação do investimento e inovação mediante a implementação de grandes projetos, tecnologia e evolução técnica da estrutura produtiva como elementos básicos na constituição do processo capitalista radica da mente humana por inovar e colocar em prática novas estratégias para alcançar o desenvolvimento no caso socioeconômico, isso mediante a aplicação de novas fontes como implementação de infraestruturas e organização industrial com utilização de matérias primas que promovam o crescimento de bem estar nas múltiplas sociedades.

O desenvolvimento ligado ao crescimento industrial através da implementação de estratégias de modernização e infraestrutura como grandes projetos nem sempre estão relacionados com melhorias no âmbito social. Entre 1970-1993 teve aumento no PIB, mas expandiu-se a importação de cereais, e reduziu-se a produção de alimentos per capita nos países de Baixa Renda (SOUZA, 2007). Tendo ao mesmo tempo e como indica na anterior afirmação um êxodo rural, isso causado pelo aumento dos grandes projetos industriais os quais reduziram a produção de alimentos através da agricultura, causando assim inflação, dividindo crucialmente em múltiplas zonas o que de fato se conclui é que os grandes projetos são “geradores de novas regiões” (VAINER E ARAÚJO, 1992, p. 31), que sempre com a mesma dinâmica e objetivo a atingir com os benefícios ao desenvolvimento econômico através de mudanças e transformações que não só como já foi exposto, são vistos na dinâmica econômica, também no território onde são implantados,

Assim, as transformações no território causadas pelos grandes projetos são muitas, Neste processo de mudança, além de alterações patrimoniais (novos proprietários) e morfológicas (nova geomorfologia, novo regime hídrico, etc.), instauram-se novas dinâmicas socioeconômicas, novos

grupos sociais emergem na região de implantação, novos interesses e problemas se manifestam. (VAINER, 2008, p. 44 – 45).

Ao nível internacional a questão socioeconômica envolvida no desenvolvimento em perspectiva histórica, nota-se a formação de zonas centrais e ao mesmo tempo periféricas de desenvolvimento do capitalismo. Caracterizando as zonas ditas, constitui-se pelo conjunto de nações que utilizaram a revolução ideológica e tecnológica como ferramentas de desenvolvimento idealizadas através do investimento em infraestrutura, utilizando políticas públicas articuladas e empreendimentos privados para a formação e consolidação de grandes projetos com o objetivo de suprir as necessidades e abrindo passo ao progresso.

Como consequência da competição segundo Chavarro (2009), entre os diversos capitais em busca de lucro nos mais variados setores industriais, observa-se uma expansão dos grandes projetos para outras regiões do planeta, onde as taxas de lucratividade eram mais elevadas, devido à inexistência de concorrência e oferta local de certos produtos. Configurando-se e consolidando nos países um aparato industrial através de grandes projetos, permitindo a produção e comercialização com as colônias e outras nações dominadas por políticas econômicas, como uma alternativa dos lucros do uso das suas terras recebendo em contrapartida, os povos subordinados forneciam as matérias primas que em certos casos representavam-se em recursos naturais (dependendo o grande projeto implementado na região), de baixo valor para essas comunidades, porém sendo o item de produção para o projeto. Esse processo que foi dado durante um longo período de tempo, piorando em termos de acumulação de riqueza, sendo o passo para o desenvolvimento econômico, porém transcendendo a geração de problemas no equilíbrio de retribuição de pagamentos por a obtenção de recursos da periferia, um dos grandes fatores determinantes para a ocorrência de crises cíclicas no terceiro mundo, vistas de modo socioeconômico.

Circunstancialmente a influencia do modelo de desenvolvimento industrial ligado ao desenvolvimento e crescimento econômico junto com as instituições que o sustentam, não funcionaria da mesma maneira nas zonas periféricas, que incluem de modo geral diversas estruturas socioeconômicas.

Dessa forma se define “Desenvolvimento” como grandes mudanças nas vidas das pessoas, da estrutura produtiva e das múltiplas instituições que vinculam principalmente o investimento em grandes projetos para gerar o crescimento em

sociedades determinadas. Assim o desenvolvimento, é a transformação da realidade socioeconômica atrasada em uma realidade moderna, eficiente, gerando a melhoria de vida nas pessoas e campos de ação envolvidos.

Souza (2007) considera o desenvolvimento como base de um crescimento com mudanças estruturais que brinda melhorias nos diversos indicadores econômicos e ao mesmo tempo indicadores sociais. Ocorrendo em longo prazo e com um fortalecimento da economia nacional e claro, gerando uma ampliação da economia da produção e distribuição na parte do mercado através de projetos implementados no mundo todo, especulando que geram melhoria e bem-estar na condição de vida da população, analisando também que mesmo sem ser a característica principal para o desenvolvimento, a melhoria da renda, é fundamental no processo de desenvolvimento, já que a sua distribuição se chegar até as camadas mais pobres da população, se tem melhoria e evolução na educação, saúde, acesso á tecnologia e saneamento básico.

Contudo, é preciso gerar equilíbrios, isso através de políticas e programas para uma distribuição de renda equilibrada e indo associado ao crescimento econômico e industrial. Com a intenção de atender as demandas dos trabalhadores como mão de obra urbana por alimentos através de investimentos na agricultura para melhorar a produtividade do campo e gerar um equilíbrio entre a produção de grandes projetos que na maioria dos casos precisam de recursos do campo para seu funcionamento e claro o setor da agricultura como base de uma geração e satisfação da população com a produção de alimentos, sendo necessários investimentos no âmbito da agricultura, créditos, irrigação, insumos e técnicas avançadas de cultivo, já que como o autor Mesquita (2013) aponta:

Embora o sucesso destas empresas globais relacionados a exportações crescentes em termos de volume, valor e divisas geradas sirvam de argumento para ampliação e apoio governamental de novos investimentos, este crescimento particular/privado não se traduziu em termos de um desenvolvimento socioeconômico favorável à economia local/regional. Ao contrário, em muitos locais os que se constata é um descolamento dessa dinâmica global e regional. A alta especialização e o crescimento das exportações desses enclaves, por exemplo, não tem evitado uma desindustrialização da economia; favoreceu a concentração na terra e a renda pessoal; reorganizou o território em termos de acesso e controle com consequências desastrosas para a produção de alimentos em nível local/regional, além de deixar um passivo socioambiental crescente a ser custeado por todos. (MESQUITA, 2013, p. 11)

Para Gerschenkron (1973) só existe uma forma de desenvolvimento de modo equilibrado e é dada em etapas, isso caracterizando as diferenças dos tipos de progresso industrial, com suas diferenças e variações, já que o processo de industrialização expandindo a implantação de múltiplos projetos pode ser autóctone ou derivada; forçada ou autônoma; dedicada a bens de produção ou consumo; produção com inflação ou moeda estável; mudanças apenas quantitativas ou importantes transformações estruturais; continua ou descontinua; com progresso ou retrocesso da agricultura; motivada por propósitos econômicos ou políticos: 1.) a primeira dualidade, entre industrialização autóctone ou derivada, diz respeito a ligação com a economia de outros países mais avançados e aí tem-se como referência a Dinamarca, sendo um exemplo de industrialização com a implementação de grandes projetos como estratégia para gerar desenvolvimento; 2.) a industrialização pode ser autônoma ou forçada. O governo pode estabelecer um marco legal, tomar medidas reguladoras e manter a infraestrutura, neste caso com o objetivo de gerar o incentivo preciso para um desenvolvimento autônomo.

De outro ponto de vista, segundo o autor, existe a intervenção direta pela gestão de projetos de infraestrutura e industrialização de propriedade estatal e neste caso a industrialização é forçada; 3.) a inflação pode surgir no processo de industrialização como no caso de uma economia fechada com poder aquisitivo; 4.) todos os processos de industrialização através da implementação de projetos alteram a estrutura da economia, porém existem alguns projetos que só expandem o produto, aumentando e espalhando mais projetos industrializados já existentes, sem gerar uma mudança na parcela da indústria no produto nacional; 5.) o desenvolvimento pode ser contínuo ou descontínuo. Na perspectiva do desenvolvimento contínuo, é aquele que não se dá por saltos, mas de forma relativamente estável por um tempo longo, tendo ausência de mudanças; 6.) a agricultura pode e deve ter um papel mais ativo. A produtividade da agricultura deve aumentar para possibilitar o abastecimento das populações urbanas industriais e também a agricultura atua como mercado em expansão para os produtos industriais.

Para o autor Gerschenkron (1973. P. 4-9) se existisse um planejamento prévio sem esperar que o resultado do desenvolvimento econômico supere as questões sociais que irão aparecendo ao recorrer da implantação do projeto, como ter o olhar no território principalmente nas áreas periféricas que geralmente envolvem o setor rurais sendo territórios importantíssimos para o abastecimento de alimentos através

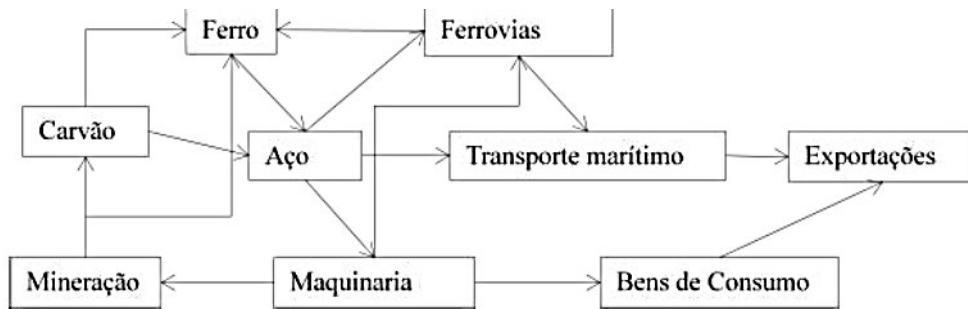
de atividades agrícolas, e, além disso, procurar acompanhar e brindar as possibilidades de estabilidade com investimento nas atividades agrícolas para as pessoas atingidas às quais modificam radicalmente seu território, começando e muitos dos casos com deslocamento e obviamente decorrente disso, modificação nas atividades, cultura, aspectos sociais, e ingressos econômicos da população.

Na mesma linha do pensamento em desenvolvimento, também cabe citar o autor Hirschman (1961) que fundamenta o desenvolvimento desequilibrado, já que ele aponta que o desenvolvimento deve ocorrer de forma simultânea em diversos âmbitos, tendo um equilíbrio de crescimento, o que não acontece e segundo o autor argumentando que as inter-relações, à montante e à jusante, não surgem de maneira simultânea, pois envolvem um processo sequencial de aprendizado e desenvolvimento (KATTEL; KREGEL; REINERT, 2009). O pensamento do autor sempre teve oposição da teoria do desenvolvimento equilibrado o qual é aquele que compara dois pontos estáticos; um ponto inicial equilibrado do subdesenvolvimento e também o ponto final, quando já teve sucesso no processo de desenvolvimento, sendo representados em resultados finais de uma série de evoluções desiguais de um setor, seguido por outros setores que procuravam alcançá-lo, esses setores principais são propagados para os setores satélites da econômica, de uma indústria para outra e assim sucessivamente, sem existir uma preocupação durante o processo de desenvolvimento com os possíveis desequilíbrios que poderiam gerar durante estes, pois estavam centrados na produção e implementação de grandes projetos no avanço da industrialização, pensando que os possíveis desequilíbrios poderiam ser superados rapidamente enquanto o processo continuava, desde este ponto de vista pode-se determinar que o desenvolvimento devesse ser visto desde todos os aspectos para que seja gerado um equilíbrio enquanto vá avançando e desde o começo, já que se não for planejado em visão geral, não será completo um desenvolvimento socioeconômico estável, o que fundamenta e discorda o autor; O progresso econômico não ocorre ao mesmo tempo em toda parte (HIRSCHMAN, 1961), denominado assim como o crescimento desequilibrado.

O desenvolvimento deveria favorecer, de acordo com Hirschman (1961) não só os grandes projetos e sim a população como setor social já que aí é onde se apresenta um grande desequilíbrio, sendo que a expansão da produção e implementação de grandes projetos com a visão de industrializar, impacta direta e indiretamente, outros setores por meio das relações mutuas, isso é visto na seguinte gráfico o qual expõe

as relações dos principais campos de investimento em relação com a implementação de grandes projetos que trazem ao mesmo tempo portas ao desenvolvimento, que se não se tem em conta o setor social (no caso a população que envolve o setor de implementação) não se terá um crescimento de forma igualitária.

FIGURA 1. Relação Dos campos de investimento e produção de grandes projetos.



Fonte: Ray, 1998.

O que Hirschman (1961) também resgatava se se analisa desde o ponto de vista socioeconômico é que para o crescimento e desenvolvimento no processo inicial existe uma tolerância ao respeito do crescimento de desigualdades junto com a implementação de grandes infraestruturas, porém essa tolerância ficava nula se os grupos de baixa renda o que envolve as populações, não obtém benefícios durante o processo. Persistindo este cenário, tensões internas alimentadas pelas desigualdades levam a instabilidade política (SNOWDON; VANE, 2005, p. 558-560).

Desde Max Weber, muitos foram os cientistas sociais que analisaram as atitudes e crenças culturais 'corretas' como condições (pré-requisitos) para o progresso econômico, da mesma forma que teorias anteriores davam ênfase à raça, ao clima e à existência de recursos naturais. Nos anos 50, novas teorias culturais do desenvolvimento em voga, competiam fortemente com as econômicas (que davam ênfase à formação de capital), com a teoria Weberiana da Ética Protestante sendo modernizada e adaptada [...]. De acordo com a minha maneira de pensar, as atitudes mencionadas como sendo pré-condições da industrialização poderiam ser geradas "no próprio processo" por certas características da industrialização [...] (HIRSCHMAN, 1983, p. 20).

Baseado nesse âmbito social e ingressando na influência cultural, característica típica e diferente em cada região, Chang (2007) baseado na linha do desenvolvimento desequilibrado aponta que a influencia de cultura de cada país, pode gerar certas incompatibilidades com o desenvolvimento, afetando a entrada da industrialização e capitalismo através da formação de grandes projetos os quais precisariam de recursos para gerar e evoluir ao que respeita com o crescimento

econômico e social. E na linha de desenvolvimento econômico com ligação do âmbito social, também se tem o pensamento de Furtado (1983) que igual que Hirschman (1961), tende a se preocupar por um equilíbrio no desenvolvimento socioeconômico.

Assim, o conceito de desenvolvimento compreende a ideia de crescimento, superando-a. Com efeito, ele se refere ao crescimento de um conjunto de estrutura complexa. Esta complexidade estrutural não é uma questão de nível tecnológico. Na verdade, ela traduz a diversidade das formas sociais e econômicas engendrada pela divisão do trabalho social. (FURTADO, 1983, p. 78).

Desta forma é chave analisar que a existência de infraestrutura adequada e o acesso a estas são elementos de muita importância na busca de geração de estratégias que tendam ao melhoramento da qualidade de vida da população e em geral dos grupos sociais, claro que tendo em conta o equilíbrio desde os inícios de implantação destas infraestruturas de grandes projetos, para não gerar um desenvolvimento desequilibrado que na maioria das vezes é dado como foi afirmado pelos autores Hirschman (1961) e Furtado (1983).

Alguns estudos têm gerado grandes relações quantitativas sobre o impacto da infraestrutura no PIB. Esses estudos, por exemplo, Aschauer (1990) registrando incremento da elasticidade do ingresso de 0,39 ao respeito do PIB nacional, Démurger (2001) estimou uma elasticidade de ingresso do 0,55 ao 0,68 respeito ao PIB. Da mesma forma, o Banco Mundial afirma que “para o caso de América Latina e o Caribe cada ponto porcentual no crescimento tem estado envolvido com um crescimento proporcional no *stock* de infraestrutura” (BID. 2004).

No âmbito da América-Latina no final da Segunda Guerra Mundial, a ONU criou uma representação para analisar a economia destes países; denominada (CEPAL). Convertendo-se uma instituição de pensamento econômico, difundindo ideias desenvolvimentistas e estruturalistas. Prebisch (1964) foi um dos pioneiros do estruturalismo latino-americano, tendo trabalhado como secretário executivo da CEPAL desde 1949, pouco após sua criação. Neste período publicou *O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas* (PREBISCH, 2000), texto que também ficou conhecido como o manifesto da CEPAL. Nele, Prebisch (2000) realizou uma crítica fundamental à teoria ricardiana das vantagens comparativas, vindo a inspirar a industrialização das economias subdesenvolvidas.

“A estrutura social predominante na América Latina opõe um sério obstáculo ao progresso técnico e, por conseguinte, ao desenvolvimento econômico e social.” (PREBISCH, 1964, p. 12).

Como manifestações disso: “tal estrutura entorpece consideravelmente a mobilidade social”; “a estrutura social se caracteriza em grande parte pelo privilégio na distribuição da riqueza, e assim, da renda”; “[...] este privilégio distributivo não se traduz em forte ritmo de acumulação de capital.” (PREBISCH, 1964, p. 12). Esse entorpecimento é refletido na divisão do sistema econômico, de forma específica a divisão estava dada em periferia e centro que expõe a divisão internacional de trabalho, onde essa divisão entre países igualmente industrializados, quer dizer com a estrutura de grandes projetos os quais aportavam no crescimento e gerava características únicas aos países que os implementavam, denominando países desenvolvidos, obtendo assim de forma equilibrada grandes benefícios socioeconômicos. Mas, isso não era visto se era gerada uma comparação com os países de produção primária.

Segundo Prebisch (2000), a América-Latina caracterizou-se na linha de divisão de trabalho como países que produziam matérias primas e alimentos para os múltiplos centros industriais. Neste sentido, não tinha espaço para entrar a industrialização de novos países. Porém, os países da periferia não recebendo os benefícios do processo técnico de industrialização e infra-estruturação, não sustentava a visão de divisão de trabalho o que abria as portas para promover políticas e programas para a promoção da industrialização.

A partir de alguns fatos históricos, tais como a Grande Depressão, segundo Prebisch (2000) permitiu introduzir a industrialização na América-Latina, sendo considerada assim como o único meio para estes países receberem benefícios do progresso e desenvolvimento econômico que estava em andamento a nível mundial. O aumento da atividade econômica verificado na maioria dos países da América Latina aumentou o nível de emprego, fazendo com que as importações aumentassem até um patamar superior ao das exportações, o que de modo econômico tinha uma aceitação positiva no começo dos investimentos de grandes projetos através da industrialização e ressaltando que a solidificação de investimento estrangeiro e nacional com grandes projetos não era incompatível com a produção primária (característica básica da América-Latina), pelo contrário muitas das produções são baseadas nos recursos que contam e geram nas múltiplas regiões.

Neste sentido e baseados na realidade Latino-americana, nota-se uma grande importância na implementação e desenvolvimento de infraestrutura como base do início de grandes projetos, Parecendo assim que a infraestrutura tem uma ampla relação de forma positiva com aquelas zonas ou regiões de maior desenvolvimento em produção primária, que com a existência previa das dinâmicas sociais e econômicas permitem consolidar círculos virtuosos ou retroações positivas como afirma o BID:

[...] O impacto efetivo não resulta só da construção da infraestrutura, mas sim, de diversos fatores transformadores entre os quais se destacam; 1.) que os serviços, proviam demandas efetivas; 2.) uma gestão adequada e equilibrada com linhas na questão social; 3.) que as novas obras estejam acompanhadas de outras políticas setoriais que consolidem a demanda e finalmente; 4.) que a provisão de infraestrutura de diversos tipos permitam aproveitar as sinergias que possam se gerar entre elas (BID, 2000. P. 15).

E assim como o capital não pode ser tratado de uma forma homogênea, a infraestrutura, também não, pois sob infraestruturas localizam-se construções de diferente natureza, atuação e múltiplos impactos e consequências, o que aponta a não existir uma definição precisa do que pode-se entender como infraestrutura e também não uma taxonomia única de esta. Mas tem-se definições como realiza o BID (2000); sendo o “conjunto de estruturas de engenharia e instalações de longa vida útil que constituem a base sobre a qual se produz a prestação de serviços e produção de bens, considerados necessários para o desenvolvimento de fins econômicos e sociais” (ROZAS; SÁNCHEZ. 2004), fazendo sínteses do que Marx agrupava como *meios de produção gerais*, na medida que articulam todos os demais. A natureza de servir á “sociedade toda” que faz que as obras de infraestruturas tenham caráter de bem público, envolvendo a questão social, isso pensando no benefício das regiões inteiras e não só indivíduo sejam caracterizados como pessoas ou empresas. Além disso, de modo geral, representem grandes investimentos, que ao ser dificilmente desenvolvido pela maior parte das pessoas e firmas privadas o que faz necessário a participação estatal como setor público e também o setor privadas através de grandes empresas, dispostas a realizar as obras.

Sob essa definição tem um universo de natureza as quais poderiam ser classificadas de múltiplas formas, assim, por exemplo, poderia ser classificada a infraestrutura segundo os objetivos a atingir, abrindo as possibilidades de atingir no

desenvolvimento econômico, social, ambiental, acesso a informação e conhecimento; ou pela escala dos empreendimentos, seja no setor urbano, rural, nacional ou internacional. Mas:

As obras de infraestrutura destacam-se pela conformação de redes, de forma que estas classificações terminam se apagando na medida em que, por exemplo, a construção de estradas numa cidade pode melhorar o acesso e a conexão com o resto do país e com o mundo (Rozas e Sánchez. 2004, p. 10).

Tabela 1. Tipos de infraestrutura: segundo a função e a cobertura geográfica.

Setores – tipos	URBANA	INTERURBANA	INTERNACIONAL
Transporte	Rede de estradas, ferrovias urbanas.	Estradas, vias férreas, rotas de navegação, portos, aeroportos.	Portos, aeroportos, estradas rotas de navegação, vias férreas
Energia	Redes de distribuição elétrica e gás, usinas de geração e produção, estacoes transformadoras.	Redes de transmissão, gasodutos, oleodutos, plantas compressoras, centros de produção de petróleo e gás, centrais de geração elétrica.	Redes de transmissão, gasodutos, oleodutos.
Telecomunicações	Redes de telefonia fixa e de celular.	Redes de telefonia fixa e celular, antenas micro-ondas, satélites.	Satélites, cabos submarinos.
Desenvolvimento social	Hospitais, escolas	Usinas e canais de irrigação	
Meio Ambiente	Parques e reservas urbanas	Parques, reservas, territórios protegidos, circuitos de ecoturismo.	Parques, reservas, territórios protegidos, circuitos de ecoturismo.
Informação e Conhecimento	Redes, prédios, televisão.	Sistema de educação a distancia.	Redes.

Fonte: BID (2000, 18) – Tradução ao português livre.

A tabela anterior sintetiza a classificação da infraestrutura através do estudo do BID (2000), onde é ressaltado o fato de que o único tipo de infraestrutura que é desagregada é denominado “infraestrutura econômica” (integrada pelos setores de transporte, telecomunicações e energia), enquanto ao outros grandes grupos são agregados. Porém, segundo García (2005) esta infraestrutura econômica ou estratégica esta longe de ser considerada de forma interna, homogênea, pois as consequências ou impactos operados pelo setor energético podem ser bem diferentes das execuções pelo setor de transportes e pelo setor de telecomunicações.

Desta forma, as grandes obras de infraestrutura idealizadas para utilização de grandes projetos, que na atualidade são multiplicadas ao nível mundial, concebidas e instaladas com intenções de gerar desenvolvimento regional, mas com as múltiplas possibilidades de atingir por meio de impactos a população e mesmo o crescimento como principal objetivo, necessitando assim da implementação de

políticas de desenvolvimento por parte do poder público, seja no âmbito nacional, estados ou municípios. Tentando assim reverter os impactos negativos a uma visão positiva às áreas onde são implementados os grandes projetos.

Porém, com a ausência das políticas que sustentam o desenvolvimento socioeconômico, ficam em muitos dos casos meramente no planejamento, mas nunca sendo executado, o que sustenta a abertura da industrialização como foi apresentado na primeira parte deste capítulo, que em muitos dos casos se dá passo à industrialização basicamente com o olhar econômico gerando para Bortoleto (2001), um crescimento econômico temporário, porém, não pode ser confundido com um desenvolvimento regional, já que os impactos desse ingresso de infraestruturas idealizadas em grandes projetos de investimento geram processos de desigualdades que ao final de conta é a população (setor social) os realmente afetados.

Com este fim, irá se enfatizar os principais impactos de grandes projetos, especificamente dos projetos de geração de energia hidráulica, isso no último capítulo do atual trabalho expondo a situação do estado de Tolima, estado da Colômbia, apresentando impactos decorrentes da implementação de infraestrutura idealizada e gerada para a produção de energia elétrica através de recursos hídricos da região.

1.2 Os grandes projetos hidroelétricos como instrumentos de desenvolvimento regional.

A água é considerada como recurso natural, fonte de riqueza e ao mesmo tempo eixo de múltiplos conflitos e está presente sendo o insumo principal das atividades produtivas mais importantes, tais como; agricultura, indústria e geração de energia em todas as etapas (WEC, 2010). Porém, devido a que sua distribuição natural, não corresponde com a sua distribuição política e ao grande número de atividades que dependem da disponibilidade da água, as pressões sobre o recurso põem em risco a sustentabilidade e o modelo mesmo de desenvolvimento. A disponibilidade e a correspondente gestão dos recursos hídricos de um país ou território determinado será diferenciada em contexto de abundância ou escassez. Somando a isso, a localização geográfica é um aspecto relevante na hora de identificar problemáticas e particularidades comuns.

Nessa perspectiva, a água como recurso principal em atividades produtivas faça parte de recurso das usinas ou embalses são que são definidas como obras de infraestrutura com classificação específica que pretendem transformar o regime de escoamento superfície de uma bacia por meio de sua obstrução do canal (BAIAIRÓN. 2002, p. 225). Aliás, sua construção é considerada como uma das possíveis gestões de regulação dos recursos hídricos para a satisfação das diversas demandas e pressões que sobre os mesmos são gerados (ICOLD, 2013).

Em concordância com Balairón (2002), as múltiplas demandas que são a expectativa a atender, não só dependem somente dos recursos, mas também das infraestruturas disponíveis e do nível de garantia que se quer assegurar, o que indica que as usinas, são consideradas como corpo de água artificiais nos quais se concentra parte da oferta hídrica do território e estão conectados diretamente com a bacia coletora, mas também a importância de estabelecer uma ligação entre as barragens e desenvolvimento, são porque estas infraestruturas que dependo o tamanho podem ser consideradas como grandes projetos de investimento têm sido ao longo da história, ferramentas de desenvolvimento para as comunidades no que respeita ao fornecimento de recursos energéticos, dando ênfases também na disponibilidade de energia se tem que;

A disponibilidade de energia é essencial para o desenvolvimento socioeconômico de uma nação. É vantajoso usar a energia que é limpa, eficiente, confiável e renovável. As hidroelétricas atendem a todos estes requisitos. Em países onde uma grande evolução de desenvolvimento ainda esta bem na frente, muitas vezes existem boas condições para fontes de energia renováveis. A fonte tecnicamente mais avançada e econômica de energia renovável é energia através das hidroelétricas (ICOLD – CIGB, 2013).

A citação acima indica claramente a importância da energia nos países gerando melhores resultados no processo de desenvolvimento, porém, apesar de ter efeitos positivos, é importante notar que até hoje tem sido demonstrado que os efeitos de modo geral falando em implantação de grandes projetos, não sempre tem sido positivos. O que concerte á construção de barragens é um fenômeno que ocorre no mundo todo envolvendo dimensões sociais, ambientais e principalmente econômicas que estão em matéria de desenvolvimento, gerando debates em torno a como os projetos tem um respetivo sucesso ou fracasso para alcançar metas de desenvolvimento em diferentes regiões.

Na implantação de infraestruturas como grandes projetos existe uma classificação, e essa realidade não está longe dos projetos hidroelétricos, pois também existe uma devida classificação. As usinas elétricas podem ser classificadas de acordo com seu propósito, seu tamanho e o material ou técnica de construção da barragem (HERSCHY, 2012) Não só pode ser consideradas as anteriores categorias como classificação de projetos hidroelétricos, também existe a classificação de propósitos, sendo que podem ser classificados em uni-propósito e multi-propósitos, isso dependendo de se servem esses projetos a vários usos e interesses ou só a um, entre esses usos e interesses estão: a geração de energia; provisão para o consumo humano, controle do embalse, irrigação, navegação, pesca, turismo, entre outros.

De acordo com o tamanho, os projetos hidroelétricos são classificados mais por razões estadísticas e produtivas que por interesses ou razões de implementação, as denominadas grandes barragens são aquelas que completam as seguintes condições de classificação: barragens de entre 5 e 15 m de altura ou mais, e um volume de embalse de 3 milhões de m³; ou barragens de 10 m de altura e 500 m de longitude ou mais; ou, barragens de 1 milhão de m³ de capacidade de armazenamento, ou, barragens de capacidade de derrame de mais de 2000 m³/s. (ICOLD, 2013) e com uma potência de produção de mais de 10MW de potência elétrica, no caso das minicentrals hidráulicas que são a segunda classificação em projetos hidroelétricos, são consideradas assim pela potência de produção de entre 1MW e 10MW, e finalmente as denominadas micro centrais hidroelétricas que são aquelas com potência de produção elétrica de menos de 1MW de potência, sendo mais explícito na seguinte tabela.

TABELA 2. Classificação de projetos hidroelétricos – potencial em produção.

CLASSIFICAÇÃO DE PROJETOS HIDROELÉTRICOS	Potencial em produção
Centrais hidroelétricas de grande potencial	>10WM
Minis centrais hidroelétricas	Entre 1WM e 10WM
Micros centrais	Menos de 1WM

Fonte: OLADE – 2013 - adaptação própria

A construção e implantação de infraestruturas desenvolvidas em projetos hidroelétricos têm sido intensificadas mundialmente nos últimos 50 anos, as razões

para isso, tem sido diferenciada em contextos tanto de abundancia como de escassez. Assim como nos países os quais a disponibilidade do recurso é limitada, para o autor Balairón (2002) a construção de usinas obedece a uma logica de otimização e eficiência para gerar um equilíbrio ao acesso do recurso hídrico em períodos de sequia ou falta de chuvas no território, desta forma as usinas são consideradas reservatórios de água. Em contraste à situação anterior, nos países nos quais a disponibilidade do recurso é muito grande, a construção de usinas pode obedecer a objetivos que no caso podem ser de diversas magnitudes, tais como; a implementação de projetos hidroelétricos com o objetivo de abastecer água potável de assentamentos humanos; ou gerar aproveitamentos econômicos a pequenas, medianas e grandes escalas como é no caso de América-latina com a entrada em operação de megaprojetos. Ao mesmo tempo, este tipo de projetos e principalmente a sua implementação tem sido favorecida, pelo apoio financeiro dado por organismos multilaterais, com o objetivo de satisfazer a demanda de energia nos países da região e de favorecer a diversificação da matriz energética mundial com fontes de geração renováveis (CEPAL. 2004).

Contudo, pode se afirmar que, em contextos de abundancia, os custos de geração de energia elétrica através dos recursos hídricos (principal matéria prima das hidroelétricas) são baixos, fazendo uma comparação com a geração de energia elétrica através de fosséis. A razão principal é que não existe o custo variável pelo combustível, porém, a implementação de projetos hidroelétricos, principalmente os megaprojetos hidroelétricos são afetados, entre outras causas pelos custos iniciais de investimento, operação e manutenção, o fator da planta, a vida econômica útil do investimento e o custo do financiamento do projeto. Desta forma, a construção de este tipo de megaprojetos requer altos investimentos de capital para as obras civis, razão pela qual, como já foi dito, os países da região tem acudido ao endividamento na banca internacional. O que respeita à história da implementação dos projetos hidroelétricos no Brasil, Vainer (1997) citado por Viana (2003) aponta:

A história de grandes barragens parece ser a mesma em toda parte. Em todo o mundo a grande barragem serve ao mesmo modelo de desenvolvimento. Nos mais diversos países, os grandes projetos hídricos buscam impor um mesmo padrão de apropriação e uso dos recursos naturais. Nas mais variadas latitudes a coalizão de interesses políticos e econômicos que promove grandes hidroelétricas tem mais ou menos a mesma composição (...) similares são, aqui e ali, os beneficiários da energia gerada pelas hidroelétricas (...) (VAINER, 1997 citado por VIANA. 2003. P. 13).

A utilização da energia hidráulica está-se experimentando desde a era Romana, há 2000 anos, com grandes limitantes especialmente tecnológicos não permitiram grandes avanços até 18 séculos depois. Para 1912 o dinamismo central das usinas hidroelétricas permitiram um crescimento e desenvolvimento nas tecnologias para transportar e transmitir a energia elétrica, para a época e até 1925 a energia elétrica consumida e que era gerada em usinas hidroelétricas era o 0.6%. E em 1971, a geração de projetos hidroelétricos a nível mundial foi de 1.307.000 giga-watts/hora, que representa um incremento de 15 vezes com respeito a 1925. Atualmente no mundo existe mais de 45.000 hidroelétricas, ainda que a construção nos países do norte chegasse ao seu máximo nível até a década dos setenta devido a que os lugares propícios para estes projetos já foram utilizados em esses países, pelo que a geografia da zona andina em países do sul, proporcionou cenários atrativos para o desenvolvimento estável deste tipo de megaprojetos, ainda quando o informe da Comissão Mundial de Represas (CMR, 2000).

A implementação de projetos hidroelétricos em uma perspectiva histórica, pode-se dizer que teve dois momentos importantes. O primeiro foi no que respeita a infraestrutura, quer dizer o tamanho das múltiplas usina a nível mundial, começando pro final do século XIX se expandindo até meados do século seguinte, sendo assim, no começo do século XX já os projetos hidroelétricos estavam presentes com uma altura de máximo 15 metros de altura e a meados do mesmo século XX existindo um numero amplo de projetos hidroelétricos com uma infraestrutura maior, tendo grandes números de projetos com uma altura superior a 15 metros (altura inicial de implementação de projetos deste tipo).

Com os fins ditos anteriormente, tais como uso domestico de água (principalmente nos lugares que a escassez da água era bastante presente), irrigação para cultivos e atividades agrícolas e principalmente com a implementação dos grandes projetos hidroelétricos, para a geração de energia elétrica. Vindo assim o segundo momento já que estes projetos tende a necessidade forte de apropriação de territórios onde o recurso hídrico esteja presente, permitindo assegurar uma conexão reticular da que depende o modelo de garantir um circulo produtivo.

É por essa razão, que frente a uma crescente dependência de recursos naturais, há a necessidade de espalhar em termos da infraestrutura projetos ao largo do planeta para conectar certos lugares entre si, sendo que o modelo de

desenvolvimento econômico deve incorporar novos territórios na lógica da acumulação.

O que traz principalmente nos anos 1960-1970 uma percepção e críticas aos impactos sócio – ambientais decorrentes da construção e implementação destes projetos hidroelétricos, principalmente com as populações próximas a esses projetos o que se confirma que com a implementação destes grandes projetos, de modo específico a apropriação do território para o desenvolvimento do mesmo, junto com um conjunto de aspectos que influenciam essa apropriação, principalmente aspectos políticos e econômicos sem existir uma interação com as regiões populacionais que fazem parte do território de apropriação consolidando de modo notável impactos e de modo sistemático a geração de desigualdades preexistentes na atualidade. O autor Vainer (1990) ressalta que:

A literatura tem abordado sob os mais diversos pontos de vista os chamados impactos sociais e ou ambientais dos grandes empreendimentos hidroelétricos. Quase sempre realizados em regiões periféricas, eles tem imposto às populações das áreas onde se implantam rápidas e profundas alterações nos meios e modos de vida: deslocamento compulsório de milhares ou dezenas de milhares de pessoas, desestruturação das atividades, econômicas e dos mercados de trabalho e de terras, rupturas de teias de relações sociais, afluxo de populações que pressionam as já precárias rede de infra-estrutura e serviços básicos, mudanças na qualidade da água, no curso e regime dos rios com graves consequências tanto para as condições sanitárias quanto para as atividades econômicas (pesca, agricultura de vazante) etc. Ao invés de funcionarem como focos difusores da modernidade e do processo, como prometem coloridos prospectos e vídeos propagandísticos, o reordenamento territorial resultante da construção destes grandes aproveitamentos hidroelétricos tem sido acompanhado pela multiplicação de carências de toda ordem (VAINER, 1990, p. 557).

No começo da implementação deste tipo de projetos que vindo de mão da industrialização vinham com um discurso de desenvolvimento econômico tentando gerar uma segurança nacional, além disso, apresentavam um caráter discreto ao que respeita a implantação, também múltiplos incentivos estatais e pouca análises e avaliações sobre as alterações que são geradas a nível socioeconômico, questão cultural e ambiental, isso nas múltiplas regiões onde são evoluídos este tipo de projetos.

Contudo Jong (1993) citado por Bortoleto (2001) salienta que houve uma grande frustração quanto às expectativas de desenvolvimento regional pela implantação dos empreendimentos hidroelétricos. Sendo caracterizada por uma série de etapas, a construção civil das hidroelétricas constitui-se no período de maior dinamização dos processos regionais afetados. É neste momento que ocorre a mobilização de

recursos humanos e materiais, ou seja, que se iniciam as transformações no espaço regional, por meio do uso de novas técnicas, além de uma intensificação do fluxo de capital que interfere na atividade econômica local, havendo, sobretudo uma ampliação da estrutura urbana, pois grandes contingentes populacionais se dirigem às regiões próximas das obras, formando novos assentamentos ou adensando os preexistentes.

Segundo Bortoleto (2001) ainda sendo constituídos em enclaves, os grandes projetos hidroelétricos eram expostos como já foi dito anteriormente da visão positivista como estratégias de desenvolvimento, estruturadas e categorizadas em grandes investimentos de diversos setores que se supõe que promovem de modo geral a expansão do produto interno bruto e da tributação da econômica e a redução das desigualdades inter-regionais. A presença de projetos hidroelétricos teve seu grande momento com maior expansão com posterioridade da segunda guerra mundial e alcançou a máximo tope em Europa e Estados Unidos na década dos sessenta. A expansão do seu uso em Ásia e América Latina se fez evidente na década dos setenta e nos anos oitenta em África (CEPAL, 2011). Desde esta década a geração global de energia hidroelétrica começou o aumento em um 20% em países da Ásia e América Latina em consideração a que Japão, Estados Unidos e Canada tem explorado de forma individual cerca do 70% do seu potencial hidroelétrico e a Europa tem feito só a metade da sua exploração, em contraste com o caso do 10% de potencial hidroelétrico que tem sido explorado em África, China y América Latina. Isso explica o porquê do interesse do fomento de projetos hidroelétricos no subconsciente (MC-CULLY, 2004; OLANDE, 2012).

Em América do Norte e Japão se gestou a grande maioria dos projetos hidroelétricos durante a história, se chegou a gerar nestes lugares o 94% da energia. Mas logo entraram nas regiões como Rússia, África e Sul América os quais pouco a pouco foram desenvolvendo essas tecnologias e reduzindo o potencial de Norte América com respeito na produção da energia ao 70%.

A história das hidroelétricas denota a partir do ano 1930 proliferação destes megaprojetos no mundo, dando lugar de modo específico as usinas que utilizam a água como meio de geração de energia elétrica. Constituindo o 19% da eletricidade mundial e corresponde entre um 30% e um 40% da terra irrigada no mundo. E como a população mundial não para de crescer, assim como as necessidades de energia elétrica para os múltiplos usos e as necessidades de elevar produções e consumo

de energia a nível mundial, os grandes megaprojetos hidroelétricos continuará sendo uma das fontes de energia mais estável, acima de centrais nucleares, termoelétricas e outros meios de maior impacto social, econômico e ambiental. (CMR. 2000).

Sem deixar do lado que não garante um equilíbrio total na implementação deste tipo de projetos, já que como todos os outros meios de obtenção de energia elétrica, também geram grandes impactos no âmbito social, econômico e ambiental, sendo o eixo central do trabalho, a análise dos impactos, principalmente no âmbito social na hora da implementação destes projetos. Sendo considerado um novo polo de desenvolvimento e ao mesmo tempo um polo de acumulação, isso por meio de uma infraestrutura, infraestrutura a qual gera uma ligação de desenvolvimento de outras infraestruturas tais como transportes, energia e comunicação, possibilitando e virando o embrião dos grandes projetos hidroelétricos, sendo expressas na criação de rodovias e consolidando sistemas de comunicação.

Como foram expostos anteriormente, alguns dos grandes representantes no campo de megaprojetos hidroelétricos estão no continente americano e de uma forma mais específica e segundo a Comissão Mundial de Represas (CMR, 2000) estão localizados no território Latino Americano. E até a década dos oitenta do século XX o Banco Mundial e depois o Banco Interamericano do Desenvolvimento (BID) foram os grandes responsáveis do financiamento da boa parte das obras de infraestrutura energética em Latino América.

Também, teve intervenção de várias agências especializadas das Nações Unidas, principalmente a FAO e o programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD), sendo promotores de grande determinação na construção dos grandes projetos hidroelétricos em países latino-americanos (MC-CULLY, 2004). Caracterizando o potencial e a capacidade de produção energética através de hidroelétricas no território latino-americano, mostrasse a seguinte tabela com a informação característica de cada um dos países:

TABELA 3. Potencial e capacidade instalada em produção de energia elétrica através de projetos hidroelétricos em Latino América, 2010.

País	Potencial (MW)	Capacidad (MW)	Aprovechado (%)
Argentina	40,400	10,044	25%
Belize	900	53	6%
Bolivia	40,000	488	1%
Brasil	260,093	80,637	31%
Chile	25,156	5,481	22%
Colombia	93,000	9,026	19%
Costa Rica	6,633	1,554	23%
Cuba	650	63	10%
Ecuador	25,150	2,242	9%
El Salvador	2,165	472	22%
Guatemala	5,000	853	17%
Guyana	7,000	0	0%
Haití	207	61	29%
Honduras	5000	526	11%
Jamaica	86	25	29%
México	53,000	11,503	22%
Nicaragua	2,000	105	5%
Panamá	3,282	936	29%
Paraguay	12,516	8,810	70%
Perú	58,937	3,438	6%
República Dominicana	2,095	523	25%
Suriname	2,420	189	8%
Uruguay	1,815	1,538	85%
Venezuela	46,000	14,623	32%
Total	693,506	153,192	

Fonte: OLADE 2013:18

Brasil como grande representante em megaprojetos hidroelétricos como é exposto no quadro, tendo um potencial em MW de 260.093 e capacidade de 80.637 MW. No começo dos anos de 2008, existiam aproximadamente 2.000 usinas, das quais, 669 são usinas hidroelétricas que abastecem o 92% da energia produzida no Brasil. E na atualidade, continuasse construindo represas no terreno nacional do país sul-americano.

Assim como grandes potenciais, os países latinos americanos tiveram referencia similar no caso dos governos e as suas estratégias de financiamento e articulação destes projetos com todo o território nacional, pois a maioria dos países de América-Latina financiaram essas estratégias de desenvolvimento econômico por meio de empréstimos em dinheiro por parte de instituições no exterior tais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. Esses empréstimos com prazos obviamente para ser saldados e com os respectivos juros que foram aumentados nas

duas crises de petróleo dados nos anos de 1972 e 1978, gerando assim com essas crises uma elevação nos juros virando um enorme endividamento (CEPAL, 2011).

Para a década de 1980 e com o endividamento e os altos juros dos respectivos empréstimos, muitos dos países passaram a não ter condições de pagar nem sequer os juros e muito menos a dívida principal, pedindo negociação e se dando novos prazos e assim poder continuar gerando o financiamento para o desenvolvimento econômico através dos projetos hidroelétricos. Porém, as situações de crises não permitiram em muitos dos países que pudessem continuar com o pagamento obrigando assim o abandono de inúmeros projetos de infraestrutura ou foram interrompidas as atividades de produção.

A dívida externa virou de uma ferramenta de investimento a uma das razões de parar e deixar do lado muitos projetos no caso hidroelétricos afetando de modo significativo a economia e o setor social de muitos países. Na época de 1990 existiu uma renegociação das múltiplas dívidas que ao mesmo tempo gerou condicionamentos pensando na continuação de estratégias de desenvolvimento isso mediante o Banco Mundial, esses condicionamentos foram dados com a privatização de empresas públicas, a abertura e a desregulamentação da economia dos países com as grandes dívidas (CEPAL, 2011).

O que teve a privatização de setores como o setor energético, a mineração e telecomunicações. Gerando assim um novo planejamento por parte dos governos nacionais com a abertura da privatização sendo geradas no campo dos grandes projetos que foram entrando com objetivos de gerar desenvolvimento econômico, isso através do uso de recursos específicos de regiões específicas também o que como Rothman (2008) afirma que esses grandes projetos tiveram impactos adversos sobre os meios de subsistência e estilos de vida de pessoas nas comunidades rurais, isso principalmente nos projetos de hidroelétricas que são os territórios que usam para a obtenção dos recursos hídricos e poder ser dada a produção de energia elétrica.

O poder e desenvolvimento econômico apresentado e sendo o objetivo dos grandes projetos e de modo específico os projetos hidroelétricos é transposto para o setor político, sendo que muitos dos municípios que envolvem este tipo de projetos e até os governos nacionais e locais interpõem além de os financiamentos, também concedem subsídios como a terra e infraestrutura e benefícios fiscais de toda ordem, não reconhece os impactos e nem o direito dos atingidos, mas “o que há é o direito

de desapropriação por utilidade pública exercida pelo empreendedor” (VAINER, 2008, p. 42).

E de forma específica os projetos hidroelétricos geram desenvolvimento que ao mesmo tempo provocam impactos relevantes no âmbito social e ambiental, sendo o resultado refletido por causa da crescente demanda dos centros de bens industriais por causa da exploração de recursos naturais. Porém,

“A expressão ‘grandes projetos’ tornou-se de uso corrente desde quando, em meados da década de 1970, passaram a ser implantados no país projetos de investimento que, por suas dimensões técnicas e financeiras, revelaram-se muito superiores aos empreendimentos até então existentes” (PIQUET, 1998, p. 98).

Esse impulso da implementação de projetos hidroelétricos no nível de sul América a partir da abertura do mercado privativo junto com a participação pública, o Estado continuo participando por meio da implantação de políticas novas e classificadas em setores, mas com o fim de equilibrar o investimento nas infraestruturas destes projetos para o desenvolvimento dos países que foram principalmente Colômbia, Brasil, Perú, Chile.

Mas, esse aperfeiçoamento em políticas e investimentos para o desenvolvimento destes projetos foram implantadas visadas na linha econômica, quer dizer sempre com a intensão tradicional de gerar impulso e crescimento econômico pros países o que torna ineficaz essas grandes construções de infraestrutura no âmbito social e ambiental, ineficácia expressada nessas políticas que em nome do desenvolvimento o deslocamento de pessoas e comunidades inteiras, violação dos direitos humanos, étnicos e territoriais, a deficiência do setor de trabalho o que envolve os trabalhadores, desmatamento de grandes áreas de floresta, extração ilegal de madeira, entre outros.

[...] as possibilidades de potencializar o desenvolvimento regional a partir dessas grandes obras não estão relacionadas à mera existência do empreendimento, nem tampouco a certos fatores de poder de operar de tal maneira que as tais obras se edificassem para seu benefício (por exemplo, a imagem dos grupos dominantes da área metropolitana a “exigirem” que o resto do país organize sua economia segundo suas necessidades) tal como o colocam alguns enfoques reducionistas. Ao contrario, estão relacionadas às condições estruturais que, no sistema social limitam o desenvolvimento. (JONG, 1993, p. 179-180 Apud SERAFIM, 2004, p. 8).

E além dessas consequências por causa dos múltiplos impactos sociais e ambientais, que fazem parte do planejamento, que são regularizados pelas

emissões de múltiplas licencias políticas desses projetos de desenvolvimento, que se é feita uma analogia pode ser contrastada com a situação de muitos dos países que passaram por regimes militares como Colômbia e Brasil, onde a implantação da política de integração nacional, só que a diferença nestes casos é que essa integração nacional através dessa política era voltada para o crescimento econômico do mercado interno, enquanto a atual estimula para a integração internacional ao mercado globalizado.

Continuando na linha de impactos na implantação de projetos hidroelétricos estão principalmente dados nas regiões receptoras sendo complexos por se falar de infraestruturas grandes. Como foi já exposto os grandes, medianos e pequenos projetos hidroelétricos são implementados com o objetivo de gerar um desenvolvimento que dependendo a classificação de tamanho geram uma serie de fatos que não foram planejados em longo prazo, isso principalmente nos projetos hidroelétricos de grande magnitude, pensados somente ao curto e médio prazo, o que fundamentava e na linha de Hirschman (1961) se pensando em um desenvolvimento econômico e de geração de energia no caso dos projetos hidroelétricos, os benefícios gerados por essa implementação iriam se sobrepuser aos pontos negativos ao longo do tempo, quer dizer os múltiplos efeitos negativos estariam sendo ignorados a um fator preponderante, “a questão energética” (SIGAUD, 1988).

Isso visto principalmente nas regiões receptoras, como indica Bortoleto (2001) que em lugar da integração dos múltiplos interesses locais destas regiões, foram pelo contrario a implementação diversas transformações que de forma indiscreta podem ser consideradas como transformações camufladas no momento de ampliação do setor elétrico pelo desenvolvimento mediante a produção de “energia limpa”, onde se supõe que esse desenvolvimento iria incluir as populações próximas gerando empregos que em muitos dos casos eram oportunidades fictícias, abertura de comercio local, estradas e educação de bua qualidade para as pessoas dessas populações próximas, entre outras. Ficando evidente que quando se faz referência ao impacto social e cultural contudo nas mudanças impostas pelos grandes projetos. Martins (1993) deixa claro esse caráter ideológico quando aponta:

Aqui não se trata de introduzir nada na vida de ninguém. Aqui se tratam de projetos econômicos de envergadura, como hidroelétricas, rodovias, planos de colonização, de grande impacto social e ambiental, mas que não têm por

destinatárias as populações locais. Seu pressuposto é o da remoção dessas populações (MARTINS, 1993, p. 61-62).

Na introdução de projetos econômicos hidroelétricos, Jong (1993) salienta que houve uma grande frustração quanto às expectativas de desenvolvimento regional pela implantação dos empreendimentos hidroelétricos. Sendo caracterizada por uma série de etapas, a construção civil das hidroelétricas constitui-se no período de maior dinamização dos processos regionais afetados. É neste momento que ocorre a mobilização de recursos humanos e materiais, ou seja, que se iniciam as transformações no espaço regional, por meio do uso de novas técnicas, além de uma intensificação do fluxo de capital que interfere na atividade econômica local, havendo, sobretudo uma ampliação da estrutura urbana, pois grandes contingentes populacionais se dirigem às regiões próximas das obras, formando novos assentamentos ou adensando os pre-existentes.

O que é fato é que para Jong (1993) segundo Serafim (2004), mesmo com objetivos de gerar redução de disparidades entre regiões, abertura de frentes de trabalho nas regiões mais periféricas, os projetos hidroelétricos tem gerado gravíssimos efeitos que se caracterizam em a desestruturação de atividades já preestabelecidas e também o amplo número de deslocamento da população do território de estruturação do projeto hidroelétrico, ainda existem muitos outros impactos que de forma negativa influenciam as comunidades próximas e de modo indireto muda o estado todo, o que neste sentido, as grandes obras hidroelétricas e a sua contribuição para os efeitos regionais. O que para Jong (1993) citado por Serafim (2004), a energia elétrica através dos projetos hidroelétricos foi defendida como uma das formas mais eficiente de energia, não se importando com custos sociais e ambientais não previstos. Mencionando ainda alguns desses impactos afirmando o plantado anteriormente:

A inundação de vastas áreas, a relocação compulsória das populações afetadas, os movimentos de populações induzidos durante a etapa da construção, os conflitos sócio-culturais relacionados a tais movimentos, os efeitos inflacionários localizados oriundos do aumento pontual da demanda de bens para a construção ou o consumo, as modificações advindas da construção ou inundação dos ecossistemas nacionais [...] (JONG, 1993, p. 174 Apud SERAFIM, 2004, p. 6).

Mas no caso da pesquisa atual de análises, serão utilizadas as duas categorias nomeadas anteriormente o deslocamento forçado e como resultado as modificações

nas atividades econômico-sociais que são decorrentes deste tipo de infraestruturas, sendo tratadas no capítulo quatro, vendo essa realidade no município de Prado, município próximo ao projeto hidroelétrico Hidro Prado. E para esses impactos que são pouco analisados na hora de implantar políticas de desenvolvimento, financiamento e outras ferramentas que facilitam a implementação deste tipo de projetos pode-se afirmar que:

Quando nos dizem que as hidroelétricas vêm trazer, para um país ou para uma região, a esperança de salvação da economia, da integração no mundo, a segurança do progresso, tudo isso são símbolos que nos permitem aceitar a racionalidade do objeto que, na realidade, ao contrário, pode exatamente vir destroçar a nossa relação com a natureza e impor relações desiguais. (SANTOS, 1999, p. 173).

O mesmo autor afirma as relações de desigualdades que são vistas no âmbito social e ambiental, são expostas nas mudanças na demografia das regiões de implementação dos projetos.

As mudanças trazem consigo transformações que, por exemplo, são refletidos na estrutura urbana, que na maioria dos casos não são espaços adequados para receber novos grupos de populações, que ainda as desapropriações, que levam a rupturas do processo de reprodução social dos camponeses. Rupturas as quais envolvem aspectos econômicos, culturais e principalmente sociais, todas sendo decorrente destes grandes projetos hidroelétricos que são constituídos em enclaves, o que significa que são implantadas na região, não nascem de seu processo de desenvolvimento, não expressam as forças sociais, políticas, econômicas – endógenas (VAINER & ARAUJO, 1992). Sem esquecer que a questão ambiental mesmo sem ser o objetivo da análise para o trabalho atual, mas envolve com certeza a população que faz parte das proximidades do projeto, isso visto principalmente na fauna e flora do território junto com os impactos sócio espaciais gerados pelos grandes alagamentos que atingem as principais propriedades rurais próximas ao reservatório dos projetos, áreas com solos que tem elevado a fertilidade natural.

Os impactos como já têm sido dito através do discurso e debate dos múltiplos autores utilizados até este ponto do trabalho, e para Bortoleto (2001) não são previstos dentro dos discursos dados pelo Estado (como abertura à implantação dos projetos hidroelétricos) e também pela empresa (setor privado que através dos anos interage com o setor público para trabalhar com o objetivo de crescimento e desenvolvimento), já que expõem os impactos produzidos seriam transformados em

questões menores perante a necessidade da produção de energia para subsidiar o crescimento nacional, já que na grande maioria dos projetos, a energia produzida é consumida em locais distantes das áreas de produção de energia elétrica, o que significa que os impactos podem ser superados ou esquecidos tendo o grande peso do crescimento econômico com a chegada destes projetos em setores que geralmente são rurais, pelas características precisas para a obtenção de recursos hídricos no caso destes projetos.

Essa parte do discurso usado para a implementação de grandes projetos que no caso estão encaminhados na questão de hidroelétricos, para Bortoleto (2001) em muitos dos casos se tornam discursos de convencimentos através de ilusões de progresso que é dado, mas não nas populações específicas que estão envolvidas nas regiões de implementações destes projetos, sendo aceitos de modo positivo pelos governos, isso através de políticas e discursos de propagandas, que até atores sociais conseguem dar uma aprovação o que internaliza o discurso do Estado de promover o desenvolvimento regional e nacional, criando de modo planejado, grupos de trabalho que poderiam ser utilizados pelos camponeses e moradores próximos, fortalecendo assim a industrialização. E nessa linha de discurso como estratégias de convencimento de implementação destes projetos junto com a ideia inovadora de gerar desenvolvimento, isso com políticas que são geradas como apoio do Estado para o seu funcionamento.

O que faz pensar que a implantação destes projetos hidroelétricos por parte das políticas que vindo da parte publico-social junto com a participação privada das empresas que estruturam com investimento estes projetos vão focados simplesmente no crescimento econômico sem na maioria das vezes, se preocupar com a inclusão, o sustentar e gerar estratégias que permitam o desenvolvimento social na região de implementação, isto com a visão de Muller (1995) afirma que:

Considerava-se aceitável impor às regiões afetadas pelas hidroelétricas os danos dos 'eventuais' desajustes de sua economia e seus valores culturais (já houve tempo e quem sugerisse ser um privilégio aquelas comunidades 'participarem' de uma causa nobre: o desenvolvimento regional) (MULLER, 1995, p. 270 Apud BORTOLETO 2001, p. 7).

O que realmente acontece segundo Bortoleto (2001), é que esses impactos dos projetos hidroelétricos geram maiores magnitudes, quando de se fala de atingir a questão social, configurando-se como processos exógenos, por não serem

pensados na hora do planejamento e implementação deles, já que não fazem parte dos interesses locais, começando assim com o alagamento provocados pelos reservatórios em territórios amplos que ficam sob água, gerando a relocação como um dos pontos mais importantes, uma vez que as transformações advindas dessa “Reorganização socioespacial” junto com as modificações de atividades já interpostas por parte das populações envolvidas ao projeto, sendo os aspectos mais marcantes na vida dos realocados.

Essa realidade, que de certo modo a visão mundial frente a esses projetos é o amplo desenvolvimento, oportunidades e crescimento não só econômico, mas sim de modo ambiental já que se supõe que sendo um método de geração de energia “limpa” conseguem gerar aos países que implementam nos seus territórios grandes passos com relação ao meio ambiente, que não pode ser negado, pois com certeza esse desenvolvimento mediante esses projetos ajudam a comparação dos projetos de geração de energia térmica, porém geram impactos que como foi exposto, ao longo dos anos não foram planejados do modo certo, já que esses impactos iriam ser superados com os grandes avanços do crescimento e desenvolvimento econômico através destas infraestruturas, mas como Perroux (1967) afirma:

O crescimento não surge em toda parte ao mesmo tempo; manifesta-se com intensidades variáveis, em pontos ou polos de crescimento: propaga-se, segundo vias diferentes e com efeitos finais variáveis, no conjunto da economia (PERROUX, 1967, Apud, LIMA, 2009, p. 7).

Ao mesmo tempo o autor ressalta ainda que, as mudanças ocorridas estão relacionadas às variações da estrutura econômica nacional, que consiste no aparecimento e desaparecimento de indústrias, e em taxas de crescimento diferenciadas para as diversas indústrias no decorrer do tempo, que refletem na economia através dos efeitos de propagação que são: os preços, fluxos e antecipações (PERROUX, 1967, apud, LIMA, 2009).

Não só nos aspectos econômicos se reflete essa aparição ou desaparecimento segundo o autor, já que no social os aspectos desenvolvidos por causa destes projetos como já foi dito anteriormente nunca foram superados e pelo contrario foram gerando situações ainda mais difíceis para as localidades onde foram implementados, com grandes deslocamentos forçados por apropriação de terreno que foi impactando as grandes cidades ou municípios próximos já que não estão

preparadas nem com infraestrutura suficiente e muito menos com oportunidades de emprego, já que as populações deslocadas na maioria dos casos são populações camponesas e pessoas que fazem parte de comunidades indígenas sem contar com a capacitação suficiente para enfrentar um campo urbano, o que faz obrigá-las a aceitar labores que indignam e fazem aumentar os problemas sociais agora no ambiente urbano. Contudo e ao longo da atual pesquisa e de modo específico no último capítulo irá se expor através do projeto hidroelétrico Hidroprado os principais impactos sociais que foram decorrentes destas infraestruturas que atingem de modo geral o campo rural e consigo as comunidades que fazem parte do território onde está sendo implementado o grande projeto hidroelétrico, confirmando a teoria do autor Perroux (1955) citado pelo autor Matos (2000) que aponta:

“Ao estudar os polos de desenvolvimento existentes veio a concluir que o polo altera o seu próprio ambiente ao criar novos tipos de consumos e comportamentos econômicos, bem como ao desenvolver necessidades coletivas” (MATOS, 2000, p. 101-102 Apud MARCHIORO; GUBERT; GUBERT 2014, p. 7).

1.3 Infraestrutura e Projetos hidroelétricos na Colômbia.

Numa visão estrutural, a construção e manutenção da infraestrutura econômica podem ser prevista sob dois diferentes esquemas, dependendo do tipo de agente social que considere o principal ou mais idôneo. Assim que se pode determinar como modelos Estado-centros, afirmando que o Estado deve ser o encarregado, não só de orientar, mas também de executar as políticas para o andamento das obras de infraestrutura, base dos grandes projetos, com visão de investimento não somente economicamente rentáveis, mas sim que consigam prestar serviços sociais, que envolvam a região de implantação do projeto junto com a articulação das múltiplas regiões que podem ser integradas. Neste contexto e no âmbito nacional (se referindo à Colômbia), desde mediados dos anos de 1970, começou-se dar um giro na concepção do modelo econômico, o qual pode ser resumido na “supremacia do mercado com um fervor ideológico” (STIGLITZ, 2000, p 47) tradução livre ao português.

Caracterizando-se pela proclamação, geração e implementação de políticas econômicas nacionais que devem ser orientadas principalmente para à exportação, quer dizer à inserção no mercado cada vez mais global, se caracterizando por um

comercio mais liberalizado. A infraestrutura econômica envolvendo a questão social aparece como um elemento que afeta e tem sido afetando pelas novas exigências, pois se considera que a adequada quantidade e qualidade da infraestrutura dos projetos são fatores importantes que determinam a capacidade dos países de comerciar e competir nos mercados internacionais” (BID, 2004). Até mediados dos anos oitenta, na maioria dos países de América Latina, toda a infraestrutura de modo geral (Vias, portos, energia, telecomunicações, entre outras) foi prevista pelo governo (BID, 2004). Porém, este esquema começou logo a sofrer inúmeros de problemas que interferiam com operações efetivas e eficientes e transformou-se em um clientelismo que era útil para diferentes grupos de poder e interesses específicos sem ter em conta muitas das vezes o desenvolvimento social. No caso da Colômbia, um estudo do Ministério da Fazenda Pública (LOZANO, 2004), justifica a mudança do modelo a partir de um diagnóstico da situação da infraestrutura no país antes das reformas de mediados dos anos de 1990 que de forma específica e sintetizada expressa:

- a) Baixos níveis de cobertura e qualidade de serviços na implementação de infraestruturas como base de projetos;
- b) Problemas administrativos e sobre-custos por ineficiências;
- c) Níveis inadequados para os investimentos;
- d) Sérios problemas financeiros em setores enclaves da economia;
- e) Insuficiência de recursos no setor social ao que respeita ao planejamento de implantação de infraestruturas;

Principalmente nos países Latino americano a partir dos anos de 1990, tem se experimentado o grande estímulo de abertura do investimento privado na construção e gestão da infraestrutura idealizadas em grandes projetos com objetivos de crescimento econômico, o que regula e consolida a função do setor público.

O investimento privado tem se concentrado claramente em vários setores sendo o principal promotor, o que corresponde bastante bem com o panorama geral de todos os países em desenvolvimento, incluindo América Latina, pois como confirma o BID (2000), os setores de energia e telecomunicações têm sido claramente os campos mais atrativos para o setor privado, pela sua capacidade para satisfazer a prestação de serviços de interesse público brindando simultaneamente um rendimento considerável aos investidores.

[...] o investimento do setor privado em infraestrutura de grandes projetos facilitou adiantar processos que permitiram, entre outros, incrementar a produtividade, estabelecer projetos nos múltiplos setores, isso com solidez financeira, melhorar a gestão, divulgar a competência, aumentando a eficácia em construção e operação de projetos de infraestrutura, gerar efeitos fiscais favoráveis, divulgar o investimento estrangeiro, isso com o apoio de múltiplas políticas e ajuda por parte do governo y aumentar a qualidade e a cobertura dos serviços de infraestrutura (COLOMBIA, 2008, p, 14).

A proposta destes projetos de infraestrutura e de modo especifica no setor energético colombiano como autossuficiente, por isso procura consolidar a sua oferta exportável para países próximos como Venezuela, Equador e Panamá. Porém a interconexão é boa em termos de qualidade para os principais centros urbanos e regiões donde a população rural é importante, como os estados do Pacífico, e estados centrais do país conectados ao sistema interconectado nacional.

O que compartilha este sistema de infraestruturas é ter uma conexão internacional, mas não uma articulação interna, como é visto na infraestrutura para produção de energia elétrica no país, pois o Sistema Interconectado Nacional só articula as zonas mais populacionais e economicamente mais atraentes, deixando do lado as populações menos desenvolvidas, deste modo se apresentam desigualdades no desenvolvimento econômico afetando consideravelmente o setor social do país e principalmente aquelas regiões como “menos desenvolvidas” que em muitos dos casos, simplesmente são usadas como ferramentas para a implantação deste tipo de projetos, isso por causa da obtenção dos recursos que em muitos dos casos estão nestes setores, mas não recebem retribuição nenhuma para permitir um crescimento econômico social equilibrado.

Neste mesmo sentido, a múltipla dinâmica do cenário contemporâneo da mundialização econômica tem apresentado diferentes repercussões específicas em diversos lugares do território nacional acorde com todo o conjunto de políticas deslocadas pelo Estado para permitir uma penetração empresarial que paulatinamente tem se configurado em cada um dos projetos. Na mesma visão, os Estados tem promovido políticas de segurança jurídica para a chegada de empresas privadas ou mesmo públicas a territórios nacionais e outras dirigidas a fazer viável a atividades que é seu interesse principal, o qual tem dado espaço no continente latino-americano e de forma especifica no território nacional colombiano aos usos extensivos e intensivos de amplas áreas de exploração de recursos naturais e outros

usos que geram a cobrança material aos territórios que mesmo afastados dos projetos estão sendo afetados diretamente.

A partir dessas ações por parte do Estado, buscam uma nova reinserção na economia mundial através da implementação de processos econômicos que tem como única consequência, o fato de que a economia a nível latino-americano, continuam se reproduzindo, só que com novas características, as históricas relações de subordinação e dependência á que se soma no cenário contemporâneo, um forte processo das influências estrangeiras, tanto dos serviços, como da terra, e processos que desenvolvem projetos a grande escala (SVAMPA, 2013). O que se percebe que o setor social, que envolve diretamente a população que fazem parte do entorno onde são implementados os grandes projetos estão sendo deixado do lado, priorizando em grande medida o interesse econômico e seu desenvolvimento com a presença do setor privado e público, acesso permitido pelas múltiplas políticas desenvolvidas para o crescimento do país.

A afirmação do modelo que prioriza a estrutura produtiva da região e seu papel de provedora de matérias primas no marco da atual divisão territorial, tem sido as respectivas repercussões em Colômbia, sendo que a partir dos anos 70 que a Colômbia começa um processo de internacionalização da economia que implica uma redefinição das políticas frente à inversão estrangeira.

Contudo, na Colômbia gera-se a Agenda 2019 que destaca as grandes potencialidades do território colombiano frente aos outros no mundo, de acordo com a variedade de recursos, posição geoestratégica, localização geográfica, as características climáticas e ecossistêmicas e ao índice de despovoamento mais alto da região. Nessa visão expressasse que “a geografia não determina o destino de um país, porém, é uma variável crucial – particularmente num mundo que se globaliza a grandes velocidades, todo para definir estratégias de desenvolvimento econômico e social” (COLOMBIA, 2005).

De acordo ao reconhecimento da potencialidade dos recursos e localização do país, são diversas as propostas político-econômica-social da Agenda, dirigidas a propor usos intensivos dos diversos recursos que é grande demanda na economia mundial. E em matéria de energia elétrica, destaca-se o grande potencial dos recursos que permitem posicionar a Colômbia como exemplo regional energético por meio da identificação dos sinais econômica para a expansão da oferta do setor elétrico e das atividades de distribuição e comercialização (COLOMBIA, 2005).

Na perspectiva do aproveitamento dos recursos naturais e da geração de energia elétrica, na Colômbia o 64% da energia elétrica que se produz é resultado dos projetos hidroelétricos, seguido da produção térmica que representa o 30% (MX, 2012). Esses megaprojetos começaram a ser implementados a finais dos anos 70. Para os anos de 1930 na Colômbia as usinas hidroelétricas representavam um potencial de 45 MW. Já entre os anos 40 e 60 foram instaladas grandes quantidades de usinas ao nível nacional com o fim de eletrificar as pequenas populações e principalmente a abertura ao campo da industrialização através da geração de energia elétrica no país.

Já nos anos 70 o país atravessou por uma crise energética, o que permitiu fortalecer o incremento da participação das fontes não convencionais com planos de expansão. Da mesma forma na nova crise energética dos anos 90 que o país enfrentou, se abre mais uma vez a possibilidade de desenvolver projetos estancados principalmente por fatores de investimento, ativando projetos nos estados de Nariño, Chocó, Tolima, Guajira e Meta. Adicionalmente o Estado da Colômbia tem começado a fortalecer os programas de usinas hidroelétricas ao nível nacional e outras fontes renováveis mediante a política energética do país onde assignam funções específicas para o aproveitamento dos recursos para a geração de energia elétrica. O que classifica a Colômbia como o quarto país no mundo com a capacidade hidráulica, contando com o caudal dos principais rios representando 52.075 m³/seg e uma área total de 1.141.748 km².

Em grandes projetos e segundo o inventario de Interconexão Elétrica – ISA (2015) o país conta com o potencial de 93.085 MW representados em 308 projetos de produção 100 MW. Desta potencialidade tem se gerado 7.700 MW já instaladas. Já segundo o Plano Energético Nacional – PEN (2013), em pequenas usinas hidroelétricas tem se estimado um potencial geral de 25.000 MW já instaladas no território nacional, dos quais e segundo o inventario do Programa Nacional de Energias Não Convencionais e as principais Pesquisas por parte da Universidade Nacional Da Colômbia, tem se construído 197 pequenas usinas hidroelétricas, com uma capacidade aproximada de 168,2 WM. A pesar de contar o país com grande potencialidade de produção de energia elétrica através deste tipo de projetos, os grandes projetos têm explorado o 8,27% e as pequenas usinas representam o 0,67% de exploração (COLOMBIA, 2005).

Os principais projetos hidroelétricos da Colômbia podem ser classificados segundo a tabela feita no ponto 1.2 do atual trabalho, sendo divididas em centrais hidroelétricas de grande potencial (aqueles com potencial de produção >10WM), Mini centrais hidroelétricas (com potencial de produção entre 1WM e 10WM) e as micro centrais (com potencial de menos de 1WM), expondo através desta classificação os principais projetos do país:

TABELA 4. Classificação em potencial de produtividade dos principais projetos hidroelétricos na Colômbia.

	Projeto Hidroelétrico (P.H)	Potencial de produtividade
Centrais de grande potencial	P.H San Pedro	12 MW
	P.H Hidro Prado	52 MW
	P.H Guapi	13,5 MW
	P.H San José de Guaviare	15 MW
	P.H Mocoa	22 MW
	P.H Santa Elena	0.5 MW
	P.H Piedras Blancas	10 MW
	P.H Guadalupe	270 MW
	P.H Guatapé	560 MW
	P.H San Carlos	1240 MW
	P.H Playas	200 MW
	P.H Jaguas	170 MW
	P.H Porce	392 MW
	Mini centrais hidrelétricas	P.H Mesetas
P.H Nunchía		1000 kW
P.H La salina		1500 kW
P.H Simití		1900 kW
P.H Unguia		1100 kW
P.H Puerto Carreño		5000 kW
P.H Bocas de Satinga		3030 kW
Micro centrais Hidroelétricas	P.H Recetor	450 kW
	P.H Tauranema	600 kW

	P.H Palmor	125 kW
	P.H Palestina	8.5 kW
	P.H Chorrera	40 kW
	P.H La Macarena	150 kW
	P.H Machosolo	10 kW
	P.H Sacramento	23 kW
	P.H Siervo Arias	12 kW
	P.H Caracolí	100 kW

Adaptação própria

FONTE: XM, 2012

E a nível latino americano é interessante posicionar a Colômbia segundo a classificação feita na anterior tabela junto com um dos países de referencia em implantação de projetos hidroelétricos para geração de energia elétrica para isso foi feita a seguinte tabela com a classificação comparativa com os principais projetos hidroelétricos de ambos países, incluindo claro o projeto hidroelétrico Hidroprado, Projeto que será usado para a análises dos principais impactos nas populações próximas;

TABELA 5. Classificação comparativa de projetos hidroelétricos pelo seu potencial de produtividade entre Colômbia e Brasil.

	Projeto hidroelétrico (P.H) Brasil	Potencial de produtividade	Projeto hidroelétrico (P.H) Colômbia	Potencial de produtividade
Centrais de grande potencial	Usina Hidroelétrica de Itaipu Binacional	14.000 MW	Usina hidroelétrica San Carlos (estado de Antioquía)	1.240 MW
Mini centrais hidroelétricas	Usina Hidroelétrica Capão Preto	5,500 kW	Usina Hidroelétrica Puerto Carreño	5000 kW
Micros centrais hidroelétricas	Usina hidroelétrica Ivaí	700 kW	Usina hidroelétrica Caracolí	100 kW

Fonte: BRASIL, 2015 - XM, 2012 – adaptação própria.

O que pode ser analisado com os projetos mais característicos da Colômbia junto com o grande referencial em projetos hidroelétricos em América Latina o Brasil, é que mesmo estando atrás em centrais de grande potencial como é visto na tabela anterior com uma grande diferença entre os dois projetos na parte de produção, mas mesmo assim a Colômbia conta com projetos que podem ser classificados de grande potencial. Existindo também uma semelhança nas categorias de minicentrais hidroelétricas e as micros centrais hidroelétricas com diferenças mínimas nos projetos expostos, porém o número de projetos implantados no país do Brasil é muito maior pelo amplo território nacional e o grande potencial no recurso hídrico.

Nessa tendência de aumentar a participação da Colômbia com este tipo de projetos como estratégias de desenvolvimento, tem grande importância a implementação de políticas que permitem a presença deste tipo de projetos no país ao longo dos anos, tendo como propósito o deslocamento de planos priorizando a economia que se encontra sustentado na maior abertura da exploração intensiva e transnacional de recursos naturais e de biodiversidade, indo ao mesmo em equilíbrio com os múltiplos

megaprojetos de amplas infraestruturas que tem como propósito, não só de garantir o acesso aos recursos e a sua exploração, mas também a integração nos circuitos mundiais da acumulação capitalista. Situação que explica as pretensões de intensificação do investimento estrangeiro do setor privado. Sendo justificada essa influência do investimento privado pelo domínio burocrático dos projetos quando o Estado tinha o monopólio do serviço na década dos 70 como já foi exposto neste capítulo, a forte dívida para a realização dos projetos no que foram começados pelo Estado e mais recentemente com o racionamento de energia elétrica que atravessou o país durante os anos noventa dadas pela seca, no contexto do que a principal fonte de produção de energia eram as usinas hidroelétricas. A partir dali, o estímulo do investimento privado nacional e estrangeiro em projetos de geração de energia tanto a hidráulica como térmica a grande escala, não tem parado no país, ao ponto que a aposta vá além do abastecimento nacional e se orienta na exportação de energia (KALMANOVITZ, 2012).

1.3.1 Projetos hidroelétricos ao nível regional – Tolima.

De acordo com o Estudo Nacional de Água, o balance hídrico nas grandes unidades, zonas e subzonas hidrográficas, indica que a conceptualização e localização da oferta hídrica nacional só pode se fazer ao caracterizar o entorno rural, sendo que nas franjas territoriais rurais são onde podem se encontrar os principais corpos de água que prestam todo tipo de serviços ambientais ao país, entre eles, os embalses construídos para a hidro geração de energia. Realidade do município de Prado no estado de Tolima, o qual se desenvolve a infraestrutura hidroelétrica Hidro Prado, projeto o qual será eixo central do análises dos impactos deste frente à população próxima da infraestrutura, o território onde é desenvolvido este projeto está numa área completamente rural, o que se confirma que são considerados como requerimentos técnicos para a implantação de centrais hidroelétricas, características topográficas e pluviosidade, a fim de garantir a quantidade suficiente de água para a produção do projeto e com a pressão necessária para o funcionamento da maquinaria, entendendo-se assim que no território nacional da Colômbia estas obras de infraestrutura são de localização típica no setor rural colombiano.

O que tem que ficar claro a respeito da implantação de hidroelétricas na Colômbia é que este tipo de projetos envolve o setor rural, mas ao mesmo tempo o setor urbano. O rural como território para a obtenção de recursos hídricos e urbanos para a distribuição da energia elétrica, pois sem setor urbano não existiria para quem distribuir o serviço.

E para esclarecer essa zona rural é importante o conceito de ruralidade, como influencia no desenvolvimento e a vigência da separação epistemológica entre o urbano e o rural, questões que permitem uma aproximação básica a caracterização da relação dos projetos hidroelétricos com o setor rural e como aportar para o crescimento nacional e as retribuições que possivelmente pode receber este tipo de territórios onde são implantados, ou pelo contrario os impactos que são vistos com a implantação dos mesmos que de modo mais específico serão tratados de modo categórico no ultimo capítulo do atual trabalho.

Nesta linha, a resposta da pergunta pela oposição entre o urbano e o setor rural, que é básica na implantação deste tipo de projetos, pode ser abarcada desde dois diferentes tipos de vista: a visão sociológica e geográfica ou territorial. Desde a visão sociológica, pode se afirmar que, a pesar dos processos de globalização e de urbanização em um ritmo acelerado, tem provocado importantes mudanças econômicas, mantendo-se uma serie de “[...] atitudes, valores e crenças próprias de um modo de vida rural” (BID, 2000), o que faz neste trabalho que tenha sentido o objeto da sociologia rural no contexto da industrialização, ainda quando deva existir uma incorporação “dos processos e tendências de mudança nas relações urbano-rurais” (BID, 2000).

Desde outro ponto de vista o enfoque geográfico-espacial, propõe uma análises desde a oposição desde a visão de “transformações espaciais que a urbanização gera no campo” (BID, 2000), de maneira que os múltiplos princípios de gradiente e de diferenciação permitem medir as influencias urbanas e seus reflexos na paisagem do campo como setor urbano, entendido este último aspecto como a forte síntese descritiva das relações entre o meio natural e os processos sociais que envolvem a população deste setor.

Na percepção e segundo as pontuações de Patiño (2006), o principal problema da definição do que é urbano e rural no contexto da Colômbia, passa pela aceitação que é improvável falar de um só tipo de ruralidade, já que os processos que acolhem um denominador genérico agrupam múltiplos territórios com necessidades bastante

variadas. Com isso podem ser expostos vários tipos de entornos rurais, tais como: ruralidade de borde, que são zonas localizadas em entornos de grandes centros urbanos; a ruralidade agropecuária, a ruralidade agroindustrial; a ruralidade de mineração; a ruralidade própria das minorias étnicas, o entorno rural de implantação de grandes infraestruturas como projetos hidroelétricos, entre outros. Sendo tradicionais nestes variados tipos de entornos com rasgos característicos que se tem configurado no desenvolvimento histórico Colombiano como próprios e típicos da ruralidade, isso ao ponto de que são seus próprios camponeses quem se encontram nas condições de vulnerabilidade e de forma irônica são quem se encontram mais visibilizados e marginalizados como sujeitos políticos. Esses pontos no setor rural são vistos e são o eixo em múltiplos estudos ao nível nacional, um exemplo é o Programa de Nações Unidas para o Desenvolvimento da Colômbia – PNUD. Que em categorias do setor rural tem o informe “Colômbia Rural: a razão para uma esperança” se enfatiza nesse setor colombiano afirmando que:

[...] hoje em dia o âmbito rural e o âmbito urbano diferem da visão dicotômica tradicional que assimilava o primeiro com o atrasado, o rustico ou disperso ou com o pequeno povoado ao redor de montanhas, e o segundo com o moderno, o avançado com o refinado. Ao contrario, cada vez mais claro que ambos estão integrados em uma continuidade que impede entender a este sem aquele e vice-versa (PNUD, 2011).

Desta forma e com essa integração do setor rural e o setor urbano no contexto colombiano e de modo mais específico o estado de Tolima, um estado com amplo setor rural tem contribuído com essa integração implantando projetos de industrialização, isso através do aproveitamento dos grandes recursos naturais que permitem a implantação e o desenvolvimento destas infraestruturas no estado, sobre a utilização do recurso hídrico, os grandes fluxos de rios são aproveitados para a construção de projetos hidroelétricos, onde a população com atividades econômicas já estipuladas como atividades de pesca, a agricultura como região econômica estável entre outras (que serão expostas e aprofundadas com um análises de atividades econômica e mudanças através dos anos no capítulo 3 do atual trabalho), geram mudanças através da implantação, mudanças notáveis todo para “não atrapalhar” o desenvolvimento econômico e crescimento da nação.

O estado de Tolima (região do país onde será feito a análises do trabalho) se uniu transformação e abertura às infraestruturas de projetos hidroelétricos, já que hoje dois dos cinco projetos de geração de energia, através do uso de fluxos de água, estão em desempenho operacional: a barragem Hidroprado, no município de Prado,

e da usina hidroelétrica Rio Amoya no município de Chaparral sendo esses projetos a matriz energética do estado. Enquanto isso, em novembro, começará a produzir energia elétrica, Cucuana no município de Roncesvalles. Enquanto isso, projetos hidroelétricos de Chili, nos limites entre Roncesvalles e Rovira, e a hidroelétrica Ambeima em Chaparral, estão na etapa de licenciamento da Corporação Autônoma de Tolima, Cortolima, entidade que regula as questões ambientais no estado, convertendo assim à geração de energia através de hidroelétricas a única fonte a nível local.

A empresa de energia do pacífico S.A E.S.P (EPSA), dona atual da mais importante fonte de geração e distribuição de energia no estado a hidroelétrica de Prado, contabilizou no 2013, o último reporte entregado pelo DANE, uma geração neta de energia elétrica no Tolima de 190,7 milhões de kW/h, o que significou uma menor produção de 17,2 milhões de kW/h (-8,3%) respeito a o registrado em 2012, quando foi produzido 207,9 milhões de kW/h. este descenso foi dado pelo fenômeno de EL NIÑO, que afetou durante o segundo semestre o nível da barragem, em consequência, o centro nacional de despacho autorizou vender menos energia.

Por sua parte, o consumo de energia elétrica no estado de Tolima em 2013, segundo cifras da Companhia Energética do Tolima S.A. E.S.P. (Enertolima), totalizaram 999,2 milhões de kW/h o que constituiu um avance de 0,6% respeito a 2012, quando se demandaram 992,8 milhões de kW/h. este incremento foi explicado pelo dinamismo dos setores: oficial (8,6%), residencial (4,1%), iluminação pública (3,1%) e comercial (2,7%); pelo contrário, caíram o consumo industrial (-14,7%) e não regulados (-8,7%); este último tem que ver com o consumo de algumas empresas industriais que adquirem o serviço em condições especiais.

O estado de Tolima aporta na nação ao nível de energia elétrica com os seguintes projetos hidroelétricos:

- Projeto HidroPrado (sendo o projeto hidroelétrico que mais aporta na geração de energia elétrica).
- Projeto Rio Amoyá.

Expondo o projeto o qual será utilizado como análises dos impactos que geram este tipo de infraestrutura. A central hidroelétrica de HIDRO-PRADO encontrasse localizada na parte baixa da bacia maior do Rio Prado, localizada sobre a vertente ocidental da cordilheira oriental, na parte sul oriente do estado de Tolima a 4 km da cabeceira municipal de Prado e a 200 km de Bogotá. Está a 319 msnm, Suas águas

fluem à grande bacia do rio Magdalena (rio madre da Colômbia). Da qual faz parte porque está localizada na parte esquerda da cordilheira oriental.

Este projeto encontrasse em fase de operação, conta com um embalse sobre uma área de 42 km² que armazena 966.222 milhões de metros cúbicos de água, dos quais 506,084 correspondem ao embalse de vida útil. Os níveis máximo e mínimo permitidos correspondem às cotas 363.020 msnm. A partir da qual se faz sentimentos de excessos e 348.070 msnm. Correspondente ao nível mínimo operativo. A usina é proprietária dos prédios que formam o embalse, até a cota 367 msnm.

O projeto se surte da água dos rios Negro e Cunday e na época do inverno com aportes adicionais da água de alguns riachos, nascem nos cerros que limitam o embalse; é de caráter variado já que se construiu com fins de geração energética e irrigação, tendo quatro unidades de geração, onde a potencia total instalada de 60 MW para uma energia media anual de 159 GMh e a descarga da quarta unidade, logo turbinar a água que se gera a energia, proporcionando irrigação ao canal ASOPRADO (comunidade de arroseiros do estado de Tolima).

A usina mais representativa da bacia maior do rio Prado o embalse de Hidro-Prado, o qual se reconhece como lagos artificiais segundo os critérios da convenção RAMSAR do 2 de fevereiro de 1971 e à qual Colômbia foi aderido mediante o decreto 224 de 2 de fevereiro de 1998, localizado entre o município de Prado. É denominada como o mar do interior colombiano, com características de águas cálidas ideais para práticas de deportes náuticos, pesca desportivo, passeios em lancha, cavalgatas e trilhas ecológicas, estás última de grande desenvolvimento do turismo devido às caraterísticas geográficas do lugar.

A irrigação entregada é distribuída através de vários canais a uma área aproximada de 2.624 etárias de cultivos de arroz nos principais municípios de produção de arroz, beneficiando mais de 315 usuários de ASOPRADO, que produzem cerca de 30 mil toneladas de arroz ao ano, durante a temporada de colheita brindando aproximadamente 44.380 cultivos e outros centos de pequenas produções, entre esses cultivos de produção no estado de Tolima se caracteriza pelo cultivo de café, milho, arroz, algodão sorgo, mandioca, que proveem o mercado local, regional e nacional.

Sendo a água recurso fundamental para os arroteiros tendo em conta que durante o 90% de este tipo de cultivos, se requer quantidades abundantes de líquido para garantir uma colha produtiva.

O sucesso da hidroelétrica no centro do país atraiu a atenção de outras empresas geradoras de energia, foi assim como 35 anos mais tarde (2006) foi como deu lugar à construção da barragem Amoya em Chaparral, o que se pensava "impossível completar pelos vários ataques de guerrilha", de acordo com o jornal El Novo Dia (Tolima), que também afirma que neste projeto morreram oito pessoas e 26 ficaram feridas por grupos fora da lei. Atualmente, juntamente com Hidroprado, é o segundo gerador de energia no estado.

Essas iniciativas segundo a empresa EPSA tem permitido que grandes companhias elétricas do país focassem sobre a região, não só beneficiando o produto interno bruto (PIB) do estado, mas também na qualidade de vida da população, devido a que as multinacionais que efetuam estes projetos adiantam atividades que geram benefícios os quais fortalecem o tecido social, com aporte no setor da saúde, educação, melhoramento nas estradas e impulso das pequenas empresas. Zhouri e Oliveira (2007) argumentam que o território é entendido como sua propriedade pelo setor responsável pelo planejamento hidroelétrico, portanto, como uma mercadoria dotada de valoração monetária. A questão da produção, transmissão e distribuição de energia elétrica é um assunto que vem sendo discutido e questionado há muitos anos por diversos setores da sociedade, desde centros de pesquisa e institutos acadêmicos até organizações não-governamentais (ONGs) e movimentos sociais.

O que permanece, ainda, escamoteado é a própria lógica norteadora das políticas (neste caso a política energética do país), é o próprio modelo de desenvolvimento excludente adotado pelo país, que tem como objetivo atender aos interesses do grande capital, nacional e internacional, que representam os maiores consumidores desse insumo e que são aqueles que mais lucram com a execução de grandes projetos relacionados à produção, transmissão e distribuição de energia elétrica (construtoras empresas de consultoria, produtores de equipamentos elétricos de grande porte, agências de financiamento, políticos, etc). O que segundo Mesquita (2011), se refere ao território escolhido para plantação destes tipos de projetos, que além de serem excluídas as populações como público alvo de benefícios dos resultados e produção dos projetos (seja qual for a área de desenvolvimento), esses espaços são determinados segundo o autor; como a especulação imobiliária, o cercamento de terras públicas, a invasão de áreas de preservação e parques

nacionais tornam-se corriqueiros, assim como os conflitos sangrentos pelo seu controle.

Para Mesquita (2011) esses espaços de milhões de hectares, antes livres e disponíveis a todos, passam a ter donos, viram campos de reprodução do capital, tornam-se mercadorias e/ou se tornam inviáveis, em função do uso que lhes é dado (represa área de preservação, parque nacional, área indígena). Para segmentos mais fragilizados, como os povos e comunidades tradicionais, essa ação deliberada do grande capital trouxe consequências desastrosas em termos de sobrevivência atual de perspectiva futura. Existindo graves repercussões desse planejado “desenvolvimento” através de projeto de tal magnitude trazendo impactos sociais que ao mesmo tempo envolvem o setor econômico da região, gerando mudanças bastante drásticas desde a implementação deste tipo de projetos até a execução, também a questão social que envolve a população próxima viram alvos desses impactos. E é nesse aspecto que se baseia a atual análise, já que se tem como eixo central os múltiplos impactos que os grandes megaprojetos podem gerar às populações do território próximo dessas infraestruturas, de modo específico, serão analisados em duas categorias sendo categorizado o deslocamento forçoso das populações que ocupam o território a ser utilizado pelo projeto e decorrente a isso se categoriza as mudanças das atividades socioeconômicas da população, todo com objetivo básico de sobreviver. Sendo que na Colômbia, na atualidade, poderiam dar atenção especial á responsabilidade social como forma de enfrentar aqueles impactos sociais, ambientais e econômicos que afetam ao território onde eles estão localizados.

Deve-se priorizar e não desconhecer os interesses de todos os envolvidos dos megaprojetos é os insumos necessários para criar e pretender lançar estratégias de responsabilidade social de forma ética, propositiva e orientando ao melhoramento das condições de existência e supervivência das populações e de forma especial preservando as influencias indígenas que são populações grandemente atingidas por parte de este tipo de projetos. Considerando que na etapa da pós-modernidade, tendesse a revisar cada vez mais e como foi exposto até aqui os grandes e principais impactos e de forma específica no campo social nas populações próximas aos projetos hidroelétricos o que deixam grandes marcas de destruição ou de mudanças abruptos na sociedade.

É uma verdadeira mudança que os megaprojetos tem ido focado ao benefício e á mitigação dos impactos á comunidade, existindo só agora na atualidade a interlocução e participação que promove o debate sobre aquelas mudanças que geram os grandes megaprojetos, abrindo a porta do aspecto multicultural onde os defensores dos direitos humanos, pessoas do comum, comunidades indígenas, pessoas em condição de descapacitado; possuem uma capacidade enorme para afrontar inquietudes e ao mesmo tempo gerar propostas dando lugar a consensos com as empresas que investem e geram megaprojetos.

Desta forma serão expostos nos próximos capítulos do atual trabalho os componentes precisos tais como a matriz energética do país, do estado de Tolima e de forma mais especifica serão exposto através do megaprojeto Hidriprado os grandes impactos caracterizando o fator social, analisando as populações afetadas pela implementação desse projeto, analisando também as mudanças no campo socioeconômico, ressaltando o fator social que é o eixo central da análise proposta na atual pesquisa e de modo especifico exposto no capítulo 4 com a contextualização da realidade da implantação deste tipo de projeto caraterísticos da abertura e continuidade à globalização através de recursos hídricos, no caso deste tipo de projetos que na maioria dos casos não mede a sua implantação e as possíveis repercussões com relação à população próxima do mesmo.

2 CAPÍTULO:

Matriz energética Colombiana

2.1 Evolução das políticas públicas energéticas da Colômbia.

Durante a segunda metade do século XX o Estado colombiano determinou como uma dos seus principais políticas públicas a expansão do serviço de energia elétrica que inicialmente tinha surgido como ultima iniciativa privada de alguns investidores que ante a crise econômica de 1929 abandonaram ou venderam seus inversões em projetos elétricos passando estas a ser assumidas pelo Estado. Com a criação de ISA (Interconexão Elétrica S.A) uma companhia pública, em 1975, começando o desenvolvimento integral energético no país.

Outro fato histórico que envolve o setor energético do país foi de forma especifica no ano de 1928, quando a política pública 113 declarou a exploração de energia hidroelétrica de interesse publico. O sistema funcionou de maneira descentralizada, na qual as companhias estatais verticalmente integradas mantinham um monopólio nas suas regiões correspondentes. Só uma companhia publica ISA, intercambiou eletricidade entre os diferentes sistemas regionais.

Durante a década de 1980, o Setor Elétrico Colombiano sofreu uma crise, na mesma linha que o resto dos países Latino-americanos. A crise foi resultado das tarifas subsidiadas, a influencia política nas companhias estaduais, e as demoras e sobre custos de grandes projetos de geração elétrica. Nos começos da década de 1990, o governo avançou na modernização do setor elétrico, abrindo passo da participação privada e no ano de 1991 foi expedida a nova Constituição Política Colombiana na qual reformou substancialmente o esquema de subministro dos serviços públicos. O Estado deixou de ser o prestador único excludente. Definindo as bases do sistema econômico, sustentado no mercado, das quais se orientam a garantir o cumprimento dos fins e cometidos do Estado Social de Direito.

A reestruturação foi efetuada mediante as políticas dos serviços públicos No 142 e 143 (lei da eletricidade) de 1994, que definiram o marco que regula o desenvolvimento de um mercado competitivo. Um dos principais motivos desta reforma foi evitar a toda costa que um novo racionamento (como dado durante a crise que atravessou o país) se apresentara no país; é por isto que se dá a grande

importância ao planejamento e à regulação, criando mecanismos para prevenir e minimizar o risco de um novo racionamento. Alguns dessas principais mudanças foram; a possibilidade de participação de agentes público-privados e mistos; Separação de atividades da corrente elétrica; Proibição da integração vertical (com exceção das empresas constituídas com anterioridade à política); Reforma institucional do setor; promoção da competência nas atividades de geração e comercialização e regulação dos monopólios naturais de transmissão e distribuição; Criação do mercado maiorista de energia elétrica.

Com a reforma do setor energético, foi mudado a estrutura institucional, deixando as funções exclusivas do Estado, a definição de políticas, a regulação, o planejamento e a supervisão e o seguimento aos agentes para a prestação do serviço, sendo caracterizado no próximo gráfico:

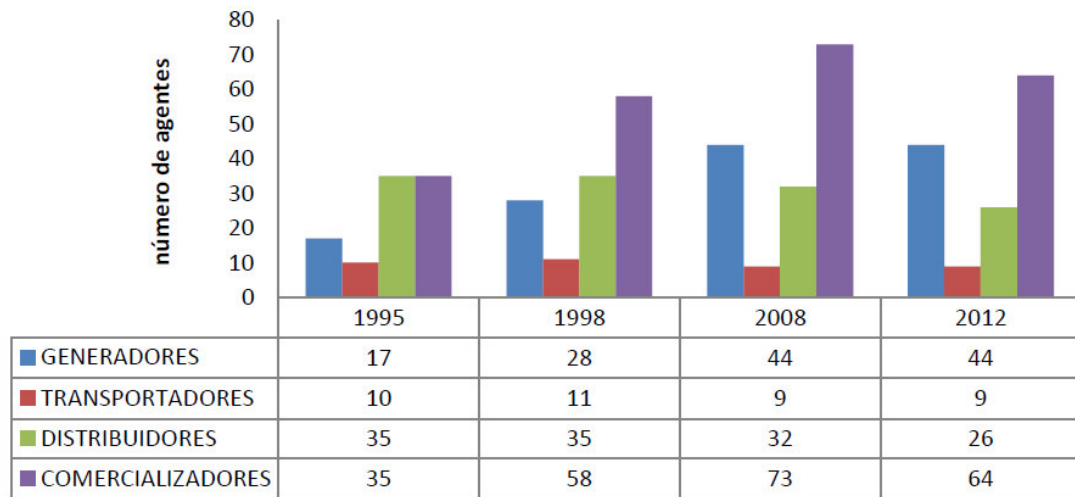
FIGURA 3. Estrutura institucional do setor elétrico.

competência legislativa	•Congresso da Republica
Definição de políticas públicas	•Governo Nacional •Ministerio de Minas e Energia
Planejamento	•UPME (SIN) •IPSE (ZNI)
Regulação	•CREG
Operação	•XM
Prestação do serviço	•Agentes

Fonte: adaptação própria – tradução livre, OLADE, 2013.

Adicionalmente buscava-se criar competência nas atividades de geração e comercialização, ao mesmo tempo atrair um maior numero de agentes participantes na proporção e garantia das condições do mercado. Expondo no próximo gráfico o numero de agentes que fizeram parte no processo energético e apresentando a evolução ao longo dos anos:

FIGURA 4. Evolução do número de agentes nas atividades da energia elétrica em Colômbia entre 1995 e 2012.



Fonte: XM, 2013

Cumprindo assim o objetivo passando no caso da geração de 17 agentes em 1995 a 44 em 2012, e no caso da comercialização passando de 35 a 64 e tendo um pico em 2008 com 73 comercializadores, o número na atualidade tem decrescido devido ao aumento dos requisitos e garantias para exercer a atividade no país.

Durante a última década o setor energético em Colômbia tem sofrido um processo de transformação importante. Essa transformação, em grande medida se deve à expedição de um marco legal setorial robusto e estável, conformado por importantes políticas de caráter econômico. Requer, de importantes esforços para terminar de implementar e sustentar as reformas nas políticas. Com a implementação de um novo esquema planejado pela CREG (Comissão Reguladora de Gás e Energia), sendo implementado a partir de julho de 1995. Os objetivos das políticas vigentes permitem identificar os itens que buscam a regulação e os principais obstáculos que tem se apresentado no caminho da história do campo energético do país.

A reforma do setor energético Colombiano, igual aconteceu em muitos dos países latino-americanos, o que procurou introduzir a eficiência na gestão das empresas, incentivando a vinculação do setor privado e se supõe que gera uma transparência nas regras do jogo do setor elétrico. A transformação foi sustentada em decisões de diversa índole, mas sobre tudo no papel que deve assumir o Estado frente da prestação do serviço de acordo com os conceitos constitucionais, gerando-se então uma nova arquitetura institucional.

A partir de 1994 o setor elétrico, começa se ajustar a sua organização e a participação na indústria e outros elementos que permitiram definir as responsabilidades dos diversos agentes nas atividades da prestação do serviço. Dentro desta transformação setorial, buscou-se proteger aos usuários do serviço de menores ingressos. Para isso foi feito o uso de mecanismos de subsídios e rendas entre os usuários do setor através de um fundo de solidariedade.

Paralelamente este tipo de subsídios administrado pelo Estado tem gerado outros fundos para o financiamento de estratégias de geração de energia elétrica limpa (métodos não convencionais) com o fim de diminuir os impactos ao nível nacional, isso regulado sob a política pública 2014 - 1715 (a política mais atual no campo energético do país), baseada em possíveis soluções, expondo assim várias maneiras de gerar fontes de energia que brindem energias renováveis². Mas, focados no país, os recursos hídricos são os principais geradores de energia, com a criação de diferentes hidroelétricas abastecem o país, e até mesmo fornecem eletricidade para áreas de fronteira da Venezuela e do Equador, aproveitando as características geográficas, ou seja, o grande potencial hídrico do país.

No artigo cinco desta política define especificamente qual seria a classificação das energias não convencionais³

² como a energia através de hidroelétricas, energia a partir de biomassa, energia marea-matriz, energia geotérmica e a fonte não renovável como a energia nuclear e atômica.

³ **Energia hidráulica:** A energia hidroelétrica é baseada em queda de água de alturas; o potencial da água num reservatório, durante a queda de energia é convertida em energia cinética. A água passa através da turbina a alta velocidade, provocando uma rotação das pás da turbina em que é acoplado a um gerador ou alternador e onde finalmente convertida em energia elétrica. As hidroelétricas estão disponíveis em áreas com recursos naturais de água suficientes, e uma vez usados, é retornada a jusante. O seu desenvolvimento exige a construção de barragens, canais de desvio, instalação de turbinas e equipamentos para gerar eletricidade, e é um dos métodos utilizados para produzir energia elétrica em grande escala.

Energia através de Biomassa: Biomassa e massa biológica é a quantidade de matéria viva produzida em uma determinada área da superfície da Terra, ou por agências de um tipo específico, que podem ser utilizados como combustível e energia são direta ou indiretamente a partir de recursos biológicos. Fonte do uso de biomassa para energia vem principalmente de três locais: resíduos, resíduos industriais e urbanos; resíduos de culturas agrícolas; e cultivos ou plantações para fins energéticos. Eles podem ser os de transformação natural ou artificial de plantas, animais, resíduos agrícolas, resíduos animais, resíduos da silvicultura, que vem de florestas e processos de madeiras.

Energia Mare matriz: A energia das marés é considerada em energia renovável, porque é uma fonte de energia limpa e renovável; marés é um fenômeno permanente e baseia-se na transformação da energia contida nas ondas para produzir eletricidade. As marés são as flutuações periódicas dos níveis do mar, devido à atração gravitacional da Lua e do Sol e rotação da Terra; no mundo há poucos lugares onde você pode explorar a energia produzida pelas marés, o que requer uma baía ou estuário e mínima amplitude de maré de cinco metros é necessária.

Energia Eólica: A força do vento tem sido aproveitada por seres humanos desde as primeiras civilizações as suas necessidades de energia e de transporte; veleiros de navegação permitiram chegar a lugares distantes e de fazer uma troca de produtos e culturas. Como nos primeiros moinhos

Desta forma há que ter claro que o país foi introduzido no mercado energético liberalizado desde 1995. O setor se caracteriza por um marco que desgruda a geração, a transmissão, a distribuição, e a comercialização. Com este novo esquema comercial de Mercado Atacadista de Energia, a Bolsa de Energia e o Sistema de Intercâmbios Comerciais para que as empresas geradoras e comercializadoras efetuem transações de energia de modo mais movimentado, adicionalmente às estabelecidas bilateralmente nos contratos garantidos de compra de energia, por quantidade e preços determinados pelo jogo livre de oferta e demanda entregando as redes elétricas nacionais para o lucro privado.

Acomodando assim as múltiplas políticas e regulamentações necessárias a favor do capital privado, o Modelo Neoliberal nos Serviços Públicos, passando assim de um serviço monopolista do Estado a um monopólio privado em mãos das multinacionais que impõem altas tarifas. No mesmo contexto energético do país se expõe nos próximos itens do capítulo 2 a matriz energética do país e de forma mais específica a matriz energética do estado de Tolima (estado o qual desenvolve-se a análise e o trabalho) com o fim de contextualizar a situação atual do país e a região que será o eixo central para ter a visão dos impactos que geram no âmbito social da população a analisar, que no caso será a população próxima ao projeto hidroelétrico no estado de Tolima (Prado) na Colômbia.

de vento e bombeamento de água, utilizada desde os primeiros anos da existência humana, a energia eólica hoje ainda está aumentando a cada dia de uso para a produção de eletricidade.

Energia Solar: A energia solar são a fonte de energia mais abundante que existe no planeta, que pode ser explorada para a produção de aquecimento, água quente e eletricidade; A energia solar é produzida no sol como resultado de reações de fusão nuclear, atinge a Terra através do espaço em quanta de energia chamados fótons. A intensidade da energia solar disponível em um determinado ponto na terra depende do dia do ano, e o tempo de latitude.

Além disso, a quantidade de energia que pode ser obtida depende da orientação do dispositivo receptor; a colha direta de energia solar requer dispositivos artificiais chamados coletores solares, destinadas a recolher energia.

Energia Geotérmica: A energia geotérmica é a energia que pode ser obtida através do aproveitamento do calor no interior da Terra em zonas muito quentes de perfuração rasa que as fraturas fontes termais naturais. Considera-se dentro de energia renovável, uma vez que é limpa e inesgotável, porque o seu funcionamento baseia-se no vapor que é obtida diretamente ou por água quente encontrada no interior da Terra que pode fluir naturalmente ou por bombeamento: o método a ser usado depende de cada caso. Esta energia é classificada em três tipos que são: alta, média e baixa temperatura.

2.2 Matriz energética nacional – Colômbia

No caso da Colômbia foi classificada como o quarto país no mundo com capacidade hidráulica, de acordo com estatísticas, a Colômbia tem um fluxo nos principais rios de 52,075, em m^3/s e uma área total de 1,141,748 km^2 . Na Colômbia, as hidroelétricas começaram a ser implantadas no final de 1889, com o condicionamento de plantas em Bogotá, Bucaramanga, Cúcuta e Prado (município do estado de Tolima).

Em 1930, as usinas hidroelétricas que estavam operando na borda da água forneciam um potencial de 45 MW na Colômbia. Entre 40-60 foram instaladas grande quantidade de hidroelétricas, para eletrificar cidades pequenas e médias do país.

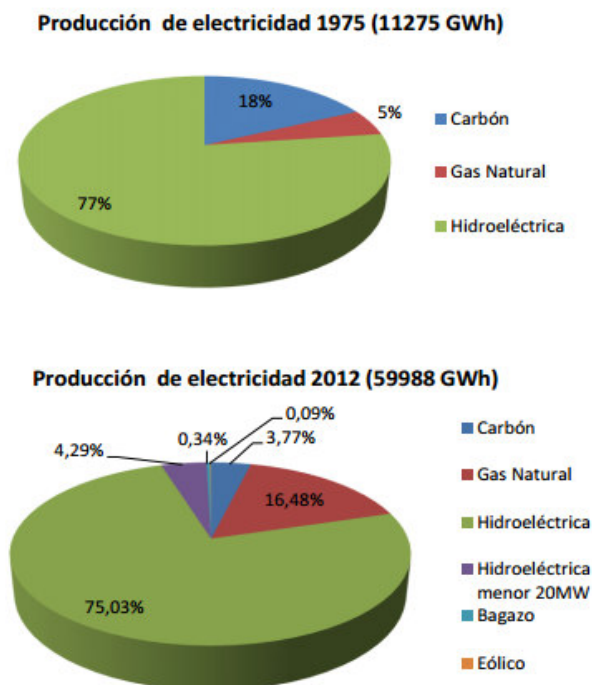
A crise energética no início dos anos 70 reforça a ideia de aumentar a participação dos planos de expansão de fontes não-convencionais, incluindo a energia hidroelétrica. Numerosos grupos de pesquisa são, então, na área, que por falta de apoio, muito poucos conseguiram consolidar. Da mesma forma, o Governo Nacional, com o apoio da cooperação técnica internacional, realizou diversos estudos para aumentar a participação de pequenas hidroelétricas e através do Instituto Colombiano de Electric Power -ICEL-, foi lançado um Plano Nacional de Pequenas Centrais Hidroelétricas, mas os resultados não foram animadores.

Outras entidades, como a Corporação Autônoma de Valle del Cauca -CVC-Electric Corporation e da Costa Atlântica -CORELCA-, apresentaram maiores ganhos, mas não significativo no balanço energético regional e ainda menos no balanço energético nacional.

A Colômbia tem uma localização privilegiada que permite a exploração de recursos hídricos para geração de eletricidade. Desde o início da produção de eletricidade no país a presença abundante de bacias hidrográficas e do relevo acentuado o país foi colhida; as condições ideais para a utilização deste recurso. É devido a esta condição que a matriz energética da Colômbia apresenta uma matriz energética mundial totalmente diferente, em que predomina a geração a partir da composição de combustíveis fósseis. Na Colômbia, este é dominado pela geração hidroelétrica. A Colômbia tem uma localização privilegiada que permite a exploração de recursos hídricos para geração de eletricidade.

Desde o início da produção de eletricidade no país foi aproveitada a presença abundante de bacias hidrográficas e do relevo acentuado; sendo as condições ideais para a utilização deste recurso. É devido a esta condição que a matriz energética da Colômbia apresenta uma composição completamente diferente da matriz energética mundial, em que predomina a geração a partir da composição de combustíveis fósseis. Na Colômbia, este é dominado pela geração hidroelétrica. Em 2012 o país tinha uma capacidade instalada de 14.179 MW, dos quais mais de 70% é a capacidade hidroelétrica, com 64,88% correspondente as centrais maiores a 20 MW e 4,94% para usinas hidroelétricas menores. Observa se igualmente uma baixa capacidade instalada em geração de bagaço porque muitas dessas plantas são co-geradores e / ou usam outros combustíveis por isso é provável que reportem outro combustível diferente ao bagaço ou deixar de relatar toda a sua capacidade instalada.

FIGURA 5. Produção de eletricidade na Colômbia por fontes de energia entre 1975 e 2012.



Fonte: DANE, 2012.

A energia gerada reflete a composição da capacidade instalada. A geração de eletricidade é dominada no país pela geração hidroelétrica como mostra no gráfico que compara a produção de eletricidade em 1975 e 2012 (COLOMBIA, 2012).

Como se pode observar através do gráfico anterior, a matriz energética da Colômbia tem mantido uma composição muito semelhante por 30 anos, com quase 80% da geração hidroelétrica e com uma quota de cerca de 20% da energia térmica. A diferença entre um ano e outro é o investimento que ocorreu entre as contribuições de produção de carvão contra gás natural: em 1975 contribuiu 18% do carvão e do gás de 5% e em 2012 a contribuição do carvão foi 3,77 % e gás 16,48%, como resultado deste programa e massificação de depósitos de gás encontrados neste período.

Esta tendência de aumento da participação do gás na matriz energética poderia estagnar ou ser reduzido, tendo em conta a próxima entrada de grandes projetos hidroelétricos como Ituango (1200 MW) ou Hidrosogamoso (800 MW). Além disso, a incerteza do abastecimento de gás devido ao declínio na produção do campo da Guajira (município colombiano) e a falta de resultados significativos nos últimos anos, não dão certeza sobre a disponibilidade em longo prazo deste combustível, portanto, não se tem projetado a entrada de grandes projetos de geração de gás.

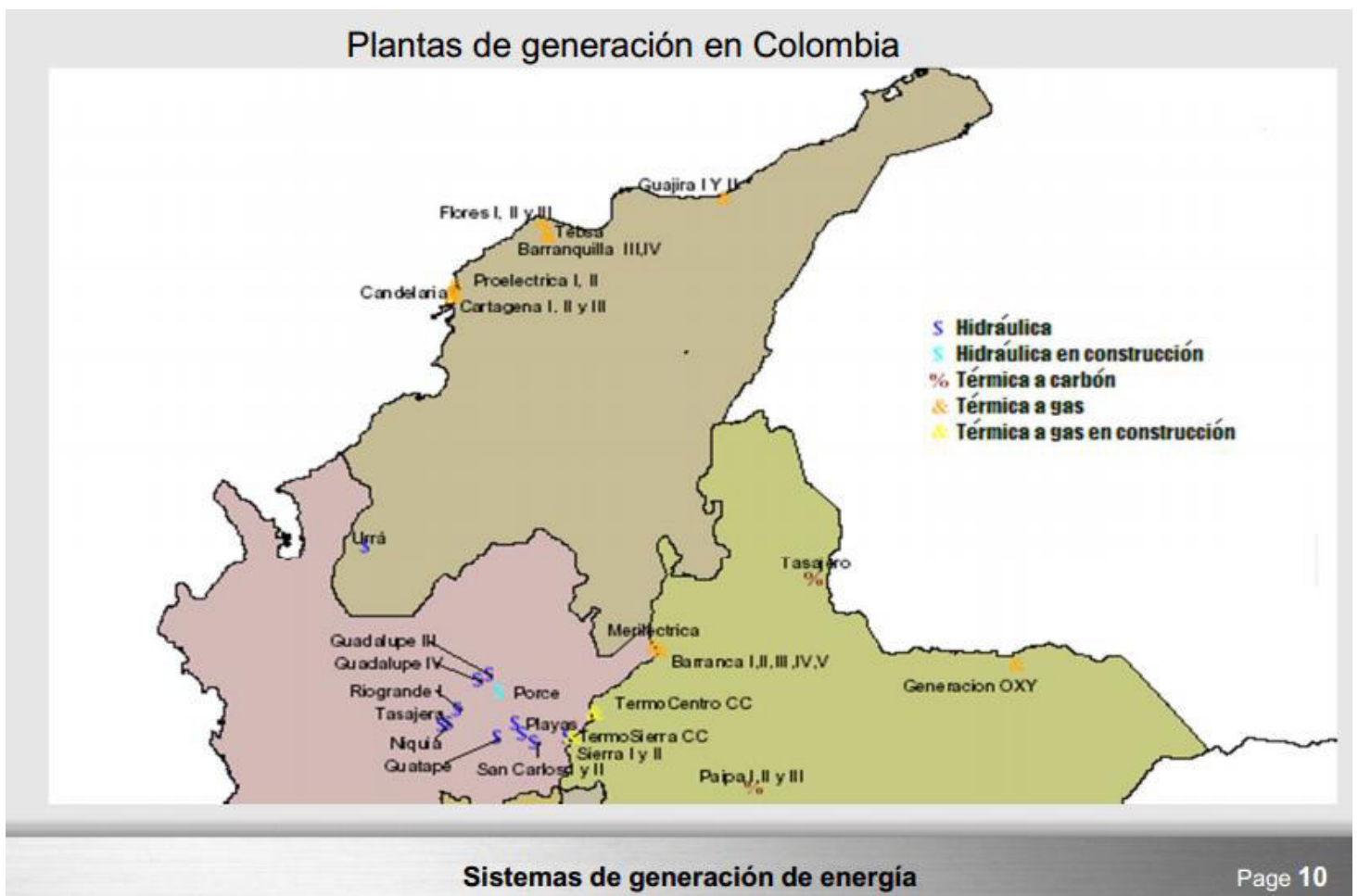
Como se observa, a participação na geração de fontes renováveis não convencionais do país é inferior a 1% a partir do bagaço e do vento adicionado ao 4,29% a partir de geração hidroelétrica menor a 20 MW para um total de 4,72%. Cabe aclarar que a capacidade instalada de geração com bagaço é muito mais elevada, mas uma grande parte da presente geração é para autoconsumo e, portanto, não é parte desta matriz.

A alta participação dos recursos hídricos para geração de energia foi dado o nome de matriz energética limpa, devido às suas contribuições baixas na emissão de gases de efeito estufa em comparação com combustíveis fósseis matrizes altamente dependentes. Agora este fator definido como a ton CO₂e / kWh podem variar de ano para ano, dependendo da geração real efetivamente do país. Além disso, existem dois métodos para calcular o fator de emissão, um no caso de apresentação de projetos para implementar os mecanismos de desenvolvimento limpo MDL estabelecidos no âmbito do Protocolo de Kyoto e outras emissões calculadas como sistema real. Embora, como já mencionado, no caso da Colômbia, este fator é relativamente baixa, que pode aumentar em anos pelo grande fenômeno

do El Niño quando se requer uma maior quantidade de geração térmica devido à secas e reservatórios causados pelo fenômeno climatológico (COLOMBIA, 2012),

Contudo, nos próximos dois gráficos se apresentam os sistemas de geração de energia distribuídos em todo o território nacional.

FIGURA 6. SISTEMAS DE GERAÇÃO DE ENERGIA NA COLÔMBIA (1 PARTE DO MAPA NACIONAL).



Fonte: <http://termodinamicaudingelectrica.blogspot.com.br/2012/05/plantas-termoelectricas-localizadas-en.html>.

FIGURA 7. SISTEMAS DE GERAÇÃO DE ENERGIA NA COLÔMBIA (2 PARTE DO MAPA NACIONAL).



Fonte: <http://termodinamicaudingelectrica.blogspot.com.br/2012/05/plantas-termoelectricas-localizadas-en.html>.

2.2.1 Sistema Interconectado – SIN e Zonas não interconectadas – ZNI

No contexto da realidade colombiana no setor de energia elétrica, o país apresenta duas realidades que tem um contraste muito grande já que são completamente diferentes uma da outra: por um lado está o Sistema Interconectado Nacional – SIN, conformado por múltiplas usinas de geração elétrica, transmitida através de redes que levam essa energia gerada a partes do território nacional, e no outro contexto da realidade colombiana são as Zonas No Interconectadas – ZNI, caracterizadas por ter baixa densidade de população, que encontrassem em lugares afastados, de difícil acesso e geralmente com reservas e parques naturais em seus territórios assim como comunidades étnicas. Tendo assim territórios populacional e geograficamente diferentes aos do SIN.

No aspecto histórico o SIN foi desenvolvido em 1967 com a criação da Interconexão Eléctrica SA – ISA a empresa estatal encarregada do desenvolvimento de Sistema de Transmissão Nacional – STN. Essa infraestrutura permitiu o desenvolvimento de um mercado de energia elétrica, porque garante o livre acesso e comercialização da energia elétrica no país. O sistema está composto por uma série de linhas de alta tensão que interconectam os pontos de geração com os pontos de distribuição, possibilitando o transporte de grandes quantidades de energia a grandes distâncias através do território nacional. através da próxima tabela se expõe a composição do STN.

TABELA 6. Sistema de Transmissão Nacional – STN.

Líneas	Longitud km
Transmisión 110-115kV	10.267,7
Transmisión 138kV	15,5
Transmisión 220-230kV	11.671,9
Transmisión 500kV	2.436,7
TOTAL SIN	24.391,8

Fonte: (XM, 2012)

A determinação da expansão do SIN esta definida pela Unidade de Planejamento Mineiro Energética – UPME e se apresenta de forma constante no Plano de Expansão de Referencia de Transmissão. Esse plano analisa a oferta e a demanda de energia tendo em conta as novas usinas que vão entrando em operação e as restrições que tem apresentado o sistema para propor uma serie de projetos que deverão desenvolver-se com o fim de manter a confiabilidade do sistema e garantir uma plena capacidade de transmissão. Os projetos aprovados no Plano estão aptos para participar nas licitações publicas entre as empresas encarregadas da transmissão os quais competirão pelo direito a construir e estabelecer os projetos.

O SIN representa o 34% do território nacional onde habita o 96% da população, com uma cobertura de 95,54% diferenciada em áreas urbanas com o 99,35% e áreas rurais com 83,39%. Porém, existem estados como o estado da Guajira com uma cobertura de 45,10% e o estado de Vichada não interconectados com cobertura rural de 25,21% (COLOMBIA, 2012).

A expansão do SNT apresenta desafios relacionados com a aceitação social aspecto de muita importância já que impede na atualidade se não se tem um bom planejamento que envolva a realidade das comunidades próximas na implementação de projetos para ter assim estabilidade durante o projeto, também os requisitos ambientais que liga o âmbito social ao mesmo tempo, isso atrasa os projetos adjudicados mediante licitações. Essa problemática gera interrogantes para o futuro da expansão do sistema, devendo abrir as possibilidades de incluir opções de geração distribuída onde a geração se desenvolva a pequena escala e localiza-la perto dos centros de consumo com o fim de incluir as comunidades, priorizando nas atividades nativas, nas tradições e o beneficiar sendo os consumidores principais.

O território nacional que não está na atualidade com cobertura pelo SIN, são as Zonas Não Interconectadas (ZIN), historicamente o serviço elétrico nestas zonas tem se prestado mediante geradores Diesel com um alto custo pelo transporte do combustível e a manutenção dos geradores e em muitos dos casos não é de boa qualidade. E as populações não interconectadas na grande maioria não contam com o serviço às 24 horas do dia.

São aquelas zonas expostas anteriormente onde há grande dificuldade para se juntar da expansão do SIN, não tendo viabilidade nos âmbitos sociais, ambientais e, principalmente econômico, já que não teria a renda que outros projetos podem oferecer. Além disso, existem outros fatores relacionados aos já falados, tais como a dispersão da população, presença de população vulnerável e a escassa capacidade econômica por parte da população o que evita o pago do serviço, também a localização de zonas protegidas e a grande importância ambiental. É por isso que deveriam existir estratégias de energização nestas zonas para ampliar o foco deixando do lado só levar energia elétrica, mas sim desenvolver esquemas integrais, que incluam atividades produtivas associadas ao uso da energia elétrica com o fim de gerar um grande valor agregado das comunidades e também garantir a sustentabilidade dos esquemas planejados e desenvolvidos.

Nestas zonas tendo-se o enfoque social é muito provável que muitas das tecnologias renováveis representem uma solução viável aos problemas de falta de acesso ao serviço de energia elétrica, porém, devesse ser o resultado de um estudo detalhado tanto técnico, como econômico, social e ambiental.

No que se relaciona ao potencial energético, a Colômbia conta segundo com o inventário de potencial hidroelétrico realizado pelo ICEL (o Instituto Colombiano de Energia Elétrica), em 1979 um potencial de 93000 MW, quer dizer 6 vezes mais da capacidade instalada atualmente. Porém, o potencial não é explorável na sua totalidade devido às restrições técnicas, ambientais e principalmente socialmente. Segundo EPM (2012) o potencial explorável em usinas maiores de 100 MW é de 59000 MW, quer dizer 4 vezes mais da capacidade atual instalada no país. Tendo em conta, as restrições que é muito provável que a geração de energia elétrica na Colômbia continue estando dominada pela geração através de recursos hídricos. Mas, é de muita importância que o setor público e privado considere as dificuldades principalmente no âmbito social que existe hoje para o desenvolvimento de grandes projetos hidroelétricos.

Em relação a geração de energia elétrica através da biomassa, de acordo com o Ministério de Minas e Energia (MME), tem se identificado quatro cultivos com alto potencial energético: a palma africana, cana de açúcar, arroz e plantações florestais, que estariam distribuídos em todo o território nacional. De acordo com base nos dados de potencial do país, a Colômbia tem:

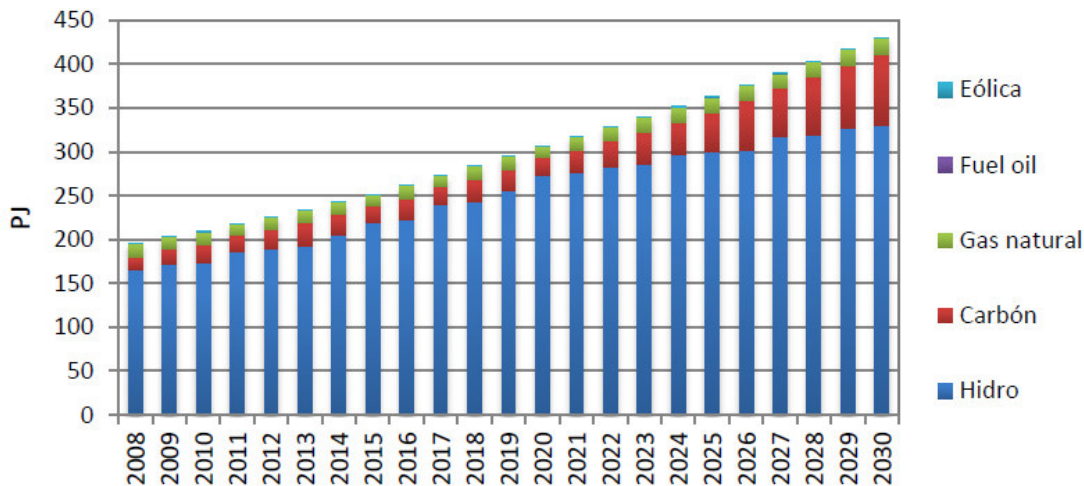
- Cultivos energéticos: 5300 GWh- ano

Já, em relação em relação aos potenciais de energia solar, eólica e geotérmica, existe informação preliminar que indica um alto potencial eólico no estado de Guajira, de igual forma a solar no litoral norte do país, enquanto o potencial geotérmico encontra-se no Parque Nacional Natural dos Nevados e na fronteira com Equador.

Em relação às tendências de participação de diferentes tecnologias em curto e mediano prazo, não existem evidências que indiquem que a tendência mudará com relação ao exposto até hoje, quer dizer, a participação majoritária continue sendo representada pela geração de energia elétrica através dos recursos hídricos, continuando com a participação térmica como o carvão e o gás e com uma baixa participação de fontes renováveis não convencionais. Isso pode deduzir que as usinas geradoras mostram participação única de projetos térmicos e hídricos somente. Numa estratégia desenvolvida como projeção chamada “Estratégia colombiana de desenvolvimento baixo em carbono” (BEHRENTZ, CADENA, MUTIS, PÉREZ, & ROSALES, 2012) a qual mostra através do próximo gráfico a demanda de geração de energia elétrica sendo abastecida principalmente por a geração através

de recursos hídricos, com participação também de carvão que deslocaria o gás natural como segunda fonte de geração energética no país.

FIGURA 8. Projeção da demanda para a geração de energia elétrica por as diferentes fontes 2008 - 2030



Fonte: Behrentz, Cadena, Mutis, Pérez, & Rosales, 2011

2.2.2 Transmissão energética, distribuição, importações e exportações de energia elétrica.

A transmissão no Sistema Nacional Interconectado é dada por sete companhias públicas distintas, quatro delas trabalham exclusivamente na transmissão (ISA, EEB, TRANSELCA e DISTASA). As três restantes (EPPM, ESSA e EPSA) são companhias integradas que fazem todas as demais atividades da ordem elétrica (a geração, transmissão e distribuição). A maior companhia é a Interconexão Elétrica S.A (ISA), que faz parte do Estado.

Na atualidade existem 28 companhias dedicadas somente na comercialização, 22 de distribuição e comercialização (8 que integram geração, distribuição e comercialização), 3 companhias completamente integradas. Os três principais atores em matéria de comercialização são Eletricaribe (Litoral Atlântico), Endesa (Bogotá e centro do país) e EPM (Medellín).

Colômbia é um exportador líquido de energia. Em 2014 o país exportou 1,76 TWh de eletricidade para o Equador (3,5 da produção total) e importou somente pequenos

volumes de eletricidade de Venezuela e Equador (0,02 TWh cada país). De acordo com o Ministério de Minas e Energia (2015), estima-se que as exportações sejam incrementadas em um 5% anualmente.

Existe o projeto Mesoamericana, antigo Plano Populacional Panamá, incluindo a interconexão elétrica entre Colômbia e Panamá que permite a integração do país sul americano com centro América. Este projeto desenvolve a interconexão entre a ISA (interconexão Elétrica S.A) na Colômbia e a Empresa de Transmissão Elétrica S.A – ETESA no Panamá, compreendendo a construção de uma linha de transmissão de 300 MW de capacidade (3%da capacidade instalada) desde Colômbia ate Panamá e 200 MW de capacidade de modo revertido.

Além disso, o governo Colombiano subscreveu um acordo com os governos nacionais da Republica Dominicana e estatal de Porto Rico, para subministrar energia elétrica por médio de uma rede submarina que conectaria o norte de Colômbia com a Republica Dominicana, projeto o qual teria um custo aproximado de 4.000 a 5.000 milhões de dólares e atualmente se encontra em estudo de perfectibilidade econômica e social.

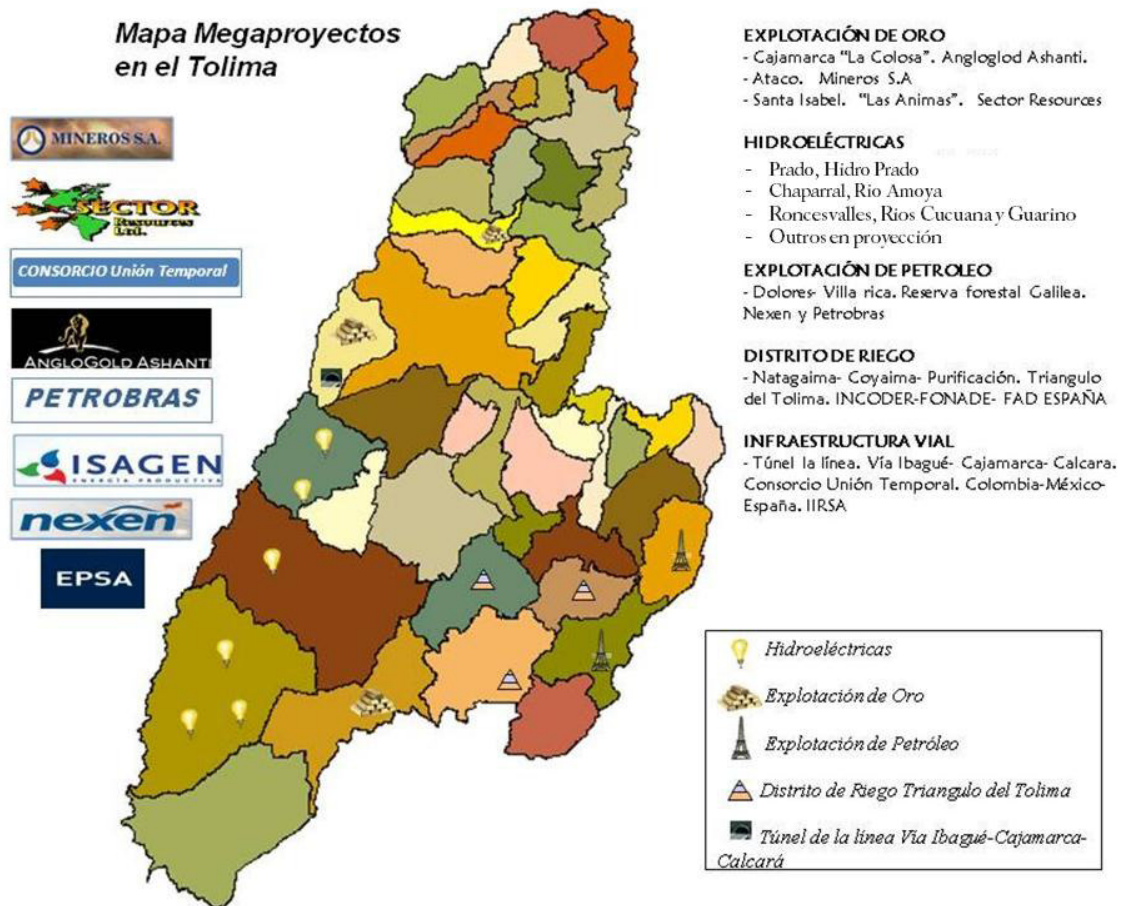
2.3 Matriz energética do estado de Tolima

No contexto do estado de Tolima (estado onde se encontra o projeto hidroelétrico hidro – prado, projeto o qual será usado para gerar a análise dos impactos no âmbito social e a sua influencia no estado todo). De acordo com ENERTOLIMA (2013) entidade estadual encarregada da parte ambiental e social de todos os megaprojetos desenvolvidos no estado de Tolima. Tolima conta com importante potencial hidro energético que e sustentado por as 18 bacias hidrográficas, entre as quais se destaca o Rio Saldana que concentra o 49% da produção hídrica do estado, a do Rio Prado com uma produção de 25%, e a do rio Coello com um 6% de produção. Também existem 3 centros aquíferos de muita importância; os da capital do estado, Ibagué, Lerida e o município de Mariquita.

Ao nível nacional o estado de Tolima conta com um importante aporte na produção de energia elétrica, ocupando o 3 lugar em capacidade, sendo em primeiro lugar o estado de Antioquia, em segundo lugar o estado de Santander. Aportando assim o estado ao país em produção com os seguintes projetos de geração de energia elétrica, que também estarão expostos no mapa do estado de Tolima no gráfico 9:

- a) - Projeto hidroelétrico, hidroprado
- b) -Projeto hidroelétrico do rio Guarino
- c) -Projeto hidroelétrico do rio Amoya
- d) - em construção estão os projetos hidroelétricos Hidrocucua e união do rio Ambeima
- e) - Em processo de licenciamento estão os projetos hidroelétrico da geradora União do rio Chili no município de Roncesvalles e Hidroandes com o rio Ata.

FIGURA 9. Mapa de projetos hidroelétricos do estado de Tolima



Fonte: http://3.bp.blogspot.com/_9ctmdQMBzOU/TUd4d2WmsCI/AAAAAAAAACI/3DdusuXPID8/s1600/Mapa%2Bde%2Bmegaproyectos%2Ben%2Bel%2BTolima.jpg

Sendo que o projeto hidroelétrico Hidroprado um dos pioneiros do país e mais influenciáveis no estado. Este projeto teve como principal objetivo a melhoria da economia no que respeita produção e aporte para a industrialização da região e o

país, pouco a pouco tem se convertido em um dos atrativos e empórios turísticos mais importantes do centro do país⁴.

Ao que refere de demanda no setor da energia elétrica no estado de Tolima, tem a companhia energética do Tolima S.A. E.S.P (Enertolima) registou em 2010 um total de 888 milhões de KW, o que representa um aumento de 8,6% com respeito ao ano precedente, quando foram consumidos 818 milhões de KW. Esse avance se explica pelo incremento de 11,3% na demanda da atividade comercial; assim mesmo, foi influenciado pelos aumentos registrados no setor oficial (28,4%) e em os não regulados (38,5%); neste ultimo caso, se trata de algumas empresas grandes localizadas ao longo do território do estado que adquire o serviço de energia elétrica a empresa Enertolima com algumas condições especiais.

O incremento obedeceu às políticas públicas de comercialização e geração de energia e a boa disponibilidade de água principalmente a acolhida pelo projeto hidroelétrico de HidroPrado.

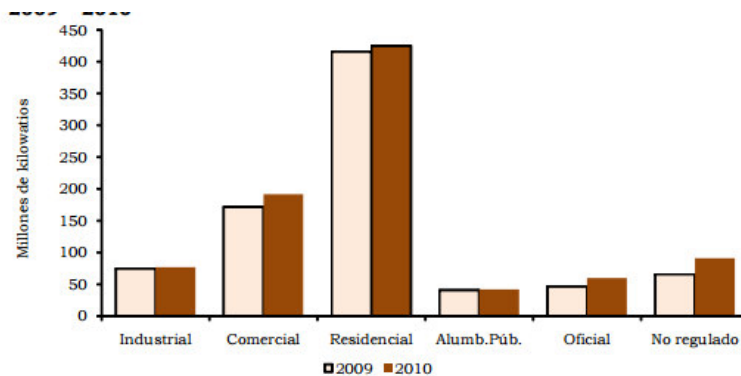
⁴ cada vez que é visitada suas 4.200 etárias se podem ver os encantos naturais como a lagoa Encantada, o cânion dos apaixonados, os labirintos de Yucupí, a caverna do Mohan, as ilhas do sol, a cachoeira do amor. Assim mesmo ofereceu um espaço para diferentes edições dos jogos esportivos nacionais aquáticos. Porém, a riqueza ambiental com a que conta o estado, ao estar localizado estrategicamente no centro do país, sendo rodeados de cumes, com localizações que vão desde os 200 metros sobre o nível do mar até 2, 950, são poucas as variáveis que se aplicam na geração de energia através de diversas fontes, o que pode chegar a gerar um maior desenvolvimento no setor rural de uma das dispensas agrícolas (de arroz, café, milho e algodão) mais importantes na Colômbia. Já no contexto de hidrocarbonetos e biocombustíveis o estado de Tolima na Colômbia conta com 25 campos petrolíferos em exploração e 20 sendo estudados, fato que localiza o estado como o 8 produtor em petróleo e gás ao nível nacional. E no contexto de biocombustíveis, desde a formulação da exploração no estado neta área, se apostava em se tornar o segundo produtor nacional de álcool carburantes a partir da mandioca e da cana de açúcar, porém, são poucos os avances que se tem apresentado. Na atualidade, CORPOICA (empresa encarregada de explorar a produção de biomassa) vem realizando um trabalho relacionado com a produção de biomassa a partir das fontes agrícolas como sorgos doces. O estado apresenta boas condições para a produção e rendimentos nos cultivos.

TABELA 7. Geração e consumo de energia elétrica no estado de Tolima, baseado na classificação dos setores – anos 2009 a 2010.

Miles de Quilowatts				
Usos	Janeiro a Dezembro		Variação	
	2009	2010	Absoluta	Porcentual
1. Geração Neta	227.307	236.244	8.937	3,9
1.1 Geração Bruta	227.982	236.834	8.852	3,9
1.2 Consumo Próprio	675	590	-85	-12,6
2. Consumo total	817.664	887.594	69.930	8,6
2.1 Industrial	75.360	77.136	1.776	2,4
2.2 Comercial	172.325	191.723	19.398	11,3
2.3 Residencial	415.996	425.302	9.306	2,2
2.4 Luzes Públicas	41.334	42.166	832	2,0
2.5 Setor oficial	46.858	60.178	13.320	28,4
2.6 Não regulados	65.791	91.089	25.298	38,5

Fonte: EPSA S.A. E.S.P, 2014. Tradução livre ao português.

FIGURA 10. Consumo de energia elétrica no estado de Tolima, baseado na classificação dos setores – anos 2009 a 2010



Fonte; EPSA S.A. E.S.P, 2014.

Desta forma pode se concluir que a influencia dos megaprojetos na Colômbia estão completamente ligados aos fatos desenvolvimento já que a base para um desenvolvimento econômico e porque não social, estão ligados ao acesso dos serviços básicos no caso o serviço de energia elétrica, energia produzida através do aproveitamento dos recursos naturais tais como o aproveitamento do grande

potencia hídrico com que conta a Colômbia e sendo mais específico o estado de Tolima, recursos que por sua vez são os principais componentes do processo de produção de energia elétrica. E isso é demonstrado através dos dados já expostos anteriormente que afirmam que o método de produção não convencional mais explorado no país é a produção hidráulica, sem deixar do lado que a Colômbia conta com o potencial de produzir energia elétrica através dos outros métodos renováveis não convencionais.

Porem, Chang (2004) conclui que as políticas públicas devem vir antes do processo de investimento seja qual for à área, dando credibilidade ao sistema e encorajando o investimento privado e assim poder assegurar a produção agrícola (no caso da Colômbia) e gerar assim um desenvolvimento econômico-social estável, pois na linha do pensamento de Mesquita (2009) é importante lembrar que em todas as fases o Estado mantém, via agências e bancos estatais, gordos subsídios ao capital, como forma de atração e barateamento dos custos de implantação.

Tal fenômeno pode ser visto obviamente no Estado Colombiano, e também visto na implantação do projeto hidroelétrico Hidro – Prado, sendo o projeto principal do estado e de grande importância também a nível nacional, precisando analisar essas políticas e meios de patrocínios econômicos para a implantação e ingresso de projetos de tal magnitude que se supõe que aporta e avança de maneira potencial, mas só desde uma visão de crescimento econômico, e o setor social?, continuará sendo excluído, gerando esse desequilíbrio desigual, onde a importância primordial é o equilíbrio econômico e produtivo, sendo que o social está ligado ao desenvolvimento de modo específico ligado ao desenvolvimento rural.

Essa a característica regional do estado de Tolima, setor de amplos campos rurais que precisam ser vistos como base de políticas para não só gerar produção econômica através dos usos destes territórios com o uso dos recursos naturais que eles oferecem e sim precisando ser revisto e associado como principal beneficiário deste tipo de implantações sem dividir em setores, pois quase sempre esses beneficiários são vistos como setor urbano, deixando de lado o setor rural, que no caso da Colômbia foi e é um dos setores mais importantes no que se refere a economia já que aportou e aporta grande produção de alimentos através da agricultura e outras atividades que envolve este tão importante setor.

3 CAPÍTULO:

Desenvolvimento rural, deslocamento forçado e a influência da hidroelétrica na questão socioeconômica do estado de Tolima (Prado).

Para Terluin (2003) citado por Kageyama (2004), o desenvolvimento rural pode ser visto como uma combinação de forças internas e externas à região, em que os atores das regiões rurais estão envolvidos simultaneamente em um complexo de redes locais e externas que podem variar significativamente entre regiões.

Kageyama (2004) afirma a ideia de que o desenvolvimento rural deve combinar o aspecto econômico (aumento do nível e estabilidade da renda familiar) e o aspecto social (obtenção de um nível de vida socialmente aceitável) e que sua trajetória principal reside na diversificação das atividades que geram renda (pluriatividade).

O desenvolvimento rural tem de específico o fato de referir-se a uma base territorial, local ou regional, na qual interagem diversos setores produtivos e de apoio, e, nesse sentido, trata-se de um desenvolvimento multissetorial. Ao mesmo tempo, as áreas rurais desempenham diferentes funções no processo geral de desenvolvimento e, ao longo desse processo, essas funções se modificam.

A função produtiva, antes restrita à agricultura, passa a abranger diversas atividades, desde o artesanato e o processamento de produtos naturais até aquelas ligadas ao turismo rural e conservação ambiental; a função populacional, que nos períodos de industrialização acelerada consistia em fornecer mão de obra para as cidades, agora inverteu-se, requerendo o desenvolvimento de infraestrutura, serviços e oferta de empregos que assegurem a retenção de população na área rural.

Enquanto ao autor Van der Ploeg et al. (2000) citado por Kayegama (2004), o desenvolvimento rural, no qual se inclui na busca de um novo modelo para o setor agrícola, com novos objetivos, como a produção de bens públicos (paisagem), busca de sinergias com os ecossistemas locais, a valorização das economias de escopo em detrimento

E para Ploeg (2000) ,o desenvolvimento rural implica na criação de novos produtos e novos serviços, associados a novos mercados; procura formas de redução de custos a partir de novas trajetórias tecnológicas; tenta reconstruir a agricultura não apenas no nível dos estabelecimentos, mas em termos regionais e da economia rural como um todo; representa, enfim “uma saída para as limitações e

falta de perspectivas intrínsecas ao paradigma da modernização e ao acelerado aumento de escala e industrialização que ele impõe” (PLOGET 2000, p. 395 Apud KAYEGAMA, p. 3)

Neste sentido o desenvolvimento rural tem de específico o fato de referir-se a uma base territorial, local ou regional, na qual interagem diversos setores produtivos e de apoio, e, nesse sentido, trata-se de um desenvolvimento multissetorial. Ao mesmo tempo, as áreas rurais desempenham diferentes funções no processo geral de desenvolvimento e, ao longo desse processo, essas funções se modificam.

A função produtiva, antes restrita à agricultura, passa a abranger diversas atividades, desde o artesanato e o processamento de produtos naturais até aquelas ligadas ao turismo rural e conservação ambiental; a função populacional, que nos períodos de industrialização acelerada consistia em fornecer mão de obra para as cidades, agora inverteu-se, requerendo o desenvolvimento de infraestrutura, serviços e oferta de empregos que assegurem a retenção de população na área rural.

E por fim Kay (2005) chama atenção para os diferentes enfoques referente a este conceito na América Latina. Segundo o mesmo, há pelos menos seis abordagens. O primeiro referido na modernização ⁵. O segundo enfoque estrutural indica a modernização nos processos agrários, mais moderados e orientados aos produtores através de financiamento em forma de créditos e assistência técnica ⁶. O terceiro enfoque estrutural é da dependência, apresentado em duas linhas,

⁵ *O enfoque da modernização privilegiava soluções tecnológicas aos problemas do desenvolvimento rural, por exemplo, difundindo a revolução verde. O modelo a seguir eram os granjeiros capitalistas dos países desenvolvidos, ou seja agricultores que se encontravam plenamente integrados no mercado e empregavam métodos de produção modernos. Estas novas tecnologias agropecuárias dos países mais avançados tinham que ser difundidos entre os produtores tradicionais dos países atrasados através dos centros de pesquisa e sistemas de extensão. Se considerava tradicionais a os camponeses e por tanto era necessário planejar programas de desenvolvimento para que passassem de uma agricultura de subsistência a uma agricultura comercial plenamente integrada ao mercado e assim conseguir a sua modernização e; o. Décadas mais tarde (KAY, 2005, p. 4).*

⁶ *O papel da agricultura na estratégia de desenvolvimento estruturalista era múltiplo: a) sustentar o processo de industrialização mediante as divisas obtidas pelas exportações e destinadas a financiar as importações de bens do capital e intermédio e matérias primas que a indústria exigia; b) proporcionar um subministro constante da mão de obra barata pela indústria; c) satisfazer as necessidades alimentícias das populações urbanas, evitando o incremento tanto do preço dos alimentos como as importações de produtos agropecuários, com o qual facilitava-se a manutenção de salários industriais baixos e contra restava possíveis problemas de escassez de divisas; d) subministrar à indústria das matérias primas de origem agropecuária e florestal que requeria; e) gerando um mercado doméstico para os produtos industriais (ECLA, 1963 Apud KAY, 2005, P. 5)*

uma denominada pelo autor estruturalista ou reformista e a outra denominada revolucionária ou marxista⁷. O quarto enfoque estrutural citado pelo autor faz a referência ao neoliberalismo sobre o desenvolvimento rural⁸. O quinto enfoque é o neo-estruturalista, gerado como uma resposta ao citado anteriormente e como uma forma de se acomodar à globalização neoliberal⁹ e o sexto e último enfoque refere-se a uma nova ruralidade e às estratégias da vida rural¹⁰.

Nesse contexto, pode-se entender que o desenvolvimento rural, além do crescimento econômico, é um processo que orienta ao incremento nos níveis de vida dos camponeses e do setor urbano, fundamentado em sistemas de produção que garantem a distribuição dos seus ingressos e a superação constante das sociedades frente a assuntos como a saúde, nutrição, emprego, entre outros.

Na realidade da Colômbia e do estado de Tolima, o desenvolvimento rural é superado pela economia por meio de estratégias da industrialização que se

⁷ *A versão marxista da teoria da dependência culpa da persistência do subdesenvolvimento e da falta de recursos ao sistema mundial capitalista e às múltiplas relações de dominação e dependência que geram. Em consequência, só uma política que possa superar essa dependência levará ao desenvolvimento rural e à exclusão da pobreza e exploração do camponês (KAY, 2005, p. 6).*

⁸ No enfoque neoliberal do desenvolvimento rural intenta-se gerar um marco e regras econômicas que sejam aplicáveis por igual a todos os sectores econômicos, ou seja, sem fazer distinções entre a agricultura, indústria e serviços. Além disso, as regras de devem ser iguais para o capital nacional como para o capital estrangeiro e as políticas públicas devem ser neutras, exceto quando trata-se de corrigir todas aquelas situações que criam elementos a favor ou em contra de certos setores ou que impedem lograr a competição perfeita entre os mercados, tanto produtos como os fatores produtivos e tanto nacionais como estrangeiros (KAY, 2005, p. 16).

⁹ *Assim o neo estruturalismo tem se empenhado em adiantar o estruturalismo [...]. O neo estruturalismo continua insistindo no que o Estado deve representar um papel decisivo na divulgação e promoção do desenvolvimento, por exemplo, o desenvolvimento dos recursos humanos e uma distribuição equitativa do crescimento econômico. (RAMOS Y SUNKEL, 1993: 7 p. Apud KAY, 2005, p. 22).*

¹⁰ *É só durante as últimas duas décadas ou inclusive mais recentemente que os acadêmicos da realidade rural começaram a perceber da crescente importância dos ingressos gerados pelas diversas atividades não agrícolas prediais e extras prediais realizadas pelos integrantes das famílias camponesas. As atividades rurais não agrícolas têm adquirido um dinamismo e importância crescente em relação à atividade agropecuária propriamente, tanto em quanto à geração de empregos como ingressos [...] O emprego rural não agrícola tem significado diferente para os lares camponeses de acordo a seu nível de ingresso. Para as famílias camponesas pobres é um mecanismo chave para manter seu acesso o seu pequeno pedaço de terra e lograr ingresso de subsistência. Pelo contrario as famílias camponesas ricas, essas atividades são uma forma de acumular capital (DIRVEN, 2004, p. 54-58, Apud KAY, 2005, p. 28).*

tem visto nos últimos anos, tendo pouca visão para o investimento no âmbito rural.

Em muitos dos casos, os territórios rurais são o centro de implantação de projetos decorrentes do âmbito industrial, o que deixa de lado o objetivo e fundamento do desenvolvimento rural através de estratégias baseadas principalmente na produção agrícola. Atividades que aportam não só no fator econômico característico do país, mas que também geram falta de produção e distribuição básica de alimentos, o que impacta negativamente ao território nacional e regional.

Quanto à experiência e ao papel do Estado colombiano sobre o trato do desenvolvimento rural no território nacional e em termos da reforma agrária, foi determinado que as estratégias propostas até o presente não eram eficientes, por isso, estabeleceu-se o modelo de desenvolvimento rural além da redistribuição de terras; Castillo (2007) aponta que: “em termos práticos, esses conceitos mais amplos de desenvolvimento rural, acolhe como exemplo, um programa como o de Desenvolvimento Rural Integrado” (CASTILLO, 2007, p. 41), o que é fundamentado e definido de forma política na modificação de normas e criação de estratégias encaminhadas ao desenvolvimento do setor rural.

Quanto aos programas de desenvolvimento rural, Campillo (1994) afirma que [...] “a maioria dos programas de desenvolvimento rural tem velhos vícios e tem um carimbo do patriarcal... A organização pertence inalterada e as decisões, ao longo das intervenções do desenvolvimento rural, as concentram os que tem poder” (CAMPILLO, 1994). O que é refletido na realidade do território do estado de Tolima que envolve a população impactada pela implantação de projetos como a hidroelétrica hidro – prado, já que mesmo existindo certos processos de “melhorias” do setor rural como campo de desenvolvimento, ao longo da história político-social do país, a presença de grandes desigualdades estão latentes, já que o papel do capital junto com a mão privada faz ressaltar a importância da produção mediante recursos que são oferecidos pelo setor rural, sem pensar ou planejar os impactos decorrentes.

Essa realidade é vista em vários países latino-americanos, há múltiplos impactos caracterizando nesta pesquisa as mudanças nas atividades econômico-sociais destas populações impactadas. Contudo e contextualizando

com a realidade do estado de Tolima desde ponto de vista dos impactos decorrentes ao projeto hidroelétrico hidro Prado, irá se apresentar informações gerais do país, continuando com as questões socioeconômicas nacionais, isso em vários momentos da história do país para analisar as mudanças principalmente no âmbito rural (âmbito que envolve diretamente ao desenvolvimento rural), após disso irá se apresentar o estado de Tolima nas mesmas categorias anteriores (informações gerais e questões socioeconômicos do estado), concluindo o capítulo com o município de Prado, com a informação obtida durante a pesquisa (tanto na recopilação de informação secundária que mesmo sendo pouca gerou aportes ao trabalho, e claro a informação recopilada durante a visita ao município que fica próximo ao projeto hidroelétrico sendo assim o principal receptor dos múltiplos impactos).

3.1 Desenvolvimento rural, aspectos gerais e alguns indicadores econômicos e sociais na área da hidroelétrica.

O país encontra-se localizado ao extremo da América do Sul, tem uma superfície de 1.147.748 Km² ¹¹. A Colômbia está dividida em 32 estados e conta com litoral nos oceanos Atlântico e Pacífico. Sua população é de 46.952.000 habitantes, sendo Bogotá o distrito capital com 6.673.000 habitantes, mas também conta com outras grandes e importantes cidades, tais como Medellín, com 3.312.000 habitantes, Cali, com 2.530.000 habitantes, Barranquilla, com 1.695.000 habitantes, entre outras cidades como Bucaramanga, Cartage na, Ibagué, Cúcuta, Manizales.

A Colômbia está dividida em 32 estados e conta com litoral nos oceanos Atlântico e Pacífico. Igualmente conta com jurisdição sobre trecho do rio Amazonas no território Amazônico do país. Tudo isso denomina ao país colombiano como a pátria de três mares.

Sua população é de 46.952.000 habitantes, sendo Bogotá o distrito capital com 6.673.000 habitantes, mas também conta com outras grandes e importantes cidades, tais como Medellín, com 3.312.000 habitantes, Cali, com

¹¹ Também conta com limites fronteiriços ao leste com a Venezuela, com o Brasil ao sudeste, com Peru e Equador ao sul e com o Panamá ao nordeste. Da mesma forma, o governo colombiano reconhece oficialmente como países limítrofes a aqueles como os que têm tratados de delimitação marítima e submarina, tais como a Jamaica, Honduras, Nicarágua, Costa Rica, República Dominicana, e Haiti (DGCE, 2007, p. 6).

2.530.000 habitantes, Barranquilla, com 1.695.000 habitantes, entre outras cidades como Bucaramanga, Cartagena, Ibagué, Cúcuta, Manizales.

FIGURA 11. Mapa político e divisão dos estados na Colômbia –



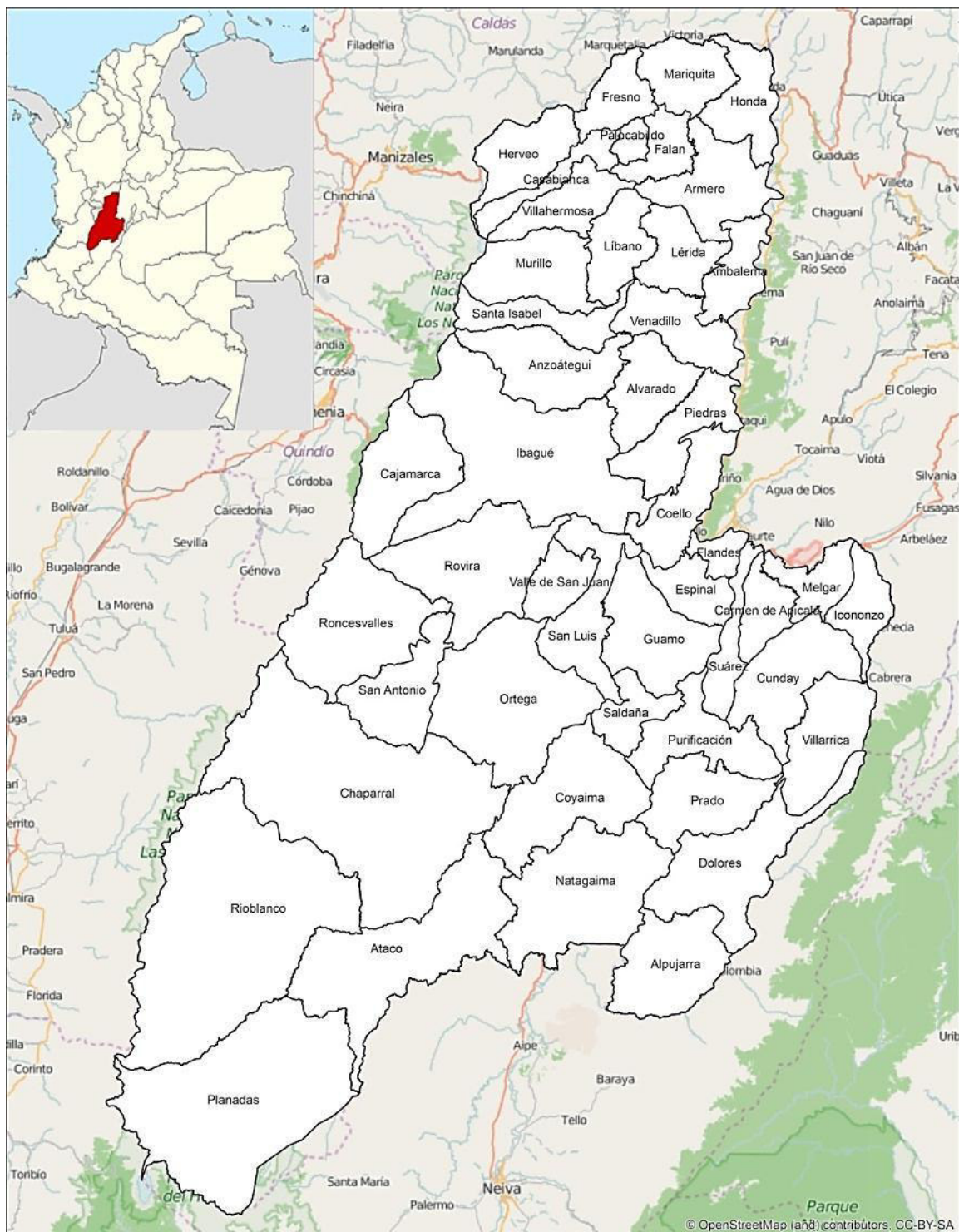
Fonte: <http://www.bc-maps.com/mapa-vectorial-eps/wp-content/uploads/2013/08/MAPA-MUNICIPIOS-COLOMBIA.jpg> , 2013.

No que respeita ao estado de Tolima, tem uma extensão de 23.562 Km² e limita ao norte com o estado de Caldas, ao sul com o estado de Huila, ao leste com o estado de Cundinamarca, contando com 47 municípios, 15 deles criados antes de 1886 e os demais entre 1910 e 2001, sendo o mais recente o município de Palocabildo.

As condições orográficas do estado tem se constituído como um dos fatores fundamentais para o nascimento, desenvolvimento e dinâmica de múltiplos cultivos e produção de atividades agrícolas que serão expostas nesta parte do capítulo, mas também pelas características geográficas do estado permitiu o nascimento e desenvolvimento do conflito armado interno. Historicamente as terras montanhosas, que correspondem à cordilheira central e a montanha do Sumapaz, tem sido os espaços por excelência do surgimento e acionar de guerrilhas como as FARC (Forças Armadas Revolucionarias da Colômbia), em quanto as terras planas e ribeirinhas do oriente e parte do centro do estado, tem sido historicamente lugar de atividade paramilitar (ESPINOSA, 2003 Apud PNUD 2012, p. 13).

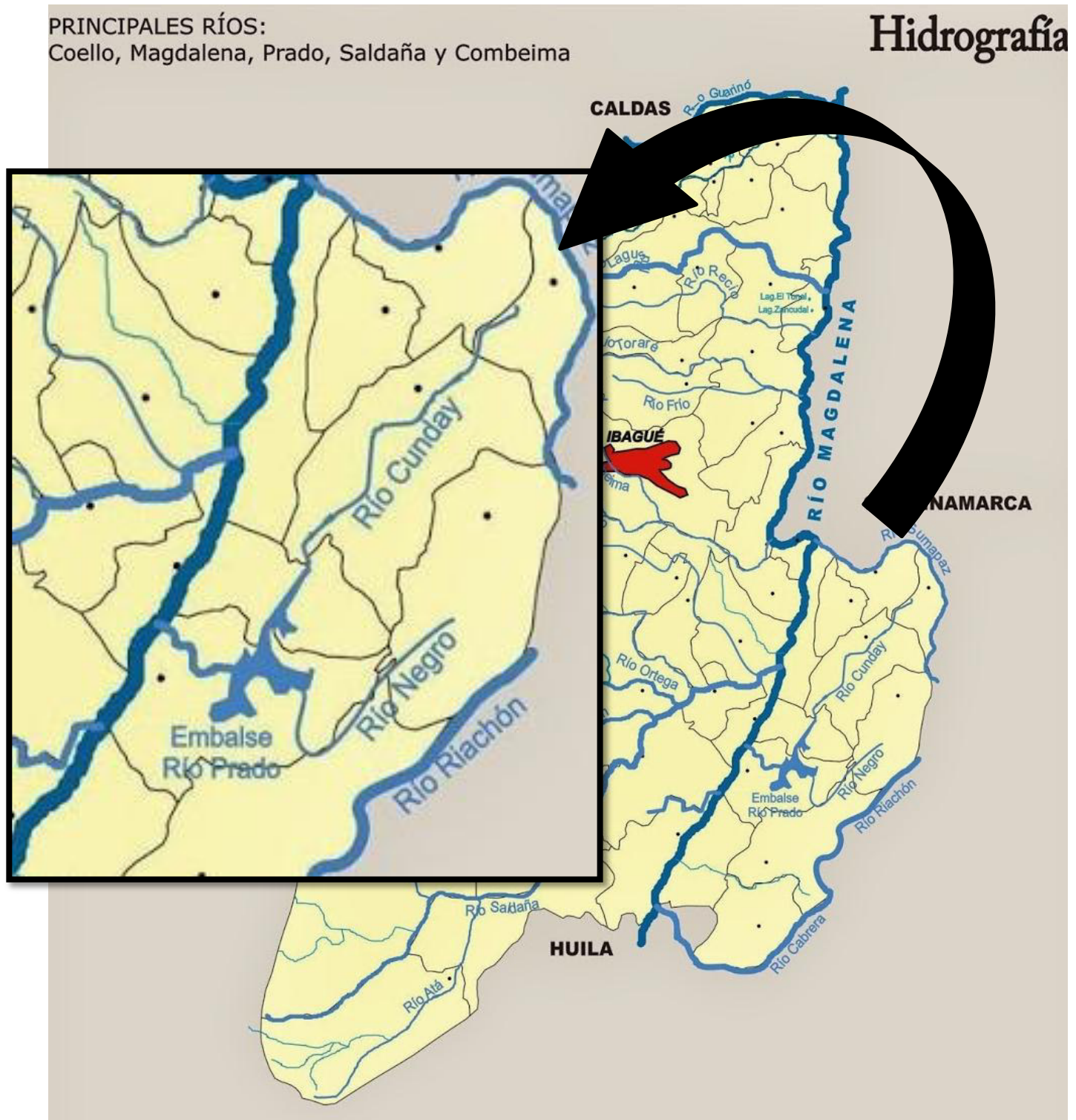
Neste sentido, o ocidente se caracteriza pela relação estreita com a colonização antioqueña e o cultivo do café, enquanto ao sul tem alto componente de população indígena com uma tradição marcadamente agrícola de subsistência. Por sua parte, os municípios orientais que limitam com o rio Magdalena, se caracterizam pela grande ligação à agricultura como método de subsistência e a pesca. Entre o rio Magdalena e o Piedemonte oriental da cordilheira central, foram desenvolvida desde o século XIX intensas atividades agrarias vinculadas à pecuária, o cultivo do tabaco, mais adiante o algodão, o café, o arroz, o sorgo e recentemente o milho, o que representa o PIB per capita total do estado de 9.729.315 com uma participação do PIB porcentual de 2.2% ao nível nacional.

FIGURA 12. Mapa político do estado de Tolima na Colômbia.



Fonte: <https://2.bp.blogspot.com/Ncbvn8M8JZM/VxEEJuOhJil/AAAAAAAMJg/OjRJWa0FmvgJJ78Y3f5LUHJoExhCkyQ6ACLcB/s1600/departamento%2Bdel%2Btolima%2Bpara%2Bcolor%2Bmunicipios.jpg>

FIGURA 13. Mapa hídrico do estado de Tolima e localização do Projeto Hidro Prado.



Fonte: http://3.bp.blogspot.com/-bwLdLzChvEo/U-OxE2yKxDI/AAAAAAAAACDI/3_IzBgjdN68/s1600/tolima_04_hidrografia.jpg

3.1.1 Alguns aspectos da economia impactada pela hidroelétrica.

As Contas Estaduais se constituem em coerência com os agregados nacionais, isso mediante a utilização de indicadores estadísticos associados às atividades produtivas de cada um dos estados do país, gerando a assinação regional do Produto Interno Bruto (PIB) nacional (COLOMBIA, 2016, p. 2). Permitindo assim contextualizar e aproximar à realidade da economia nacional através das estadísticas e o PIB da Colômbia. Com isso irá ser exposto e analisado a mudança das atividades decorrentes da agricultura com o passo do tempo e da implantação de projetos de investimento no território nacional.

Os resultados do ano 2015, mais atuais gerados pelo DANE, descrevem o PIB nacional, dividido nos aportes dos múltiplos estados, assim como o comportamento de cada um deles apresentando o maior e menor crescimento neste período de análise e o comportamento do PIB per capita a preços correntes nos estados do país.

Para o ano 2015, o PIB nacional foi de \$800.8 bilhões de pesos colombianos, enquanto no ano 2005 foi de \$532.2 bilhões, representando um crescimento da economia colombiana de 3,1 no que diz respeito ao ano 2014.

No quarto trimestre do ano 2015 e em comparação do ano 2014, o Produto Interno Bruto cresceu 3,3%, fato explicado principalmente pelo comportamento dos seguintes ramos de atividade: agricultura, pecuária, caça, silvicultura e pesca; construção e estabelecimentos financeiros, seguros, atividades de imobiliárias e serviços às empresas. Por sua parte, a atividade que registrou o único decréscimo foi à exploração de minas e canteiras.

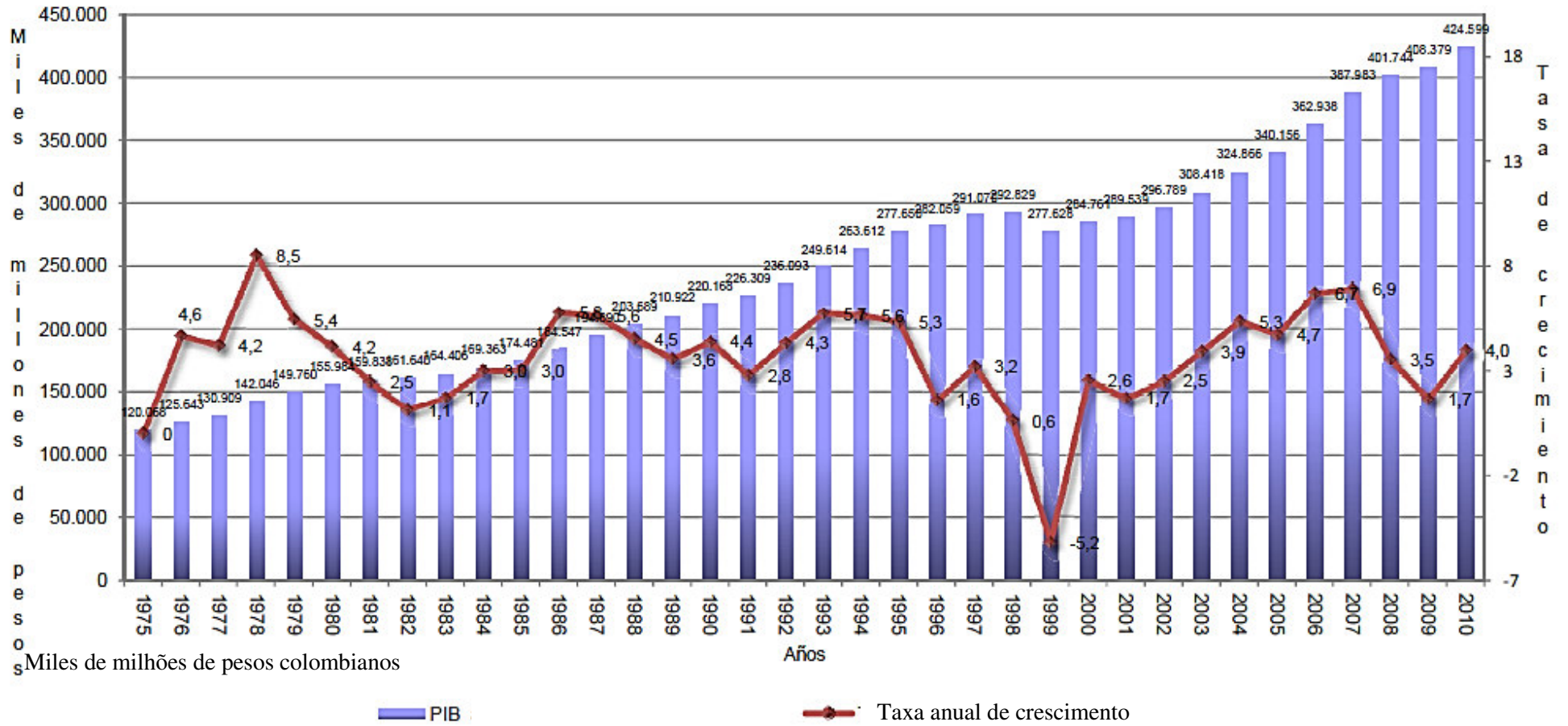
Quanto ao terceiro trimestre, o maior incremento se apresentou na atividade de agricultura, pecuária, caça, silvicultura e pesca. Por outra parte, a atividade que registrou a maior queda foi o transporte, armazenamento e comunicações.

Na linha do desenvolvimento rural, irá se fazer ênfases nas atividades relacionadas ao campo rural, no caso o ramo da agricultura, as atividades pecuárias, a silvicultura e a pesca, apresentando o comportamento específico no ano 2015. No corrido do ano, o setor pecuário aumentou em 3,2% sustentado principalmente pelo crescimento do gado suíno com o 10,8% e ovos frescos com casca com o 5,3%. No quarto trimestre do ano 2015 o valor agregado do ramo Agricultura, pecuária, caça, silvicultura e pesca aumentou

4,8% frente ao mesmo período mas no ano 2014. Nos cultivos transitórios, cresceu principalmente arroz com 26,1%. Pelo contrario caiu principalmente a produção de milho em 24,8%, leguminosas frescas com o 23,6% e matérias vegetais com o 21,1%. O crescimento do valor agregado da atividade pecuária se explica principalmente pelo aumento na produção de ovos em casca frescos em 11,8% e gado suíno com o 10,3%. E ao mesmo tempo diminuiu a produção de leite sem elaborar a 4,1%.

Contudo, e segundo os estudos feitos pelo DANE (2016), as atividades ligadas ao campo rural tem ainda uma grande influencia no PIB nacional com a representação do 3,3% no ano total, mesmo sem estar no primeiro lugar é demonstrado o comportamento do PIB por setores, a influencia significativa da Agricultura, pecuária, caça, silvicultura e pesca. O que é importante ressaltar é que a Colômbia tem a capacidade de produzir mediante investimentos sejam pelo setor do Estado ou pelo setor privado, permitindo explorar o potencial do país e ao mesmo tempo teria aportes significativos ao desenvolvimento rural, desenvolvimento que é preciso em territórios como a Colômbia, porém, parece que o desequilíbrio dado pelo desenvolvimento econômico supera estas expectativas de produção.

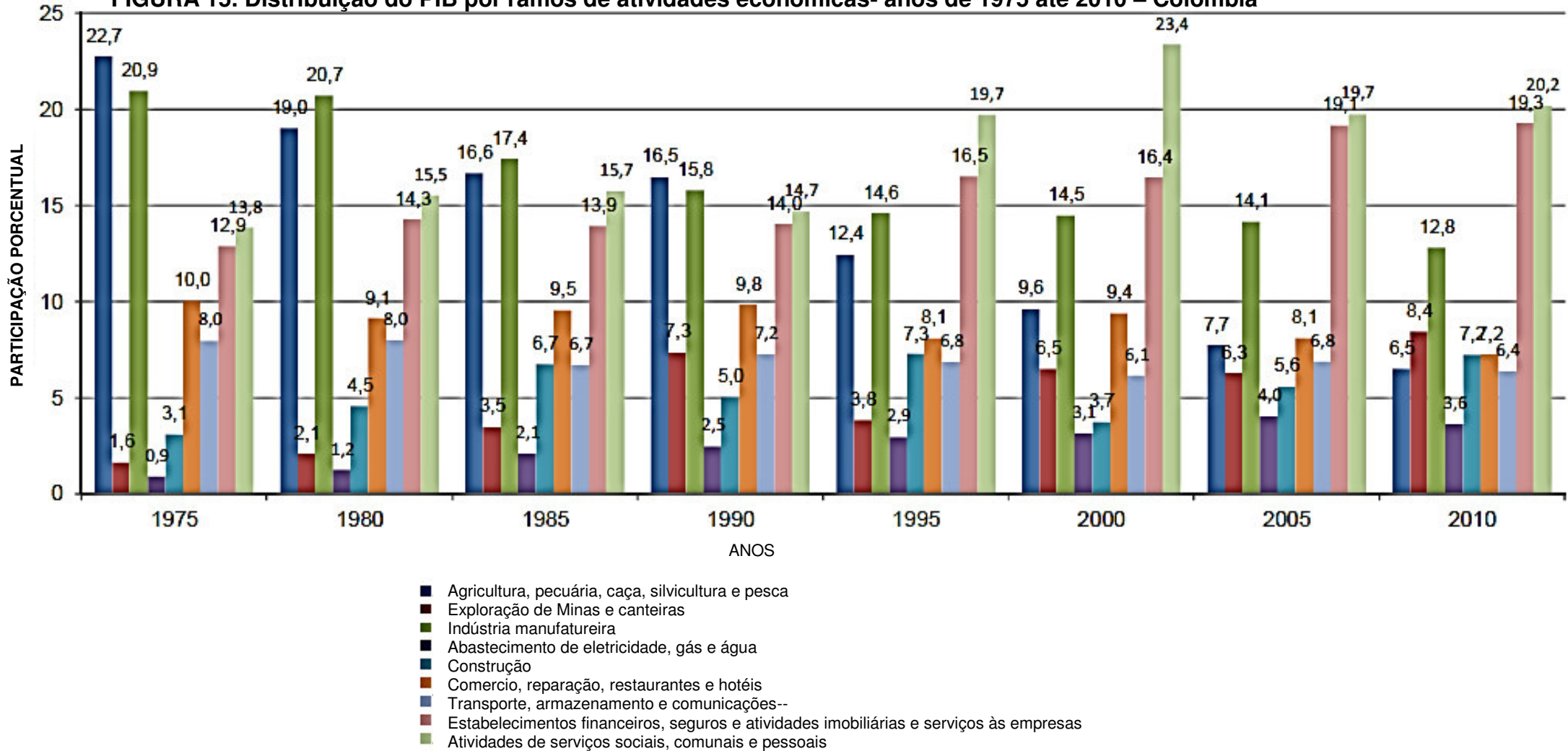
FIGURA 14. Produto interno bruto (PIB) a preços constantes desde 1975 até 2010 – colômbia



No gráfico abaixo se apresenta a participação do Valor Agregado no PIB, para os anos de 1975 até 2010, classificado nos grandes ramos de atividades econômicas, no qual se observa a evolução da participação destas através do tempo. Ressalte-se que o ramo “Agricultura, pecuária, caça, silvicultura e pesca” que tinha uma alta participação (22,7%), estreitamente ligada às características da economia na primeira década dos anos apresentados, mudou paulatinamente até localizar-se nos 6,5% no ano 2010.

O ramo da atividade das indústrias manufatureiras, ainda perdendo a participação ao longo dos anos apresentados, não faz tão acentuadamente como a agricultura, isto como efeito do que os demais ramos de atividade, em especial os serviços, tem ganhado maior participação devido à dinâmica e modernização da economia através da implantação de projetos e infraestruturas de produção.

FIGURA 15. Distribuição do PIB por ramos de atividades econômicas- anos de 1975 até 2010 – Colômbia



Fonte: DANE, 2016 – Adaptação e tradução livre ao português.

Infelizmente, a mudança das atividades da Agricultura, pecuária, caça, silvicultura e pesca na atualidade, depende de muitos fatores, baseiam-se principalmente no investimento financeiro para aportar em ações de produção nas diferentes regiões, podendo virar grandes produtores a nível nacional e aportando ao desenvolvimento econômico da região e do país e ao mesmo tempo aportando ao fator social tanto do país como grande produtor agrícola como do estado e o município de Prado.

Esse fator social também teve influencia no âmbito político, pois a evolução na Colômbia ao que respeita dos planos e políticas geradas para dar o foco e a importância ao âmbito social, âmbito de muita importância na hora da implantação de programas ou estratégias para o desenvolvimento econômico, sendo um item no planejamento deste tipo de implantação.

Na Colômbia através dos planos de desenvolvimento pode se ver e conhecer alguns avances significativos do desenvolvimento social sendo a finalidade em cada uma dessas estratégias dadas pelo Estado, que mesmo gerando avances neste setor não sustenta um equilíbrio, infelizmente tendo ainda um peso maior o fator econômico. Sendo um movimento pendular entre a distribuição como principal objetivo do desenvolvimento e crescimento econômico como condição básica do desenvolvimento humano.

Na realidade colombiana tem se considerado às pessoas com recursos econômicos baixos, como objeto e centro das políticas e programas sociais a uma concepção de luta contra a pobreza que se faz com e para as pessoas em dificuldade e em condições precárias falando no fator econômico. Isso com a incorporação da população á produção, precisando completar esta ação com políticas de distribuição da riqueza e a propriedade. Finalmente, precisa de luta, sendo o principal sujeito o Estado, passando atualmente a ter um papel com interesse a todos os setores e que se transforma em uma condição básica para poder crescer rápida e equilibradamente em uma senda sustentável.

Sendo implantado o primeiro programa nos anos de 1970 denominado como as quatro estratégias. Nesta época de crescimento no país, onde o Estado teve uma reestruturação, gerando como estratégia a promoção de exportações e bonanças

por parte do café, deixam as bases econômicas, institucionais e de comércio exterior para uma década prospera em aspectos econômicos. Porém, a final dos anos de 1970 o desemprego foi a principal preocupação junto com o esgotamento do modelo de substituição de importações e a urbanização crescente.

O plano geral denominado com as 4 estratégias são: 1974 – 1978, o plano chamado **para cerrar la brecha**, retoma a distribuição como problema e se implantam políticas de ação dando prioridade ao 50% aos mais pobres da população nacional; **O Plano de economia social** nos anos de 1986 a 1990 formula o plano de erradicação da pobreza absoluta e, pela primeira vez nos planos e implantação de políticas contra a pobreza, sem deixar como requisito ou prioridade a distribuição. Desenvolve as primeiras medidas de competências e recursos para a descentralização e propõe uma luta frontal contra o narcotráfico; **A revolução pacífica** dos anos de 1990 a 1994, volta a insistir em que o desenvolvimento social é consequência do desenvolvimento econômico. Existindo nesta época a grande reforma da Constituição Política De Colômbia, trazendo uma nova organização institucional para o setor social que supera amplamente os objetivos expressados nos antigos planos implementados. Este novo plano se foca a redefinição do papel do Estado, não devendo restringir e sim promover competências e políticas, também ao deve substituir o mercado e sim complementar; E finalmente até os anos 2000, na Colômbia se planeja e implanta o Plano do **Salto Social** nos anos de 1994 a 1999, dando prioridade nas políticas sociais, aumentando notavelmente o gasto social, mas enfrenta dificuldades econômicas e fiscais que impedem o cumprimento pleno dos propósitos do plano.

Dessa forma se demonstra o país e o estado na atualidade envolve ainda a sua economia ao redor das atividades da agricultura e o avanço do conhecimento sobre o funcionamento dos diferentes sistemas que compõem e sustentam a vida na Terra que permite o desenvolvimento de técnicas que possibilitaram o aumento da oferta de alimentos e a melhoria da dieta humana, pelo menos para o segmento da população mundial que dispõe de acesso à alimentação nutricionalmente equilibrada.

O Tolima como estado central da Colômbia, não está ficando atrás na produção de energia, através da água (hidroelétricas) a mais usada atualmente na região e no país, isso como estratégias de desenvolvimento econômico, sendo que dois de cinco projetos de energia avançam na região, sendo que o embale de Hidroprado um dos pioneiros do país.

Este grande investimento teve como principal objetivo a melhoria da economia no que respeita à produção e aporte para a industrialização da região e o país, pouco a pouco tem se convertido em um dos atrativos e empórios turísticos mais importantes do centro do país, cada vez que são visitadas suas 4.200 hectares, pode se ver os encantos naturais como a lagoa Encantada, o cânion dos apaixonados, os labirintos de Yucupí, a caverna do Mohan, as ilhas do sol, a cachoeira do amor. Assim mesmo ofereceu um espaço para diferentes edições dos jogos esportivos nacionais aquáticos.

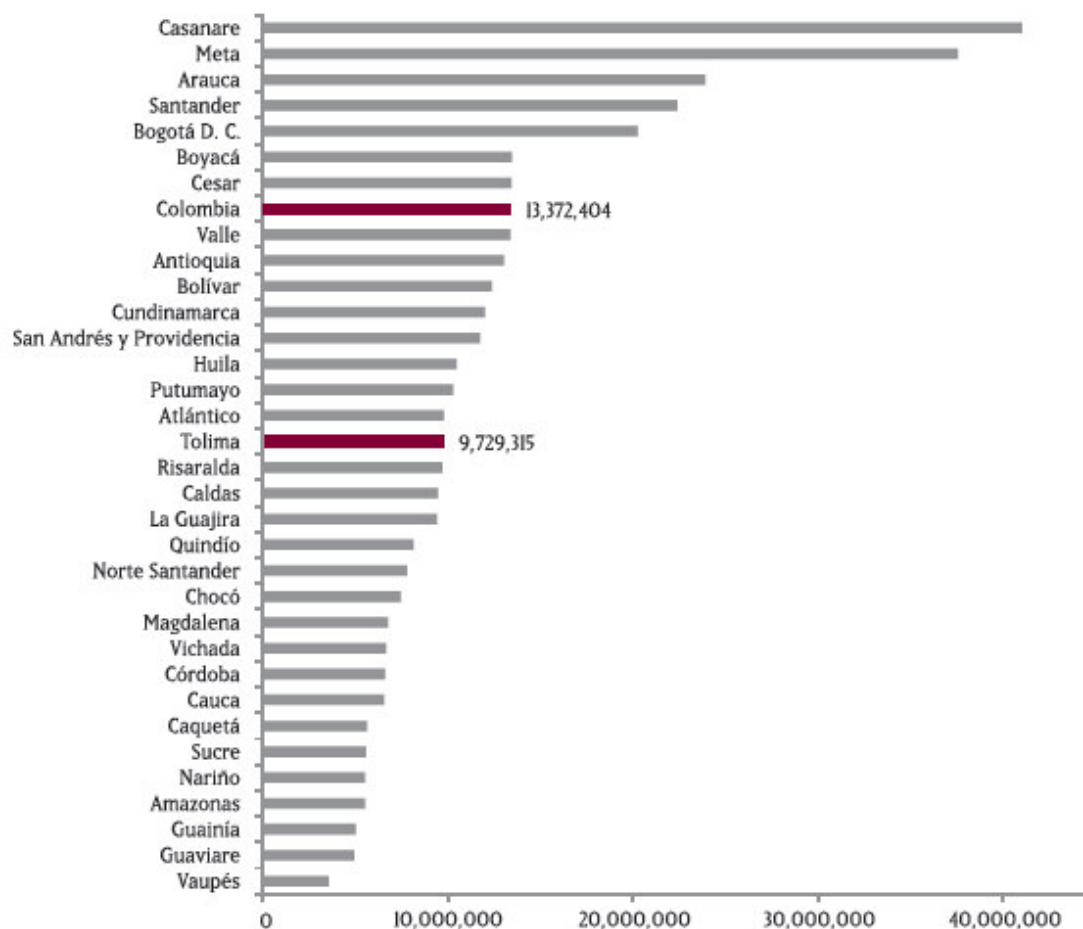
Um aspecto importante e de influência dos projetos hidroelétricos no caso do estado de Tolima é sua economia, já que a economia da região está sustentada nas atividades de serviços, agropecuárias, criação de animais e pesca, a construção e eletricidade, gás e água. A agricultura está baseada nos produtos como café, gergelim, sorgo, algodão, cana de açúcar, soia, milho e frutas, na produção de arroz, o Tolima alcançou com 708,734 toneladas uma participação no total nacional de 26 por cento, o que o mantém um aporte significativo, porém impactado ao mesmo tempo com esse tipo de estratégias (grandes projetos) que podem prejudicar com a diminuição ao longo do tempo como já esta sendo visto nos estudos apresentados ao nível nacional e serão expostos nesta parte do capítulo ao nível regional.

O Produto Interno Bruto (PIB) Per capita por habitante para o estado de Tolima está abaixo da média nacional. Em 2010 foi \$9.799.315 milhões de pesos colombianos, em quanto à media do país que foi \$13.372.404 milhões de pesos colombianos (PNUD 2012, p. 24).

Tolima fica bastante longe ao comparar com estados como Casanare (\$41.017.803), Meta (\$37.539.294), Arauca (\$23.893.618), Santander (\$22.371.528) ou Bogotá (\$20.239.551), que registram os PIB Per Capita mais

elevados, Tolima esta mais perto das cifras que exibem os estados do centro cafeeiro como o estado de Risaralda (\$9.704.272) e Caldas (\$9.460.687).

Ao fechamento do século passado, o PIB do estado de Tolima perdeu contribuição ao produto nacional, pois numa média anual de 3,1% na década de 1981 até 1990, passou a 2,8% no lapso de 1991 até 2000 e finalmente passou a 2,3% na primeira década do século XXI, tendência que tem continuado ano a ano até chegar a 2,2% em 2013. Essas mudanças que no caso, é um decrescimento gerado principalmente por dois aspectos, a guerra com a presença dos grupos ilegais, tanto as FARC como os ELN que atrapalharam no processo de geração e produção das diferentes atividades que contribuem com o PIB, sendo percebido nos resultados expostos anteriormente. De outro lado a solidificação das estratégias do desenvolvimento econômico, através de projetos de grande investimento tem sido a outra razão dessa diminuição já que a influencia das atividades agrícolas tem sido os principais impactados por parte de estas infraestruturas o que gera essa diminuição como é visto ao longo dos anos nos resultados do PIB do estado.

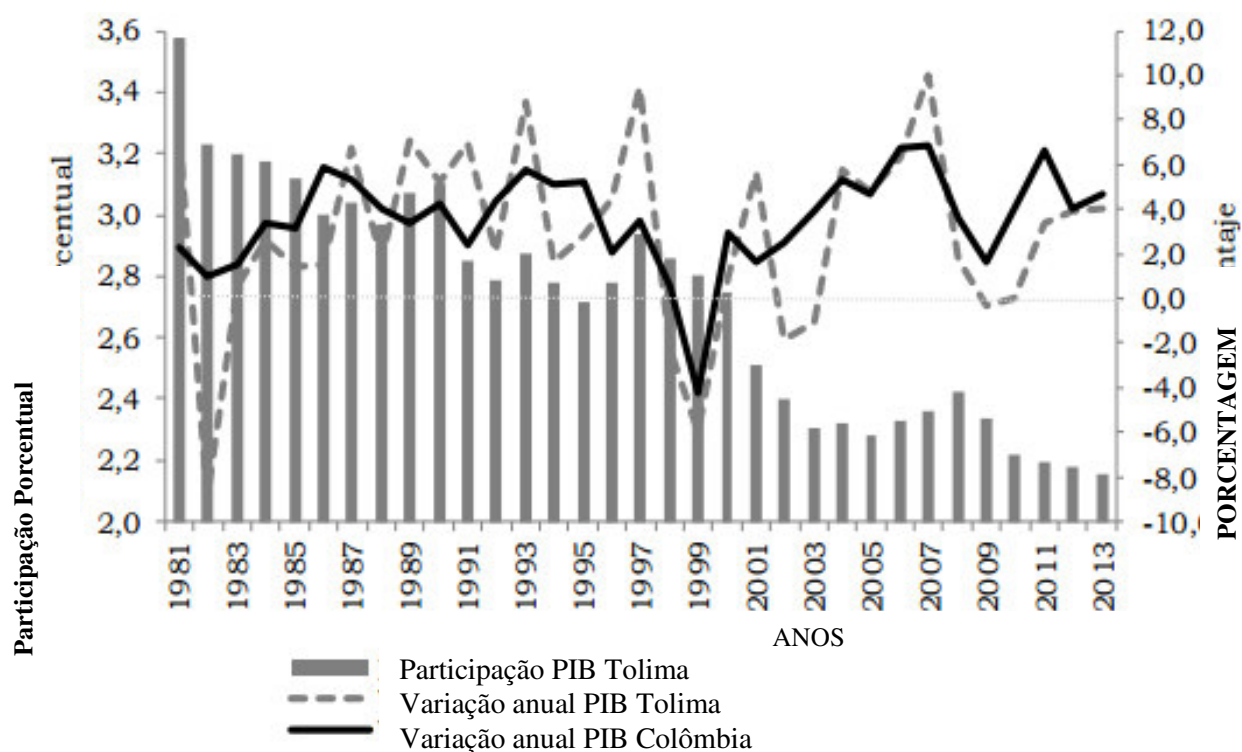
FIGURA 16. PRODUTO INTERNO BRUTO PER CAPITA, 2011.

Fonte: PNUD 2012, p. 25.

Com relação às taxas de crescimento para os períodos apontados, na década dos anos de 1980, o PIB do estado de Tolima obteve uma variação anual de 2,4 inferior em um ponto porcentual ao incremento do PIB nacional (3,4%), desempenho que esteve afetado pela abertura ao investimento estrangeiro desestabilizando as atividades comuns do estado, fato histórico que marcou o desenvolvimento econômico territorial e reduz o crescimento do produto de forma significativa. Já finalizando o século XX, se obteve uma leve recuperação com uma variação anual no PIB de 2,8%, comportamento que permitiu uma maior dinâmica na economia do estado sempre tendo uma participação maior das

atividades de serviços com participação total variando entre o 20 e 21%. Para a primeira década do século XXI foi registrado uma recuperação ao obter um incremento anual em média de 3,0%. Produzindo um importante desempenho em 2006 e 2007, com avances anuais de 6,3% e 10,0% , respetivamente, períodos os quais destaca-se as atividades de exploração petroleira, indústria e construção. Porém, na mesma época foram reportados decrescimentos de 1,9%, 1,1% e 0,3% nos anos de 2002, 2003 e 2009, porém continuando a atividade de serviços a atividade líder no PIB do estado com o 21%.

FIGURA 17. Participação e Crescimento anual do Produto Interno Bruto-Variação entre Colômbia e o estado de Tolima.

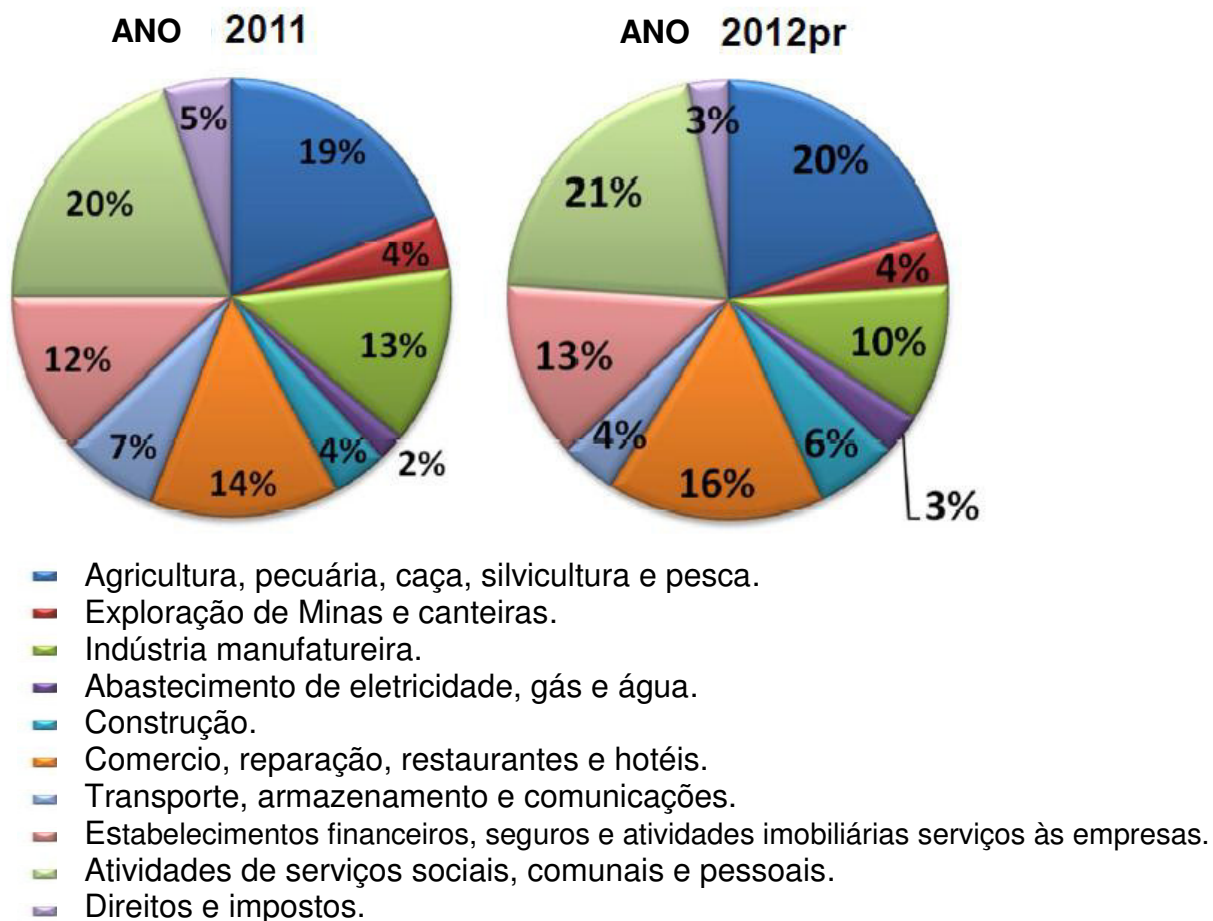


Fonte: DANE, 2013. Tradução livre ao Português.

Entrando na divisão de ramos das atividades econômicas que aportam ao PIB, o estado de Tolima apresentou participação nos anos 2011 e 2012 da seguinte forma:

Ao mesmo tempo se se fala dos setores (sendo o setor primário, o setor secundário e o setor terciário), o setor terciário apresenta evolução, mostrando uma dinâmica importante, sua participação do 39,9% nos anos de 1980, obteve o ponto de quebra do predomínio das atividades agropecuárias em 1985 com 41,7%, quando foi registrada a diminuição das atividades agrícolas.

FIGURA18. Participação Porcentual por Ramos de Atividade do estado de Tolima. Nos anos 2011 e 2012.



Fonte: DANE, 2013. Tradução livre ao Português.

Entre 2001 e 2013 sua participação media se acercou ao 50,0% e sua taxa de crescimento anual foi de 3,5%. Continuando em nível de importância o setor primário, o qual correspondeu ao redor de 42,0% na década dos anos de 1980 e agora sua participação em media é de 27,5%, com uma variação anual de 2,5% agregado que progressivamente reduz a sua importância. Finalmente, para o setor secundário os resultados atuais são do 18,4% em participação e 4,2 de

incremento anual, quando no lapso de 1981 a 1990 correspondeu a 18,2% e 4,6%, em cada um deles.

Enfatizando no setor primário, sendo o setor que abarca e liga ao eixo central da pesquisa, permitindo analisar as mudanças das atividades agrícolas ao longo dos anos, fazendo a ligação com a implantação de grandes projetos e infraestruturas no estado, modificando os aportes no PIB dessas atividades, para isso se apresenta a informação deste setor exclusivamente.

No começo do século XX, o setor primário no estado de Tolima conservou a tradicional atividade agrícola, as atividades associadas a essas labores concentraram em media o 13,7% do valor agregado e o 50,1% do setor. Dentro dos cultivos mais sobressalentes estão os do ciclo curto ou transitório sendo o arroz, milho, sorgo, algodão e batata; cultivos permanentes como cacau, cana de açúcar e café; e frutas como abacate e limão. No ano 2001, o 58,8% do valor agregado setorial concentrou-se nos cultivos diferentes ao café, seguidos por esse ultimo como 12,3%. Porem, o valor agregado gerado pela extração do petróleo cru elevou a sua contribuição ao produto do setor primário de 14,3% em 2001 a 51,0% em 2008. A parte da cafeicultura chegou a cerca de 10,0% do total do produto. Dentro das atividades mais sobressalentes estão os cultivos de arroz, milho, sorgo, algodão, batata, cacau, e frutas

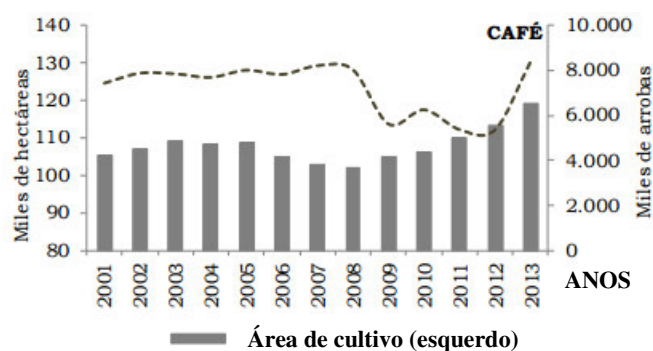
12.

¹² Depois dos estados de Huila e Antioquia, o estado de Tolima ocupa o terceiro lugar na produção cafeteira nacional, com ao redor do 12,0% do total, em 38 dos 47 municípios, caracterizados pelo alto índice de produção. A área de cultivos em 2013 localizou-se em 119.330 hectares, onde cerca de 91,300 estavam em etapa de produção, porem, as áreas de café sofreu uma diminuição ao passar de 108,920 etárias em 2003 a 102,150 hectares no ano de 2008.

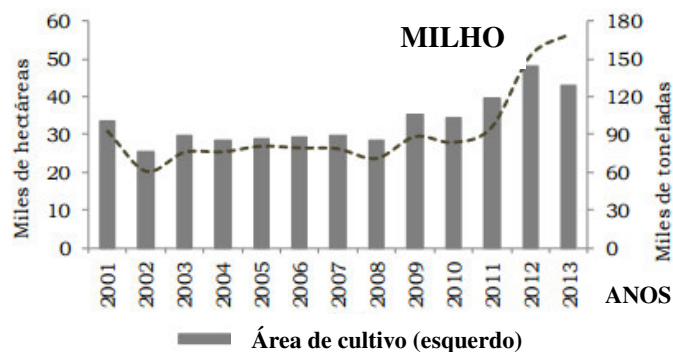
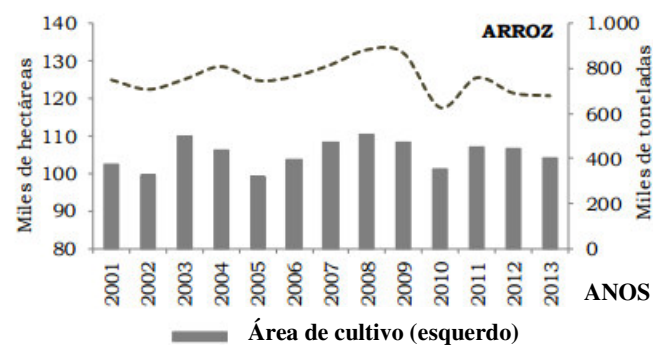
Contudo o setor primário no estado de Tolima como atividades de aportes ao PIB no país e a economia regional e local, pode se concluir que teve mudanças e de modo marcante ao longo dos anos, pois diminuiu a sua participação principalmente nos anos de 1980 a 1990, e nessa época já estavam em funcionamento e também chegando grandes projetos de investimento o tem relação a essa diminuição deixando em um nível inferior os aportes dados pelo setor primário, porem, ainda caracteriza aportes significativos ao PIB regional e nacional.

FIGURA 19. Principais cultivos no estado de Tolima, áreas de cultivos e produção.

Miles de Hectares



Fuente: Cômite de Cafeteros del Tolima.



Fonte: DANE, Ministerio de Agricultura e desenvolvimento regional, 2013

Caracterizando o município de Prado, sendo o município próximo e atingido principalmente pelo projeto hidroelétrico Hidro – Prado (ver a localização exata na figura 21), o município encontrasse localizado em sua maior parte na região plana do estado de Tolima, estando abaixo dos 1000 metros sobre o nível do mar, estendesse sobre a margem direita do rio Magdalena, sendo o principal afluente de água o rio Prado que no seu recorrido atravessa os municípios de Icononzo, Cunday e Purificación. Contando com uma extensão de 42.800 Km² hectares, com uma extensão urbana de 97 Km² hectares e uma extensão rural de 42,703 Km² hectares, com uma população aproximada a 7.879 habitantes.

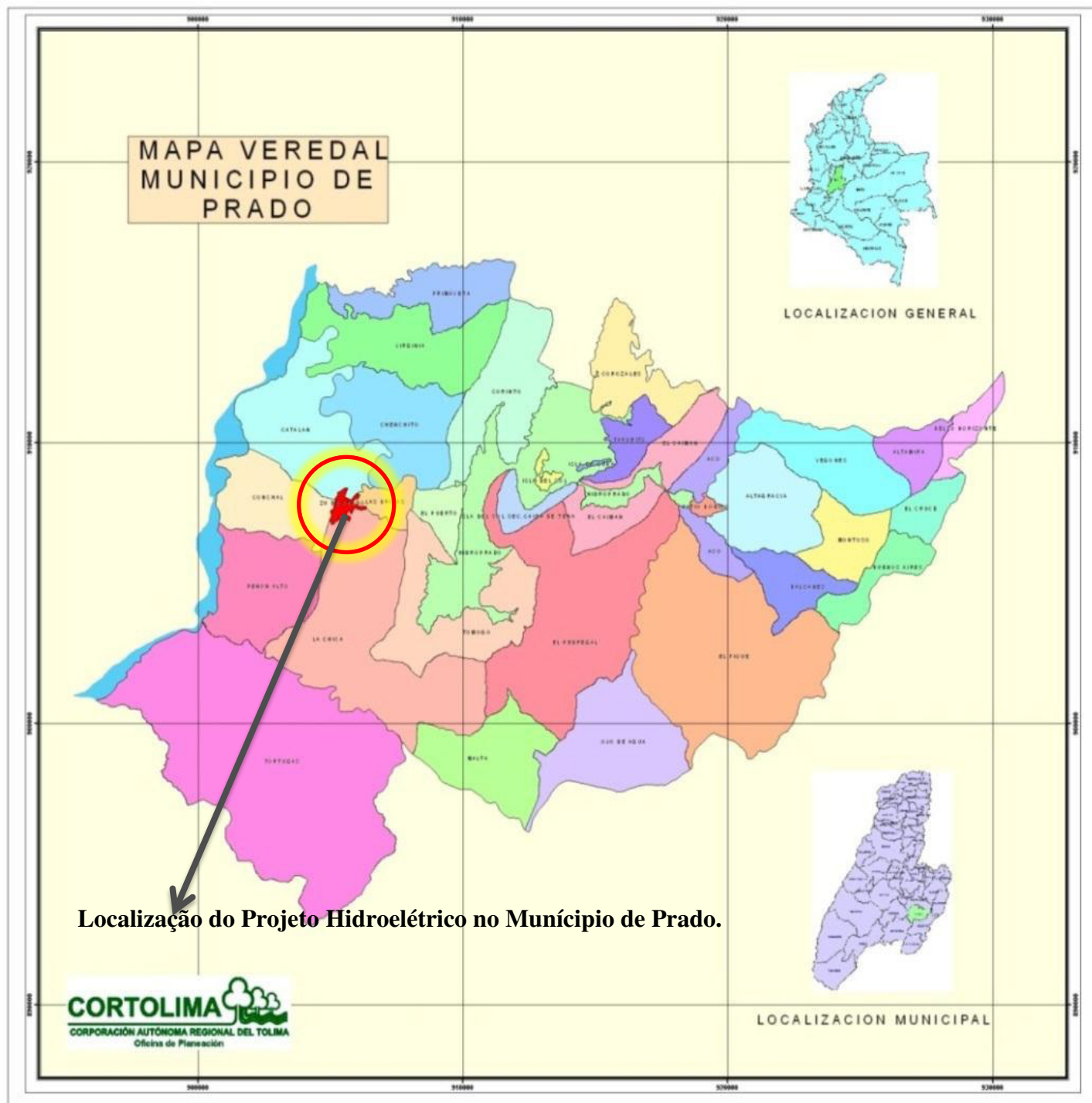
O município se caracteriza principalmente pela sustentabilidade do turismo ligado ao projeto hidroelétrico Hidro – Prado, mas, antigamente a economia do município se caracterizava principalmente do setor agropecuário com os cultivos de arroz, milho, banana, café, sorgo, algodão, frutas e pesca. O que diminuiu notavelmente a aparência dos cultivos desde a implantação do projeto hidroelétrico.

Segundo os estudos do DANE (2010) respeito ao uso de terra, o município esta dividido em bosques, cultivos, áreas sem uso agropecuário e florestal. Por parte dos cultivos a terra é dividida em cultivos semestrais e anuais, correspondendo a cultivos que apresentam um ciclo vegetativo e que dura menos de um ano e só produz numa época específica no ano.

Encontrando alguns cultivos como são o algodão, arroz, feijão, hortaliças, sorgo, com uma extensão de 1,667,037 hectares equivalendo o 0,98% da área total do município de Prado, localizados no campo rural do município.

Também se encontra os cultivos semipermanentes e permanentes sendo os permanentes aqueles cultivos de ciclo vegetativo que dura mais de dois anos e oferece durante esse tempo varias colhas e por outra parte, os cultivos semipermanentes são aqueles cultivos que possuem um ciclo vegetativo ente um e dois anos.

FIGURA 20. Mapa político do município de Prado com a localização específica do projeto hidroelétrico hidro Prado.



Encontrando no município, cultivos de cacau, café, cana de açúcar, frutas, manga, banana, com uma extensão de 9,891,02 hectares equivalendo ao 5,77% da área total do município.

Por parte dos bosques, agrupa aquelas coberturas vegetais dominados por variadas espécies de talos ou tronco lenhoso, classificados em bosque natural, bosque secundário e bosque plantado e encontrasse também a cobertura de árvores. Com uma distribuição no município com 24,301,94 hectares de cobertura de árvores representando em total o 14,31%, o bosque natural usa 15,638,42 hectares com o 9,21%, o bosque secundário usando 28,58 hectares como o 0,02%, o bosque plantado usa 5,25 hectares com o 0,003% e também o bambu o território usa 39,974,18 hectares ocupando o 23,54% do município.

As áreas sem uso agropecuário e florestal estão divididas nos corpos de água ou terras não aptas para manter produção agropecuária, sendo divididos em terras áridas, afloramentos rochosos, embalses, zona urbanas e rurais (contando as comunidades indígenas), zona de canteiras (produção de areia ou pedra para construção). Representando em total o 20,50% equivalendo a 15,997,52 hectares, divididos no embalse, que usa o 18,30%, a zona urbana e rurais usando o 0,20%, terras áridas e afloramentos rochosos (2,0%).

Na zona correspondente ao embalse do projeto hidroelétrico localizasse uma porcentagem o qual predomina o projeto mesmo, afloramentos rochosos, zonas de terras áridas, envolvendo outro tipo de coberturas que estão presentes no município complementando a porcentagem faltante do uso de terra total. (COLOMBIA, 2010).

Contudo, se percebe que as atividades de agricultura estão em níveis muito baixos com relação de outras categorias expostas e claro, com o uso da terra por parte do projeto hidroelétrico, sendo que antigamente o território onde esta implantado o projeto fazia parte do uso por parte dos camponeses, indígenas e habitantes para os múltiplos cultivos que geravam a renda econômica para o município e claro aportava na economia regional do estado de Tolima.

3.1.2 Alguns aspectos sobre indicadores sociais (IDH).

Situações de desigualdades existem desde a idade primitiva até a idade contemporânea, o que surge com isso a questão social, que para Iamamoto (2001) essa expressão de “questão social” é:

“O conjunto das expressões de desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho –, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos” (IAMAMOTO, 2001, p.10).

Quando se faz ênfase na questão social é importante identificar o contexto no qual se faz a análise já que na atualidade existem múltiplos ramos e expressões da questão social. No âmbito industrial que é considerada a origem de ditas expressões segundo Castel (1997), a forma industrial capitalista do trabalho deixou ao proletariado e a os proprietários dos meios de produção em um relacionamento frente a frente, mas, foram às desigualdades reproduzidas pelos relacionamentos sociais, estabelecidas ao interior dessas fabricas as que impuseram a diferença com outras formas de pauperismo previas ao surgimento da questão social.

Nesse sentido e fazendo uma análises das variadas situações atuais a nível mundial, observasse sem nenhuma dúvida, que pela implantação bruta, radica, sem planejamento geram impactos sociais, que são retribuídos a questões sociais que podem ser expressos de múltiplas maneiras, como por exemplo, deslocamento forçado, obrigando as pessoas saírem dos seus territórios de moradia atrás de melhores oportunidades, ou simplesmente porque não tem mais saídas, isso sendo só um exemplo dos múltiplos casos que viram através de impactos negativos, questões sociais que precisam da intervenção do Estado, isso através de políticas públicas para deter as desigualdades que no caso são gerados pelo grande capitalismo e implantação da industrialização.

Essas questões sociais conforme a Castel (1997) tem origem tanto no âmbito rural como também no âmbito urbano, mas é na cidade onde se manifesta em toda sua amplitude.

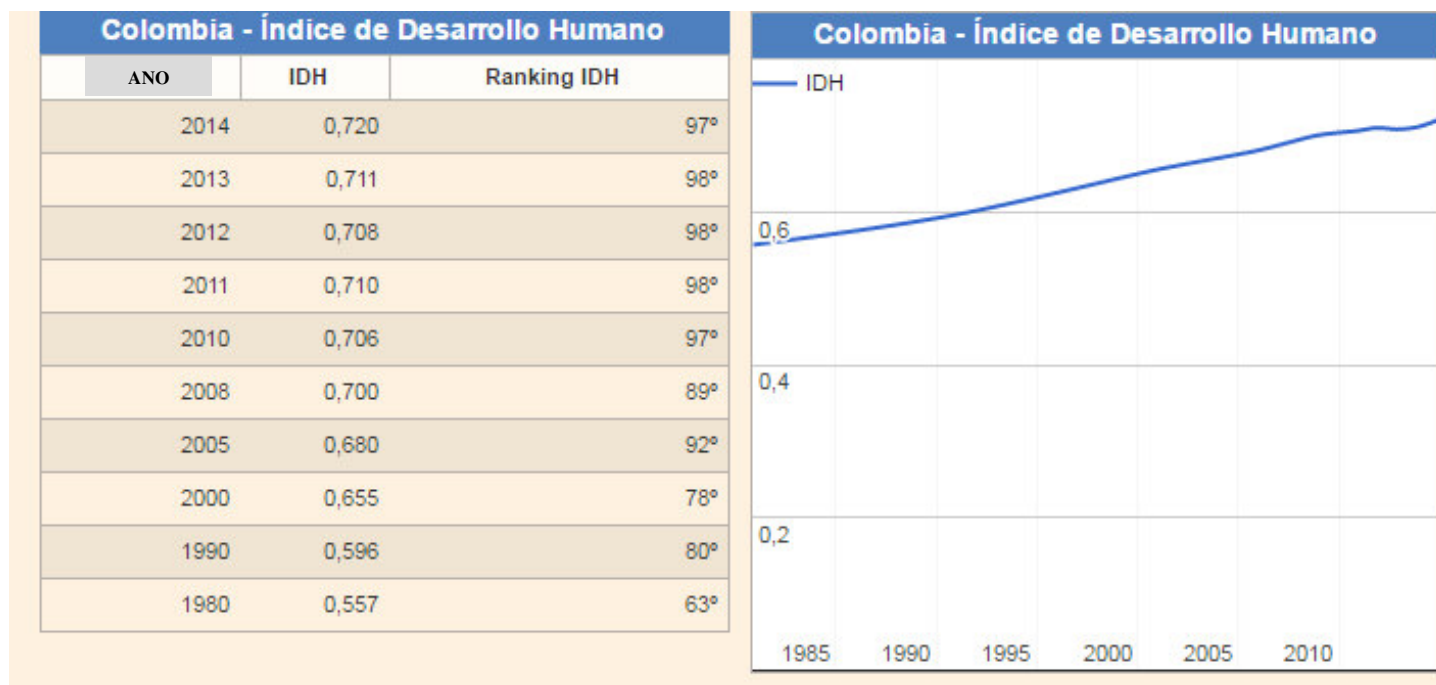
Um dos indicadores importantes para acompanhar a questão social é sem dúvida o IDH (Informe de Desenvolvimento Humano), o programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, PNUD, publicou em 1990 o primeiro Informe do Desenvolvimento Humano que, desde então, tem se convertido em um olhar anual ao desenvolvimento dos países desde uma nova ótica: a visão do desenvolvimento humano. Nesse sentido e segundo o PNDU (1991) o IDH analisa diferentes aspectos da sociedade como a influencia do desenvolvimento econômico, o comercio, o emprego, a liberdade política ou os valores culturais desde o ângulo humano.

No âmbito colombiano segundo o PNDU (1991) o desenvolvimento humano tem como condicionamento o desenvolvimento econômico, que nas circunstancias de 1990, constituía um desafio factível, que não supera os esforços feitos no começo dos anos de 1980. Pois muitos dos projetos e estratégias do desenvolvimento econômico têm sido implantados sem efeitos benéficos sobre o Desenvolvimento Humano, sem obter aportes ao setor social. O que se afirma que muitos dos grandes projetos implantados no país foram planejados meramente com a obtenção de benefícios econômicos e não sociais, fazendo a relação ao projeto hidro elétrico hidro – Prado, que foi implantado para os anos de 1973, o que tem sentido a falta de planejamento social e sim, estratégias de desenvolvimento econômico sem ter impactos benéficos para a população que envolve o território de implantação.

Assim, o Índice de Desenvolvimento Humano sendo implantado no país determina elementos inovadores e objetivos, tendo 3 itens como índices de análises: 1.) A Duração da Media de Vida; 2.) O acesso ao ensino para todos e nível de vida acadêmica e finalmente; 3.) Produto Interno Bruto ligando o fator econômico e aos benefícios que geram na questão social. gerando uma media comum desses três itens.

O IDH atual na Colômbia, feito no ano 2014 foi de 0,720 pontos, o que apresenta melhoria desde o ano 2013, o qual foi 0,711. E se se tem uma visão comparativa ao nível internacional a Colômbia encontra-se no lugar número 97 do ranking o desenvolvimento humano.

TABELA 8: ÍNDICE DO DESENVOLVIMENTO HUMANO – DESDE O ANO 1980 ATÉ 2013.



Fonte: PNUD, 2015.

No que respeita ao estado, o Tolima enfrenta desafios no caminho ao desenvolvimento humano pleno. Tendo como meta garantir aos 47 municípios a disposição das oportunidades necessárias para viver com um mínimo de condições de vida digna. O estado de Tolima de acordo com os indicadores dos índices de Desenvolvimento Humano começando desde os anos de 1973, data referenciada na implantação e começo de produção de energia elétrica do projeto hidroelétrico e baseando-se no PNUD e as três medidas resumidas de funcionamento para a determinação do IDH (o que a pessoa consegue ser ou fazer): 1.) A esperança de vida ou o funcionamento básico de viver longa e saudavelmente; 2.) Níveis escolares, expressado com alfabetismo; 3.) O Produto

Interno Bruto (PIB) per capita, que reflete o dinamismo econômico de viver ou a habilidade para comprar

os bens e serviços que a população deseja adquirir

¹³.

¹³ Para o estado de Tolima esses três índices expostos anteriormente do desenvolvimento humano tem como resultado: 1.) A taxa de natalidade no est de Tolima tende a crescer começando com uma taxa porcentual de 52,3 para os homens e 49,0 para as mulheres no ano de 1950, tendendo a crescer chegando aos anos de 2005 com uma taxa de 77,6 para os homens e 69,8 para as mulheres, sem ter quedas no passo desses anos a taxa de esperança de vida e completamente ascendente. 2.) Como segundo item do Índice do desenvolvimento Humano, o alfabetismo do estado de Tolima (dos anos de 1973 até 2005), Tomando por começo o ano de 1973, o homem tem uma taxa de alfabetismo de 88,00 enquanto as mulheres no mesmo ano tem uma taxa de 89,6 de alfabetismo, deste ano ate o 2005 gera resultados positivos aumentando a taxa de alfabetismo. Sendo fatores positivos segundo o DANE (2010) ao desenvolvimento humano já que existe uma participação e acesso a educação no estado, porém, não se tem com veracidade o numero exato de pessoas que fizeram parte ou tiveram acesso a educação, o que deixa também a duvida, de qual e quem realmente tem esse acesso a educação no estado de Tolima?, Serão pessoas de baixa renda? Ou pelo contrario o acesso era mais significativo para a população com poder aquisitivo maior? . E como último item 3.) O PIB do estado, sendo uma ligação direta do desenvolvimento humano que neste caso está sendo analisada desde o ano de 1966, passando assim pelo ano de 1973, ano do começo da produção de energia elétrica por parte do projeto hidroelétrico. Tendo como resultado a queda do ano de 1974 com uma taxa de 5.75% a comparação do ano de 1972 que participa no PIB com uma taxa de 7,67%. O que é um fato a influencia no PIB do estado de Tolima a abertura ao mercado internacional e investimento em grandes projetos e infraestruturas permitindo o começo, avance e fortalecimento da industrialização na Colômbia e claro entre esses projetos está o projeto hidroelétrico hidro – prado, tendo o começo de atividades no ano de 1973, ano de influencia na queda do ano de 1974, do estado de Tolima.

No que relaciona à questão social no município de Prado¹⁴, a situação não é diferente com relação ao resto do país, já que conta-se com equipamentos sociais sustentados principalmente por parte do Estado e com participação mínima do setor privado. A questão da saúde como âmbito social, no município de Prado conta-se com o hospital San Vicente de Paul, instituição de primeiro nível de atenção, com a capacidade instalada de 16 macas, prestando serviço de hospitalização e urgências. Segundo o plano de desenvolvimento em saúde 2013-2016 do município, o hospital tem um déficit fiscal muito alto, que impede funcionar de maneira eficiente e eficaz, sendo necessária a intervenção por parte do governo municipal e a gestão de recursos para a ampliação, modernização e dotação de laboratório, sala de urgências, sala de partos e área de odontologia. No que relaciona ao setor privado, no caso a presença ou participação da empresa EPSA, empresa líder do projeto hidroelétrico é nula frente ao âmbito da saúde do município, sendo o governo local o principal sujeito que intervê nesta questão, o que é fraca, pois as problemáticas são bastante graves para a população. Segundo o plano de desenvolvimento de saúde, o quadro epistemológico do município de Prado, nos últimos anos mostra uma morbidez causada pelo mau uso da água, poluição, proliferação de insetos transmissores de doenças, desnutrição, entre outros.

Em questão de educação no município de Prado existe o Colegio Luis Felipe Pinto e a instituição educativa Isla del Sol, dos quais dependem as escolas satélites dos povoados Veredas Chenchito, Tomogó, Corinto, El Caimán, Aco Tafurito, La Virginia, Corozales e Catalán. Contando com problemas que afetam o desenvolvimento das atividades educativas no município, com mau estado das estradas de acesso. O governo local desativou a contratação de locação fluvial o que gera dificuldades para os alunos se locomover, já que conta-se com alunos dentro do projeto hidroelétrico e tendo uma participação nula também nesta questão por parte da empresa EPSA, o que faz fortalecer ainda mais este tipo de situações, somando a instabilidade em contratação de professores, a carência de bibliotecas e equipes tecnológicas, entre outros problemas.

¹⁴ Com base ao Dane (2015), o município de Prado tem aproximadamente 7.879 habitantes dos quais 3.954 são homens e 3.925 mulheres.

TABELA 9. Instituições Educativas e quantidade de alunos em área de Prado impactado pela central Hidroelétrica Hidro – Prado.

Instituições Educativas	Povoado	Município	No. Estudantes
Luis Felipe Pinto	Zona Urbana	Prado	580
Sede Chenchito	Chenchito	Prado	19
Institución Educativa Isla del Sol	Isla del Sol	Prado	230
Sede Tomogó	Tomogó	Prado	31
Sede Corinto	Corinto	Prado	20
Sede El Caimán	El Caimán	Prado	36
Sede Aco	Aco	Prado	22
Institución Educativa Tafurito	Tafurito	Prado	Não funciona
Institución Educativa La Virginia	La Virginia	Prado	65
Institución Educativa Corozales	Corozales	Prado	34
Institución Educativa Catalán	Catalán	Prado	Não funciona
I.E. Luis Felipe Pinto sede Efigenia Leyva	Zona Urbana	Prado	247

Fonte: caracterização educativa municipal e estadual, DANE, 2013.

Na questão de acesso a energia elétrica, serviço prestado pela companhia energética do Tolima – Enertolima sem estar ligado completamente com a hidroelétrica já que Enertolima é encarregada de distribuição de energia. Em Prado para o ano 2013 contava-se com 2.625 subscritores, agrupados fundamentalmente na categoria residencial, a qual abarcava o 91.85% do total e os setores comerciais e oficiais conformavam o 7.78% dos inscritos. No setor rural do município de Prado existe uma cobertura do 90%, por causa de vivendas em setores geograficamente difíceis de alcançar a rede de energia elétrica.

Por outro lado, o município de Prado junto com os povoados e comunidades fazem parte da região sul oriente, esta zona sofreu uma intensificação da confrontação a partir de 1998, quando o grupo armado FARC (Forças Armadas Revolucionarias de Colômbia) e os seus grupos número 55 e 25 (classificação dada por esses grupos) ampliaram sua influencia sobre outros municípios do estado de Tolima, porém, com a terminação de uma zona denominada zona de distensão e a ofensiva da força pública, os insurgentes realizaram uma diminuição o que foi aproveitado por os grupos de autodefensas, para ocupar o território.

O estado de Tolima conta com uma longa tradição de presença de grupos guerrilheiros marcados pelas FARC e em menor medida pelo ELN (Exercito de Liberação Nacional) por mais de quatro décadas, o estado virou em um dos territórios históricos das FARC a nível nacional e ponto estratégico pela sua proximidade com a capital Bogotá, além de ser um corredor estratégico que conecta ao norte com o sul do país, assim como o oriente com o ocidente, que permitiu mobilidade, expansão e abastecimento.

De acordo com a Organização Mundial conta a tortura, o município de Prado junto aos povoados que fazem parte com a influência pelo projeto hidroelétrico tem permanecido militarizado desde o ano 2002. Ainda assim seguem apresentando fatos criminais por parte de grupos paramilitares e segundo algumas denúncias pela população de Prado tem se apresentado violações dos direitos humanos por parte do exercito regular contra habitantes da região, onde uma grande quantidade de camponeses tem sido vitimas de detenções massivas, ameaças, deslocamentos forçados e inclusive homicídios.

Contudo da questão social, no atual plano Nacional do Desenvolvimento econômico-social 2014 - 2018 todos por um novo país foi formulado baseado em três pilares muito importante para a região: paz, equidade e educação e gera cinco estratégias transversais:

1. Infraestrutura e competitividade estratégicas
2. Mobilidade social
3. Transformação do campo e crescimento verde
4. Consolidação do estado social
5. O PND inclui uma infraestrutura territorial que recolhe os alinhamentos e ações da estratégia transversais relevantes para que cada uma das seis regiões consideradas: caribe pacifica centro - oriente; centro - sur; llanos e eje cafeteiro, sendo beneficiado assim o estado de Tolima.

Tanto na sua dimensão transversal como territorial, o PND contempla programas e projetos relevantes para o desenvolvimento econômico da região.

Para esse tipo de desenvolvimento segundo o plano nacional foi considerado a criação de projeto tais como as hidroelétricas, e citando ao autor Ignacy Sachs (2009) ele afirma sobre os fatores que devem ser articulados para um bom desenvolvimento sendo as hidroelétricas, projetos os quais são desenvolvidos em regiões rurais e proporcionam energia de forma limpa com o meio ambiente, de forma especifica como ocorre no estado de Tolima. Para Sachs (1993, p. 88) todo planejamento com projetos para o desenvolvimento

de regiões específicas, precisam ter uma articulação entre os seguintes fatores: 1) social 2) econômico 3) ecológico 4) espacial e 5) cultural os quais deve se articular de forma homogênea para assim conseguir os fins do bom desenvolvimento, mas não é o caso para este tipo de projetos especificamente na região do estado de Tolima, já que além de gerar energia sustentável, a região já atravessou por diferentes impactos os quais os prejudicaram e ainda prejudicam notavelmente a população próxima ao projeto, neste caso o projeto hidroelétrico de Hidro Prado, recusando aquela articulação de fatores segundo o autor acima, o que gera uma heterogeneidade e impacta negativamente a região.

Contudo o exposto através deste capítulo, a questão econômica de um modo geral a nível nacional com a questão econômica do estado de Tolima e também a questão social através da informação do IDH do estado. Pode se determinar o déficit e decadência da participação no PIB por parte da agricultura e atividades que encerram o entorno rural. O desenvolvimento rural é afetado com a falta de apoio, falta de políticas e auxílios por parte de Estado, onde a população rural em situações de precariedade não tem as condições para produzir como era feito antigamente pela falta de ingressos econômicos, pela perda de território ligado muito nos casos da plantação deste tipo de infraestruturas (grandes projetos), como é o caso do projeto hidroelétrico, que precisa de um território que muitos dos casos são gerados uma apropriação de território impactando de modo catastrófico a renda, estabilidade social e muitos outros fatores que envolvem o desenvolvimento rural do estado, gerando uma heterogeneidade notável e múltiplos casos de deslocamento forçado, sem ter a retribuição digna por parte da empresa privada que lidera os projetos no caso do município de prado, EPSA não aporta de forma satisfatória em nenhum dos mecanismos sociais que conta o município o qual deve existir essa responsabilidade social por parte da empresa, já que são recursos próprios que foram apropriados para a produção do projeto, deixando de lado as comunidades camponesas e principalmente as comunidades indígenas que faziam parte do território apropriado pelo projeto.

Isso tudo será exposto de modo específico nos próximos itens do capítulo, através do contato com a população do município de Prado, sendo a população próxima ao projeto hidroelétrico, percebendo-se população camponesa e duas

comunidades indígenas que insistem em não perder as suas características étnicas, mesmo sendo impactadas de forma catastrófica por parte do projeto. Essa representação de comunidades indígenas também é feita através de informação secundária a qual exemplifica através de outras comunidades presentes no território nacional que também foram impactadas com a finalidade de aproveitar os estudos e análises feitos com essas populações e realizar uma ligação com a situação do município de Prado. Pois esse tipo de impactos, além de por em risco comunidades étnicas do país também gera a ligação com o estado de Tolima, impactando o desenvolvimento rural.

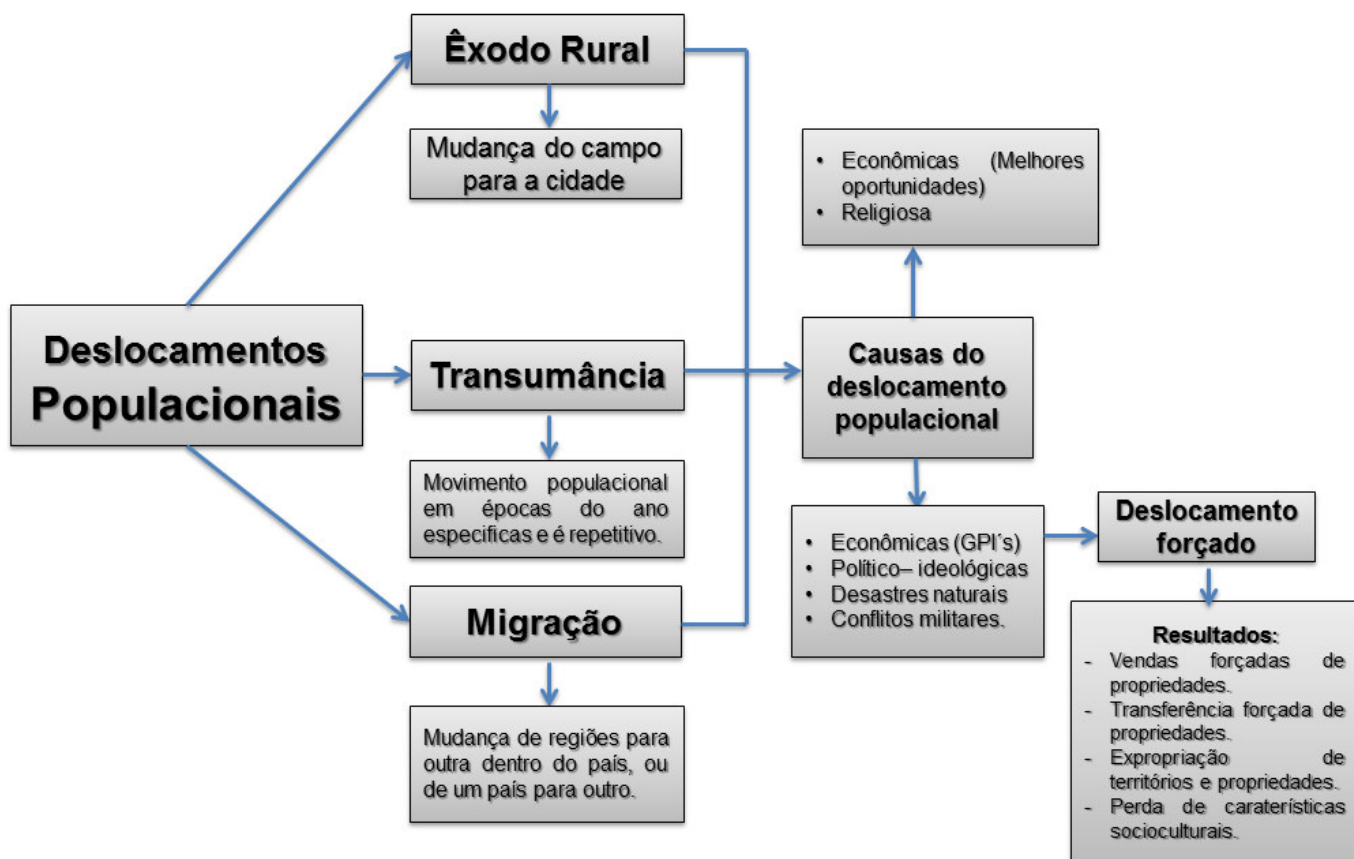
Essa pesquisa de campo foi dada por a falta de registros, de análises e estudos acadêmicos focados nos impactos socioeconômicos decorrentes deste projeto hidroelétrico em especial. Trazendo assim a realidade própria com o sentido social e cultural das populações impactadas.

3.2 A questão de deslocamento forçado e os impactos das comunidades indígenas frente às estratégias de desenvolvimento.

Para adentrar nos impactos decorrentes das estratégias de desenvolvimento implantados a nível nacional e internacional, se analisa e expõe alguns dos autores que tratam o deslocamento forçado como um desses impactos, esclarecendo que cada um deles tem a sua própria visão, até seu próprio termo. Os grandes projetos de investimento (GPI) como estratégias de desenvolvimento são o fato que relaciona cada um desses autores, independentemente o termo o deslocamento forçado (termo utilizado durante a pesquisa) é o resultado que impacta diretamente as comunidades próximas à implantação destas grandes estruturas.

Existindo não só o deslocamento forçado e sim outros tipos de deslocamentos tais como os apresentados abaixo:

FIGURA 21. Deslocamentos populacionais e a sua classificação.



Fonte: Realização e adaptação própria.

Caracterizando a situação do município de Prado, que vivencia o deslocamento populacional segundo a Figura 21 (anteriormente exposta) como deslocamento forçado decorrente da implantação do projeto hidroelétrico Hidro Prado, como estratégia de desenvolvimento por parte do Estado e o setor privado de produção de energia elétrica, pretendendo gerar desenvolvimento econômico, porém impactando de forma negativa à população do município todo, incluindo as comunidades indígenas que encontrassem localizadas no próprio município.

Os empreendimentos de grande porte ou os conhecidos GPI's afetam a vida e o espaço das comunidades receptoras provocando processos de desterritorialização que, conforme Haesbaert (2006) fica latente pela *“precarização territorial dos grupos subalternos, daqueles que vivenciam efetivamente uma perda do controle físico e de referências simbólicas sobre seus territórios”*.

Segundo Salim (1992, p.121) agrupou em uma definição genérica os elementos constitutivos das migrações, apontando assim a distância do deslocamento, o tempo de permanência ou residência e o local de origem e destino do fluxo. Conforme o autor seriam estas as características que apontariam para uma definição formal de migração, além deste autor existem múltiplas definições que conceituam a migração como movimentos autônomos procurando um melhor estilo de vida, o que gera uma serie de categorias, tais como migrantes ou deslocamentos laborais ou econômicos, deslocamentos acadêmicos, aparecendo também categorias de refugiados e finalmente deslocados por atos de violência ou reassentamento interno decorrente de projetos ou implantação de estratégias de desenvolvimento.

Segundo Vainer (2000) citado por Coutinho (2012), não todos os sujeitos decorrem da ação de migrar, de maneira que esse fato não é necessariamente gerado por uma decisão pessoal, na procura de uma vida melhor fora do seu lugar de origem. No caso do deslocamento forçado, a autora Coutinho (2012) exemplifica a origem do deslocamento na violência por parte de grupos ilegais e ao mesmo tempo de forma “legal ou formal” deslocamento por a implantação de estratégias de desenvolvimento do país ou regiões. O que evidencia segundo Vainer (1998) citado pela autora Coutinho (2012) que não é dado esse deslocamento pelo sonho de uma vida melhor, sendo o resultado de eventuais desequilíbrios socioeconômicos no espaço. O território aparece como um espaço de liberdade e a migração como o movimento em que se exercita essa liberdade.

“O número total de pessoas que estão sob a proteção do ACNUR aumentou de 17 milhões em 1991, para 23 milhões em 1993, e para mais de 27 milhões em 1º de janeiro de 1995; [...] Isto inclui refugiados e outras pessoas em situação similar, assim como repatriados e certos grupos de pessoas deslocadas dentro das fronteiras dos seus próprios países” (ACNUR, 1995. P. 2 Apud VAINER. P 11).

Segundo Oliveira (1977) citado por Diniz (2005), a forte industrialização, que promoveu o investimento em melhorias na infraestrutura do país, como a construção de rodovias, modernização dos meios de comunicação, consolidação das indústrias de base para implementação do modelo de economia capitalista de integração ao mercado internacional e promoveu uma

reorganização do espaço brasileiro, também acirrou os desequilíbrios regionais, incrementando a população urbana, o desemprego e a pobreza nas cidades.

“Clandestinos, repatriados, expulsos, deslocados compulsórios, reassentados involuntários, confinados, refugiados, exilados, produzidos pelas guerras do desenvolvimento ou pelas guerras propriamente ditas, vítimas das políticas de fechamento de fronteiras e das restrições a imigrantes e a imigrações, eis as personagens do mundo contemporâneo que, em número crescente, interrogam a(s) teoria (s) migratória (s) das quais foram expatriadas” (VAINER, 1998. P. 832 Apud SANTOS, 2014. P. 40-41).

Coutinho (2012) trata o deslocamento forçado se referindo aos movimentos de refugiados e pessoas deslocadas como, pessoas desalojadas por desastres naturais, implantação de projetos em múltiplas áreas, fome, guerra ou violência e por estratégias de desenvolvimento. Contudo o deslocamento forçado é uma combinação complexa e ampla de fenômenos que incluem os citados anteriormente pela autora, sendo multidisciplinar e incluem as perspectivas acadêmicas, práticas, locais e também de agências multilaterais. Sendo o para Coutinho (2012) o deslocamento forçado um movimento migratório no qual existe um elemento de coerção, inclusive de ameaças à vida e à subsistência, quer resultante de causas naturais ou provocadas pelo homem.

Envolvendo pessoas que são obrigadas a se mover como resultado de políticas e projetos implantados para supostamente aumentar o desenvolvimento nacional, local ou regional. Isso visto na implantação de grandes projetos de infraestrutura como barragens, estradas, portos, aeroportos, mineração e desmatamento. Segundo o FMO (Forced Migration Online), os deslocamentos decorrentes por obras de desenvolvimento acontecem com mais frequência do que aqueles gerados por conflitos armados, porém, muitas vezes não existe tanto reconhecimento, apoio ou assistência para a população impactada.

Um agravante muito importante que ressalta Coutinho (2012), é que esse tipo de deslocamento impacta muitas minorias indígenas e étnicas. Estima-se que durante a década de 1990, cerca de 90 a 100 milhões de pessoas ao redor do mundo foram deslocados como resultado de projetos de desenvolvimento de infraestrutura.

Enquanto ao conceito da pessoa atingida por uma obra de desenvolvimento, existem variadas teorias e aportes de autores. Segundo Coutinho (2012) entre esses termos encontra-se: atingido, deslocado compulsório, deslocado forçado, inundado, reassentado involuntário, refugiado, transferido e remanejado.

Segundo Nobrega (2011) autores como Alfredo Wagner de Almeida, Sônia Santos e Carlos Vainer, sendo cientistas sociais brasileiros, sugerem reconhecer os deslocamentos causados por barragens dentro do mesmo estatuto institucional de “refugiados do desenvolvimento”.

“O reconhecimento institucional do estatuto de “refugiados do desenvolvimento” aos atingidos pelos “grandes projetos de infraestrutura” implicaria em uma série de compromissos por parte do Estado e dos responsáveis pelos empreendimentos em benefício dos atingidos, numa relação bastante distinta da atual situação de vulnerabilidade e violação de direitos em que se encontram” (NOBREGA, 2011, p. 4).

Segundo Vainer (1998) citado por Santos (2014), se focando em deslocamentos compulsórios, a guerra do desenvolvimento realmente tem sido tão implacável quanto às guerras violentas. Embora o autor afirme que, os deslocamentos forçados incluem o fator violência e coerção nas causas das migrações.

Segundo Cernea (2004) citado por Coutinho (2012), o deslocamento forçado gera um processo que provoca a exclusão física de determinados grupos de pessoas de um território geográfico e exclusão econômica e social de um conjunto de redes sociais que se encontrava em operação.

As consequências de tal migração, encontra-se uma variedade de riscos de empobrecimento que incluem a condição de sem terra, sem teto, desempregado, além de implicar na possibilidade da insegurança alimentar, aumento de morbidez, perda de recursos comuns e desarticulação comunitária, que resultam na perda de elasticidade sociocultural (WCOD, World Commission On Dams, 2000. P. 103).

A presença do capital numa determinada atividade e/ou região é função de um conjunto de variáveis, que vai do econômico ao político e historicamente esteve associada à ocupação e controle de mercado, mas em todas vem acompanhada de expropriação. A disputa por território deve ser vista como um processo em movimento contínuo, cuja resultante é produto da correlação de forças que se efetiva entre as partes envolvidas e, portanto reflete o confronto instantâneo daquele momento, e como tal é instável na medida em

que no momento seguinte essa correlação de forças pode ser outra, resultando assim em um novo perfil para cada um dos envolvidos no ambiente em disputa (MESQUITA, 2013, p. 9-10).

Com o afirmado pelo autor Mesquita (2011), se enfatiza no deslocamento forçado como um novo perfil para um dos extremos dos que disputam esse ambiente no caso o território, sendo esse extremo a população categorizando o deslocamento forçado como o produto da correlação de forças efetivada entre a implantação do projeto e o bem-estar social do território, estabelecendo assim uma imagem geral de esta situação no caso da implantação do projeto hidroelétrico hidro-prado junto com a população que envolve o território da implantação do projeto.

Pensar em um “deslocado”, muitas vezes pode conduzir à imagem de uma pessoa que simplesmente tem a obrigação de migrar de um lugar a outro para proteger sua vida. Mas, este fenômeno implica a vulnerabilidade à que deixam exposto as pessoas em esta condição, quem precisam pelo menos de estabilização dos direitos afetados e a recuperação ou compensação de seus bens perdidos, não só perdas econômicas e sim perdas sociais e culturais, ligados ao território da deslocação.

Há perdas que são resultantes da própria desestruturação de relações preexistentes, da eliminação de práticas, da perda de valores e recursos imateriais (religiosos, culturais), por exemplo, a dispersão de um grupo familiar extenso, ou a inundação de lugares com importância simbólica, religiosa, para um determinado grupo social. (VAINER, 2008, p. 45).

E para definir a condição do deslocado deve ser incluído além da necessidade de localizar um novo espaço para estabelecer e começar de novo. Ao respeito, alguns sujeitos expressam diferentes formas de ver a problemática dos sujeitos deslocados, sendo variadas as experiências sobre as pesquisas nos assuntos de deslocamento e reassentamento, contendo além de processos frente às condições da moradia, economia, da produção, processos de ordem social sobre experiências, organizações, taxas de emprego, composição da estrutura social, família, entre outros. Porém, é claro que este tipo de fenômenos tem consequências graves sobre a cultura, sociedade, o ambiente natural, a política e a economia.

Para Mejía (2000) As particularidades que caracterizam o deslocamento e reassentamento de população, assim como suas consequências e o alcance de seus impactos, variam dependendo da natureza de cada caso e das ações que decorrem este tipo de acontecimentos. Para Lima (2000) citado por Mejía (2000) As pessoas impactadas pelo deslocamento forçadas o despojo é o segundo o autor o voltar a começar. Esse tipo de pessoas, como qualquer outra, nunca deixam suas coisas do nada, de maneira forçada a contra sua vontade, cada uma abandonou aquilo que era cômodo, conhecido e família. Tirando o que e seu para ser nomeado segundo Mejía (2000) como deslocado, procurando sobreviver, ser incluído e não recusado, recuperando o seu e voltar a reconstruir.

Tem sido um fato tão presente ao nível mundial, mas a Colômbia é considerada como um dos poucos países que tem elaborado políticas públicas específica para a proteção e atenção de pessoas em situação de deslocamento, correspondendo à política 387 proposta no ano 1997, na qual define a pessoa deslocada de forma forçada como:

Toda pessoa que se tem visto forçada a migrar dentro do território nacional abandonando sua localidade de residência modificando as atividades econômicas habituais, porque a sua vida, sua integridade física, sua segurança ou liberdade pessoal tem sido vulneráveis ou encontra-se diretamente ameaçadas, com ocasião de qualquer das seguintes situações: modificações socioeconômicas por fatores de influencia privada gerando violações dos Direitos Humanos, infrações ao Direito Internacional Humanitário, conflito armado interno, distúrbios e tensões interiores, violência generalizada e outras situações emanadas das situações anteriores que possam alterar drasticamente a ordem pública (COLOMBIA, 1997). Tradução livre ao português.

Essa definição exposta através dos múltiplos autores citados é determinante na condição de deslocamento forçado, por conta do contexto nacional, talvez a Colômbia seja um dos países mais atribulados do continente americano. A história continuamente demonstra as múltiplas problemáticas sociais, produzindo uma espécie de amnésia e passividade social que, a maneira de couraça, isola a cada sujeito (e comunidade) em sua cotidianidade, na maioria dos casos, sua responsabilidade política e social.

O que modifica além do campo social o aspecto econômico das pessoas que são obrigadas à mudança de território, sendo os princípios sobre os quais está baseada a atual análise da população impactada não só pela violência e grupos armados como situação geral da Colômbia, mas também por causa da implantação do projeto hidroelétrico hidro prado, que aportou e gerou o deslocamento forçado de múltiplas pessoas modificando assim o ritmo de vida, as atividades culturais e principalmente atividades econômicas que geraram mudanças drásticas no âmbito social afetando principalmente comunidades indígenas que fazem parte da história nacional e da história regional.

Para conhecer essa realidade se irá expor o contexto geral da Colômbia, apresentando situações que envolvem a violência proveniente da guerra social e ao mesmo tempo situações que envolvem ao desenvolvimento econômico como a implantação de grandes projetos de investimento entre esses os projetos hidroelétricos, o qual se caracterizará com o exemplo de uma comunidade indígena, apresentando os impactos que são gerados através destes projetos de “desenvolvimento”, sendo impactos de modo geral para as múltiplas comunidades indígenas que tem sido afetadas por parte da presença de este tipo de projetos os quais com objetivos de gerar desenvolvimento supostamente socioeconômico, envolve problemáticas como a guerra, deslocamento forçado e infelizmente perda da história cultural que representa este tipo de comunidades no país.

Terminando com o caso específico do projeto hidro prado expondo mediante pessoas que fizeram parte da análise, os estudos já feitos na área e a percepção da mudança ao passar dos anos no território e população próximos ao projeto hidro prado, fazendo mais ênfases nas categorias atuais escolhidas como análises dos impactos e relação com as comunidades indígenas presentes no município.

Já no território nacional colombiano, o deslocamento forçado pode ser definido como estratégia de guerra sem denotar qual é a origem desse deslocamento, virando uma redistribuição da população no território. Segundo Osorio (2005) o deslocamento forçado tem se convertido em processos de destruição-reconstrução-destruição que afeta significativamente o desenvolvimento dos pequenos e médios municípios, dando espaço a reordenamento sócio demográfico, desolamento das diversas zonas rurais e

uma concentração da população expulsa nos cascos urbanos. Sendo o deslocamento forçado de modo geral, uma estratégia que tem sido efetiva no território colombiano como um modelo de desenvolvimento excludente que permite lograr o controle sobre terras com enorme valor econômico.

A Consultoria Colombiana do Deslocamento e dos Direitos Humanos (CODHES), assim como as organizações étnicas como representantes da variadas comunidades indígenas do país e os variados movimentos sociais geram coincidência em afirmar que o contexto de deslocamento forçado corresponde com o contexto de formulação, planejamento e execução de grandes projetos de investimento nas múltiplas zonas que contam com riquezas naturais que no contexto colombiano é rica neste tipo de zonas e permitem uma exploração em áreas de mineração, energéticas e zonas de cultivos que no caso foram utilizadas como territórios de cultivos ilícitos e processamentos de droga.

O que converte às comunidades de população que pelos territórios, por serem rurais, são caracterizados por possuir comunidades de camponeses e comunidades indígenas espalhadas pelas regiões do país, virando objetivos militares e escudos humanos ante o modo de utilização por parte dos interesses próprios do Estado e de grupos ilegais, o que segundo Harvey Suárez (2003) o deslocamento que nestes casos são forçados são dispositivos de exclusão e instaura o medo como meio de dominação de territórios. Neste sentido o deslocamento por causa dos interesses próprios (seja qual for à entidade). É uma poderosa maquinaria de guerra que está transformando entornos de significado e interação comunitária, através da qual se nega e é postergada o acesso a direitos, bens e serviços culturais, políticos e econômicos (Suárez, 2003. P. 20 - 25).

Ainda existindo múltiplas políticas que acolhem as múltiplas populações que são impactadas diretamente pelo deslocamento forçado, tais como a política 387 implantada em 1997, as pessoas deslocadas são assistidas de modo básico sem se preocupar na reparação e indemnização tanto nos impactos culturais e econômicos. Assignando ajudas as quais transformam os impactados em sujeitos modernos e empreendedores, incluindo na sociedade moderna sem se importar das tradições, isso no caso das comunidades indígenas que tem características especiais ao resto de populações impactadas.

A história colombiana tem sido caracterizada pelos violentos processos de expulsão principalmente da população indígena, camponesa e negra no setor rural do país. Parecendo que vira um mecanismo de adequação às necessidades de produção e acumulação que o capitalismo impõe e a estratégia da dominação dos diversos setores que disputam o poder. Afastado de obedecer a um modelo de desenvolvimento pensando na função dos interesses da nação colombiana, os movimentos dos deslocados, a maioria deles involuntários, violentos, ou seja, forçados o que acata as necessidades e interesses de quem tem gerado o poder sobre a terra, o poder político e às conveniências de capitais nacionais e transacionais.

A tão conhecida situação de violência que caracteriza o país a nível mundial, embora na atualidade o contexto colombiano seja completamente diferente através dos acontecimentos que tem gerado uma aproximação do governo e os grupos à margem da lei (grupos ilegais como FARC e ELN), gerando os famosos acordos de paz.

Esses fatos da atualidade que muda radicalmente esse contexto de guerra que foi vivenciado nos anos 1946 a 1980, o qual significou o despojo e a expulsão de cerca de dois milhões de colombianos segundo o Dane (2000), quem entregaram as suas terras para dar passo ao modelo agroindustrial que começava a ser gestado e foram objeto das repercussões, ódios e ações violentas dos grupos armados tanto legais como ilegais que agiam, na época, em nome dos partidos conservador e liberal.

Na década de 1980 e 1990 teve uma representação na história da Colômbia a respeito de processos de deslocamento e expulsão, caracterizando uma nova crise aprofundando no fato da violência, que em muitos casos não é mais do que a manifestação ou continuidade dos velhos conflitos e problemas não resolvidos como são os assuntos e problemas de manejo de territórios ao nível nacional por parte do governo, já que entregam o país a múltiplas entidades privadas para a exploração de recursos naturais com o fim de ir implantando projetos e estratégias de desenvolvimento econômico, sem pensar no desenvolvimento social do país.

O deslocamento forçado, característica nestas duas décadas (1980 – 1990), tem uma manifestação mais clara da permanência histórica e a consolidação de um modelo de desenvolvimento excludente muito caracterizado. Ao mesmo

tempo nestas décadas indicadas e mesmo na década dos anos de 1970, na Colômbia e igual que em outros países Latino Americanos, consolida-se o modelo neoliberal e se acentuam os conhecidos processos de modernização do Estado, os quais no caso particular deste trabalho redefinem o território e as suas relações de acordo com as necessidades de produção e comercialização que o modelo demanda, sem reparar nos custos políticos, sociais e culturais que são provenientes dos grupos camponeses, indígenas e negros.

Por uma parte como origens a esse tipo de desequilíbrio sociais na população rural colombiana e de forma mais específicos nas populações camponesas e indígenas, a produção agrícola se insere ao mercado nacional e aos requerimentos do sistema capitalista e produtivo, ficando a possibilidade limitada do acesso às vendas de produtos agrícolas produzidos por pequenos produtores, o que são impactados de forma negativa esse processo de globalização, ingressando ao país mercados com produtos importados a preços muito mais baixos do que os produtos nacionais. Em muitos dos estados colombianos como são Quindio, Cundinamarca, Tolima, Antioquia, entre outros, onde os cultivos de arroz, algodão, sorgo, milho, entre outros, que praticamente desapareceram pela importação de produtos, representando uma grave crise para a população camponesa e muitas comunidades indígenas que também acediam aos mercados rurais em alguns dos municípios do país para poder vender algumas das produções agrícolas, isso como meio de sobrevivência por parte das populações.

Por outro lado, a implantação no território nacional como foi dito no primeiro capítulo deste trabalho de uma série de infraestruturas como grandes estradas, portos, canais hídricos de conexão, grandes e pequenos projetos hidroelétricos, entre outras obras que partem da adequação à dinâmica do mercado global, com a necessidade destas infraestruturas para ter a produção e comercialização precisa para gerar o tão esperado desenvolvimento do país. Porém, na maioria dos casos destas implantações são realizadas nos territórios étnicos, ou seja, territórios típicos de comunidades indígenas ou em territórios rurais de populações camponesas, violentando em muitos dos casos aos direitos destas comunidades gerando um desequilíbrio social que obrigavam em muitos dos casos ao deslocamento forçado, o que pode se afirmar que não só o fato da violência através da guerra no contexto colombiano obrigou a este

tipo de impactos e resultados como é o deslocamento forçado e sim, o processo de um suposto desenvolvimento que na época estava focado simplesmente no desenvolvimento econômico deixando do lado o setor social do país, ainda mais este tipo de comunidades com tanto valor cultural e histórico do país como são as comunidades indígenas.

Uma vez são identificados os territórios com certas riquezas naturais para aproveitamento e obtenção de recursos econômicos por parte do Estado ou propriamente por parte do setor privado (empresas que em muitos dos casos são estrangeiras), começa o processo de apropriação de territórios com a consequência completamente negativa de expulsão da população já assentada nestes territórios excluindo qualquer obstáculo humano e mesmo deixando de lado características culturais que essas comunidades que em muitos dos casos são comunidades indígenas (com características e tradições culturais que fazem parte da história do país). E segundo DNP (1988) a violência é mais intensa nos municípios onde há mais altas possibilidades de obter melhores ingressos econômicos ou de novos potenciais de acumulação de riqueza.

Deste modo estão entrelaçados vários fatores que geram como resultado o deslocamento forçado, envolvendo em todos os contextos o fator econômico e o desenvolvimento do capitalismo deixando do lado o fator social e todo o que engloba.

Continuando com a linha do contexto colombiano, a população deslocada sempre é muito heterogênea e cada vez tende a se diversificar, os deslocados na sua grande maioria são camponeses pobres e pessoas que pertencem a comunidades étnicas, ou seja, comunidades indígenas únicas no território nacional que contam com um pedaço da história do país e que ainda preservam características e tradições dos antepassados. O que quer dizer, que pessoas ao longo da história têm sido excluídas dos benefícios do modelo de desenvolvimento, excluídas também da participação política e culturalmente invisíveis.

As comunidades impactadas pelo deslocamento forçado são em muitos dos casos, ignorados pelo Estado e a sociedade, que tem logrado sobreviver pelos seus próprios meios e estratégias, adquirindo visibilidade este tipo de comunidades para quem se disputam pelo poder, em razão da sua

potencialidade como comunidade de apoio ou com territórios estratégicos para a apropriação de territórios.

Podendo se dizer então, que os deslocados forçados são aqueles para quem não tem existido a cidadania, sendo aqueles que não conhecem a noção do Estado, isso pelo menos a noção do Estado Social do Direito.

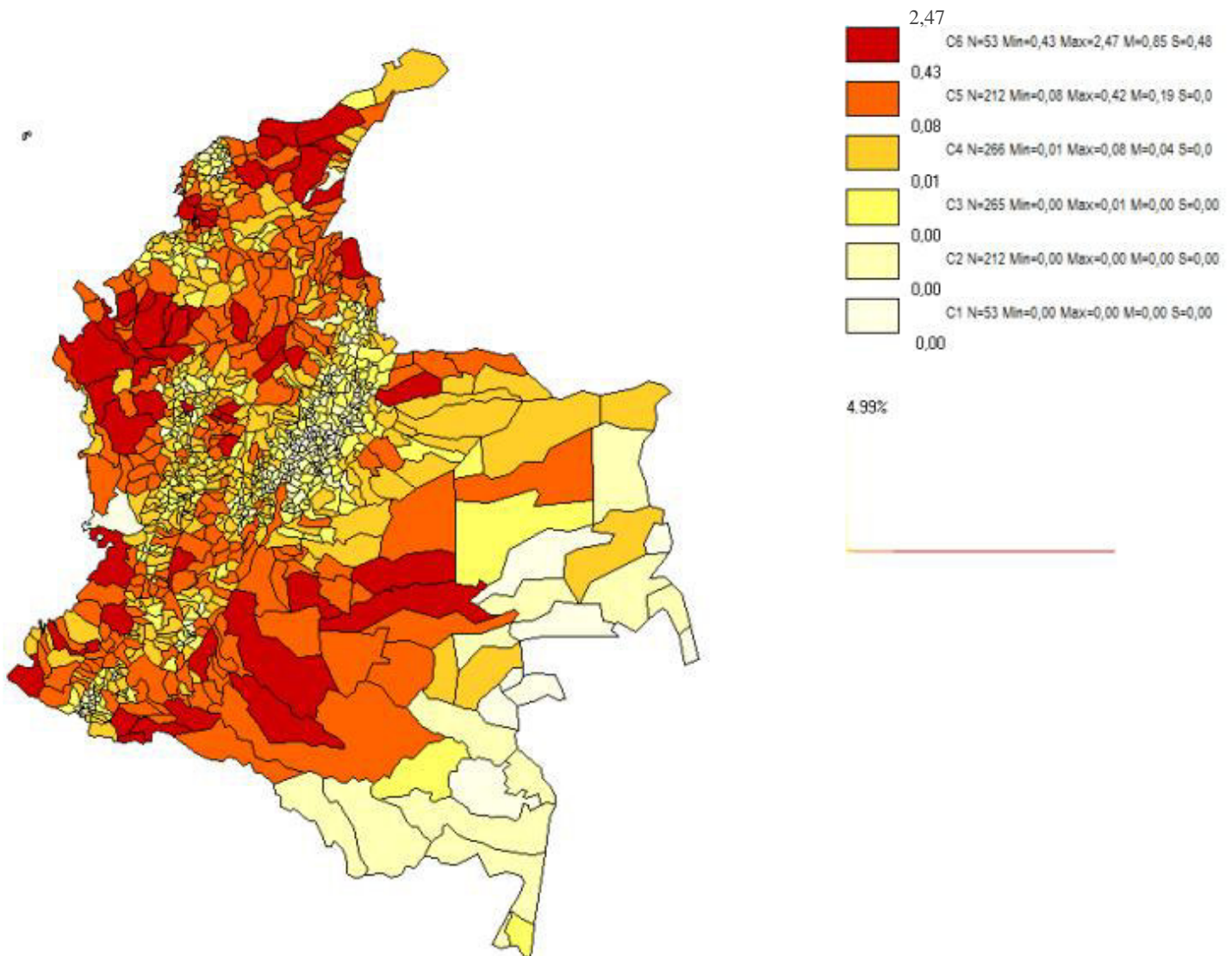
Se somando o deslocamento forçado à longa cadeia de vulnerações de grupos sociais como os indígenas e camponeses quem tem sido colocado à margem dos benefícios da economia e “desenvolvimento”. Seus territórios ancestrais atraem hoje os olhares dos interesses multinacionais e nacionais, que vêm nas suas terras riquezas minerais e naturais, ou vantagens geoestratégicas; as comunidades são disputadas como bases de apoio e conhecem ao Estado não pela sua presença Social, mas sim repressiva. Em outras palavras, estas comunidades permaneceram por muitos anos à margem e hoje são “incluídas” para a exploração e o controle (BELLO e PEÑA, 2000. P. 2) – tradução livre ao português.

De modo geral na Colômbia, grupos de crianças, mulheres camponesas e indígenas, constituem o grupo mais afetado pelo deslocamento forçado. E focando o trabalho nas comunidades indígenas como deslocados de forma menos visível ante o mundo todo, na Colômbia as comunidades indígenas representam o 5% do total de deslocados segundo CODHES (2003), situação crítica se se presta atenção que estas comunidades correspondem aos 2% da população total do país.

Em outros termos, o deslocamento forçado é um dos fatores, e ao mesmo tempo um dos resultados da profunda exclusão social, a inequidade e a injustiça que caracteriza ao nosso país (SUARÉZ, 2003. P. 15).

Essa exclusão tem sido tão marcada por parte da população deslocada de forma forçosa, que no processo de reestabelecer as populações impactadas, pode se afirmar que não só se trata de devolver os bens físicos e os direitos perdidos, mas sim, se trata de colocar às pessoas em condições para começar a adquirir e exercer a cidadania que nunca tem tido ao longo da história, e isso é refletido infelizmente na população que tem carregado nas suas costas as características e mostras da história nacional como são os indígenas que a cada dia se perde mais a identidade e as tradições que deveriam ser uma obrigação o continuar e preservar este tipo de comunidades no país.

Figura 22- Participação municipal no total de deslocados entre 1997 e 2008



Fonte: Ação Social. Secretaria de atenção à população deslocada. Presidência da República.

Segundo o mapa de deslocamento forçado em Colômbia aponta de uma forma clara que as zonas de onde são mais expulsos os colombianos de forma forçada, são aquelas zonas que revertem valor estratégico, especialmente zonas que podem ser utilizadas para a plantação de grandes projetos de investimento com a intenção de gerar desenvolvimento regional e nacional.

Alguns desses grandes projetos de investimento no território nacional que fizeram parte involucrando o deslocamento forçado como implantação e funcionamento no país são; a interconexão do rio La Plata no Estado de

Amazônia que comunica a Tumaco com Manaus e Belém do Pará no Brasil, conectando os litorais Pacífico e Atlântico; o canal seco Atlântico – Pacífico; as interconexões com ferrovias entre Medellín e Buenaventura; estradas do Pacífico a Medellín e Pereira; projetos Hidroelétricos como os projetos de Itaungo no estado de Antioquia, Hidroprado no estado de Tolima, projeto hidroelétrico San Pedro, projeto hidroelétrico Porce, projeto hidroelétrico Guatapé.

Sem dúvida alguma aqueles territórios ricos em recursos minerais e recursos naturais tais como os recursos hídricos o que são alvo para o uso de produção de energia elétrica através de projetos hidroelétricos. Convertendo esses territórios cenários de diversos interesses e que viram inicialmente em zonas que disputam e logo em território de dominação do poder quem tivesse logrado se impor, seja o fator privado como empresas e o fator público através de políticas que facilitam aceder a este tipo de territórios deixando do lado o fator social do lado e dando prioridade ao desenvolvimento econômico, embora existam políticas de proteção e territórios específicos para comunidades, tais como as comunidades indígenas, não deixou do lado à perda de identidade destes povoados levando consigo grandes características culturais e únicas da história colombiana.

Contudo, o fato do deslocamento forçado está relacionado com os padrões de acumulação do capital afirmando assim que:

... Não existem deslocados porque existe a violência... Que há violência porque existe o deslocamento forçado (CODHES, 2003. P. 23) – Tradução livre ao português.

A perda da soberania nacional em Colômbia é o resultado de ser sumiços aos interesses estrangeiros, isso através de políticas econômicas que tem agravado os problemas que padece o setor rural colombiano.

“assim como os Estados Unidos procedeu a começar toda uma nova revolução tecnológica que conduz ao país a experimentar nos anos de 1990 uma vigorosa reativação da sua economia, nos países andinos, assim como o resto dos países latino-americanos que optaram a abraçar o pacote de políticas públicas com o código do Consenso de Washington” (MONCAYO, 2003. p. 2).

Desta forma a Colômbia entrou neste consenso tendo o famoso TLC (Tratado de Livre Comercio) traduzido em fenômenos como a grande

privatização do patrimônio público e o deslocamento da responsabilidade do Estado em garantir os direitos individuais e coletivos para o fortalecimento do livre comércio de bens capitais e serviços no território nacional.

Em consequência foi fortalecida a presença das empresas transacionais trazendo grandes projetos de investimento aparecendo assim o imperialismo que segundo Robledo (2006) afirma:

Aparecendo o imperialismo, requerendo a exploração dos países mais deves para existir e o qual, sem renunciar às agressões colonialistas, maquia sua agressividade mediante o neocolonialismo, dominação que tenta ocultar e que exerce mediante os nativos das terras dominadas que agem ao serviço dos interesses do império e que entre suas funções cumprem com uma importância ideológica primordial: ocultar como funciona a economia capitalista” (ROBLEDO, 2006. p. 3) tradução ao português livre.

A privatização de terras pelas empresas privadas e, ela é apoiada por políticas promovidas pelo Estado o que é uma das formas mais típicas de deslocamento forçado e apropriação de território.

O Estado cumpre um papel primordial na formulação de normas e leis que cria e condicionam instituições para promover o processo de acumulação capitalista, estabelecendo assim um sistema de submissão e controle político e ideológico para legitimar não só a apropriação dos bens comuns, e o deslocamento forçado das populações rurais, mas também, promove que não há melhor caminho que o crescimento econômico e a acumulação capitalista para conseguir o desenvolvimento do país.

Contudo o exposto e segundo Escobar (2010), no discurso ocidental tem gerado uma transposição da natureza e apropriação pelos recursos; as tendências privatizantes estão se convertendo em uma realidade em Latino América no marco das políticas do ajuste econômico e de abertura de corte neoliberal. Desta forma pode se afirmar que o desenvolvimento dos povoados se baseia no crescimento econômico e este, ao mesmo tempo na exploração da natureza. O que dia a dia industrializa e acaba com territórios ricos em recursos naturais e também se esgota e se modifica as características das populações camponeses junto com as suas atividades, tais atividades que envolvem principalmente a agricultura, a pesca, entre outras. Sem deixar do lado que surge com a implantação desses grandes projetos uma série de impactos que se são focados no território colombiano e segundo os autores já expostos é visto principalmente o deslocamento forçado o que impacta e

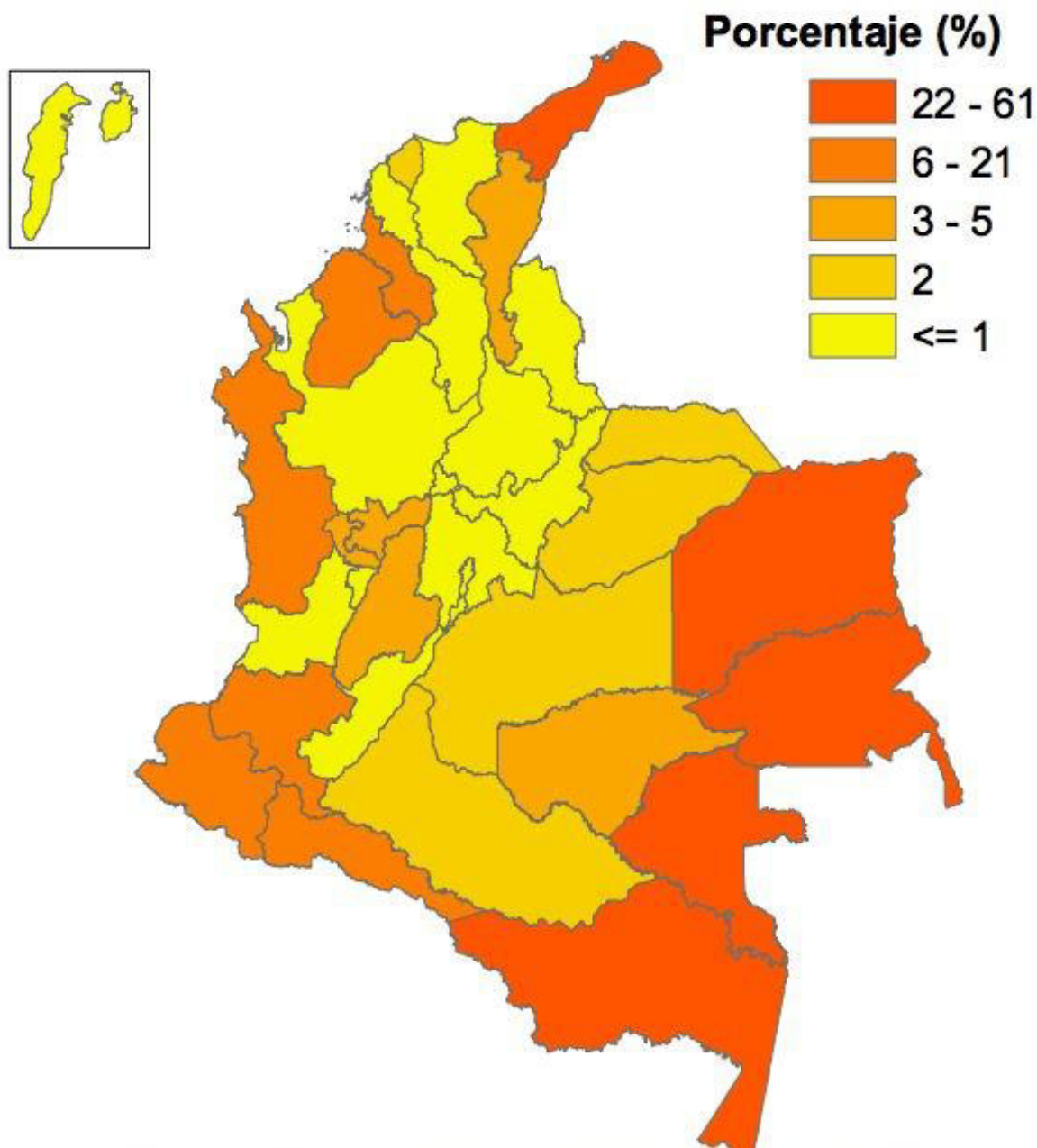
envolve comunidades camponesas e também comunidades étnicas do país caracterizadas pelas múltiplas comunidades indígenas espalhadas pelo país, modificando e perdendo dia a dia as características evidenciadas nessas comunidades que representam a história e cultura do país.

3.3 Situação das diferentes comunidades indígenas impactadas pelas estratégias de desenvolvimento na Colômbia.

Nessa mesma perspectiva a Colômbia com aproximadamente 44 milhões de habitantes, o 2% dessa população são indígenas. As comunidades indígenas estão divididas em 84 grupos que moram dentro de 710 resguardos indígenas intitulados, localizados em 27 dos 32 estados do país, caracterizando 64 variadas línguas próprias destas comunidades, porém muitos dessas comunidades estão em situação de extinção, isso por múltiplas situações entre elas o deslocamento forçado quebrando as características culturais e costumes que deixam em risco o desaparecer do território nacional, no mapa abaixo (figura 22) caracteriza-se de modo porcentual a participação das comunidades indígenas com respeito à população total estadual e nacional, mas adiante se apresentará o mapa com a devida classificação das comunidades indígenas existentes e espalhadas pelo território nacional Colombiano (figura 23).

Figura 23 - Mapa População indígena e sua participação no total municipal.

PARTICIPACIÓN DE INDÍGENAS, RESPECTO A LA POBLACIÓN TOTAL DEPARTAMENTAL



Fonte: Censo DANE, 2005.

A apropriação de recursos naturais dos territórios destas comunidades no país, é que gera gravíssimos problemas para estas populações, não só pelo fato de que seus territórios são considerados como focos estratégicos para o

desenvolvimento pela presença de recursos, mas também porque não existe um reconhecimento claro dos direitos que tem essas comunidades sobre os territórios, isso principalmente pela falta de conhecimento das políticas que cobrem e suportam direitos básicos para as comunidades.

As comunidades indígenas ao longo da história têm sido reivindicadas com propriedades públicas e privadas sobre o território nacional, Porém elas tem se recusado à divisão tradicional que faz o Estado entre o solo e entre os recursos naturais tanto os renováveis e não renováveis que fazem parte das suas características étnicas e tradições.

A Colômbia conta com situações contraditórias como é o Convenio 169 da OIT (Organização Internacional Do Trabalho), onde a apropriação dos recursos naturais não é exclusiva das comunidades indígenas, mas, foram gerados titulações de territórios específicos para o desenvolvimento das atividades destas comunidades, moradias, etc. Sendo um resultado “positivo” de políticas estratégicas do Estado para com esse tipo de população, pois segundo Houghton (2008) se se considera, o 30% do território nacional é indígena, e em essas mesmas áreas estão as principais reservas hídricas e ao mesmo tempo reservas de minerais preciosos e carboníferos o que permite que o Estado se reserva o domínio dos recursos naturais para interesses próprios, tais como a implantação de grandes projetos de investimento e exploração de recursos focados ao desenvolvimento econômico do país.

Ainda o convenio 169 da OIT reconheça que existe o domínio das comunidades indígenas sobre os territórios se especifica o seguinte:

No caso existam territórios que sejam parte do Estado e façam parte ao mesmo tempo de territórios habitados por comunidades indígenas e existam recursos naturais nessas terras, os governos deverão estabelecer ou manter procedimentos com objetivos a consultar aos povos interessados com a participação das atividades planejadas pelo Estado, e determinar se os interesses dessas comunidades serão prejudicados, e em que medida, antes de empreender ou autorizar qualquer programa de prospecção ou exploração dos recursos existentes nas suas terras... (Artículo 15 da norma 169 do Organismo Internacional do Trabalho) – Tradução livre ao português.

Sendo assim previsto e estipulado pela Constituição Política de 1991 e posteriormente pelo Código de Minas determina que o Estado seja proprietário

do subsolo e dos recursos naturais renováveis e não renováveis, gerando poder absoluto para ordenar o aproveitamento de estes recursos em função do interesse geral.

Essa situação embora seja vista pelas comunidades indígenas como uma estratégia de expropriação, que em muitas das situações os desloca de forma forçosa dos seus territórios na pressa e no interesse de explorar esses recursos naturais, resulta incompreensível que ainda de são reconhecidos como plenos proprietários dos seus territórios, o que resulta da mesma forma ser proprietários plenos dos recursos contidos neles, mas infelizmente não é assim.

Esse fato da expropriação é como se aos indígenas tivessem querido impor a concepção desarticulada de natureza com os recursos renováveis por uma parte e os recursos não renováveis por outro, promovendo a propriedade sobre certos recursos, mas não sobre outros, ou o reconhecimento do uso, mas não da sua propriedade, sem autonomia para o uso (GACIA, 2005. P.25). tradução livre ao português.

O que preocupa as comunidades indígenas é o estado de vulnerabilidade em que ficam os seus territórios, pois ao não poder decidir por eles mesmos o destino que se deve dar aos seus recursos, fica aberta a possibilidade para que sujeitos externos e alheios às comunidades indígenas façam a exploração dos seus recursos, sem consideração a sua vontade como legítimos proprietários dos territórios que estão ocupando como comunidades.

Existindo assim este conflito que tem gerado um posicionamento das comunidades indígenas que sempre tem insistido em sustentar a sua visão integral da terra e os recursos e quando o Estado sentir a vontade demandará aceder ao solo que são das comunidades indígenas e não do Estado, que ao final das contas são quem tem se contribuído o domínio total.

Contudo existem a partir da Constituição Política de 1991, uma serie de garantias jurídicas e políticas de reconhecimento dos direitos dos povoados indígenas. A confirmação constitucional sobre o caráter pluricultural e multiétnico do Estado colombiano, possibilita o reconhecimento das comunidades indígenas como sujeitos de direitos, implicando a existência de diversas formas de administração de justiça. Neste sentido, citando um dos artigos da constituição que envolve as comunidades indígenas, é claro o artigo 246 ao dizer:

“as autoridades das comunidades indígenas poderão exercer funções jurisdicionais dentro do âmbito territorial, de conformidade com as suas próprias normas e procedimentos, sempre que não sejam contrários à Constituição e Leis da República” (Artigo 246 – Constituição Política Colombiana, 1991). – tradução livre ao português.

Já sobre o território étnico e os recursos naturais que envolvem aos indígenas o paragrafo do artigo 330 diz:

“a exploração dos recursos naturais nos territórios indígenas serão feitos sem desmedro da integridade cultural, social e econômica das comunidades indígenas. Nas decisões que se adotem ao respeito de dita exploração, o governo proporcionará a participação dos representantes das respectivas comunidades” (Artigo 330 – Constituição Política Colombiana, 1991).

Esse devido reconhecimento por parte da constituição sobre os direitos determinados na função do grupo e segundo Kymlicka (1996, p. 19) resulta legítimo e se faz indispensável com a finalidade de complementar os direitos humanos tradicionais de características liberais com os novos direitos das comunidades étnicas.

Mas, é precisamente esse reconhecimento cultural, onde emergem algumas tensões entre o reconhecimento constitucional da diversidade étnica e cultural e a consagração dos direitos fundamentais na Colômbia, especificado na sentença 254 de 1994 da Corte Constitucional da Colômbia que expõe:

“Existe una tensión entre el reconocimiento constitucional de la diversidad étnica y cultural y la consagración de los derechos fundamentales. Enquanto que esses filosoficamente se fundamentam em normas transculturais, que permitiriam afiançar uma base firme para a convivência e a paz entre as nações, o respeito da diversidade supõe aceitação de cosmovisões e de valores diversos e até contrários aos valores de uma ética universal” (SENTENCIA 254 de 1994). Tradução livre ao português.

Os aportes gerados na atual Constituição Política que acolhe de modo parcial e não total às comunidades indígenas, pode se retroceder um pouco na história para ver algumas das políticas que resguardam desde a segunda metade do século XX na Colômbia essas comunidades em específico. Sempre com um olhar aos interesses próprios do Estado, sendo a prioridade no caso de precisar a exploração de recursos ou territórios sempre adequaram

ao desenvolvimento mais econômico que desenvolvimento econômico social o que deixa do lado o equilíbrio que esse último modelo gera, e na época foi preciso à exploração de muitos dos territórios principalmente rurais, pois para esse tempo foi dada a abertura do território nacional para a implantação de grandes projetos de investimentos, principalmente teve presença de projetos hidroelétricos.

Na segunda metade do século XX na Colômbia se levava a cabo o desenvolvimento de políticas para o uso dos territórios, todo dando importância o setor regional e claro ao desenvolvimento nacional, então pode ser citada a Política 81 de 1958 sobre o fomento agropecuário das parcialidades indígenas, todo inspirado no pensamento que guiava então ao tratamento das questões indígenas ao nível nacional e internacional, esta política contemplou a criação de uma oficina de gestão de negócios indígenas que depende do Ministério da Agricultura, em aqueles estados onde existiram dez ou mais resguardos indígenas, assim como a criação de um Fundo de Fomento Agropecuário das parcialidades indígenas e do instituto Indigenista Colombiano.

Com a aparição dessas estratégias e entidades a fim de preservar esse tipo de comunidades no país, ainda mais planejadas para ter um melhor aproveitamento das zonas que conta com maiores recursos naturais, especialmente recursos hídricos com a implantação dos múltiplos projetos hidroelétricos. As terras de resguardo, essa política citada de 1958 estabelece ações sobre os indígenas a carga provatória da tendência de títulos escriturados (títulos de propriedades) emanados do Estado ou nesse então da coroa espanhola declarando que aqueles territórios considerados inicialmente como terras baldias da Nação dando consideração aos indígenas que ali habitam como possuidores das suas respectivas parcelas para os efeitos do seu direito preferente à adjudicação, o qual deu giro radical respeito às regras vigentes desde o período colonial até então, dando as disposições e primeiros reconhecimentos de direitos reais sobre as terras habitadas previamente à conquista.

Outra das políticas que envolvem as comunidades indígenas e que foram implantadas antes da modificação da Constituição Política de 1991 é a política 135 de 1961 que é planejada sobre a reforma social agrária, política na qual foram criados o instituto Colombiano da Reforma Agrária (INCORA), hoje

considerado como o Instituto Colombiano de Desenvolvimento Rural (INCODER), e entre as disposições se incluíram as de impedir a adjudicação de terrenos baldios por parte de particulares, terrenos ocupados por comunidades indígenas. Também foi autorizado a construir resguardos de terras onde o Estado não gere intervenção para a obtenção de recursos naturais, isso em benefício dos grupos ou tribos indígenas que ainda não contem com esse benefício. Isso é planejado principalmente para as comunidades que de uma ou de outra forma estavam sendo excluídas do processo, tais como aquelas comunidades impactadas por o deslocamento forçado. E no caso de não contar com territórios do Estado, a entidade de INCODER tem a obrigação de adquirir terras de propriedade privada com o fim de gerar zonas de resguardos indígenas.

Mesmo que política 135 de 1961 tivesse gerado respaldo às comunidades indígenas com a legalização de territórios já possuídas por elas e a contemplação de constituir novos territórios no caso de não tiver disponibilidade de terras públicas, recebendo o nome de Novos Resguardos, recebendo esse nome em oposição a aqueles territórios que foram constituídos na época colonial. Porém e segundo Houghton (2008. p, 83), não foram muitos os avances e vantagens que em principio a política derivou no sentido das comunidades indígenas.

Pois anos depois, essas disposições foram limitadas com a expedição de políticas tais como a 2117 do ano de 1969 que contempla a criação de zonas denominadas como reservas indígenas, as quais são definidas como zonas de territórios baldios ocupado por uma o varias comunidades indígenas, delimitados a exercer neste território o uso e usufruto, o que quer dizer que a utilização dos territórios é um direito aclarando que são territórios alheios, ou seja, territórios simplesmente de moradia sendo que podem ser expropriados em qualquer momento o que é a diferencia dos resguardos indígenas que já são territórios próprios destas comunidades, mas ironicamente influenciado pela presença do Estado, todo envolvendo aos interesses próprios.

Essas estratégias pretenderam mudar as aspirações de titulação de terras, oferecendo em troca aos indígenas à qualidade de simples usufrutuários (territórios simplesmente emprestados pelo Estado) com promessas da divisão desses territórios para ser próprios dessas comunidades.

Sendo assim, nos anos de 1967 e 1972 foram reconhecidas 74 reservas indígenas que, posteriormente e graças a atividades de resistência por parte das comunidades indígenas que foram impactados por causa dos múltiplos deslocamentos principalmente pela implantação de projetos hidroelétricos, foram reconhecidas na sua maioria os territórios dando a propriedade total destes, isso sob a modalidade de resguardo.

A economia colonizadora teria levado ao Estado a uma formulação normativa que juridicamente permite classificar a tendência da terra em “modalidades”, propriedade coletiva (resguardos coloniais e novos). O que teve como resultado a política territorial indígena é que em 1990 o 80% das populações étnicas estariam em terras reconhecidas como resguardos (Arango & Sánchez, 1998. P. 135) - Tradução livre ao português.

E foi graças a essa pressão dada pelas comunidades indígenas sob as políticas desenvolvidas, sendo a 89 de 1890, a 135 de 1961 e a 31 de 1967, conseguindo assim a intitulação de quase o 80% do total dos resguardos indígenas que hoje existem.

Entre 1970 e 1980 se deram nos estados de Cauca, Tolima e Córdoba mais de 1000 ações que outorgaram terras a camponeses e indígenas que foram atingidos por grupos ilegais e empresas privadas principalmente projetos de atividades mineiras e hidroelétricas como produtores de energia elétrica no país, conseguindo dominar novos territórios declarados como baldias do Estado (HOUGHTON, 2008. p. 84). Tradução livre ao Português.

Depois de ser implantadas as políticas propostas para a sustentabilidade das comunidades indígenas do país, a Colômbia teve a famosa reforma da Constituição Política nos anos de 1991 que foi dada a importância e modificações no contexto indígena por causa de alguns acontecimentos históricos acontecidos no começo dos anos de 1990 os quais foram determinantes para o desenvolvimento desta modificação.

Como primeira medida, a nova ordem econômica unipolar que foi e na atualidade se constitui a cada dia mais, permitindo ao modelo capitalista gerar uma expansão maior nas suas fronteiras, ou melhor, o começo do seu caminho para a exclusão das comunidades indígenas, comunidades portadoras de grande história, cultura, características ancestrais e tradições que devem ser preservadas ainda mais quando o país é de origem indígena. O que nos finais

do século XX é gerada uma etapa de visibilidade de certas comunidades invisíveis, pois:

A nova onda de globalização que tem recomeçado na década de 1990, como consequência do termino da Guerra Fria, teve acompanhamento pela emergência de antigas identidades locais, religiosas e étnicas de modo geral em todas as partes do mundo (BENGOA, 2000. p. 35)

De modo geral, a aprovação e modificação da Constituição Política de 1991, em relação com os direitos das comunidades indígenas teve uma grande importância, pois se deu importância tanto de forma normativa como simbólica. Sendo uma medida dada pelo momento histórico marcado pelo descontento geral com as forças políticas tradicionais e uma forte violência social que nesse então tinha uma forte presença de empresas privadas com autorização e apoio do Estado, com intenções de explorar recursos naturais de zonas exatas para produzir diferentes produtos, tais como energia elétrica como é o caso de varias hidroelétricas que foram implantadas em territórios indígenas, além da presença dos grupos armados e o narcotráfico.

Esses elementos que molda a intervenção estatal para os territórios indígenas. Por uma parte, a conversão de interesses supostamente nacionais liderados pelos Governos, em interesses locais que devem carregar as administrações municipais a pesar da evidente contradição entre uns e outros.

A falta de estruturação do território local, incluindo claro, as comunidades indígenas, está focada na estratégia por parte do setor público em desenvolver exportações nas quais é preciso inserir infraestruturas como grandes projetos de investimento para poder obter os resultados do planejamento nacional para alcançar o desenvolvimento tão esperado.

Essas infraestruturas são caracterizadas pela construção nos territórios locais de estradas, portos, grandes e pequenas barragens, distritos de irrigação, o que sendo implantadas extrapola as dimensões das necessidades locais, quebrando assim as formas econômicas que sustentam à região gerando assim impactos socioeconômicos de difícil recuperação. Porém, as prefeituras e governações estaduais, com justificações claramente inconscientes, lideram as obras tais como acontecem com o projeto hidroelétrico Urrá que fica próximo a território indígena o que confirma que as adaptações das políticas

feitas do Estado foram dadas por interesses, interesse ao desenvolvimento econômico.

Contudo é claro que as políticas impulsadas pelo Estado para reordenar os territórios se complementam com a intervenção do grande capital corporativo, que é o usufrutuário das mesmas. O que também pela crescente corporação dos territórios, os agentes privados assumem de forma evidente um papel de ordenadores da espacialidade pública tanto em dimensões físicas como normativas e políticas.

Ainda existindo mecanismos de participação por parte das comunidades indígenas como são os mecanismos de consulta previa (estratégia para poder medir o impacto dos grandes projetos de investimento em territórios indígenas, para conhecer as opiniões das comunidades frente a estas estratégias de desenvolvimento por parte do Estado). Com frequência o Estado tem feito caso omissis e dando começo aos projetos de exploração e produção, como são os projetos hidroelétricos e projetos de explorações mineiras, sem cumprir com a obrigação constitucional.

O que gera impactos de forma negativa nas comunidades tanto camponesas como indígenas; isso como exemplo pode-se citar o resguardo Yaigojé, que tendo centos de indígenas das comunidades Makunas e Tanimukas se uniram contra uma companhia Canadense a qual foi concedido a permissão de extração de ouro no território destas comunidades, permissão dada por parte do Estado. Finalmente as comunidades conseguiram que suas terras sagradas tivessem sido liberadas para a exploração e produção no caso de ouro, isso mediante a política 2079 que constitui e defende este tipo de territórios, porém a companhia internacional quer entrar em processo jurídico, pois foi dado o título mineiro por parte do Ministério de Minas de um jeito duvidoso.

No âmbito dos projetos hidroelétricos, as comunidades U'wa e a comunidade Oxy, os quais nos anos de 1994 com a construção de 4 hidroelétricas no rio Cauca do estado de Cauca, foram impactados direta e indiretamente com este tipo de implantação, que sendo apoiado pelo Estado não gerou as garantias nem cumpriram com os requerimentos que foram dadas por parte das comunidades indígenas através da consulta previa.

O resultado do anterior pode-se relacionar ao pensamento de Martínez e Reyes (2013) com 3 diferentes situações; 1. O reconhecimento de uma

vulnerabilidade de direitos por parte da Corte Constitucional, pois obriga ao Estado a acompanhar o fixado nas modificações da constituição de 1991, ou bem ressarcir às comunidades pelos impactos causados antes, durante e depois de dar começo às obras; 2. Para Os organismos governamentais, em dimensões políticas as comunidades indígenas viram um obstáculo para o desenvolvimento do país, assumindo assim que os grandes projetos de investimento são transcendentais para o desenvolvimento regional e nacional, por outra parte, na implantação destes projetos deve ser primordial o interesse geral, que se supõe que representa o interesse de todos os colombianos, sobre o interesse particular, representado pelas comunidades indígenas; 3. Nos territórios destas comunidades se desata um incremento notável de violência por parte de sujeitos, o que deve se entender que é gerado como parte de uma estratégia de violência que tem como principal proposito assustar às populações indígenas para que abandonem as suas terras, de forma precisa, abandonem territórios estratégicos em termos econômicos, geralmente essa violência vem dada por parte de grupos denominados paramilitares.

Nesse contexto e continuando a linha dos autores Martínez e Reyes (2013) notasse duas situações ligadas sob o mesmo interesse; 1.) O massacre como ação limite que envolve outro tipo de fatos, tais como desapareções, assassinatos, torturas, estupros de mulheres e crianças. O que esse tipo de fatos caracteriza a degradação da condição humana e étnica do país; 2.) O deslocamento forçado de populações como estratégia militar que possibilita a apropriação de territórios com interesses econômicos, gerando climas de tensão e medo.

No território nacional colombiano atualmente são registradas pelo Ministério do interior e justiça 87 comunidades indígenas, das quais muitas delas tem uma subdivisão nos estados onde ocupam territórios, seria o caso da comunidade indígena PIJAO, comunidade característica do estado de Tolima, registrada como comunidade global, porém existe subdivisões como são as comunidades dos Yaporongos Tairá e a comunidade Aco Viejo Patio bonito. Comunidades as quais fazem parte das comunidades deslocadas pela aparição e implantação de grandes projetos de investimento que no caso e de modo específico, foram deslocadas de forma forçada pela implantação do

projeto hidroelétrico Hidro-Prado. No próximo gráfico estão representadas as comunidades indígenas registradas em todo o território nacional.

Figura 24 - Mapa da representação ao nível nacional das comunidades indígenas.



Fonte: Unidade Legal Regional do ACNUR. 2008

Além da comunidade indígena PIJAO como impactada de forma direta, o que provocou grandes populações indígenas deslocadas de forma forçosa e que na atualidade mesmo em situação de reconstrução de identidades, não será a mesma e a perda de características culturais é um resultado notável e isso será exposto neste trabalho, mais adiante.

São vários os casos que podem ser exemplificados de comunidades indígenas que passaram por este tipo de situações como resultado do desenvolvimento econômico do país. Uma dessas comunidades é a Emberá Katíos, assentada no estado de Córdoba, que desde os anos de 1995 sofre impactos gerados pela construção do projeto hidroelétrico Urrá. Este exemplo é chave para contextualizar a situação da maioria das comunidades indígenas impactadas por este tipo de projetos no país, pois foi o primeiro caso que após dos significativos avanços de políticas e modificações da constituição nos anos de 1991 foram atingidas sem respeitar esses avanços. Na mesma época o então presidente da república César Gaviria Trujillo implantou algumas medidas econômicas que aceleraram a denominada Integração Econômica, isso com a finalidade de acelerar os processos e implantações de projetos que gerariam desenvolvimento econômico a nível nacional, regional e local.

Também, o caso desta comunidade indígena geograficamente falando, está localizada por coincidência no território de um dos principais grupos de paramilitares do país, grupo que contribuiu ao deslocamento forçado desta comunidade indígena.

Os Emberá Katíos estendessem pelo litoral pacífico colombiano e pela região ocidental. Fazem parte do grupo Ebera, o qual também encontrasse integrado pelos grupos Emberá e Emberá Chamí. Habitando a parte alta do rio Sinú, numa área estimada de 103.520 etárias que conformam o resguardo indígena Ebera Katío do alto Sinú, território que limita com o Parque Nacional do Paramillo, onde fluem grandes rios como são o rio Esmeralda, Verde e Cruz Grande. A colha de frutos, a caça, a pesca e o desenvolvimento da agricultura própria das características que possui um território húmido e tropical, configurando assim as atividades de principal renda econômica para essas comunidades indígenas, ainda que o consumo de peixe constituía a sua principal fonte de abastecimento alimentício.

O projeto hidroelétrico Urrá, começa nos anos de 1992, momento que se integra e se forma a empresa Urrá S.A. e se apresenta o projeto denominado Multipropósitos. A empresa nasce para acelerar um processo que inicialmente surgiu em 1971, quando a corporação Elétrica do Caribe contrata um estudo para projetar a construção de uma hidroelétrica que tivesse a capacidade de gerar 300.000 watts de energia. O que nesse então levou ao governo da época a declarar a área em execução sendo de utilidade pública. Para 1982, o governo assina o contrato com a empresa sueca Skanska Conciviles para o começo das obras civis. O interessante é que como governo e sendo aprovados os começos das obras, se desconhecia a presença das comunidades indígenas nestes territórios.

Após de 8 meses de criação da empresa Urrá S.A., o antigo Instituto Nacional de Recursos Naturais gera a licença ambiental para a construção do projeto hidroelétrico Urrá I, dando começo às obras civis no ano de 1993, gerando impactos irremediáveis às comunidades indígenas, um deles foi a mudança do rumo do rio Sinú para poder concluir as construções da hidroelétrica, mudança feita no ano de 1996. Ainda existindo múltiplas reclamações e protestes por parte das comunidades, as obras terminam no ano de 1999, no mesmo ano outorgasse uma nova licença ambiental dada pelo Ministério de Ambiente, licença que autorizava encher o embalse e permitia entrar em operações a central hidroelétrica, sendo oficialmente no ano 2000.

Em consequência, o conflito entre a empresa com apoio do Estado e os Emberá Katíos se configura com a aprovação das respectivas licenças ambientais, pois nesse então era ignorada por falta de conhecimento a política 21 de 1991 sendo a reforma da constituição e o Convenio 169 da Organização Internacional do trabalho, como já foi tratado anteriormente. No mês de outubro de 1996 a empresa Urrá S.A., acatando o estabelecido pela Corte Constitucional, se compromete a indenizar as comunidades indígenas. Porém, as irremediáveis consequências voltam a colocar em discussão um modelo de desenvolvimento que, ameaçam a supervivência da comunidade Emberá Katío. Essas consequências podem se apresentar desde três itens.

- a. A modificação do rumo do rio Sinú junto com o alagamento de mais de 400 etárias de bosque gerou um desastre ecológico, representado na decomposição de mais de 750 etárias de biomassa e

gerou a alteração os múltiplos ciclos das espécies de peixes que é a fonte de alimentação dessas comunidades indígenas. Ainda existindo por parte da empresa, uma implantação de projetos para a criação de peixes em estanques, os resultados são um fracasso pela resistência cultural que a comunidade no caso a Emberá Katíos tem com essa prática de pesca que não forma parte dos seus usos e múltiplos costumes.

- b. A inundação de territórios incluiu sítios sagrados para a comunidade, lugares de rituais, referentes simbólicos, cenários de encontros espirituais, gerando um impacto muito grande nas práticas e representações sociais não só neste caso dos Emberá Katíos e sim em múltiplas comunidades indígenas que dia a dia foram e são impactadas por parte destes grandes projetos, aprovados pelo Estado sempre com olhar ao desenvolvimento econômico deixando do lado as raízes culturais do país. Esses impactos não só estão envolvendo a questão espiritual e cultural, mas também interrompem os múltiplos valores próprios da economia destas comunidades que extingue a tradição e o conhecimento ancestral, aspectos básicos para a permanência e sobrevivência de culturas indígenas do país.
- c. Considera-se este último item o maior e mais traumático impacto para a comunidade indígena que na realidade esse impacto não é alheio às demais comunidades indígenas do país que sofrem este tipo de impactos pela influência do desenvolvimento do país, que infelizmente não é gerado um desenvolvimento socioeconômico equilibrado e sim um desenvolvimento simplesmente econômico. Sendo a violência contra os líderes e integrantes das comunidades isso para gerar um desequilíbrio dentro da comunidade que obriga a aceder aos desejos dos interesses econômicos das entidades públicas e privadas. Segundo os resultados das análises feitas pelo DANE (2000), as desapareições, os assassinatos, massacres e deslocamentos foram constituídas nas principais ações nos territórios desde o começo do conflito. E sem existir coincidências a alta porcentagem tem como responsáveis ao paramilitarismo. Além do DANE como empresa de estatísticas e análise de situações especifica ao respeito da população colombiana a Corporação Colombiana Novo

Arco de Iris, adiantou estudos onde gera resultados os quais o paramilitarismo não só se limita a ser a expressão de grupos específicos armados que com o apoio da força pública, buscam enfrentar à insurgência, mas também há que entender como projeto político que configura nos grupos a autodefesa a parte militar pública. Um exemplo disso está o governo do passado presidente da Colômbia, Álvaro Uribe Vélez liderou um projeto político que representava dois pilares básicos; a política de segurança democrática e a intervenção estrangeira.

Para a Corporação Novo Arco de Iris, as declarações por parte dos antigos chefes paramilitares que na atualidade encontrassem processados pela justiça colombiana, afirmam que na Colômbia é considerada um segredo de vozes à aliança entre dirigentes políticos, militares ativos, companhias transacionais, empresários e paramilitares para impor um esquema que no seu desenvolvimento impus 3 objetivos:

- a. Ingerência nos sindicatos para impor umas políticas consequentes com os interesses do setor público e transacionais;
- b. A recuperação daquelas prefeituras que estavam ao mando de movimentos da esquerda derivados de políticas das FARC (grupo ilegal colombiano);
- c. Massacres, assassinatos, deslocamentos forçados de todo àqueles que representassem uma ameaça e resistência ao desenvolvimento de interesses principalmente econômicos e de poder.

Porém para as populações camponesas e indígenas do país, seu único erro tem sido estar assentados em territórios estratégicos para o Estado e implantação e exploração de recursos naturais em pro do desenvolvimento e interesses econômicos, sendo o único erro o defender os seus direitos constitucionais, vulneráveis pela construção e projeção de series de infraestruturas conhecidas como as famosas hidroelétricas que aproveitam os recursos e geografia do país para a exploração de recursos e produção de energia elétrica sem se importar como é visto neste caso e em outros que acontece exatamente a mesma situação pelo desenvolvimento social, cultural e econômico de grupos que fazem parte da história nacional e precisam ser preservados.

Isso permite analisar que existe injustiça e pouca valorização às comunidades étnicas presentes ao longo da história do país, isso aclarando que estas comunidades estão sendo reconhecidas pelo Estado como indígenas resguardados, o que não acontece com muitas das comunidades espalhadas pelo país que sofrem ainda mais impactos pela violência e grandes projetos sem o direito mínimo de aproveitar aquelas modificações e políticas adaptadas para os indígenas, como é o caso das comunidades indígenas que fazem parte dos PIJAOS, comunidade global do estado de Tolima, estado onde encontrasse o projeto Hidro prado, projeto hidroelétrico que atingiu comunidades indígenas, que até a data o Estado tem intitulado dezenas de pequenos resguardos até de 50 etárias espalhados pelo plano do sul do Tolima, deixando por fora de suas terras a mais das duas terceiras partes desses povos, entre eles as comunidades Yaporongos Tairá e a comunidade Aco Viejo Patio bonito, comunidades atingidas e forçadas a se deslocar por causa do projeto já citado, o que gerou gravíssimos impactos socioeconômicos.

TABELA 10 - Extensão de reservas intitulos e coloniais, e áreas solicitadas para uma ampliação de pequenas comunidades não reconhecidas.

Grupo étnico	Total titulado (ha)	Total por constituir o ampliar (ha)	Expectativa reconhecida (ha)	Demanda no satisfeita
Mokaná	-	10.000,00	10.000,00	100,00
Muisca	-	707,00	707,00	100,00
Betoye	704,53	11.001,00	11.705,53	93,98
Chimila	379,30	4.760,00	5.139,30	92,62
Senú	13.779,81	29.490,56	43.270,37	68,15
Guambiano	27.600,30	46.588,20	74.188,49	62,80
Pijao	19.424,51	34.031,8	53.456,31	63,66
Kankuamo	24.212,21	27.619,79	51.832,00	53,29
Totoró	5.629,32	6.089,00	11.718,32	51,96
Uwa	352.422,07	279.321,00	631.743,07	44,21
Nasa	392.679,09	259.283,93	651.963,02	39,77
Eperara Siapidara	93.173,80	57.206,18	150.379,97	38,04
Tikuna, Cocama, Yagua	430.303,96	248.404,96	678.708,92	36,60
Kokonuco	18.531,10	7.349,75	25.880,84	28,40
Yanacona	44.224,01	13.185,61	57.409,61	22,97
Korebaju	22.118,80	5.385,81	27.504,61	19,58
Embera Chamí	84.493,88	17.793,45	102.287,33	17,40
Yukpa	34.217,84	7.103,55	41.321,39	17,19
Sáliva	51.219,75	8.600,00	59.819,75	14,38
Sierra Nevada de Santa Marta	596.782,20	99.912,81	696.695,01	14,34
Inga, Kofán, Siona, Kamentzá	181.097,41	30.262,62	211.360,03	14,32
Tule	10.669,98	1.212,60	11.882,58	10,20
Awá	285.316,93	29.290,85	314.607,78	9,31
Pastos	289.215,82	26.527,30	315.743,12	8,40
Embera Katío	647.061,69	37.996,17	685.057,86	5,55
Waunáan	204.069,52	11.105,36	215.174,88	5,16
Barí	122.200,00	4.990,03	127.190,03	3,92
Embera	893.378,62	32.378,29	925.756,91	3,50
Guahibo	2.008.887,52	66.374,80	2.075.262,32	3,20
Complejo del Yuruparí	5.713.481,18	119.617,81	5.833.098,99	2,05
Wayúu	1.084.236,00	15.244,34	1.099.480,34	1,39
Complejo de la coca y ambil	7.547.799,12	72.075,02	7.619.874,14	0,95
Kurripaco, Puinave, Piapoco, Piaroa	9.539.479,80	5.200,00	9.544.679,80	0,05
Nukak	954.480,00		954.480,00	-
Tama	1.511,37		1.511,37	-

Fonte: INCODER, 2007

3.4 Comunidades indígenas afetadas em Tolima e Prado nas áreas de influencia da hidroelétrica.

O caso colombiano faz mais claro o esgotamento dos modelos modernos. O desenvolvimento e a modernidade, com certeza, foram sempre inerentemente processos criadores de deslocamento (ESCOBAR, 2010. P. 75).

No estado de Tolima segundo o Conselho Regional Indígena do Tolima (2006) se encontra o caso mais preocupante para as comunidades indígenas, pois não só o 58% das terras do estado encontrassem nas mãos de proprietários privados, mas também 2/3 partes da população PIJAO (reserva global, ainda faltando comunidades por ser reconhecidas pelo Estado) estão localizadas em prédios alheios, nas bordas das estradas, nas beiras de riachos e concentrados em territórios urbanos, a espera de demandas territoriais por parte do Estado, tendo mais de 40 anos essa espera.

Como se apresenta na próxima tabela no município de Prado, uma das duas comunidades impactadas pela implantação do projeto hidroelétrico que começou atividades nos anos de 1973 até hoje após de mais de 40 anos está sendo analisada a constituição da comunidade Aco Viejo Patio Bonito para ser reconhecida pelo Estado como comunidade indígena, deixando por fora a segunda comunidade os Yiaporongos Tairá já que não se encontram reconhecidos e muito menos em face de análises.

Mas isso não significa que a comunidade Aco viejo Patio Bonito estão reconhecidos, o que gera desigualdade e situações entre essas deslocamento forçado como maior impacto ao longo destes anos que tem feito perder as grandes características socioeconômicas, modificando as tradições e cultura destas comunidades e sem ter um apoio completo por parte do Estado.

TABELA 11 – Reservas Indígenas coloniais, constituídos e em processo de constituição – estado de Tolima e situação da comunidade Aco Viejo Patio Bonito.

Dpto.	Nombre resguardo o comunidad	Municipio	Grupo étnico	Tipo de título o trámite	Año	Hectáreas tituladas	Hectáreas por constituir o ampliar*
RISARALDA	Loma de Citabara	Marsella	Embera Chamí	Resguardo	1998	268,9500	25,3000
	Suratena	Marsella	Embera Chamí	Resguardo	1998	36,2626	5,2000
	Unificado Chamí	Pueblo Rico	Embera Chamí	Resguardo	1976	25.134,3525	
SUCRE	Las Piedras	Toluviejo	Senú	Constitución		0,0000	200,0000
TOLIMA	Abba Pija	Ibagué	Pijao	Reconocimiento	0,0000	200,0000	
	Abechucos	Ortega	Pijao	Reconocimiento	0,0000	200,0000	
	Acevedo y Gómez	Coyaima	Pijao	Constitución		0,0000	135,7000
	Aco Viejo Patio Bonito	Prado	Pijao	Constitución		0,0000	369,2000
	Aguas Claras	Chaparral	Pijao	Reconocimiento		0,0000	200,0000
	Aico	Ortega	Pijao	Resguardo	1997	493,9500	334,0000
	Aima	Natagaima	Pijao	Reconocimiento		0,0000	200,0000
	Altamiza	Dolores	Pijao	Reconocimiento		0,0000	200,0000
	Amoyá San Pablo	Chaparral	Pijao	Reconocimiento		0,0000	200,0000
	Amoyá Virginia	Chaparral	Pijao	Reconocimiento		0,0000	200,0000
	Anaba	Ortega	Pijao	Constitución		0,0000	71,0000
	Anacarco	Natagaima	Pijao	Resguardo	1995	1.059,5556	220,0000
	Balocá	Natagaima	Pijao	Constitución		0,0000	87,0000
	Balsa Rocio	Ortega	Pijao	Reconocimiento		0,0000	200,0000
	Balsillas	Natagaima	Pijao	Constitución		0,0000	120,0000
	Balsillas	Ortega	Pijao	Resguardo	2006	140,2000	-
	Balsillas Limón	Ortega	Pijao	Resguardo	2006	317,5500	-
	Banderas	Ortega	Pijao	Constitución		0,0000	1.530,0000
	Barbacoas	Rioblanco	Pijao	Constitución		0,0000	200,0000
	Barzalozza	Natagaima	Pijao	Resguardo	2001	96,0274	103,0000
	Bateas	Natagaima	Pijao	Resguardo	1997	173,9963	125,0000
	Bellavista	Coyaima	Pijao	Constitución		0,0000	200,0000
	Beltrán	Ataco	Pijao	Resguardo	2006	204,0000	-
	Bocas de Hilarco, Buenos Aires	Coyaima	Pijao	Constitución		0,0000	200,0000
	Bocas de Tetuán	Ortega	Pijao	Resguardo	2003	31,6678	36,0000
	Buenavista Meche	Coyaima	Pijao	Constitución		0,0000	101,0000
	Cacique Calarcá	Coyaima	Pijao	Reconocimiento		0,0000	200,0000

Fonte: INCODER, 2007

Pouca informação secundária se tem sobre as duas comunidades impactadas por este projeto hidroelétrico no município de Prado, pois o seu reconhecimento igual que muitas das comunidades indígenas no estado tem ficado no anonimato, isso pela grande influencia dos governos locais tais como a governação do Tolima, pois;

A teoria do governo do estado de Tolima é que as diferentes políticas e modificações feitas ao longo do tempo de leis e demais fundamentos que beneficiam as comunidades indígenas estão planejadas para selvagens e que as comunidades indígenas do estado de Tolima já estão incorporadas há meio século à civilização, para eles não aplica estas modificações. Desta forma, a governação do Tolima desconhece a formação destas tribos e a reorganização que os indígenas do Tolima após de múltiplas situações que fizeram se desintegrar parcialmente. (CRIT, 2002. P. 24-56).

Isso não foi impedimento para que alguns grupos indígenas no estado de Tolima conseguiram os seus títulos de territórios e reconhecimentos como comunidades legítimas do estado, fechando a possibilidade do Governo estadual de expropriar a suas terras com fins econômicos, essas comunidades que foram reconhecidas eram dos municípios de Ortega e Chaparral sendo 562 famílias segundo CRIT (2002) que geraram a apropriação de terras próprias para as comunidades étnicas.

Entre os anos de 1960 e 1980 acontece o maior cataclismo de forma demográfica para as comunidades indígenas do Tolima, já que imersos na violência tanto da direita como da esquerda envolvendo a política com fins econômicos principalmente através da exploração de recursos naturais, isso pelas características geográficas ricas em recursos hídricos e mineiros o que facilitou a implantação de projetos como hidroelétricas entre outros projetos como projetos mineiros, aproveitando também os ricos minerais com que conta o estado colombiano.

Isso foi o que deu a abertura a milhares de casos de deslocamentos forçados que segundo CRIT (2002) foram não menos de 20 mil indígenas e suas terras completamente expropriadas violentamente e através de acordos com o setor público que nunca foram cumpridos o que ficava impune este tipo de situações.

Este tipo de acontecimentos teve como resultado no estado de Tolima processos de colonização por parte de indígenas nas zonas de outros estados como o estado da Orinoquia e da Amazônia colombiana, também gerou urbanizações em municípios do sul de Tolima, municípios não indígenas caracterizando todas estas deslocamentos como processos de adaptações forçadas em contextos desconhecidos pelas comunidades étnicas e também perdendo a identidade cultural e social das mesmas.

A violência praticada por grupos armados como paramilitares financiados pelo setor privado e público) e das FARC e ELN junto com a implantação forte de um sistema capitalista através de estratégias de desenvolvimento econômico, geraram mais de 200 mil assassinatos no estado de Tolima, expropriando terras que eram utilizadas para atividades agrícolas, atividade características do desenvolvimento regional do estado colombiano, que foram utilizadas por essas mesmas entidades que se apropriaram para expandir essas atividades agrícolas como cultivos de algodão e açúcar.

Mondragón (2003) expõe como no período de 1960 e 1980 foram desintegradas a grande maioria das reservas indígenas no estado de Tolima, ao mesmo tempo em que no território nacional era desarticulados resguardos como os do estado de Córdoba. No estado Atlântico deixando de funcionar as comunidades étnicas como os Mukaná. Porém existiu grande resistência pelas outras comunidades tanto no estado de Tolima como no território nacional. Por exemplo, no sul do Tolima a comunidade Yaguara, com armas em mãos estiveram resistentes gerando mobilizações que não renunciaram ao direito de propriedade sobre os grandes resguardos dos municípios de Ortega e Chaparral.

Como resultado de todos estes processos de mortes, deslocamentos forçados, negação do Estado e governos locais a certificação de entidades étnicas no estado, o território PIJAO no estado de Tolima ficou alterado completamente para os anos de 1980, quando foram retomadas as ações de recuperação e reivindicação de territórios no estado de Tolima. As variadas terras abandonadas pela força da violência, mais a precariedade precedente na proteção legal, levaram a mudanças na população indígena do estado. Para esse momento estas comunidades encontravam-se localizados em pequenos povoados sem acesso às grandes extensões produtivas que faziam parte inicialmente das comunidades impactadas, e algumas dessas comunidades perderam a característica indígena já que defenderam seus territórios como proprietários privados os que foram obrigados a se incluir na rotina dos camponeses.

A partir de 1980 tiveram andamento múltiplas ações políticas para a recuperação das terras e segundo o Sistema de Informação geográfica de comunidades indígenas CECOIN (2007) para esse então foram impunidos

muitos líderes indígenas que era corruptos. Reapareceram também elementos-chaves para gerar títulos de alguns resguardos indígenas, tais como os resguardos Ortega – Chaparral – Coyaima - Natagaima, que cobrem a maior parte do território indígena do estado de Tolima, e que atualmente constitui a mais clara exigência territorial dos indígenas PIJAOS. Nesta época foram recuperadas as terras dos subgrupos indígenas Guatavita Túa, Hilarco, Paso Ancho e Agua Fría, Aico, Tambo, Recinto, Palmarrosa, Totarco Piedras.

No estado de Tolima as três quartas partes das áreas intituladas e reconhecidas como comunidades próprias não excedem de 300 hectares cada uma, e o relacionado com a aceitabilidade ou adequação cultural do direito ao território, o que se tem são várias zonas de pequenas reservas com a lógica de resolver exclusivamente um problema de terras em termos produtivos, mas sem atender nenhuma concepção política territorial nem a concepção simbólica do território; a totalidade da comunidade PIJAO não tem acesso culturalmente apropriado à água (vínculo criado pelas crenças e costumes); o que gera grande resistência pelos PIJAOS às expropriações de territórios étnicos.

Como estratégia por parte do Estado e do Governo regional, fazem análises culturais e de identidade indígena como resposta às variadas solicitações de aceitação e legitimação de grupos étnicos, as comunidades Chapa de Ala, Lemayá, Tunulí do município de Chaparral; as comunidades Cacique Calarcá no município de Coyaima; e as comunidades Mangas de Chimbac e a Ceiba no município de Rovira tem sido recusados levando a negação como aceitação e pertença étnica.

Igualmente as comunidades Valle de lanzas, Doima e Dulima na cidade de Ibagué foram recusadas pelo Estado com o argumento de não estar localizados em zonas indígenas e viver como os demais habitantes da cidade num contexto urbano. Sem o Estado se preocupar pelas situações de deslocamento forçado e a caracterização forçosa das formas de vida adaptadas ao contexto urbano por causa da violência e a exploração de territórios destas comunidades que não foram reconhecidas.

O mesmo acontece por parte da segunda comunidade no município de Prado, os Yaporongos Tairá, que sem ser recusados por falta de identidade étnica, não é reconhecida pelo Estado propriamente, porém a comunidade não recusa a abandonar territórios do município de Prado e também a largar as

características culturais que os caracteriza, mesmo sendo atingidos neste caso pelo modelo de desenvolvimento econômico do país com a implantação do projeto hidroelétrico hidroprado nos anos de 1973.

O que o auto reconhecimento não é um argumento nem razão válida pelo Estado para reconhecer como comunidade indígena, porém as modificações feitas na constituição política de 1991 tem o sentido o auto reconhecimento étnico como política fundamental indígena. Porém, ao não ser reconhecidos pelo Estado implica de forma automática a negação dos direitos coletivos e territoriais, pois é o Estado que os garante. Não só são excluídos do direito de autogovernança, mas também exclui a possibilidade de solicitar territórios como terras ancestrais. Na atualidade outras 58 comunidades estão em lista de espera para poder ser reconhecidas e poder desfrutar assim dos direitos que são dados.

Tendo em conta que as maiorias dessas comunidades encontrassem localizadas justamente nos municípios onde a expropriação territorial foi mais intensa entre esses municípios está Prado, com as duas comunidades de Aco Viejo Patio Bonito e os Yaporongos Tairá, o que se configura com a negação da pertença étnica é uma vitimização adicional com a mudança territorial, a mudança da língua nativa, a transformação da memória sobre o território. Sendo que a memória territorial é um determinante da consciência étnica PIJAO, se trata além do despojo da existência étnica, o que configura claramente uma situação de etnocídio.

Segundo o Conselho Regional Indígena do Tolima CRIT (2006) o povo PIJAO, se encontra atualmente constituído por 222 comunidades locais, das quais só 71 dessas comunidades contam com territórios legalizados. Sendo assim o 30,46% das comunidades tem terras próprias e o restante, ou seja, o 67,87% não tem. As cifras oficiais refletem essa problemática sociopolítica que enfrentam os indígenas do Sul do Tolima no que refere ao direito do território.

Na próxima tabela se apresentam as 146 comunidades indígenas que não tem acesso ao território, em cada um dos municípios, os quais demandam 31.477,50 hectares. Destas, com solicitudes realizadas ou em tramite por parte das comunidades reconhecidas há em total de 17.809,5 etárias; as outras 13.688 etárias correspondem às comunidades que ainda não tem o reconhecimento por parte do Estado, incluindo uma das duas comunidades

usadas na análise do trabalho como impactadas por parte do projeto hidroelétrico Hidro Prado no município de Prado, a comunidade é Aco Viejo Patio Bonito, faltando às outras comunidades os Yaporongos Tairá que não fazem parte do reconhecimento por parte do Estado nacional o que permite perceber as grandes fraquezas por parte do Estado colombiano e como o interesse pela implantação de estratégias de desenvolvimento econômico como são os grandes projetos de investimento.

TABELA 12 – Comunidades indígenas sem áreas definidas (2007)

Municipio/ Resguardo	Área por constituir	Municipio/ Resguardo	Área por constituir	Municipio/ Resguardo	Área por constituir
Natagaima	4,763.30				
Aima	200.00	Calara San Martin	200.00	Tama Canalí	200.00
Balocá	87.00	Campo Alegre	200.00	Taquima	200.00
Balsillas	120.00	Canalí Venta Quemada	104.00	Vergel Calarma	200.00
Calapena	200.00	Cedrales Peralonso	200.00	Prado	369.20
Camino Real	200.00	Cedro	200.00	Aco Viejo Patio Bonito	369.20
Coloya La Palmita	130.00	Chicambe Las Brisas	162.00		
El Palmar	200.00	Chiquinima	200.00	Purificación	918.00
Gualeras	120.00	Chorrillo	250.00	Chenche Asoleado El Vergel	200.00
Guasimal Guadualejas	70.00	Cucharo San Antonio	180.00	Chenche Asoleado	118.00
La Chonta El Chircal (Pijao)	243.00	Cunipa	200.00	Poimas	200.00
Montefrío	200.00	El Maco	200.00	Poincas Taira	200.00
Nanurco	450.00	El Triunfo	222.00	Yaporó	200.00
Nataima	600.00	El Vergel Calarma	200.00		
Nataroco	329.00	Espinalito	112.00	Rioblanco	200.00
Pijao de Natagaima	200.00	Guavio Flautillo	558.00	Barbacoas	200.00
Rincón Velú	280.00	Guayaquil Los Pijaos	200.00		
Santa Bárbara	200.00	Kiloka Paya Verde	200.00	Rovira	1,800.00
Santa Lucía	200.00	La Reforma	42.00	El Corazón	200.00
Socorco	256.00	Las Delicias	200.00	La Ceiba	200.00
Velú Centro	71.30	Laureles	200.00	La Selva	200.00
Yavi	207.00	Llovedero Loany Toy	68.00	Manga Baja	200.00
Yumá	200.00	Mesa de Cucuana Santa Rita	200.00	Mangas de Chimbac	200.00
		Mesas de Cucuana Aceituno	200.00	Pechenio	200.00
Ortega	8,099.00	Mesones	200.00	Puente Tuamo	400.00
Abechucos	200.00	Pijao de Cunirco	200.00	Riomanso	200.00
Anaba	71.00	Pilú	200.00		
Balsa Rocío	200.00	Puerto Samaria	200.00	Total	31,477.50
Banderas	1,530.00	Quintín Lame Los Colorados	200.00		

Municipio/ Resguardo	Área por constituir	Municipio/ Resguardo	Área por constituir	Municipio/ Resguardo	Área por constituir
Natagaima	4,763.30				
Aima	200.00	Calara San Martín	200.00	Tama Canalí	200.00
Balocá	87.00	Campo Alegre	200.00	Taquima	200.00
Balsillas	120.00	Canalí Venta Quemada	104.00	Vergel Calarma	200.00
Calapena	200.00	Cedrales Peralonso	200.00	Prado	369.20
Camino Real	200.00	Cedro	200.00	Aco Viejo Patio Bonito	369.20
Coloya La Palmita	130.00	Chicambe Las Brisas	162.00	Purificación	918.00
El Palmar	200.00	Chiquinima	200.00	Chenche Asoleado El Vergel	200.00
Gualeras	120.00	Chorrillo	250.00	Chenche Asoleado	118.00
Guasimal Guadualejas	70.00	Cucharo San Antonio	180.00	Poimas	200.00
La Chonta El Chircal (Pijao)	243.00	Cunipa	200.00	Poincas Taira	200.00
Montefrío	200.00	El Maco	200.00	Yaporó	200.00
Nanurco	450.00	El Triunfo	222.00	Rioblanco	200.00
Nataima	600.00	El Vergel Calarma	200.00	Barbacoas	200.00
Nataroco	329.00	Espinalito	112.00	Rovira	1,800.00
Pijao de Natagaima	200.00	Guavio Flautillo	558.00	El Corazón	200.00
Rincón Velú	280.00	Guayaquil Los Pijaos	200.00	La Ceiba	200.00
Santa Bárbara	200.00	Kiloka Paya Verde	200.00	La Selva	200.00
Santa Lucía	200.00	La Reforma	42.00	Manga Baja	200.00
Socorco	256.00	Las Delicias	200.00	Mangas de Chimbac	200.00
Velú Centro	71.30	Laureles	200.00	Pechenio	200.00
Yavi	207.00	Llovedero Loany Toy	68.00	Puente Tuamo	400.00
Yumá	200.00	Mesa de Cucuana Santa Rita	200.00	Riomanso	200.00
Ortega	8,099.00	Mesas de Cucuana Aceituno	200.00	Total	31,477.50
Abechucos	200.00	Mesones	200.00		
Anaba	71.00	Pijao de Cunirco	200.00		
Balsa Rocío	200.00	Pilú	200.00		
Banderas	1,530.00	Puerto Samaria	200.00		
		Quintín Lame Los Colorados	200.00		

Fonte: INCODER, 2007.

A área de influencia do projeto hidroelétrico Hidro Prado compreende:

TABELA 13. Povoados e áreas de influência.

MUNICÍPIO	POVOADO E COMUNIDADES
Prado	<ul style="list-style-type: none"> • Povoados do setor do lago: El Puerto, El Caimán, Isla del Sol, Tafurito, Tomogó, Corinto y Corozales. • Povoado do sector el Plan, las Veredas: Catalán, Conchal, La Chica, Tortugas, Las Brisas, Chenchito y La Virginia • Área urbana barrios: Comercio, Diviso, Puerto el Medio, Las Palmas, Villa del Prado, Campo Alegre, La Esperanza, El Carmen, Porvenir I y Porvenir II e • As Comunidades indígenas de Yaporogos Taira, en Tomogó, e Aco viejo, en Aco.

Fonte: Baseada na informação adquirida no município de Prado – Adaptação livre.

De modo geral na área de influência do projeto os impactos são expostos na redução da população, devido à falta de oportunidades, fontes de emprego, qualidade na educação, modificação das atividades econômicas tradicionais impondo novas atividades como o turismo e pesca, entre outros fatores que tem provocado que porcentagem da população seja deslocada para outros lugares do país atrás de melhores oportunidades, gerando diminuição notável na taxa de crescimento populacional.

Conforme já analisado anteriormente o *deslocamento forçado*, encontra-se desde a presença de grupos armados à margem da lei até na implantação de estratégias de desenvolvimento econômico, considerando Tolima como o sexto estado com maior número de deslocados na Colômbia, encontrando no próprio estado a situação do município de Prado, como área de influência da hidroelétrica hidro – prado não sendo alheio à situação do estado em geral.

Na seguinte tabela se apresenta o número de deslocados forçosamente para os anos compreendidos entre 1970 - 1972 observando-se que neste tempo de implantação da infraestrutura do projeto hidroelétrico houve influência também por parte deste tipo de grupos armados, sendo que na atualidade os números de deslocamentos têm diminuído notavelmente por causa da militarização do território.

TABELA 14. Deslocamento forçado do município de Prado área influenciada pelo projeto hidroelétrico Hidro – Prado.

Município	1970	1971	1972
Prado	92	120	145
Total do estado	8.523	7.810	3.323
Total Nacional	211.305	157.810	70.760

. Fonte: Estadística do Observatório dos Direitos Humanos. 1990

Os dados expostos permitem concluir que não só a implantação do projeto hidroelétrico tem afetado notavelmente o estado e a região de influência com respeito ao de deslocamento forçado.

As características típicas de cada um dos lugares em que são implantados os grandes projetos tem de ser levados em conta quando da análise dos possíveis impactos, não só dos projetos, mas dos aspectos externos e característicos. Como o caso da Colômbia, que tem se caracterizado ao longo da história como grande atingido por fatores da guerra e o narcotráfico com a presença deste tipo de grupos à margem da lei.

Esses aspectos atrapalham não só no desenvolvimento econômico da região, mas também afeta de modo considerável a população no âmbito sociocultural. Permitindo este tipo de informação aproximar mais a realidade da região afetada pelo projeto hidroelétrico e determinar assim que é necessária uma avaliação de políticas e análise do contexto e planejamento na implantação de projetos e fatores externos. Estabelecendo possíveis soluções a situações que já são vistas de forma similar em populações próximas destes projetos ao nível mundial.

3.5 Mudanças socioeconômicas nas áreas de deslocamento decorrentes da implantação da hidroelétrica (Prado)

A análise sobre esse aspecto “o deslocamento forçado” baseia-se em informação secundária e também mediante pesquisa de campo realizada junto a essa população impactada pelo projeto.

Uma análise da área impactada pela hidroelétrica se observa que teve um número significativo de grupos deslocados expostos na continuação deste capítulo, grupos formados por duas comunidades indígenas as comunidades Aco Viejo Patio Bonito e Yaporongos Tairá e também população rural. Esse processo de deslocamento forçado das populações apontadas decorreu, além da implantação do projeto hidroelétrico como estratégia de desenvolvimento econômico, também pela presença de grupos armados. O que focou a atual análise na influencia da implantação de infraestruturas, no caso a usina Hidro Prado ao processo de deslocamento forçado.

Evidenciado também a pouca presença do Estado com políticas públicas para a qualificação de um grupo de população rural afetados no âmbito socioeconômico. Perdendo assim as características culturais próprias por parte das comunidades indígenas impactadas por este tipo de projetos pensados no desenvolvimento econômico e crescimento nacional, que na realidade impactam setores esquecidos gerando desigualdades que sofrem a populações rurais, principalmente quando são implantados nestes espaços territoriais como ações de modificação social.

A obtenção da informação permitiu conhecer que a propriedade agrária na Colômbia, segundo o Instituto Geográfico Agustín Codazzi (2010), do território nacional que está formado por 114 milhões de hectares, define que 61,3 milhões de hectares desse território são de proprietários rurais, dos quais estão em mãos de 3.552.881 proprietários, o que representa, segundo o mesmo instituto, que 25% desses proprietários são donos dos 95% do território.

Já no estado de Tolima, segundo POMCA (2012) Plano de Manejo e Ordenamento da bacia maior do rio Prado, o município de prado tem em total 42.907,8 hectares, das quais o 73% fazem parte da bacia, a cabeceira municipal possui uma área de 74.84 hectares, que equivalem a 0.17% da área total do Município. O setor rural impactado pelo projeto hidroelétrico está

conformado por 28 povoados e corresponde a 72.50% da área total do município. Apresentando na próxima tabela a relação dos povoados da área de influencia da usina hidroelétrica no município de Prado.

TABELA 15. Relação de povoados da área de influencia da usina hidroelétrica de Hidro Prado – município de Prado.

Povoado	Área do município de Prado (Hectares)	Área (%)
Aco	688,00	0.41
Catalán	1.468,16	0.86
Conchal	378,64	0.22
Corinto	1.377,78	0.81
Corozales	876,35	0.52
Chenchito	1.417,60	0.83
El Caimán	1.032,14	0.61
El Puerto	308,29	0.18
Isla Del sol	318,61	0.19
La Chica	1.689,84	5,42
La Virginia	1.617,59	0.95
Las Brisas	204,72	0.12
Tafurito	409,27	0.24
Tomogó	1.505,89	0.89
Total	13.292,53	12.25

Fonte: DANE, 2013

Podemos destacar as seguintes causas que provocam o deslocamento forçado na região:

- Apropriação de terra para mudanças e implantação de infraestruturas, agrupando uma serie de famílias para que abandonem suas propriedades. (item muito visto em populações reassentadas ainda no território próximo do projeto hidroelétrico hidro – prado);
- Venda forçada e a um menor preço (muito dos casos foram influenciados pela implantação do projeto obrigando às pessoas a aceitar a venda em preços mínimos);

- transferência forçada de títulos de propriedade (dada pela falta de conhecimento e pelas promessas dadas tanto pelo Estado como por parte da empresa privada);
- compra de dividas hipotecarias e crediticias (aproveitando o endividamento por parte das populações fazendo doar praticamente os seus territórios);
- expropriação violenta sem contraprestação econômica.

Quanto à população em condição de deslocamento forçado em razão do projeto hidroelétrico, encontrou-se que 75% das pessoas são provenientes de zonas rurais (envolvendo famílias camponesas e as comunidades indígenas Aco Viejo Patio Bonito e os Yaporongos Tairá) e o restante, ou seja, 25% são diretamente de provenientes das cabeceiras urbanas.

Na tabela seguinte expõe-se a distribuição da população desde os anos de 1970 até 1986 nas diferentes idades, destacando que as idades de 0 a 14 e 15 a 39 encontrassem o maior numero de habitantes sendo homens e mulheres, selecionando o começo desde esse ano como referencia da implantação do projeto hidroelétrico analisando o impacto que gerou desde a sua implantação e anos depois de produção de energia elétrica. Isso ao respeito da deslocação forçada.

TABELA 16. Evolução do número de pessoas por idade, deslocadas entre 1970 até 1986 no município de Prado – Tolima.

ANO	IDADE DE 0 A 14 ANOS	IDADE DE 15 A 39 ANOS	DESLOCAMENTO ENTRE AS IDADES
De 1970 a 1971	12956	12116	-840
De 1971 a 1972	12116	11764	-352
De 1972 a 1973	11764	11596	- 168
De 1974 a 1975	11596	11506	- 90
De 1976 a 1977	11506	11415	- 91
De 1977 a 1978	11415	11324	- 91
De 1978 a 1979	11324	11232	- 92
De 1980 a 1981	11232	11138	- 94
De 1981 a 1982	11138	11042	- 96
De 1983 a 1984	11042	10942	-100
De 1985 a 1986	10942	10841	-101
TOTAL:	127031	124916	2115

Fonte: elaboração baseada na informação da prefeitura do município. DANE, 2010,

A informação da tabela acima expõe a taxa significativa de deslocamento do município de Prado, apresentando desde os anos de 1970 ao ano 1971 (anos iniciais da implantação do projeto hidroelétrico) representando 840 deslocamentos por parte da população do município de Prado. Já nos anos de 1971 para 1972 o deslocamento diminui, mas, ainda apresenta uma taxa alta com 353 pessoas deslocadas. E finalmente já nos anos de 1972 a 1973, teve 168 pessoas deslocadas. Sendo esses anos os representativos desde a implantação do projeto hidroelétrico até o ano de produção de energia elétrica que foi dado no ano de 1973, sendo os 3 anos com o maior deslocamento dado no município de Prado, o que se relaciona diretamente com a influência do projeto hidroelétrico.

A informação anterior indica que ainda existem esforços realizados pela ordem governamental e não governamental como é o caso da empresa privada EPISA, empresa que está na frente do projeto hidroelétrico hidro prado, que implanta trabalhos sociais (só sendo reforçadas nas duas últimas décadas desde a sua implantação) com as comunidades principalmente as duas comunidades indígenas a Aco Viejo Patio Bonito e os Yaporongos Tairá e comunidades rurais próximas ao projeto, sendo os 28 submunicípios que fazem parte de Prado.

Evidenciando esses impactos caracterizados no deslocamento forçado nos anos iniciais da construção da infraestrutura como o ano de produção oficial em 1973, impacta também com a falta de oportunidades, fontes de emprego, já que, na maioria dos casos, foram modificadas as atividades agrícolas pela implantação do projeto, entre outros fatores ligados ao desenvolvimento econômico que excluem a mão de obra do camponês e muito mais a mão de obra das comunidades indígenas.

Ainda sendo deslocado um número amplo de pessoas, muitas deixaram esse setor rural para ir ao setor urbano do mesmo município, existindo representantes que moram no território do projeto, esses esforços por alcançar acordos de equilíbrio, de modo geral se analisa que a presença de projetos ligados à produção no caso a produção de energia elétrica através da captação de recursos hídricos da região aflige e afeta as comunidades com maior amplitude às áreas rurais.

Osorio (2005) descreve que a identidade está baseada no tempo o qual está vinculado com as experiências e a memória, por outra parte o espaço implica o âmbito e as estruturas dependentes da dinâmica da sociedade mesma. A anterior afirmação é uma das mais claras condições que delimitam as pessoas em condição de deslocamento forçado, quem de forma imposta devem afetar sua própria identidade, passando de camponeses a residente das grandes cidades.

Baseado no contato com parte da população que foi e ainda tem impacto com este projeto, analisa-se que os rangos das pessoas deslocadas tiveram um tempo longo no lugar de origem, ou seja, o território rural próximo ao projeto, esses dados representam superioridade aos 20 anos, seguido pelos

dados de 15 a 20 anos, o que denota um grande impacto sobre as pessoas que estavam já estabelecidas numa zona de conforto durante muito tempo, entendesse que contam com um maior arraigo na sua cultura, em relações sociais, no seu entorno e possivelmente conexão com fatos históricos que fazem parte do município. *Eu morei e cresci na fazendinha desde que nasci eu estive mais de 23 anos, vendo crescer meus filhos e meus netos e do nada tive que sair, sem nadinha (sem objetos, propriedades ou material de valor) a ver a gente como conseguia uma entrada para sobreviver (informação coletada da população, julho 2016).*

A percepção que se constata é que a maior porcentagem de deslocamento da população rural próxima ao projeto hidroelétrico é sofrida pelas pessoas mais antigas dos territórios, descrevendo-se claramente que junto com as causas são gerados custos para os lugares de origem, com grandes perdas não só sobre o capital humano, mas sabem as relações sociais com o entorno dos sujeitos impactados já que as pessoas deslocadas por este projeto tinham estabelecida uma forma de subsistência, que implicava um equilíbrio entre o entorno natural neste caso o entorno rural e o seu aproveitamento com as atividades diárias das pessoas, o aproveitamento da sua estrutura social que fazem parte do seu entorno.

Esse tipo de casos como a participação que foi citada pela pessoa impactada pelo projeto que em condição de deslocamento forçado, encontrava-se muito arraigada ao seu território, dada pelo tempo de estadia e os vínculos estabelecidos em estes. Sendo a perda involuntária das terras implica também a perda do tecido social, além disso, as regiões também são prejudicadas já que desgastam suas estruturas e redes de comunicação e relação social, suas cadeias produtivas, sua cultura e tradições e inclusive as ligações institucionais e sociais.

Porém, a presença de duas comunidades indígenas no espaço territorial antes da implantação do projeto hidroelétrico é o centro de ligação não só com o território e a sua produção primitiva de subsistência, mas também a ligação própria com as suas raízes e significado cultural das suas tradições.

É por isso que este tipo de infraestruturas de não ser planejadas de forma certa e equilibrada deixa do lado este tipo de comunidades que tem um valor único para a região onde fazem parte, mas não para um contexto exterior, contexto de onde vem esse tipo de projetos para aportar a um crescimento

econômico sem se importar os impactos que geram. As comunidades indígenas Yaporongos Taira e Aco Viejo comunidades Pijao (indígenas do estado de Tolima) que com sua característica étnica cultural foram brutalmente impactados na implantação destes projetos; *A nossa comunidade indígena vivia em situações muito mais dignas, com as nossas fontes de trabalho, agora denominamos o “vale da tristeza” todo o território que foi apropriado para o lago da hidroelétrica. (informação proporcionada por integrantes de uma das comunidades indígenas, julho 2016).*

Sendo em total por parte da comunidade Yaporongos Taira de 200 integrantes deslocados de forma forçosa pela utilização do espaço territorial como ação para a implantação do projeto hidroelétrico, sendo que na atualidade só há 40 integrantes da comunidade fazem parte com participação ativa. E por parte da segunda comunidade os Aco Viejo foram deslocados 400 integrantes da comunidade, dos quais só há 80 continuam de forma ativa na participação da comunidade no mesmo município só que sem territórios próprios e claros sem ter as mesmas características e costumes de sua comunidade inicial, modificando as atividades de forma radical perdendo o significado da sua cultura, porém existe atualmente uma inclusão por parte da empresa privada EPSA, empresa encarregada do projeto hidroelétrico que gera um tipo de apoio e acompanhamento, mas sem muitos resultados já que questões sociais e culturais quando são perdidos é bem difícil recuperar.

Na percepção analítica do breve contato com a comunidade Yaporongos Taira, os poucos integrantes da comunidade tem a preocupação pela recuperação e reestruturação da cultura ancestral da comunidade. Sendo uma necessidade coletiva para fortalecer a identidade, a autoestima, a razão de existência e o mais importante à continuidade ao longo das gerações futuras.

Uma das constantes lutas que tem adiantado na comunidade mesmo com os poucos integrantes que fazem parte da comunidade atualmente, é o conhecimento em contraposição à educação oficial que ensina desde o institucional. Neste sentido a oralidade tem sido e continuará sendo o suporte fundamental como meio de transmissão dos seus valores culturais, os quais permitem comunicar a essência dos usos, costumes e a cosmovisão PIJAO material e imaterial.

No desenvolvimento do plano de vida da parcialidade Yaporongos Taira, planejado pelo cacique da comunidade, tem como principais debilidades identificadas na pesquisa é a perda paulatina dos diversos aspectos culturais, por a qual tem se enfatizado na reivindicação das práticas tradicionais em aspectos como o artesanato típico da comunidade que expõe as atividades tradicionais (tecido de redes de pesca, redes artesanais e outros objetos típicos da comunidade), músicas, danças típicas, vestimentas e alimentação típica feita por eles mesmos.

Sendo de grande importância e de prática própria da comunidade, se mantendo mesmo com a presença de fatores externos que enfraquecem e debilitam as linhas culturais destas comunidades ao longo de várias gerações e caracterizando ao povo Pijao, grupo que abarca as sub comunidades indígenas do estado de Tolima de modo global, com tradições de se assentar nas beiras do rio da zona, praticando a pesca e a prática das atividades culturais que eram bastante ligadas com a zona do rio, sendo modificado nas últimas décadas fazendo parte de um lago artificial, providenciado pela implantação do projeto hidroelétrico, onde além da redução notável de população, foram afetadas e reduzidas as práticas culturais características da comunidade.

Já na percepção analítica da situação Aco Viejo Patio Bonito e de acordo com o Plano de Trabalho concentrado e socializado na Assembleia com a parcialidade indígena Pijao, sendo um dos primeiros grupos ao nível regional que estão conformados sendo autônomos e tendo um governo próprio, o qual foi considerado como um dos pilares de vida do plano de vida por parte da mesma comunidade.

A partir do autodiagnostico feito pelo governador da comunidade encontrou-se que o assunto cultural está numa situação crítica começando com a redução populacional drástica da comunidade indígena por fatores de sobrevivência que segundo o comitê de governo interno da comunidade é influencia direta da presença e apropriação do território onde a comunidade estava localizada nos anos da implantação do projeto hidroelétrico hidro – prado, refletindo, “uma grande perda, por não dizer, total” (integrante do governo interno da comunidade indígena Aco Viejo Patio Bonito, Julho 2016)

Perda da linguagem materna PIJAO, a cultura material e as modificações percebíveis das atividades para a subsistência da mesma, deixando do lado a pesca e principalmente os cultivos como atividades da agricultura para o sustem da população, criando condições nas quais a comunidade, muito preocupada considerou que devia ser um dos Pilares de Vida que sem nenhuma possibilidade pode-se deixar perder essa linguagem típica e autóctone da comunidade. O precedente conduz a que fosse plantado um instrumento para a reflexão sobre a cultura material e imaterial existente na comunidade e que pode ser fortalecida.

Bem nesta perspectiva, a equipe governamental implementou a proposta de trabalho considerada viável à identificação de comitê que operaria como dolente para reivindicar o cultural ou recuperar o que se tinha perdido sistematicamente. Isto refletido na grande participação das mulheres da comunidade indígena neste comitê, cumprindo a função de priorizar no uso dos costumes e identidade cultural, medicina tradicional, e o uso de sementes tradicionais para a criação de artesanato, isto em função de não deixar do lado as raízes cultural e tradições da comunidade indígena.

O que se pode concluir da influencia do deslocamento de grande número de integrantes das duas comunidades indígenas residentes ainda no território próximo do projeto hidroelétrico hidro – prado no estado de Tolima, é de como tem impactado de modo crítico as linhas culturais e ancestrais de uma região que sendo território rural existe uma tradição e presença de comunidades antigas com costumes e tradições únicas deste tipo de comunidades ligadas à questão social.

Porém da pesquisa pode-se analisar o grande sacrifício por parte dos governadores, da própria comunidade em não perder esse legado marcado ao longo de gerações, mesmo com as notáveis modificações nas atividades econômico-sociais eles continuam implantando políticas internas para tentar encontrar esse equilíbrio que dificilmente irá ser recuperado com a presença do projeto e o modelo de desenvolvimento econômico, confirmando o que Vainer & Araujo (1992) afirmam:

“Às regiões de implantação, de modo geral, tem restado à desestruturação das atividades preexistentes, o crescimento desordenado da população, desemprego, favelização, marginalização

social, e, quase sempre, degradação ambiental” (Vainer & Araujo, 1992, p. 33).

E são essas destruições citadas anteriormente que são evidentes neste tipo de população que estão próximos ao projeto. É claro que os maiores impactados, modificando as suas atividades por causa do deslocamento forçado decorrente da implantação do projeto hidroelétrico, são provenientes de áreas rurais dedicadas às atividades agrícolas: sendo os camponeses e as comunidades indígenas. Desde a construção do projeto hidroelétrico as pessoas da zona de influencia mesmo sofrendo deslocamento ou não tinham expectativas em que sendo implantado este tipo de infraestruturas que precisam dos recursos naturais da região, no caso de recursos hídricos para a produção de energia elétrica, iam ser providenciados empregos na fase da construção e da operação da hidroelétrica.

Porém, evidencia-se por parte da população que tentou ser ligada com o projeto desde o ponto de vista de emprego que foi gerada uma grande dificuldade para acessar a estas vagas de emprego devido a que os requisitos exigidos pela empresa não foram de fácil cumprimento para a população.

Em geral os serviços requeridos pelo projeto eram de mão de obra qualificada pelo que teve vinculação externa da população impactada, o que além de ser recusada para participar de modo de emprego a situação econômica mudou junto com a prática de atividades, sendo que os ingressos do grupo familiar baseado no que a população que teve-se contato que foram impactados, eram aproximados a um salário mínimo que em reais brasileiros equivalem ao redor de R\$ 500.

O emprego estava baseado a atividades de agricultura, a extração de material do rio para obras de construção, de modo não tão desenvolvido, mas, mesmo assim, presente a pesca, venda de frutas e verduras, entre outras atividades que serviam para a comercialização e geração de ingressos que contribuía para a subsistência das famílias. *“Essas vendinhas (vendas) eram muito boas nos anos 60 (1960), mas você agora vá e olha as frutas de péssima qualidade e verduras também pois já não são plantadas aqui, vem de fora e a preços absurdos” (contribuição do grupo impactado pelo projeto hidroelétrico, julho 2016).*

O que se determina que mesmo tendo baixos níveis de renda no tempo antes da implantação do projeto, ainda mais foram diminuídos esses ingressos com a chegada do projeto hidroelétrico, porém existia uma identidade social, produtos próprios e permitiam ter um vínculo maior com os outros municípios com a exportação de produção desde os cultivos gerados nos territórios rurais. Gerando rupturas as quais se consideram que tais rupturas surgem especialmente por projetos como o das grandes hidroelétricas, se se constituírem em enclaves, ou seja, são implantadas na região, não nascem de seu processo de desenvolvimento, não expressam as forças sociais, políticas econômicas – endógenas (Vainer & Araujo, 1992, p. 34).

A construção do projeto hidroelétrico afetou consideravelmente as atividades da maioria dos camponeses e ao mesmo tempo as comunidades indígenas que fazem parte do território impactado que antigamente eram dedicados a labores agrícolas, pelo qual também é somado que por parte do Estado, o pequeno agricultor não recebe incentivos, acompanhamento ou assistência técnica.

Além disso, as poucas estradas de comercialização dos poucos produtos agrícolas que são produzidos na região, e de modo geral os camponeses nesse tempo carecia de títulos e legalização de prédios o que facilitou a apropriação das terras por parte do projeto, diminuindo a mão de obra para laborar no campo com a chegada do projeto o deslocamento forçado tem limitado cultivar e produzir desde o âmbito da agricultura, situação que deixou como saída as capitais próximas como são Ibagué sendo a capital do estado de Tolima e Bogotá a capital do país (informação proporcionada pela população).

Segundo a população, Ibagué e Bogotá como duas grandes cidades do país, tem se convertido em um dos centros receptores da população impactada pelo projeto Hidro Prado, o qual fica subordinada à dinâmica das duas capitais e comumente não se identifica como cidadã e que tem deve ter os mesmos direitos e deveres que os outros habitantes.

FIGURA 25. Mapa de representação das capitais receptoras dos deslocados pela hidroelétrica - Bogotá e Ibagué.



Fonte: <http://www.bc-maps.com/mapa-vectorial-eps/wp-content/uploads/2013/08/MAPA-POLITICO-COLOMBIA.jpg>.2013.

O que gerou segundo a informação proporcionada pelos familiares dos deslocados naquela época em estas grandes capitais é a situação de

desapreço e indiferença total com eles. Permitindo analisar que em situação de reassentamento desfavorável, já que não existe um encaminhamento nem acompanhamento por parte do Estado, não só entra a participar e competir um espaço desconhecido a ser explorado, mas também está quase assegurado baseado na informação que existe um não reconhecimento da memória deste tipo de população, nem reconhecimento das suas vivências, sua situação e as suas expectativas frente à subsistência que seria o único objetivo nesse momento.

E sem ter uma percepção clara do lugar onde foram por causa desse deslocamento forçado, não se concebe a dinâmica social, econômica, política e da atual oferta de empregos e oportunidades da cidade, junto com as diferentes dificuldades que enfrentam, entre elas o alto custo de vida, a violência social, entre outros fatores que envolvem de modo negativo a condição básica de vida deste tipo de populações.

Esses fenômenos apresentados num novo lugar de assentamento geram uma profunda deterioração da confiança e os valores já afetados pelo deslocamento por causa deste tipo de projetos, quer dizer, segundo CRIT (2002) se estabelecem num novo espaço no qual devem se afrontar acontecimentos como a competição pelo espaço, emprego, entre muitos outros, que podem criar percepções completamente negativas do campo urbano, isso ligado à falta de qualificação e chegada de modo improvisado a este tipo de território.

Variáveis como a idade, o gênero, estrutura familiar e incluso o grupo étnico, são categorias analisadas para o CRIT (2002) como consecução de emprego, por isso, as pessoas que foram atingidas e deslocadas a grandes cidades de forma forçosa pelo projeto hidroelétrico encontram mais uma restrição que os impede de obter emprego formal, para gerar um freio as múltiplas ações decorrentes de tão grave situação. Gerando frustração pela falta de atividades econômicas nas que possam participar sem que seja exigida referências laborais na área, ou que são discriminados pela condição de deslocados, então devem recorrer a atividades informais como elaboração e venda de comidas em lanchonetes, em serviço doméstico (no caso das mulheres), mecânica automotriz, vendas ambulantes, cuidando de carros na rua, até nos próprios semáforos das cidades com atos de diversão ao público ou simplesmente apresentando a condição de deslocados para gerar pena e ingressos

econômicos, enfim, são múltiplas as análises que decorrem da implantação do projeto hidroelétrico, que, com certeza de forma negativa aporta e impacta não só a população deslocada e modificada nos seus costumes e atividades, mas também envolve outras populações que são impactadas de modo indireto com a presença da população deslocada como são as grandes cidades que geram ainda mais desigualdades e escassez.

Já desde o ponto de vista interno do projeto hidroelétrico e contextualizando o hoje já implantado o projeto e sem mais o que fazer para voltar ou tentar volver à realidade passada, a empresa privada que está na frente do projeto a EPSA gerou e ainda gera expectativas tanto individuais como comunitárias em relação ao desenvolvimento integral e rural.

Podendo-se identificar segundo o CRIT (2002) a principal solicitude que é respeito aos problemas de mobilidade e colaboração para continuar priorizando na evolução das raízes culturais por parte das comunidades indígenas presentes na região do projeto.

Continuando com a necessidade de melhorar as condições do serviço de energia que mesmo sem ser subministrada pela hidroelétrica poderiam dar manutenções nos problemas de subministro e analisar a questão de preços já que é injusto segundo a população que sejam geradas faturas tão absurdas de caras donde está se produzindo energia.

O que a população aponta é que eles têm dado tudo para EPSA (empresa que esta na frente do projeto) muitos recursos naturais, em especial o recurso hídrico e não se sentem recompensados pela empresa.

Manifestando que os aportes que esta tem feito são insuficientes, já que não sentem que solucionem as suas necessidades. Comentam que a empresa durante os anos anteriores os tem enganado, já que oferecem coisas e estratégias para o desenvolvimento interno e rural, mas nunca foram cumpridas, além de que não tem a oportunidade de intercambiar ideias com as pessoas que tem o poder da empresa na toma de decisões, existem algumas reclamações por parte do péssimo trato de alguns agendes do setor social da empresa que gera um contato com eles, isso alguns anos atrás, pois hoje em dia o trato tem melhorado.

Finalmente estabelece-se que o trato atual da empresa EPSA diante da população localizada nas proximidades do projeto hidroelétrico Hidro Prado

precisa ser revisto já que desde a análise se a empresa já estando estabelecida e adquirindo os recursos hídricos da região como meio de produção de energia elétrica, não gera um compromisso com as comunidades próximas, e se não permite gerar um processo de socialização e comunicação, tudo terminará com mais desigualdades em pro do desenvolvimento e crescimento econômico externo às populações envolvidas como impactadas. Podendo adiantar trabalhos e obras que permitam gerar uma melhor conexão com os outros municípios para um transporte dos produtos produzidos ou adquiridos na região já que a pesca por parte do lago artificial visto na usina são atividades de renda junto com algumas atividades de turismo que envolver a usina, permitiria um melhor ingresso econômico para a comunidade.

Além desse fator econômico, é importante participar nas melhorias locais, podendo intervir no serviço de saúde já que os hospitais locais não contam com boas infraestruturas, com o melhoramento do serviço de energia já que não está no nível de uma comunidade próxima a uma geradora de energia e por parte das comunidades indígenas, já que a empresa conta com territórios que podem ser dados para eles e aportar com a preservação das raízes completamente impactada e modificada com a presença do projeto para aportar no desenvolvimento rural e social da região.

Quanto ao Estado, a falta da presença por parte de entidades governamentais é notável, precisando essa intervenção, fiscalização e apoio o quanto antes possível, já que a falta de apoio estatal é refletido nas estradas, as instituições educativas com falta de infraestrutura e material pedagógico, que as comunidades apontam que mesmo sendo EPSA com o projeto hidroelétrico a principal causa de mudanças radicais nos anos de implantação até hoje, é a única entidade que gera algumas ajudas segundo o INCODER (2007) e a população do município, como kits escolares para as crianças das escolas, ajuda com cultivos de peixes em algumas famílias com lagos.

Entre outros projetos que sem querer tampar o compromisso que deve existir, geram aportes para a comunidade. Lamentando assim que as instituições e o Estado ficam recebendo regalias sem estar intervindo nas áreas de influencia, o que permite afirmar que é preciso a presença do Estado como mediadores das múltiplas problemáticas que afetas a região do projeto hidroelétrico.

Assim os aportes teóricos e contribuições feitas no atual trabalho junto com a realidade analisada do estado de Tolima, confirmam que realmente os impactos gerados pelos projetos neste caso projetos hidroelétricos, Apesar do sucesso alcançado por alguns desses megaempreendimentos, segundo Mesquita (2012) isso constitui a exceção. O resultado, em médio prazo, é a dispersão de grupos sociais. A insegurança alimentar, a concentração de terra e renda e o aumento da desigualdade social, que decorre do encolhimento de renda desses grupos, voltados para o extrativismo e a agricultura, os levarão a uma contínua reorganização produtiva (reprodutiva).

Sendo uma visão completamente negativa em quanto à aparição de população deslocada, mudanças territoriais, mudanças sociais e perda de culturas indígenas com tradições únicas na região, e principalmente ocorre perda de autonomia por parte dos atingidos, ficando dependentes de recursos não dispostos ao seu alcance.

Precisando da presença do Estado, podendo providenciar políticas de reassentamento mais reforçadas das que já existem atualmente, já que as que existem, são planejadas principalmente para os atingidos pela guerra e não por este tipo de projetos que estão presentes em todo o território nacional.

Podendo gerar acompanhamentos e aportes para uma melhor qualidade de vida e ao mesmo tempo equilibrando o contexto social do estado e do país já que o articular este tipo de situações permite não atingir nem misturar outras populações que estarão ligadas com a propagação de deslocamento forçado no território nacional, ao mesmo tempo desenvolver investimento no setor rural já que é um setor de grande influencia na produção de alimentos básicos para populações e ao mesmo tempo base de ingresso econômico através de cultivos e produção por parte de camponeses não só do estado de Tolima e sim em muitos dos territórios caraterísticos por este tipo de atividades no país todo.

O lugar [...] Desde a relação do entendimento básico do ser e do conhecer, até seu destino sob a globalização e o grado em que continua sendo uma ajuda ou um obstáculo para pensar a cultura e a economia. Esse questionamento, por suposto, não é coincidência. Para alguns, a ausência do lugar tem se convertido no atributo essencial da condição moderna, muito agudo e doloroso em alguns casos, como os de aqueles exiliados e refugiados (ESCOBAR, 2010. p. 129).

Existem possíveis caminhos para enfrentar as problemáticas vividas por parte destas comunidades ao longo da instauração e execução da hidroelétrica, segundo Jelin (2003), essas possibilidades são duas, o que denomina os grandes trabalhos de memória, entendendo que é uma atividade com a capacidade de agenciamento que gera e transforma o mundo social.

Por uma parte, a memória como ferramenta teórica e metodológica que busca a conceptualização e por outra parte como categoria social o que involucra a uns sujeitos sociais, que põem em jogo lembranças, saberes e situações esquecidas, usos de sentidos, emoções, entre outros. A autora propõe três eixos desde os quais a memória se trabalha como processo.

O primeiro eixo segundo Jelin (2003) faz referência ao sujeito que lembra e esquece; o segundo aos conteúdos das lembranças ou recordações e o terceiro eixo está em como e quando se recorda e como e quando se esquece.

Achando-se que a memória como um trabalho e um processo, para o caso da atual análise, o trabalho das comunidades Aco Viejo Patio Bonito e Yaporongos Tairá tem vindo realizando para consolidar planos de vida como estratégias de sobrevivência sem renuncias a suas raízes étnicas, possibilita fixar uns sentidos sobre os impactos que provocou o projeto hidroelétrico hidro prado, isso partindo do estudo feito junto com a participação das poucas testemunhas apresentadas de integrantes das duas comunidades que habitam nos territórios.

Com todos esses problemas e impactos dados pelos reordenamentos de comunidades indígenas, não de forma oficial e sim por forma própria, há necessidade de restituir a suas terras das populações deslocadas de forma forçada, que em alguns tipos de comunidades mesmo sendo impactadas de forma socioeconômica, dá para começar uma vida que mesmo sem ser a mesma irá superar se tiver as ferramentas e estratégias suficientes até lograr conseguir um equilíbrio de novo.

Mas para as comunidades indígenas, a terra não representa somente um meio de produção, um patrimônio que pode ser intercambiado por outro similar e sim um espaço residencial que fica uma ligação definitiva à história grupal da comunidade. Segundo Bartolome (2010), a ineficiência e desnecessário autoritarismo com os quais se realizaram os traslados destas comunidades

atingidas pelo projeto hidroelétrico em Tolima, não construíram só um lamentável e reiterado episódio de práticas de políticas verticais, como é o exemplo comum na hora de implantar este tipo de grandes projetos, por parte do Estado ante as minorias étnicas, representando uma radical agressão à cosmologia nativa ligada a seu âmbito territorial.

Na mesma linha indígena, quebrar as redes de parentes resultantes do deslocamento forçado, além da dolorosa separação familiar dado nos casos de deslocamento, também se supõe a perda do sistema de filiação fundamental para a inserção classificatória dos indivíduos dentro da sociedade. Como aponta Bartolomé L. (2010), as relocalizações geram crises, pois as simbolizações que expressam a relação com um meio e que constituem parte integral de toda ideologia cultural, tornando-se irrelevantes em outro âmbito, em outra terra, o que tende a ser ineficiente, perdendo características parciais das comunidades.

Seguindo o pensamento do autor, o conjunto da crise econômica, política, cultural, simbólica e interativa, não pode menos que produzir efeitos desestabilizadores para a filiação cultural o que é preciso construir linhas de ação que tendam a minimizar os múltiplos impactos gerados pela hidroelétrica como a proporcionar dinâmicas de coesão social. Isso com o apoio da mesma comunidade étnica e, porque não, se poder juntar e gerar essas estratégias juntos para superar e preservar essas raízes tão importantes para a história local, regional e nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da dissertação traz à realidade de um país sul americano que reflete como concepção de grandes projetos de investimento integram um modelo de desenvolvimento econômico para o país. A implantação desde tipo de projetos, como o projeto hidroelétrico Hidro – Prado, é considerado como grande vector de promoção e expansão do atual desenvolvimento colombiano. Mas os conflitos de distribuição e ordenamento originados pela presença desse tipo de projetos em territórios rurais, tem se visto involucrados três tipos de sujeitos: 1.) A empresa proprietária do projeto; 2.) A população afetada; 3.) As entidades do Estado com competência tanto para adjudicar os projetos como para fazer seguimento e controle aos impactos gerais ocasionados por ele.

Não obstante, ao longo da pesquisa tem se demonstrado que dadas às relações que existem entre o espaço territorial desde o âmbito rural. O regional desde a perspectiva do estado de Tolima e o nacional. Sendo esses três sujeitos os que intervêm direta ou indiretamente em estes conflitos tudo através da plantação de grandes projetos de investimento.

Constata-se que, mediante a implantação dos grandes projetos, ocorreu uma nova ocupação territorial. O território foi apropriado pelo centro hegemônico, política e economicamente. Os recursos regionais foram apropriados, sem que as “regiões sedes” participassem, consolidando dessa forma as desigualdades preexistentes (BORTOLETO, 2001. P. 3).

São complexos desde a visão analítica ver esses três sujeitos como eixo central da plantação desses projetos. Assim como foi exposto no primeiro, segundo e terceiro capítulos, as empresas proprietárias de projetos podem ser empresários privados colombianos ou do exterior, entidades públicas, entidades de economia mista e ou empresas transacionais. O que permite a aparição da expropriação decorrente dos incentivos fiscais como pensa Mesquita (2012), particularmente exercida pela pecuária, é muito conhecida, mas é apenas uma parte da questão; outros “jogadores”, inclusive mais importantes, estão também nesse time. Estamos nos referindo aos grandes projetos de investimento em diferentes atividades econômicas, liderados por

grupos oligopólicos poderosos, muitos deles apoiados financeiramente pelo Estado.

A população afetada não só esta constituída pelas comunidades residentes não proprietárias, as comunidades tanto indígenas como locais próximas ao projeto, e as zonas urbanas da área de influencia; e as entidades do Estado com competência para adjudicação, vigilância e controle do projeto de desenvolvimento podem ser de nível local, regional e nacional, condição que determina o rol que cumpre em relação com estes conflitos.

Ao apresentar a matriz energética da Colômbia permitiu estabelecer que o predomínio da energia hidroelétrica no sistema energético colombiano não só obedece às condições físicas do país, mas a um modelo de desenvolvimento que em geral, tem privilegiado a exportação de produtos primários, o que se somam incentivos que a nível internacional, permitindo ter uma viabilidade em continuar implantando este tipo de projetos a fim de continuar obtendo benefícios econômicos e indo de modo equilibrado na dinâmica do capitalismo, porém contribuindo sempre no desequilíbrio socioeconômico das populações que envolvem o território apropriado pelas grandes infraestruturas.

Os conflitos pelo uso dos recursos naturais e de modo especificam da água e a emergência neste contexto de estratégias locais autônomas de governar as populações indígenas, não podem ser compreendidos sem entender como o neoliberalismo molda a toma de decisões dos sujeitos que interveem no processo de regulação e controle dos recursos naturais. O sistema cria condições para evitar a emancipação epistemológica e material. O que as comunidades indígenas ao longo da história do país tem apresentado resistência e de certo modo tem sido escutados com a regulação de territórios ou resguardos indígenas, esclarecendo que essas políticas e modificações da constituição política colombiana nos anos de 1991 como foi exposto durante o trabalho no 3 capítulo, não sustentam um equilíbrio socioeconômico pois ainda existem sobre tudo o interesse ao desenvolvimento econômico.

Esse desequilíbrio gerado vai de mão com o desenvolvimento rural, sendo esse o campo das populações afetadas pelo projeto hidro – prado, camponeses e indígenas que através dos impactos da implantação desse projeto no território destinado principalmente para a produção agrícola, pesca, atividades ligadas nas praticas culturais das comunidades indígenas que vivem

nas beiras do rio e dos camponeses, foram transformadas diminuindo completamente essa produção que é refletido no PIB nas atividades ligadas ao território rural, ainda estando acima das outras atividades econômicas no estado de Tolima, o desenvolvimento rural esta sendo cada vez mais esquecido pelo Estado, com a falta de investimento para produção, sendo que a agricultura através da história tem sido a atividade mais influenciável e que aportou a estabilidade econômica do país todo e claro do estado.

Agora parece que a preocupação é de deixar o país aberto para implantação de infraestruturas para se enriquecer através de todos os recursos naturais e matéria prima que o país conta e quando não tiver mais de onde gerar essa produção (seja qual for à área de produção), sairão do território nacional e se não tiver um planejamento como esta sendo vivido na atualidade irão deixar vácuos na questão ambiental e no setor social muito dificilmente irão se recuperar, perdendo raízes, costumes e atividades típicas do setor rural e urbano também.

Tudo isso como na atualidade está sendo visto com a ajuda das políticas de apoio tanto econômico como territorial se aproveitando em muitos dos casos das populações menos informadas, entregando recursos, territórios e as ferramentas precisas para a implantação de projetos para o famoso “desenvolvimento econômico”.

Por outra parte, o modelo de desenvolvimento hegemônico também tem determinado a forma em que se estabelece a relação campo-cidade. Assim, o Estado, o deslocamento forçado de comunidades rurais é naturalizado ao nome do objetivo do crescimento econômico e por parte do setor urbano, já que são os principais consumidores da energia elétrica consumida no país, existindo o mínimo interesse por parte do cidadão para o entorno de origem dessa energia elétrica.

O certo é que, enquanto as comunidades rurais que sofrem os impactos pela construção do projeto hidroelétrico, tem acesso precário ao serviço de energia elétrica, em quanto os habitantes urbanos, imbuídos no estilo de vida característico do consumista, consomem direta e indiretamente a maior parte da energia elétrica produzida. Encontrando-se um conflito grave com o setor rural e ao mesmo tempo o urbano, já que este último encontra-se em situações

básicas e estáveis para receber populações deslocadas por causa deste tipo de projetos.

Sendo a parte exploratória em campo da pesquisa, circunstancial para adquirir a visão final do trabalho, já que baseado na informação secundária, foi se avançando na estruturação do trabalho, porém para ser contextualizado na região junto com o projeto hidroelétrico Hidro – Prado, esta fase foi essencial, principalmente na percepção da heterogeneidade sociocultural existente na população impactada junto com os múltiplos casos de deslocamento forçado no caso da reterritorialização com a implantação do projeto.

A acumulação de capital continua usando mecanismos para o deslocamento baseados em leis e o uso legítimo da força como foi feito no caso dos deslocados decorrentes do projeto hidroelétrico analisado, já que se aproveitando da ignorância no assunto e em muitos dos casos vistos, a falta de documentação por parte dos proprietários permitiram garantir a viabilidade econômica do projeto hidroelétrico gerando compensações em alguns casos por valores muito inferiores ao dos danos ocasionados nos atingido. Que só em análises permite ver que não só o fator social está envolvido, pois onde estão os anos de trajetória do país como grande produtor de alimentos e ingresso econômicos significativos através da agricultura neste campo rural?, ao parecer está sendo dominado pelo ingresso destes grandes projetos que como foi visto seleciona territórios com características específicas, implanta infraestrutura, explora, impacta, gera renda econômica e aí?, as raízes, atividades, economia local, aspectos culturais desses territórios?, é isso que tem que ser visto pelo Estado, equilibrar com planejamento se vale mais a pena um desenvolvendo e crescimento econômico, deixando do lado, ou melhor, desaparecendo dia a dia os rasgos autóctones da cultura colombiana que vem desde as grandes comunidades indígenas e claras o campo rural.

Ao anterior se soma o deliberado poder por parte da empresa com a realização livre de estudos que determinem os impactos e as estratégias que eles poderiam utilizar para mitigar esses impactos, que já sendo estabelecido o projeto, quer dizer já sendo geradas as deslocamentos de população que como foi exposto no ultimo capítulo, duas comunidades indígenas faziam parte desse território alagado pelo projeto.

Em outras palavras, tem se deixado nas mãos do lobo o cuidado das ovelhas, ignorando que o Estado tem a obrigação constitucional de velar pelos direitos de todos os cidadãos do país. Com o que há necessidade de desenvolver políticas públicas específicas para as comunidades rurais atingidas por este tipo de projetos, considerando a heterogeneidade sociocultural como uma base, já que se apresenta como foi visto na população atingida diversidade cultural, se reconhecendo as diferenças principalmente nas duas comunidades indígenas nos usos de costumes, organizações sociais, econômica, religiosa e política.

A homogeneidade no tratamento dos grupos sociais não somente pode não levar à recomposição das condições de vida, como pode não levar à restauração de identidade sociocultural, que como se expõe na análise, essa luta de restauração é vista mais pelas duas próprias comunidades sem presença alguma de intervenções externas para ajudar a mitigar este problema grave entre este tipo de comunidades.

É preciso também que exista o acompanhamento posterior da situação social por parte do Estado, já que a temporalidade vai além do território da obra e da reestruturação de território. Por isso a fiscalização dos impactos a médio e longo prazo se faz necessário. Atualmente, não ocorre esse acompanhamento precisando ser conhecida a situação atual dessa população impactada.

Outros elementos apareceram durante a visita no campo do projeto hidroelétrico, possibilitando novas portas para a pesquisa permitindo deixar portas abertas para a continuação do projeto num nível de doutorado, tanto como para o projeto hidroelétrico hidro prado como muitas outras usinas o conhecer o destino e a situação de todos os atingidos em algum tempo específico, ressaltam as modalidades de reassentamentos os quais geram mais e mais desigualdades socioeconômicas já que como foi exposto e analisado nos casos vistos, fazer parte de uma cidade maior e indo em condição de deslocado forçosamente, geram um conjunto de desigualdades, já que esta população em muitos dos casos passam situações precárias, sendo rotulados como deslocados, fechando portas de empregos dignos e obrigando assim a aceder a empregos de péssima qualidade os quais exploram as pessoas com essas estratégias, sem permitir de adequar de modo correto no contexto urbano, vindo desde o setor rural.

Mundos e conhecimentos de outro mundo ressalta o duplo aspecto do esforço que está em jogo: construir políticas a partir da diferença colonial, particularmente no nível do conhecimento e a cultura, e imaginar construir mundos verdadeiramente diferentes [...] isto são mundos que sejam mais justos e sustentáveis e, ao mesmo tempo, mundos que sejam definidos mediante princípios diferentes (ESCOBAR, 2010. p. 89).

De modo geral, o que se pretendeu nesta dissertação foi fazer o chamado de atenção citando os casos de grandes projetos que, como foi dito, são estrategicamente planejados para gerar desenvolvimento e permitir o crescimento econômico esperando superar os desequilíbrios sociais gerados pelo mesmo através do tempo, só que deve existir esse planejamento antes, durante e após da implementação do projeto desde um olhar social já que econômico não é tudo para um desenvolvimento hegemônico.

Principalmente sendo os afetados, aquelas comunidades do setor rural que simplesmente se conformam com um espaço territorial onde possam praticar e gerar seus cultivos como sustento e até aporte na agricultura local, regional e nacional do país, com o que necessita aparecer a mão do Estado com a articulação de estratégias que permitam continuar com esse legado característico do setor rural onde não só a presença de camponeses mas também a presença de comunidades indígenas fazem permanecer esses rasgos culturais típicos do país.

REFERÊNCIAS

ARANGO, R. & SÁNCHEZ, E. **Los pueblos indígenas de Colombia 1997: desarrollo y territorio**. Bogotá, D.C.: Departamento Nacional de Planeación, Unidad Administrativa Especial de Desarrollo Territorial. 1998.

ASCHAUER, D. A. Is public expenditure productive?. **Journal of Monetary Economics**, v. 23, n. 2, p. 177-200, 1990.

BALAIRÓN Pérez, L. **Escenarios de alta resolución para el estudio de impactos climáticos sobre sistemas agrícolas y recursos hídricos**. Barcelona: Universidad Politécnica de Catalunya, 2002.

BARTOLOME, M. A. **Interculturalidade e territorialidades em confronto na América Latina**. Runa, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, v. 31, n. 1, p. 09-29, jun. 2010.

BEHRENTZ, E.; CADENA, Á.; MUTIS, H.; PÉREZ, J. F.; & ROSALES, R. Estrategia colombiana de desarrollo bajo en carbono. **REVISTA: ResearchGate**, Universidad de los Andes. Bogotá, D.C. 2012.

BELLO, M. & PENA, N. Migración y desplazamiento forzado: de la exclusión a la desintegración de las comunidades indígenas, afrocolombianas y campesinas. In: AROCHA, J. (Org.). **Utopía para los excluidos: el multiculturalismo en África y América Latina**. Bogotá, D.C.: Universidad Nacional de Colombia, 2000. p. 395-410.

BENGOA, J. **La emergencia indígena en América Latina**. Santiago de Chile: Fondo de Cultura Económica. 2000.

BID, Banco Interamericano de Desarrollo. **Un nuevo impulso a la integración de la infraestructura regional en América del Sur**. [Washington, D.C.]: Departamento de Integración y Programas Regionales, 2000. Disponible em: <http://www.iadb.org/intal/detalle_publicacion.asp?idioma. Acesso em: mai. 2008.

_____. **Análisis del contexto de inversión privada en infraestructura en América Latina y el Caribe 1995-2003**. Washington, D.C.: Oficina de Evaluación y Supervisión (OVE), 2004.

BIELSCHOWSKY, R. **Investimento e reformas no Brasil: indústria e infraestrutura nos anos 1990**. Brasília: IPEA/CEPAL, 2002.

BORTOLETO, E. M. A implantação de grandes hidrelétricas: desenvolvimento, discurso e impactos. **Geografares: Revista do Mestrado e do Departamento de Geografia, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória/ES**, v. 2, p. 53-62, 2001.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dados estadísticos de potencial hidrelétrico**. 2015.

CAMPILLO, F. Género e desenvolvimento rural: uma relação desigual. In: CORREA. EDELMIRA. (Org.). **El desarrollo rural hacia el siglo XXI: nuevas**

orientaciones y territorios. Bogotá, D.C.: Editores Tercer Mundo, 1994. p. 08-22.

CASTEL, R. **Metamorfoses da questão social**: uma crônica do salariado. Buenos Aires: Voces. 1997.

CASTILLO, O. L. **Paradigmas y conceptos de desarrollo rural**. Bogotá, D.C.: Pontificia Universidad Javeriana-Facultad de Estudios Ambientales y Rurales. 2007.

CEPAL, Comisión Económica para América Latina y el Caribe. **Energía y Desarrollo sustentable en América Latina y el Caribe**. Santiago de Chile: Naciones Unidas. 2004.

_____. La inversión extranjera directa en energía eléctrica en América Latina y el Caribe. In: Org.. **La inversión extranjera directa en América Latina y el Caribe**. Santiago de Chile: Naciones Unidas, 2011. p. 157-194.

CHANG, H.J. **Chutando a Escada**: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: UNESP, 2004.

_____. **Institutional change and economic development**. New York; London: United Nations University Press. 2007.

CHAVARRO, W. **Sintaxis de condiciones agrarias**: origen agrario de la subversión y reacción. Folios usados 35. Tesis (Maestría en Desarrollo Rural) – Pontificia Universidad Javerina, Facultad de Estudios Ambientales y Rurales. Bogotá. 2009.

CMR, Comisión Mundial de Represas. **Represas y desarrollo**: un nuevo marco para la toma de decisiones. Reporte final. Cape Town: CMR/Global Water Partnership/Unión Mundial para la Naturaleza, 2000. 444 p.

CODHES, Consultoría para los Derechos Humanos y el Desplazamiento. **Boletín Número 44**. Bogotá, 28 abr. 2003.

COLOMBIA. Corte Constitucional. **Sentencia 254 de 1994**. Bogotá, D.C., 1994.

_____. POLÍTICA PÚBLICA 387, 1997. Desplazamiento Forzoso En El Territorio Nacional Colombiano, **Políticas Públicas Colombianas**. 1997.

_____. Departamento Nacional de Planeación-SICODIS. Sistema de Información y Consulta Recursos Territoriales, 2005. Disponible em: <https://www.dnp.gov.co/estudios-y-publicaciones/estudios-economicos/Paginas/documentos-de-consulta.aspx>. Acceso em: 14-15 abr. 2015.

_____. INCODER, Instituto Colombiano de Desarrollo Rural. **Constitución de resguardos indígenas por departamentos**. Informe electrónico. 2007.

_____. DGCE, Dirección General de Comunicación Exterior. COLOMBIA. Embajada de Colombia. Bogotá, 2007.

_____. Departamento Nacional de Planeación, 2008.

_____. Gobernación del Tolima. **Agenda para el desarrollo de las provincias del Tolima**. (Hidroeléctrica del municipio de Prado), 2008.

_____. Instituto Geográfico Agustín Codazzi. **Estudio de Propiedad Agraria Privada en Colombia**. Bogotá, 2010b.

_____. Departamento Administrativo Nacional de Estadísticas. **Cuentas Departamentales**. Tolima. Informe de Coyuntura Económica Regional, 2012.

_____. Unidad de Planeación Minero Energética - Subdirección de Planeamiento energético para 2013. 2012. Disponível em: <<http://www.siel.gov.co/portals/0/Boletin%20UPME%20Junio%202012.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2016

_____. Departamento Administrativo Nacional de Estadísticas. **Cuentas Departamentales**. Tolima. Informe de Coyuntura Económica Regional, 2013.

_____. Departamento Administrativo Nacional de Estadísticas. **Cuentas Departamentales**. Tolima. Informe de Coyuntura Económica Regional, 2016.

COUTINHO, L. **Os projetos hidrelétricos como causa dos deslocamentos populacionais**: migrações forçadas em nome do desenvolvimento. Folios usados: 134. Dissertação (Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais Especialização em Globalização e Ambiente) – Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Florianópolis. 2012.

CRIT, Consejo Regional Indígena del Tolima. Conclusiones de la Comisión de Territorios. In: CONGRESO REGIONAL DEL CRIT, VI, 2006. [**Memorias...**] Bogotá, 2006. Disponível em: <<http://observatorioetnicocecoin.org.co/cecoin/files/Caracterizaci%C3%B3n%20d%20el%20pueblo%20Piajo.pdf>>. Acesso em: 3 de dezembro de 2016

DÉMURGER, S. Infrastructure Development and Economic Growth: An Explanation for Regional Disparities in China?. **Journal of Comparative Economics**, v. 29, n. 1, p. 1-23, Mar. 2001.

DIAMOND, J. Armas, germes e aço. Rio de Janeiro, Record, 2003; Olson, Steve. A história da humanidade. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

DINIZ, C. C. & GONÇALVES, E. Economia do conhecimento e desenvolvimento regional. In: DINIZ, C. C. & LEMOS, M. B. **Economia e território**. Belo Horizonte: UFMG. 2005. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=u_A5YDf6iTEC&oi=fnd&pg=PA573&dq=diniz+C.+C.+M.+B+2005&ots=qYxi_fCF4f&sig=twmBTdDXP_s6aAw18lif8paVxw&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 20 de janeiro de 2016

DOBB, M. **A Evolução do Capitalismo**. 9a. ed. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos. 1987.

EPSA, Empresa de Energía del Pacífico. **Historia**. 2014. Disponível em: <<http://www.epsa.com.co/Default.aspx?tabid=153>>. Acesso em: 15 Mar. 2016

ESCOBAR, A. **Territorios de diferencia**: lugar, movimientos, vida, redes. Popayán: Samava, 2010.

_____. **Una minga para el postdesarrollo:** lugar, medio ambiente y movimientos sociales en las transformaciones globales. Bogotá. Universidad Nacional Mayor de San Marcos - Facultad de Ciencias Sociales. 2010.

FAO, Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura. **Reducción de pobreza y el hambre..** 2012. Disponível em: <<http://www.fao.org/about/who-we-are/es/>>. Acesso em: 13 de novembro de 2015.

FURTADO, C. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico.** 8a. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1983.

GARCÍA, L. & GIRÓN, E. Estudios sobre descentralización territorial: El caso particular de Colombia. In: SEMINARIO INTERNACIONAL SOBRE ORGANIZACIÓN TERRITORIAL COMPARTIDA, 2005. Jerez de la Frontera. [Memorias]. Jerez de la Frontera: Universidad de Cádiz, 2006.

GARCÍA, M. Teorías y enfoques del desarrollo. In: CONGRESO DE ESTUDIANTES DE ECONOMÍA, 2005. Santa Marta-Colombia. [Memorias]. Santa Marta, Colombia. 2005.

GERSCHEKRON, A. **Economic backwardness in historical perspective.** Cambridge-MA: Harvard University Press, 1973.

HAESBAERT, R. **Territórios alternativos.** 2a. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

HERSCHY, R. W. Dams and reservoirs, role. In; BENGTSSON, L.; HERSCHY, R. W. & FAIRBRIDGE, R. W. (Orgs.). **Encyclopedia of Lakes and Reservoirs.** Dordrecht: Springer Netherlands, 2012. p. 191-199.

HIRSCHMAN, A. **Estratégia do desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

_____. The changing tolerance for income inequality in the course of economic development. **The Quarterly Journal of Economics,** Cambridge, v. 87, n. 4, p. 544-566, 1973.

_____. Confissões de um dissidente: a estratégia do desenvolvimento reconsiderada. **Pesq. Plan. Econ.,** Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 1-38, 1983.

HOBSBAWN, E. **A era dos extremos:** o breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HOUGHTON, J. **Territorios indígenas, autonomías y asambleas constituyentes:** una visión comparativa de Bolivia y Colombia. Bogotá. Disponível em: <<http://cenda.org/publicaciones/territoriosindigenasyasambleaconstituyente.pdf>>. 2008>. Acesso em: 25 de outubro de 2016.

IAMAMOTO, M. V. A Questão Social no Capitalismo. In: **Temporalis/ABEPSS,** v. 2, n. 3., p. 05 – 30 , 2001.

ICOLD, International Commission on large DAMS. **Dam failures: statistical analysis.** ICOLD Bulletin, 2013. Disponível em: <http://www.icoldcigb.org/GB/Dams/role_of_dams.asp>. Acesso em: 10 Nov. 2015.

- JELIN, E. **Los trabajos de la memoria**. Madrid: Siglo XXI. 2003.
- KAGEYAMA, A. Desenvolvimento Rural: conceito e medida. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 21, n. 3, p. 379-408, 2004.
- KALMANOVITZ, S. El sector eléctrico colombiano: a toda marcha. **Revista Credencial**. 2012.
- KATTEL, R., KREGEL, J., REINERT, E. "The Relevance of Ragnar Nurkse and Classical Development Economics," The Other Canon Foundation and Tallinn University of Technology Working Papers in Technology Governance and Economic Dynamics 21, TUT Ragnar Nurkse School of Innovation and Governance. 2009.
- KAY, C. **Enfoques sobre el Desarrollo Rural en América Latina y Europa desde Medios del Siglo XX**. La Haya: Institute of Social Studies. 2005.
- KYMLICKA, W. **Ciudadanía multicultural**. Paidós. 1996.
- KOCHER, J. E. **Desarrollo rural, distribución del ingreso y disminución de la fecundidad**. Ciudad de México: Limusa. 1976.
- LEFEVRE, H. La producción del espacio. **Revista de Sociología**. p. 219-229, 1974.
- LANDES, D. **The wealth and poverty of nations: why some are rich so rich and some so poor**. New York: W.W. Norton, 1999.
- LIMA, A. **Teorias do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica no pós-guerra: o caso do Brasil**. 2009. Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td%2038.pdf>>. Acesso em: 05 Jul. 2015.
- LOZANO, F. El Estado empresario frente a la política de participación privada. In: SEMINARIO DE CIERRE DEL PROGRAMA DE PRIVATIZACIONES Y CONCESIONES DE INFRAESTRUCTURA (PPCI), 2004. Bogotá, D.C. [Memorias...]. Bogotá, D.C.: DNP, 2004. Disponível em: <http://www.dnp.gov.co/PortalWeb/Portals/0/archivos/documentos/DIES/Participacion_Privada_Infraestructura/FLozano-Edo_empresa.pdf>. Acesso em: abr. 2008.
- MARCHIORO, L. GUBERT D., GUBERT V. A teoria dos polos de crescimento e desenvolvimento de Perroux, e a implantação na Zona Franca de Manaus na Região Norte do Brasil. **Revista de Estudos Sociais**, v. 16, n. 31, p. 1- 17, 2014.
- MARTINS, J. de S. A chegada do estranho. São Paulo: HUCITEC, 1993.
- MARX, K. **El capital: crítica de la economía política**. México D.F.: Fondo de Cultura Económica, 2008.
- MARTÍNEZ, A. & REYES, F. Los aborígenes colombianos y las paradojas del desarrollo: el caso de los emberá katíos del Alto Sinú. **Hallazgos**, Universidad Santo Tomás, Bogotá, v. 10, n. 19, p. 67-78, ene.-jun., 2013.
- MCCULLY, P. **Silenced Rivers: the ecology and politics of large dams**. London: Zed Books, 2004.

MEJÍA, María Clara. **La experiencia colombiana en reasentamiento**. Bogotá, D.C.: ACNUR. 2000.

MESQUITA, B. A. Demanda por alimentos e as consequências na Amazônia brasileira: “sucesso” do agronegócio e tragédia do desmatamento. In: ENCUENTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, 12, 2009. Montevideu. [Memorias...]. Montevideu, 2009.

_____. A “Nova” intervenção governamental, a dívida pública e o impasse no desenvolvimento regional da Amazônia brasileira. **Revista de Políticas Públicas**. Número especial. p. 85 – 94, São Luís. Agosto. 2010.

_____. Conflitos territoriais na Amazônia na “era do capital”. In: SHIIAISHI, J.; MARTINS, R.; CARDOSO, L. (Orgs.). **Meio ambiente, território e práticas jurídicas**: enredos em conflito. São Luis: EDUFMA. 2011. p. 53-84.

_____. **Notas provisórias sobre a estratégia de desenvolvimento e os grandes projetos da Amazônia**. Roteiro para examinar algumas questões referentes à Mesa Temática Desenvolvimento e grandes projetos na Amazônia: desigualdade e concentração de riqueza. São Luís: UFMA. 2013.

_____. A atuação governamental, as forças de mercado e a inserção da Amazônia no ciclo de commodities. In: LOPES, J. B.; COUTINHO, J. (Orgs.). **Crise do capital, lutas sociais e políticas públicas**. São Paulo: Xamã, 2012.

MONCAYO, E. J. Resultados de las reformas del consenso de Washington en los países andinos: estabilización incompleta, profundización de los desequilibrios sociales y crecimiento precario. **Revista Economía y Desarrollo**, Bogotá, Universidad Nacional de Colombia, v. 2. 2003.

MONDRAGÓN, H. Relativización, megaproyectos y campesinos en Colombia. In: SEMINARIO INTERNACIONAL SOBRE DESPLAZAMIENTO, CONFLICTO, PAZ Y DESARROLLO, 2000. Bogotá, D.C. [Memorias]. Bogotá, D.C.: CODHES, 2000. Disponível em: <<http://solcolombia.tripod.com/adm/interstitial/remote.html>>. Acesso em: 20 de novembro e 2008[

NOBREGA, R. Os atingidos por barragem: refugiados de uma guerra desconhecida. **Revista Internacional de Mobilidade Humana**, Brasília, Nº 36, p. 125-143. 2011.

OLANDE, Organización Latinoamericana de Energía. **Modelo de simulación y análisis de la matriz de la energía**. Bogotá. 2013.

OSORIO, J. Patrón de reproducción del capital, crisis y mundialización. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL REG GEN: Alternativas Globalização, 2005. Rio de Janeiro. [Anais...]. Rio de Janeiro, 2005.

PATIÑO, L. C. **La ruralidad en el ordenamiento territorial en Colombia**. Bogotá, ACIUR. 2006.

PIQUET, R. **Cidade-Empresa**: presença na paisagem urbana brasileira. Rio de Janeiro: Zahar. 1998.

PNUD, Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo. **Tolima Estado de avance de los Objetivos de Desarrollo del Milenio**. Ibagué. 2012.

- _____. **Informe de desarrollo humano en Colombia**. Bogotá. 1991.
- POLANYI, K. **La gran transformación**. Los orígenes políticos y económicos de nuestro tiempo. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica. 2007.
- POMCA. Plan de manejo de ordenamiento de la Cuenca Mayor del Río Prado, Cortolima – Corporación de Medio ambiente del Tolima. 2012.
- PREBISCH, R. **Dinâmica do desenvolvimento latino-americano**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- _____. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 9 – 60.
- PREFEITURA LOCAL DE PRADO. **Informe económico y social del municipio de Prado – Tolima**. Prado, 2000. 50 p.
- ROBLEDO, J. E. **La privatización del servicio de agua aumenta el hambre de los pobres, denuncia robledo**. [Bogotá, D.C.]: MOIR. 2006. Disponível em: <<http://www.moir.org.co/LAPRIVATIZACION-DEL-SERVICIODE.htm>> Acesso em: 27 mar. 2013.
- ROTHMAN, K. J.; GRENLAND, S. & LASH, T. L. **Modern epidemiology**. 3a. ed. Philadelphia: Lippincott Williams & Wilkin, 2008.
- ROZAS, P. & SÁNCHEZ, R. **Desarrollo de infraestructura y crecimiento económico**. Santiago de Chile: Cepal, 2004.
- SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, M. (Org.). **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 29-56.
- _____. **A terceira margem**. Em busca do ecodesenvolvimento. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p.334-54.
- SALIM, C. **Migrações internas**: A necessidade de novos paradigmas. Aracajú Universidade Federal de Sergipe. 1992.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço**: espaço e tempo, razão e emoção. São Paulo: HUCITEC, 1999.
- SANTOS, Marília. **“Felicidade clandestina”**: refúgio e família no Brasil. Campinas, SP: [sn], 2014.
- SERAFIM, N. Análise socioambiental em reassentamento: um estudo sobre o reassentamento rural Rosana - Euclides da Cunha paulista – Sp/Brasil. Projeto de pesquisa, mestrado em Geografia. Universidade Estadual Paulista – UNESP Presidente Prudente –São Paulo – Brasil. 2004.
- SIGAUD, L. Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos. **Comunicação**, n. 9, p. 45 - 100, 1988.
- SISTEMA DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA DE COMUNIDADES INDÍGENAS CECOIN. **Informe local y regional de comunidades indígenas colombianas**. Medellín. 2007.

SMITH, N. **La producción de la naturaleza, la producción del espacio**. México, D.F.: Facultad de Filosofía y Letras, UNAM, 2006.

SNOWDON, B. & VANE, H. R. **Modern macroeconomics: its origins, development and current state**. Cheltenham, UK: Edward Elgar, 2005.

SOUZA, N. **Desenvolvimento Econômico**. 5ª. Ed., São Paulo: Atlas, 2007.

STIGLITZ, J. **El malestar en la globalización**. Madrid: Santillana, 2000.

SUÁREZ, H. **Aplazados y desplazados**. Violencia, guerra y desplazamiento: el trasfondo cultural del destierro y la exclusión. [Bogotá, D.C.]: Codhes. 2003. (Manuscrito). Disponível em: <<http://www.codhes.org.co/hechos/Aplazados%20y%20desplazados%20H.%20Su%E1rez.doc>>. Acesso em: 10 de setembro de 2016.

SVAMPA, M. **“Consenso de los Commodities” y lenguajes de valoración en América Latina**. Informe Mensual de Variables de Generación. 2013

VAINER, C. B. **Grandes projetos hidrelétricos desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: CEDI. 1992.

_____. Planejamento territorial e projeto nacional os desafios da fragmentação. **R. B. estudos urbanos e regionais**, v. 9 , n. 1. Brasília, Maio. 2007.

_____. Conceito de “atingido”: uma revisão do debate. In: ROTHMAN, F. D. (Org.). **Vidas Alagadas**. Conflitos Socioambientais Licenciamento e Barragens. Viçosa, MG: Ed. UFV. 2008. p. 39-62.

VAINER, C. B & ARAÚJO, F. G. B. Implantação de Grandes Hidrelétricas: estratégias do setor elétrico, estratégias das populações atingidas. **Travessia: revista do migrante**, São Paulo, v. II, n. 6, p. 18-24, jan./abr, 1990.

VIANA, R. **Grandes barragens, impactos e reparações: um estudo de caso sobre a barragem de Itá**. 191f. Dissertação de mestrado em Planejamento Urbano e Regional. Instituto de pesquisa e planejamento Urbano e Regional. Rio de Janeiro. 2003.

ZHOURI, A. & OLIVEIRA, R. Desenvolvimento, conflitos sociais e violência no Brasil rural: o caso das usinas hidrelétricas. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. X, n. 2, p. 119-135, jul./d

WEBGRAFIA:

Banco de la República. **Balanza de pagos.** Recuperado el Disponible en <http://www.banrep.gov.co/balanza-pagos>, 2015.

_____. **Boletín de indicadores económicos.** [en línea]. Disponible en <http://www.banrep.gov.co/bie>, 2015.

_____. **Informe de la Junta Directiva al Congreso de la República.** [en línea]. Disponible en <http://www.banrep.gov.co/es/congreso-mar-2015>, 2015.

_____. **Informe sobre Inflación.** [en línea]. Disponible en <http://www.banrep.gov.co/es/inflacion-dic-2014> , 2014.

_____. **Intervención del Banco de la República en el mercado cambiario.** [en línea]. Disponible en <http://www.banrep.gov.co/intervencion-bancomercado-cambiario>, 2015.

_____. **Minutas de política monetaria.** [en línea]. Disponible en http://www.banrep.gov.co/es/minutas?field_date_format_value%5Bvalue%5D%5Byear%5D=2014 Cepal. 2014.

Balance preliminar de las economías de América Latina y el Caribe. [en línea]. Disponible en <http://www10.iadb.org/intal/intalcdi/PE/2015/15127.pdf> , 2015.

DANE. **Cuentas económicas trimestrales.** [en línea]. Disponible en <http://www.dane.gov.co/index.php/fcuentas-economicas/cuentas-trimestrales> , 2013.

_____. **Gran encuesta integrada de hogares.** [en línea]. Disponible en <http://www.dane.gov.co/index.php/mercadio-labporal/empleo-y-desempleo> , 2015.

_____. **Índice de precios al consumidor.** [en línea]. Disponible en <http://www.dane.gov.co/index.php/indices-die-precios-y-coustos/indice-de-preciosalconsumidor-ipc> , 2014.

http://www.electrolima.com/contratacion/wcuaderno_informacion_hidroelectric_a_prado.pdf, 1999.

http://www.cortolima.gov.co/sites/default/files/images/stories/boletines/nov2012/PGA_2013_2023_TOLIMA_01_12_12.pdf , 2013,

(http://www.cortolima.gov.co/sites/default/files/images/stories/boletines/nov2012/PGAR_2013_2023_TOLIMA_01_12_12.pdf), 2013.

WEC, World Energy Council, **Survey of Energy Resources 2010**, www.worldenergy.org/documents/ser_final_online_version_1.pdf, 2010.

XM. Descripción del sistema eléctrico colombiano. Recuperado el 09 de Agosto de 2013, de <http://www.xm.com.co/Pages/DescripciondelSistemaElectricoColombiano.aspx>, 2012.